



Circule pela direita

Percepções, redes e contatos entre as direitas
sul-americanas, 1917-1973

João Fábio Bertonha
Ernesto Bohoslavsky
(organizadores)



CIRCULE PELA DIREITA

**Percepções, redes e contatos entre as direitas
sul-americanas, 1917-1973**



EDITORADA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

REITOR

Prof. Dr. Leandro Vanalli

VICE-REITORA

Profa. Dra. Gisele Mendes

DIRETOR DA EDUEM

Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori

EDITOR-CHEFE DA EDUEM

Prof. Dr. Carlos Herold Junior

CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE

Prof. Dr. Angelo Aparecido Priori

EDITORES CIENTÍFICOS

Profa. Dra. Analete Regina Schelbauer, Prof. Dr. Antonio Ozáí da Silva, Profa. Dra. Carolina Laurenti, Prof. Dr. Evandro Luís Gomes, Profa. Dra. Heloísa Toshie Irie Saito, Profa. Dra. Jani Alves da Silva Moreira, Prof. Dr. José Luiz Parré, Profa. Dra. Kátia Regina Freitas Schwan Estrada, Prof. Dr. Luiz Roberto Evangelista, Profa. Dra. Marcelle Paiano, Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado, Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo, Prof. Dr. Pedro Paulo Deprá, Profa. Dra. Regina Lúcia Mesti, Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias

EQUIPE TÉCNICA

FLUXO EDITORIAL

Edneire Franciscon Jacob, Glauber Aparecido Yatsuda, Marinalva Aparecida Spolon Almeida,
Vania Cristina Scomparin

PROJETO GRÁFICO E DESIGN

Marcos Kazuyoshi Sassaka, Marcos Roberto Andreussi

DISTRIBUIÇÃO E DIVULGAÇÃO

Gerson Ribeiro de Andrade

COMERCIALIZAÇÃO

Carlos Henrique Eduardo Constâncio dos Santos, Solange Marly Oshima

João Fábio Bertonha
Ernesto Bohoslavsky
(organizadores)

CIRCULE PELA DIREITA

**Percepções, redes e contatos entre as direitas
sul-americanas, 1917-1973**

Prefácio

Rodrigo Patto Sá Motta



Eduem
Maringá
2023

Copyright © 2016 para os autores

Título original. Circule por la derecha: percepciones, redes y contactos entre las derechas sudamericanas, 1917-1973

Versão em Língua Portuguesa autorizada pelos autores/organizadores e pela Universidad Nacional de General Sarmiento

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, mesmo parcial, por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização, por escrito, dos autores.

Todos os direitos reservados desta edição 2023 para Eduem.

Todas as informações da obra, como as marcas registradas, os logos, as imagens e quaisquer outros conteúdos utilizados, são de responsabilidade dos autores.

Revisão textual e gramatical: Maria Dolores Machado

Normalização textual e de referências: Gabriele Maria de Oliveira | Tikinet

Capa - imagem: enviada pelos organizadores (https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Fascismo_Argentino_Buenos_Aires.jpg | Militantes do Partido Fascista Argentino em 1932)

Capa - arte final: Marcos Kazuyoshi Sassaka

Fonte: Dutch766 BT

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

(Eduem – UEM, Maringá – PR., Brasil)

C578 Circule pela direita : percepções, redes e contatos entre as direitas sul-americanas, 1917-1973 / João Fábio Berthonha, Ernesto Bohoslavsky (organizadores); prefácio Rodrigo Patto Sá Motta. -- Maringá : Eduem, 2023. 413 p.

Título original: Circule por la derecha: percepciones, redes y contactos entre las derechas sudamericanas, 1917-1973

Vários tradutores

Recurso eletrônico

ISBN 978-65-86383-10-2

Disponível em: <http://www.eduem.uem.br>

1. América Latina. 2. Direitas. 3. Fascismo. 4. Transnacionalismo. I. Berthonha, João Fábio, org. II. Bohoslavsky, Ernesto, org. III. Motta, Rodrigo Patto Sá, pref. IV. Título.

CDD 21.ed. 320

Marinalva Aparecida Spolon Almeida (CRB 9-1094)

Editora filiada à



Eduem – Editora da Universidade Estadual de Maringá

Av. Colombo, 5790 – Bloco 40 – Campus Universitário

87020-900 – Maringá-Paraná – Fone: (44) 3011-4103

www.eduem.uem.br – eduem@uem.br

Sumário

Prefácio

Rodrigo Patto Sá Motta	9
------------------------------	---

Apresentação à edição brasileira

João Fábio Bertonha e Ernesto Bohoslavsky	15
---	----

Introdução

As direitas sul-americanas: trajetórias, olhares e circulação

João Fábio Bertonha e Ernesto Bohoslavsky	21
---	----

Primeira parte, 1917-1945

1

A Semana Trágica em uma ótica transnacional.

Influências, repercussões e circulações entre Argentina,

Brasil, Chile e Uruguai (1918-1919)

Daniel Lvovich	37
----------------------	----

2

Historiadores na consolidação do nacionalismo lopizta

paraguaio e sua repercussão no Brasil e em partes da

América espanhola (1920-1930)

Eurico da Silva Fernandes.....	63
--------------------------------	----

3

Encontros e dissidências políticas, ideológicas e

historiográficas nos revisionismos rio-platenses (décadas

de 1930 e 1940)

Olga Echeverría e María Laura Realí	99
---	----

4

O “universo fascista” em perspectiva: a disseminação do fascismo pela América Latina na análise do jornal integralista *A Offensiva* (1934–1938)

Murilo Antonio Paschoaleto 139

5

A extrema-direita em terras tupiniquins e charrúas: os diálogos entre o integralismo e o revisionismo uruguaios

Victor Raoni de Assis Marques 163

6

Representações e relações entre a Legión Cívica Argentina e o integralismo brasileiro na década de 1930

Daniela Moraes de Almeida 189

7

Os nacistas chilenos e o mundo. As relações entre o Movimiento Nacional-Socialista do Chile e seus vizinhos da América Latina (1932–1938)

João Fábio Bertonha 217

Segunda parte, 1945-1973

8

Os abacaxis de Evita ou o estranho caso dos peronistas brasileiros (1945–1957)

Ernesto Bohoslavsky 249

9

Estratégias de luta do antiperonismo latino-americano: Juan Natalicio González e Germán Arciniegas

Marcela Cristina Quinteros e Carlos David Suárez Morales 273

10

A extrema-direita uruguaia e suas redes transnacionais (década de 1960)

- Magdalena Broquetas..... 301

11

A construção de uma ‘pátria ampliada’ no discurso nacionalista argentino dos anos 1960

- Valeria Galván..... 325

12

A América Latina segundo o liberal-conservadorismo argentino: entre a modernização, o pan-americanismo e a Doutrina de Segurança Nacional (1959–1973)

- Martín Vicente 353

13

As revistas da extrema-direita chilena: entre o antiallendismo e o antiperonismo (1969–1974)

- Gabriela Gomes 381

- Sobre os autores** 409

Prefácio

Rodrigo Patto Sá Motta

A publicação no Brasil de *Circule pela direita: percepções, redes e contatos entre as direitas sul-americanas, 1917-1973*, editado originalmente na Argentina em 2016, ocorre em momento propício, já que o país vive um dos contextos históricos de maior impacto público da extrema-direita. Obra coletiva organizada por dois dos mais competentes estudiosos do tema na América do Sul, João Fábio Bertonha e Ernesto Bohoslavsky, o livro conta com colaboradores igualmente talentosos, alguns deles também nomes de referência na área.

Entre os méritos do livro, vale a pena notar algo que está anunciado no seu título. Os autores ocuparam-se da análise de diferentes movimentos, lideranças e publicações de direita a partir de olhares que transcendem os espaços nacionais, mostrando-se, portanto, atentos às circulações, às conexões de âmbito regional (América do Sul) e, às vezes, às dimensões globais. Trata-se de uma perspectiva analítica e historiográfica mais adequada para apreender a complexidade dos fenômenos em foco.

Tal proposta permite aos autores questionar modelos centrados exclusivamente na ‘influência’ da Europa ou dos Estados Unidos, que são inadequados por insistirem no argumento da subordinação e falta de autonomia dos atores latino-americanos. Os capítulos do livro não subestimam o impacto das ideias e do poder exercido pelos grandes centros, porém, mostram que certos atores sul-americanos tinham

motivações próprias e, por vezes, criaram fórmulas originais com base nos valores direitistas que circulavam em escala transnacional. Além disso, os autores exploram com atenção laços estabelecidos entre agentes e movimentos de direita dentro da própria América Latina, especialmente no Cone Sul, escapando da perspectiva tradicional voltada apenas para as ligações entre norte e sul.

Portanto, ao contrário do que se percebe em outras coletâneas, neste caso vemos um trabalho cujas partes estão de fato em diálogo, encontrando-se unidas não apenas pelo tema, mas também por perspectivas analíticas comuns. Os capítulos deste livro oferecem análises que abordam diferentes facetas dos discursos e representações políticas e culturais das direitas e, também, algumas ações de seus líderes e entidades organizativas. Entre as ‘matrizes’ direitistas trabalhadas no livro, merecem realce o fascismo, o antissemitismo, o antiliberalismo, o anticomunismo, o conservadorismo religioso e o nacionalismo autoritário, cujas diferentes combinações (e choques) resultou na maior parte dos projetos da direita do século XX.

Importante destacar que análises construídas em alguns capítulos revelam traços importantes das modificações ocorridas nas direitas ao longo do século XX, mostrando a complexidade e a historicidade do fenômeno. Entre os marcos que impactaram as transformações nesse campo no decorrer do período, destacam-se a Segunda Guerra Mundial e o fortalecimento e renovação das esquerdas latino-americanas nos anos 1960. Considerando-se as principais mudanças experimentadas pelas direitas no século passado, alguns temas merecem maior atenção, como as inflexões do nacionalismo que, de bandeira cara às direitas, passou a ser apropriado também pela esquerda. Daí derivaram, por exemplo, mudanças no peronismo e no varguismo, originalmente situados no campo das direitas, mas que passaram a ter seguidores inclinados à esquerda à medida que adotaram discursos anti-imperialistas, tornando-se, assim, alvos dos antigos aliados. Outro deslocamento importante envolveu o liberalismo, que nos anos iniciais do século XX foi atacado pelas direitas fascistas e corporativistas, autoras de virulentos discursos e

medidas antiliberais. Já na segunda metade do século, o liberalismo tornou-se esteio central de mobilizações direitistas contra as forças de esquerda em ascensão (marxistas, comunistas, socialistas, ‘populistas’), de modo que seus antigos adversários no campo da direita radical mudaram o tom perante os liberais, passando a aliar-se com eles.

Levar em conta o legado das tradições de direita do século XX é indispensável para entender o momento atual, tanto no Brasil como em outras partes do globo. Reiterando: devido ao bolsonarismo e à crítica situação brasileira, esta edição em português sai em boa hora (ou má, se pensarmos nos padecimentos da maioria da população). O crescimento da extrema-direita e o fenômeno bolsonarista têm despertado a atenção para o tema das direitas e a necessidade de revisitar suas raízes históricas e conexões transnacionais. O atual contexto oferece melhores oportunidades para a divulgação do trabalho de pesquisadores há muito dedicados a tais questões, provocando o interesse de novos estudiosos que precisam de referências para iniciar seus trabalhos de investigação.

Ainda é cedo para saber se o bolsonarismo vai ter sobrevida além do seu criador, ou se o fenômeno está no auge ou já começa a entrar em declínio, com o que se tornaria um movimento fugaz. De todo modo, a força do seu impacto no cenário nacional e global levou ao uso imediato do sufixo *ismo*, como a indicar a presença de um movimento político original. A originalidade em questão implica o perfil ideológico do bolsonarismo, mas também a sua amplitude social, já que se trata do primeiro líder de extrema direita a chegar ao poder por vias eleitorais no Brasil. A simples comparação com os resultados eleitorais de outras estrelas do mesmo campo político em períodos anteriores é reveladora: Plínio Salgado recebeu 8,3% votos para presidente em 1955, Enéas Carneiro ganhou o apoio de 7% do eleitorado em 1994, enquanto Jair Bolsonaro alcançou 46% dos votos no primeiro turno das eleições presidenciais de 2018 (e 55% dos votos no segundo).

Considerando as ideias e propostas que ele sintetiza, o bolsonarismo é um arranjo original, ao mesmo tempo que é herdeiro de tradições de direita enraizadas, as quais esta coletânea contribui para elucidar. O movimento reunido em torno do atual presidente brasileiro juntou traços de diferentes matrizes direitistas, notadamente o anticomunismo, o conservadorismo religioso, o nacionalismo autoritário e o fascismo. Muitas vezes, trata-se de retórica vazia de conteúdo em vista das ações efetivamente realizadas pelo governo. De todo modo, muitos comentaristas têm enfatizado a proximidade do bolsonarismo com a tradição fascista, devido ao apreço pela violência e por armas, assim como seu visceral anti-esquerdismo. Além disso, Jair Bolsonaro apresenta uma perspectiva antissistema e refundacional, o que se assemelha à disposição revolucionária dos fascistas. Na mesma linha, o líder procura manter sua massa de seguidores em constante estado de mobilização, o que é alcançado através de ataques retóricos virulentos aos inimigos por meio de recursos de propaganda e fake news. Além disso, é digno de nota que sua defesa constante de valores religiosos se assemelha ao integralismo, cujo lema ‘Deus, pátria e família’ parece bem adequado ao movimento ligado ao ex-capitão.

No entanto, a adesão tardia de Bolsonaro ao liberalismo econômico após longa trajetória parlamentar dedicada à defesa do intervencionismo estatal, uma ação pragmática para ampliar o apoio à sua candidatura e agradar às elites sociais, torna complexo enquadrá-lo plenamente em alguma das categorias tradicionais da direita. Também contribuem para as singularidades do bolsonarismo, inclusive em relação à extrema-direita global, sua ligação nostálgica com a ditadura militar e a aliança estratégica com forças armadas e policiais, o viés antipetista – em parte, uma derivação do anticomunismo – e a conexão estreita com lideranças religiosas neopentecostais, que no Brasil se tornaram a linha de frente do conservadorismo religioso, representando uma mudança histórica importante. Se é certo que ele sempre teve posições morais conservadoras de tonalidades machista, misógina e homofóbica, a preocupação com temas religiosos se acentuou recentemente, acompanhando o incremento da influência

PREFÁCIO

política dos evangélicos e neopentecostais, que passaram a representar 30% da população.

Enfim, o bolsonarismo e outros movimentos semelhantes de extrema-direita espalhados pelo mundo são fenômenos em pleno desenvolvimento, portanto, é precoce propor análises definitivas. De todo modo, o propósito é apenas chamar atenção para a atualidade e relevância deste livro, que ajudará o leitor a compreender as origens e as raízes históricas das forças políticas que atualmente se apresentam como novas ameaças autoritárias em nosso horizonte.

Apresentação à edição brasileira

João Fábio Berthonha e Ernesto Bohoslavsky

A edição em espanhol deste livro foi publicada no início de 2016, na Argentina. Os anos que se passaram desde a sua publicação trouxeram avanços para a historiografia relacionada ao tema, ao mesmo tempo que os acontecimentos regionais (e também mundiais) têm indicado a relevância cada vez maior dos estudos sobre a direita, o que, mais uma vez, ressalta a importância da publicação em língua portuguesa.

Uma rápida revisão dos acontecimentos a partir de 2016 deve incluir um conjunto de episódios de grande impacto, os quais tiveram duas características particulares: de um lado, foram imprevistos; de outro, representaram uma tendência geral da direita em vários países. Relembramos aqui o Brexit, no Reino Unido (junho de 2016), o voto negativo ao acordo de paz em plebiscito na Colômbia (outubro de 2016), o triunfo de Donald Trump na eleição presidencial estadunidense (novembro de 2016) e, obviamente, a sucessão de acontecimentos que vão do início do impeachment da presidente Dilma Rousseff à chegada ao poder de Jair Bolsonaro como chefe de Estado em 1º de janeiro de 2019. No mesmo ano, o Frente Amplio perdeu as eleições uruguaias após 15 anos de governo, e, na Bolívia, o presidente Evo Morales foi derrubado em um golpe de Estado. Os exemplos poderiam se multiplicar se lançarmos o olhar a outros lugares, como o leste europeu e a Itália.

Eventos tão espetaculares e imprevistos como esses sustentam a ideia de que assistimos a uma caminhada para a direita em escala

planetária. O caráter sincronizado dos fatos levou à elaboração de teorias da conspiração, mas também permitiu a realização de análises mais complexas. Estas últimas indicam como os sucessivos triunfos eleitorais, midiáticos e políticos de diversas coalizões da direita são resultado de estratégias coordenadas – mas adaptadas às realidades nacionais – que permitem uma atuação decisiva sobre os eleitores, as instituições educacionais, as redes sociais e os parlamentos. Em particular, percebemos a importância e eficiência alcançadas por vários *think tanks* de relevância global, como a Atlas Network, para mobilizar recursos econômicos, pessoas e estratégias em vários continentes. Às vezes, a coordenação é feita às claras, como ocorreu em dezembro de 2018, quando Eduardo Bolsonaro reuniu em um luxuoso hotel em Foz do Iguaçu a Cúpula Conservadora das Américas, um evento supostamente destinado a promover a união das direitas na América Latina. O episódio reuniu nomes como Luiz Philippe de Orleans e Bragança e o futuro ministro da educação, Abraham Weintraub, o senador paraguaio Fidel Zavala e o presidente do Supremo Tribunal venezuelano, Miguel Ángel Martín, então exilado nos Estados Unidos após denunciar presumidos delitos do governo chavista. A eles se somou, pela internet, Olavo de Carvalho. Uma vez mais, o problema da circulação de organizações, ideias e personalidades da direita aparece como um tema central na política sul-americana.

Nesse sentido, é com grande satisfação que apresentamos aos leitores a edição brasileira deste livro, publicado originalmente em espanhol pela Editora da Universidad Nacional de General Sarmiento, sob o título *Circule por la derecha. Percepciones, redes y contactos entre las derechas sudamericanas, 1917-1973*. Desde o momento de concepção do projeto, a perspectiva era a publicação de edições nos idiomas português e espanhol, no Brasil e na Argentina. Afinal, o livro foi construído a partir do diálogo e da colaboração de pesquisadores falantes dos dois idiomas e baseados tanto no Brasil e na Argentina, como também no Uruguai e na França. Faria (e faz) sentido que houvesse edições nos dois países e nas duas línguas, até para que o trabalho se consolidasse. Outro motivo que justifica a publicação de uma edição brasileira foi a excelente acolhida do volume em âmbito sul-americano. Foram

publicadas diversas resenhas do livro no Uruguai (Bucheli, 2017; Prieto, 2017), na Argentina (Moreira, 2016; Nikolajczuk, 2018) e no Chile (Bonnassiolle Cortés, 2017), e todas ressaltaram o caráter inovador da proposta, ou seja, a de pensar, em termos transnacionais e regionais, os contatos entre os vários movimentos da direita radical no Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e outros países, em um arco temporal bastante amplo. Disponibilizar ao público brasileiro um trabalho com repercussão tão positiva nos países vizinhos parece algo bastante lógico, e é grande nossa alegria em podermos, finalmente, ver o projeto dar seus frutos também na porção lusófona do continente. Os artigos não foram atualizados pelos autores desde 2016, razão pela qual alguns leitores sentirão falta de referências a algumas obras de síntese sobre a história ibero-americana (Bohoslavsky; Jorge; Lida, 2019; Mücke; Kolar, 2019), uruguaias (Broquetas; Caetano, 2022; Caetano, 2021), argentina (Bohoslavsky; Echeverría; Vicente, 2021) e brasileira (Gonçalves; Caldeira, 2022).

Estamos certos de que a amiga e coautora do livro Olga Echeverría, que faleceu em 2021, teria gostado de saber que este volume está sendo publicado no Brasil. Olga sempre promoveu o uso da perspectiva comparativa e o estudo de trajetórias e circulações, portanto, ter uma versão do trabalho em português é um tributo adequado à sua memória.

Gostaríamos de agradecer ao apoio da editora da Universidad Nacional de General Sarmiento, que cedeu gratuitamente os direitos de publicação, e da Editora da Universidade Estadual de Maringá (Eduem), que bancou o projeto. Agradecemos, igualmente, aos autores brasileiros, os quais realizaram o trabalho de tradução para o português dos artigos em língua espanhola, em uma retribuição ao efetuado na edição argentina, e aos autores estrangeiros, que foram muito solícitos ao longo do processo. Destacamos que foi tomada a decisão de traduzir para o português as citações de fontes de época, publicadas originalmente em espanhol, e de atualizar o português mais antigo de parte das fontes brasileiras, de modo a facilitar a leitura.

Agradecemos, por fim, ao Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet) e à Fundação Araucária, agências que apoiaram ao menos parte das pesquisas que deram origem a vários dos artigos aqui publicados, e a Rodrigo Patto Sá Motta, que aceitou escrever o prefácio para esta edição brasileira. Muito obrigado a todos! ¡Muchas gracias a todos!

Referências

- BOHOSLAVSKY, E.; ECHEVERRÍA O.; VICENTE, M. (ed.). **Las derechas argentinas en el siglo XX**. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2021.
- BOHOSLAVSKY, E.; JORGE, D.; LIDA, C. (ed.). **Las derechas iberoamericanas**: desde el final de la Primera Guerra hasta la Gran Depresión. Ciudad de México: El Colegio de México, 2019.
- BONNASSIOLLE CORTÉS, M. [Resenha do livro] João Fábio Bertonha y Ernesto Bohoslavsky (comps): Circule por la derecha. Percepciones, redes y contactos entre las derechas sudamericanas, 1917–1973. **Revista de Historia Social y de las Mentalidades**, v. 21, n. 1, p. 255–258, 2017.
- BROQUETAS, M.; CAETANO, G. (comp.). **Historia de los conservadores y las derechas en Uruguay**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2022.
- BUCHELI, G. [Resenha do livro] BERTONHA, João Fábio; BOHOSLAVSKY, Ernesto (comp.). Circule por la derecha. Percepciones, redes y contactos entre las derechas sudamericanas, 1917-1973. Los Polvorines, Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016. 320 p. **Contemporánea**, v. 8, n. 1, p. 175–176, 2017.
- CAETANO, G. **El liberalismo conservador**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2021.
- GONÇALVES, L. P.; CALDEIRA NETO, O. **Fascism in Brazil**: from integralism to bolsonarism. London: Routledge, 2022.

MOREIRA, L. F. V. [Resenha do livro] BERTONHA, João Fábio; BOHOSLAVSKY, Ernesto (comp.). *Circule por la derecha. Percepciones, redes y contactos entre las derechas sudamericanas, 1917-1973. Los Polvorines*, Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016. 320 p. **Estudios del ISHiR**, v. 6, n. 16, p. 181–185, 2016.

MÜCKE, U.; KOLAR, F. (comp.). **El pensamiento conservador y derechista en América Latina, España y Portugal: siglos XIX y XX**. Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2019.

NIKOLAJCZUK, M. [Resenha do livro] BERTONHA, João Fábio; BOHOSLAVSKY, Ernesto (comp.). *Circule por la derecha. Percepciones, redes y contactos entre las derechas sudamericanas, 1917-1973. Los Polvorines*, Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016. 320 p. **Trabajo y Sociedad**, n. 30, p. 441–445, 2018.

PRIETO, M. M. [Resenha do livro] BERTONHA, João Fábio; BOHOSLAVSKY, Ernesto (comp.). *Circule por la derecha. Percepciones, redes y contactos entre las derechas sudamericanas, 1917-1973. Los Polvorines*, Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016. 320 p. **Claves: Revista de Historia**, v. 3, n. 4, p. 263–267, 2017.

Introdução

As direitas sul-americanas: trajetórias, olhares e circulação¹

João Fábio Bertonha e Ernesto Bohoslavsky

Atualmente, o estudo das direitas é um campo em florescimento em várias partes do mundo. Na América Latina, é possível observarmos um crescente interesse acadêmico pelas novas formas da direita, seja a sua combinação com o populismo ou a associação com o neoliberalismo e o Partido Republicano americano (Motta, 2014; Los rostros..., 2014). Analistas da política contemporânea fixaram seus olhares nos governos de direita do continente ou na sua oposição à ‘virada para a esquerda’ no início do século XXI (Domínguez; Lievesley; Ludlam, 2011; Luna; Kaltwasser, 2014). Tanto pela força eleitoral de algumas das direitas europeias quanto pelo reaparecimento de movimentos de extrema-direita com forte apoio popular na Alemanha ou na França, e até pelo abandono quase completo pelas esquerdas partidárias de seus princípios em favor da economia política neoliberal e do fundamentalismo da segurança, o fato é que as direitas atuais e passadas permanecem como um objeto de interesses político, acadêmico e da cidadania (Mudde, 2007).

Nesse quadro de interesse geral, este livro lida com dois aspectos até agora pouco estudados. O primeiro deles é a questão das conexões

1 Tradução de João Fábio Bertonha.

existentes entre as organizações e grupos de direita, um tema que tem recebido colaborações recentes (Durham; Power, 2010; Bohoslavsky; Boisard, 2015). Durante muito tempo, estudaram-se as ligações ideológicas assimétricas que teriam contribuído para formar, na periferia mundiais, cópias um tanto patéticas ou incompletas das ‘verdadeiras’ direitas, aquelas localizadas no Atlântico Norte (Dard, 2012). Alguns dos artigos incluídos neste livro visam mostrar quais foram os contatos estabelecidos entre vários grupos de direita e de extrema-direita dentro do continente, com o intuito de reconstruir a história pouco conhecida de um diálogo sul-sul que foi mais intenso do que se supunha. Dessa forma, entendemos que o livro contribui para melhorar a compreensão sobre a história transnacional de transferências e relações entre atores sul-americanos – e entre sul-americanos e europeus – ao longo do século XX, como feito por Federico Finchelstein (2010), por exemplo.

O segundo problema abordado neste livro são as percepções dos diferentes grupos de direita sobre o que estava acontecendo nos países vizinhos. Buscamos evidenciar como as situações nacionais eram analisadas, de acordo com o olhar particular e os interesses de várias organizações políticas e seus órgãos jornalísticos. Contrariamente à ideia de que apenas episódios de impacto mundial (a Guerra Civil Espanhola, a Segunda Guerra Mundial, a luta entre as superpotências na Guerra Fria etc.) tinham repercussão e geravam respostas por parte desses atores, este livro permite apreciarmos o quanto atentos estavam os grupos e a imprensa de direita sobre o que estava acontecendo nos países vizinhos.

É claro que, durante o período que nos interessa aqui, os atores políticos da América Latina não estavam alheios às convulsões políticas que vinham da Europa ou da América do Norte. Assim, neste volume, apresentamos a maneira pela qual várias figuras da direita e da extrema-direita percebiam (e reagiam a) processos como o medo vermelho de 1919, a expansão do fascismo, a Guerra Civil Espanhola, a Guerra Mundial iniciada em 1939 e a Guerra Fria, que

tiveram ressonância e intensidade especiais e diferenciadas nas áreas periféricas do mundo.

O livro demonstra, contudo, que alguns processos no continente foram objeto de interesse e preocupação da parte de vários atores da direita sul-americana: em particular, este livro se preocupa com as repercussões, desejos, medos e interpretações que o peronismo e a Revolução Cubana suscitaram nesse canto do planeta. Num esforço de compreensão, esses indivíduos e grupos tentavam encontrar argumentos que reforçassem sua posição no quadro político local em que se moviam, para os quais lançavam mão, seletivamente, de comparações, aproximações e distanciamentos com aquilo que vinha de fora.

O período abarcado por este livro vai de 1917 a 1973, abrangendo mais de meio século. O recorte começa com os primeiros impactos da Revolução Russa e a onda de sonhos e pesadelos que sua possível réplica gerou em várias partes do planeta, incluindo a América do Sul. Se a esperança ou o pavor do comunismo são os marcos que iniciam este volume, pareceu-nos correto que o fechamento cronológico seja o golpe de Estado liderado pelo general Augusto Pinochet em 1973, outro episódio também de impacto global que enterrou o horizonte do socialismo na região por meio de um brutal anticomunismo. De mesmo modo, pareceu apropriado dividir o livro em duas partes, de acordo com critérios cronológicos.

A primeira delas concentra-se em um período marcado pelo declínio do liberalismo como norte político, tanto por críticas autoritárias e fascistas quanto pelo desafio de base marxista-soviética. Nessa primeira seção, que vai até a Segunda Guerra Mundial, as discussões sobre como evitar uma réplica local da Revolução Russa, que posição tomar perante o fascismo e a possibilidade de sobrevivência de alguma forma legal de democracia foram as que mais entusiasmaram e suscitaram discussões entre os grupos de direita.

A segunda parte do livro aborda um momento que a perspectiva fascista perdeu seu peso ideológico, não desaparecendo, mas se

reciclando ou sendo retrabalhada no debate político e social sul-americano após 1945. Desde então, a relativa hegemonia do fascismo dentro da família de direita no período anterior, deu lugar à maior fragmentação e diversidade. A preocupação com o comunismo apareceu com muito mais intensidade e exclusividade, especialmente depois de 1959, e, além disso, o ambiente ideológico sul-americano foi fortemente abalado pela ascensão do peronismo. O conservadorismo clássico e a ditadura militar foram temas que voltaram a ser discutidos e analisados pelos intelectuais de direita, inseguros sobre suas habilidades políticas e retóricas para interromper os processos de mobilização e desafio social da década de 1960.

Uma das contribuições deste livro é que atores de diferentes países da América do Sul são retratados – Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai – além de algumas figuras da Colômbia, como Germán Arciniegas, e do México, como Carlos Pereyra. Também são discutidas as perspectivas que os indivíduos, os grupos e a imprensa de cada um desses países tinham sobre o que estava acontecendo nessas nações e no cenário europeu. Um esforço dessa magnitude exigiu a colaboração de vários colegas que trabalham em instituições de ensino da Argentina, Brasil, França e Uruguai, todos dedicados ao estudo de diferentes acasos e atores nacionais². Os artigos que compõem este volume são o resultado de um grande esforço individual e coletivo que permitiu uma reconstrução precisa dos grupos, publicações e personalidades das direitas tanto nacionais como sul-americanas em geral, o que significou visitarmos e pesquisarmos em arquivos e bibliotecas de várias instituições e países.

2 Vários autores argentinos fizeram parte do projeto *Una Perspectiva de Larga Duración sobre las Derechas en Argentina, Brasil y Uruguay (1918-1948): Circulación de Ideas y Redes Transnacionales*, projeto plurianual de pesquisa (2012-2014) do Conicet, dirigido por Ernesto Bohoslavsky. Esse projeto colaborou com o financiamento parcial da edição argentina do livro. Diversos autores brasileiros, por sua vez, integraram o projeto *O Integralismo Brasileiro e o Cone Sul: Relações Transnacionais e Rivalidades Políticas*, financiado pela Fundação Araucária (Paraná, Brasil) entre 2012 e 2014 e dirigido por João Fábio Bertonha.

1 Circulação, cópia, adaptação

No caso do fascismo clássico do período entreguerras, embora seu surgimento estivesse vinculado às referências emblemáticas da Europa, principalmente italiana e alemã, o fenômeno adquiriu status internacional e caráter transnacional. Assim, em pontos distantes do centro europeu, surgiram movimentos que flertaram com parte dos pressupostos políticos do fascismo e, ao mesmo tempo, outros que assumiram explicitamente a nova tendência política da extrema-direita. Partindo da Itália, é possível notarmos a disseminação do fascismo em vários países europeus, como Holanda (Nationale-Socialistische Beweging, de Anton Mussert), Bélgica (Verbond der Dietse Nationaal-Solidaristen, de Joris Van Severen e colaboradores), França (Le Faisceau, de Georges Valois, e Francisme, de Marcel Bucard), Inglaterra (British Union of Fascists, de Oswald Mosley), Portugal (Movimento Nacional-Sindicalista, de Francisco Rolão Preto) e Espanha (Falange Española, de José Antonio Primo de Rivera) etc., além, é claro, do caso da Alemanha nazista. Também foi relativamente comum que vários países não tivessem apenas um movimento ou partido fascista, mas várias siglas em disputa, excetuando-se os casos de liderança governamental constituída, como na Itália e Alemanha.

O fascismo, no entanto, não foi um fenômeno restrito às fronteiras territoriais europeias, seguindo uma expansão quase simultânea para os continentes asiático e africano, apesar da baixa adesão popular e de seu caráter efêmero e incipiente, especialmente no aspecto político-partidário. Nas áreas coloniais ou semicoloniais do mundo (África, Oriente Médio e Ásia), foi recebido e interpretado de diferentes maneiras como um instrumento da luta anticolonial ou, pelo contrário, como um reforço do poder estatal. Na Turquia, Japão e Líbano, podemos identificar simpatias pelo fascismo e/ou grupos isolados de apoiadores (Larsen, 2001), mas não podemos falar de uma difusão real do fascismo, seja como ideologia ou movimento de massas.

Na América, o fascismo teve franca disseminação, estando presente na maioria dos países do continente e produzindo impactos

significativos na política local. No México, por exemplo, a organização fascista mais importante foi a Ação Revolucionária Mexicana, fundada por Nicolás Rodríguez Carrasco (Aguilar; Zermeño, 1992; Martínez Villegas, 2013), grupo marcado pelo radicalismo de seu discurso e pelos confrontos contra inimigos nas ruas de várias cidades do país. Mais ao norte, surgiram vários grupos que buscaram articulação com setores políticos conservadores e reacionários, com pouco ou nenhum sucesso. Nos Estados Unidos, William Dudley Pelley fundou a Silver Legion, curiosamente no mesmo dia da criação oficial do partido nazista alemão, mas com uma trajetória diametralmente oposta, haja vista o fracasso dos Silver Shirts (Larsen, 2001). No Canadá, entre vários pequenos grupos e partidos fascistas, o Parti National Social Chrétien, fundado por Adrien Arcand, que também era líder do National Unity Party of Canada (Bertonha, 2011; Bertonha; Caldeira Neto, 2015), teve alguma importância.

Desde os anos 1920, sabia-se que o fascismo não era um fenômeno restrito à Itália, mas de alcance mundial. Os movimentos fascistas não se viam como isolados, mas como participantes de uma luta comum contra o liberalismo, a democracia, a esquerda e todos os oponentes de seu ideal de sociedade. Nessa ‘cruzada’, eles estabeleceram alianças com outras correntes de direita – conservadores, católicos e reacionários – em vários países; contudo, cada movimento fascista também se relacionava com outros movimentos semelhantes, dentro ou fora de seu país. Esses relacionamentos nunca estavam livres de tensões, contradições e problemas, mas eram uma constante, formando um bloco que transformava o globo, ou pelo menos o mundo ocidental, em uma única arena de batalha na qual os agentes se reconheciam.

Nesse contexto, a América Latina, especialmente o Cone Sul, apresenta particularidades. É um laboratório especial para ampliarmos o estudo e a conceituação das direitas em geral (e o fascismo em particular) fora do continente europeu, e para discutirmos relações transnacionais com seus colegas do Velho Mundo e, principalmente, as relações dentro do Novo Mundo. Era uma região ligada à Europa

por séculos de trocas, diálogos e influências, na qual, poucas décadas antes, havia chegado numerosas ondas de imigrantes europeus, o que contribuiu para a expansão desses vínculos. Além disso, na América Latina, as elites tendiam a se imaginar como parte integrante da cultura ocidental, acreditando que ideias e questões debatidas na Europa não só poderiam como deveriam ser discutidas e aplicadas na região.

Dessa forma, a difusão de ideias fascistas no continente não deve surpreender. O integralismo de Plínio Salgado, com a Ação Integralista Brasileira (AIB), foi certamente o caso mais proeminente de um fascismo fora da Europa. Além da AIB, o fascismo era relativamente importante na agenda política nacional de países como Argentina e Chile, mas no Uruguai era manifestamente fraco. O estudo desses vínculos transnacionais entre os regimes fascistas constituídos (Itália e Alemanha) e os movimentos e partidos fascistas nos mais diversos países, é um campo promissor para a renovação das pesquisas sobre o fascismo. Da mesma forma, o diálogo, a competição e o contato entre vários movimentos (por exemplo, entre britânicos e americanos ou canadenses, ou entre espanhóis e portugueses) são de importância crucial na identificação de laços que vão além da mediação dos núcleos alemão e italiano.

Nossa posição é a de que um estudo completo do universo fascista deve necessariamente incluir todo o bloco ocidental, incluindo a África do Sul e a América Latina, em vez de se limitar aos casos alemão e italiano ou àqueles oriundos do que é tradicionalmente considerado o ocidente (Europa, América do Norte e Austrália). Estudos sobre a recepção do fascismo na Síria, no Congo, na China e em outras áreas periféricas são bem-vindos, mas são especialmente necessários na América Latina. É um objeto perfeito para análise a partir do conceito de história transnacional, um campo de estudos que tenta entender esses elos e trocas de uma maneira que vai além da comparação, buscando identificar a formação de redes e contatos que davam um sentido global para lutas regionais ou nacionais.

Essas redes estavam em contato permanente, e isso permitia não apenas que suas células isoladas sobrevivessem, mas que o debate político e de ideias fosse enriquecido por experiências das mais variadas, de todo o mundo. Elas funcionavam, essencialmente, por meio da troca de ideias e propostas de livros, panfletos e outros materiais impressos. Os jornais, nesse contexto, eram fundamentais, tanto para permitir a disseminação de mensagens de um movimento para outro quanto para dar aos militantes de direita de cada país a sensação de uma luta global, travada por companheiros distribuídos em todo o ocidente.

Assim, os integralistas brasileiros podiam expressar simpatia ou solidariedade aos revisionistas uruguaios nos anos 1930, da mesma maneira que os exilados peronistas poderiam obter ajuda, após 1955, de antigos varguistas brasileiros. Ou ainda, o peruano Eudocio Ravines podia encontrar, no jornal *La Nación*, de Buenos Aires, ouvidos atentos sobre os riscos da expansão do castrismo na região.

A esse respeito, os intelectuais eram cruciais. Eles tinham habilidades linguísticas e de pensamento para acompanhar o que acontecia além das fronteiras e os contatos necessários para receber e enviar material impresso e participar de eventos, conferências ou cerimônias conjuntas em seus países ou no exterior. Também eram os intelectuais, embora não apenas eles, que mantinham uma grande correspondência, a qual atravessava países e continentes e ajudava a dar um sentido global às atividades políticas da direita.

Neste livro, são retratados muitos dos intelectuais que se envolveram na política e políticos que nunca abandonaram suas pretensões intelectuais: os paraguaios Juan Natalicio González e Juan O'Leary; os uruguaios Luis Alberto de Herrera, Adolfo Agorio e Felipe Ferreiro; os argentinos Carlos Ibarguren e Marcelo Sánchez Sorondo; os chilenos Carlos Keller e Jaime Guzmán; os brasileiros Gustavo Barroso, Plínio Salgado e Geraldo Rocha etc.

Não por acaso vários deles produziram numerosas páginas dedicadas à história nacional ou americana, o que indica a importância

da reconstrução historiográfica do passado na formação de memórias, mitos e comunidades em que os movimentos e as figuras políticas da direita se inseriam ou desejavam adentrar. Nesse sentido, os artigos incluídos neste livro representam menos a ‘influência’ de certas ideias sobre os grupos e mais os ‘usos’ que alguns grupos faziam dessas ideias. Assim, por exemplo, as análises feitas pelas revistas chilenas de extrema-direita sobre a situação na Argentina refletiam menos um entendimento aprofundado do que acontecia do outro lado dos Andes e mais a intenção explícita de desacreditar o governo de Allende nacionalmente. A maneira pela qual o jornal integralista *A Offensiva* retratou a marcha crescente do fascismo na Argentina, Chile e Uruguai também não era objetiva, mas sim uma tentativa do movimento de se mostrar como parte de um fenômeno de escopo, pelo menos, continental.

Houve também um importante movimento de militantes fascistas, com visitas, contatos e diálogos geralmente de natureza individual e entre países de fronteira. Também houve experiências de colaboração ideológica por meio do voluntariado, como ocorreu em várias guerras do fascismo italiano, especialmente na Etiópia e na Segunda Guerra Mundial, na Guerra Civil Espanhola (Bertonha, 2012) e com colaboração durante a Segunda Guerra, especialmente – mas não só – na formação das divisões estrangeiras da Waffen-SS.

Nas revistas e jornais, a colaboração e os contatos são ainda mais evidentes e diretos. *Qué Pasa*, *El Burgués*, *Acción Chilena*, *Corporaciones*, *Crisol*, *Trabajo, Azul y Blanco*, *A Offensiva*, para mencionarmos apenas algumas das publicações tratadas neste volume, teceram redes de comunicação, trocas e percepções cruzadas. Também existiam outras áreas de circulação clandestina: eram tarefas de espionagem, terrorismo e fornecimento de informações, atividades nas quais organizações de direita se articulavam aos serviços policial e de inteligência e aos órgãos diplomáticos de vários países.

2 Conteúdo

A primeira parte deste livro se concentra no período entre 1917 e 1945. Seu foco está na visão internacional de vários movimentos e partidos da direita fascista ou da direita radical na América do Sul. A partir desse enfoque, é aprofundado – especialmente com a análise da imprensa – o estudo sobre a percepção internacional dos integralistas brasileiros, dos nazistas chilenos e de vários grupos nacionalistas argentinos, uruguaios e paraguaios, e, principalmente, da maneira como eles viam uns aos outros. Também se estudam as ligações e contatos materiais e simbólicos que eles estabeleceram entre si e com outros grupos e figuras de direita na Europa e na América. Nesta primeira parte, os limites conceituais e temporais do fascismo clássico são esquecidos em alguns momentos, uma vez que alguns artigos abordam o período anterior, e questões historiográficas e ideológicas que moldaram esses diálogos também são mencionadas. Da mesma forma, ressaltamos que muitos atores e grupos trabalhados nesta primeira parte não se encaixam nas definições comuns de fascismo, sendo mais razoável classificá-los como autoritários ou conservadores.

A seção começa com o texto de Daniel Lvovich sobre a onda de greves e mobilizações sociais que marcou grande parte do mundo ocidental entre 1918 e 1919 e que levaram à formação de vários movimentos reacionários e repressivos, tanto na Europa como no continente americano. Lvovich descreve esse cenário com foco específico no Cone Sul da América Latina, demonstrando, de maneira inovadora, como as elites do Brasil, Argentina, Chile e Uruguai não olhavam apenas para a Europa quando se esforçavam para entender o que estava acontecendo. Pelo contrário, comparavam os eventos internos de seus países com o que ocorria, quase simultaneamente, na vizinhança imediata, trocando experiências, propostas e percepções.

Com o foco no período entreguerras, o artigo de Eurico da Silva Fernandes investiga o processo vivenciado no Paraguai, por meio do qual se modificou a interpretação canônica sobre a guerra ocorrida entre 1865 e 1870. Demonstrando a importância da história na

formulação e reformulação dos mitos nacionalistas, o autor também aborda o impacto do revisionismo paraguaio nos países vizinhos – igualmente atores dessa guerra –, com ênfase no diálogo entre os intelectuais de direita do Brasil e do Paraguai.

O artigo de Olga Echeverría e María Laura Reali focaliza as disputas historiográficas e de memória relacionadas ao processo de autoidentificação das direitas. Ao analisarem as semelhanças e diferenças entre Carlos Ibarguren e Luis Alberto de Herrera e apresentarem o debate político e intelectual no Uruguai e na Argentina nas primeiras décadas do século XX, as autoras refletem sobre a riqueza desse debate e oferecem uma visão genealógica e comparativa dessas disputas historiográficas e políticas.

O integralismo brasileiro é o foco dos artigos seguintes. No primeiro, Murilo Paschoaleto discute, a partir de uma perspectiva geral e do estudo da imprensa, a maneira pela qual os fascistas brasileiros se posicionavam no cenário internacional e, em particular, como eles avaliavam a disseminação do fascismo na América Latina. Nos dois textos subsequentes, Victor Raoni de Assis Marques e Daniela Moraes de Almeida retomam essa discussão, focalizando, no entanto, os movimentos e grupos nacionalistas da Argentina e do Uruguai. O entendimento dos integralistas brasileiros sobre os movimentos congêneres nos países vizinhos é aprofundado, e a atenção é direcionada à visão inversa, ou seja, à percepção e interpretação do fascismo brasileiros por argentinos e uruguaios. Isso revela uma rede regional de troca de experiências e percepções mútuas – muitas vezes infundadas –, as quais indicam que a referência europeia era hegemônica, mas certamente não a única.

Nesse mesmo contexto de trocas, conflitos e percepções mútuas (corretas ou não), o artigo de João Fábio Bertonha enfoca o Movimiento Nacional-Socialista do Chile. Sem deixar de lado o tradicional vínculo entre os nacistas chilenos e a Alemanha, o artigo aprofunda a questão do papel do Chile e do fascismo chileno no universo fascista internacional e, sobretudo, na América Latina. O cenário investigado

por Bertonha põe em evidência um grupo político que atuava e pensava tanto em termos nacionais como regionais e internacionais.

Na segunda parte do livro, o problema do fascismo se desdobra para incluir estudos sobre uma cartografia mais ampla da família da direita, de 1945 a 1973. O artigo de Ernesto Bohoslavsky aborda algumas redes tecidas pelo peronismo fora da Argentina, que incluía algumas figuras da direita varguista. O caso do jornalista e empresário Geraldo Rocha é tratado em detalhes, já que ele foi uma figura central nas redes política, jornalística e de espionagem criadas e mantidas pelo peronismo no Brasil. Marcela Quinteros e Carlos David Suárez Morales analisam, no artigo seguinte, as redes traçadas entre dois intelectuais e políticos identificados com o antiperonismo: o paraguaio Natalicio González e o colombiano Germán Arciniegas. Através da reconstrução de laços editoriais e pessoais, os autores conseguem demonstrar como essas duas figuras desenvolveram estratégias de colaboração, baseadas em uma sociabilidade inicialmente construída em Buenos Aires e depois expandida para o continente, seguindo seus exílios e suas responsabilidades como diplomatas.

Os artigos subsequentes focalizam alguns problemas e tensões que o desdobramento da Guerra Fria gerou ao se combinar com as várias conjunturas nacionais da América do Sul. O artigo de Magdalena Broquetas aborda algumas conexões que diferentes organizações da extrema-direita uruguaia estabeleceram nos anos 1960. Por meio de um percurso exaustivo, é possível identificar os contatos que essas organizações firmaram com grupos do Cone Sul, Estados Unidos e Europa, que tinham orientações anticomunistas, nacionalistas e antissionistas similares. Já o artigo de Valeria Galván mostra como um grupo de ‘nacionalistas’ argentinos, na mesma década, conseguiu construir uma ‘comunidade imaginada’ supranacional. O jornal *Azul y Blanco* publicado por eles teria sido um ponto de encontro para grupos que compartilhavam as mesmas perspectivas nacionalistas, anticomunistas e hispano-americanistas.

O artigo de Martín Vicente dialoga plenamente com o anterior, já que procura compreender como vários intelectuais argentinos

liberal-conservadores refletiram sobre o significado e a extensão do conceito de América Latina nos ‘longos anos sessenta’. O texto permite entender como ‘América Latina’ podia significar muitas coisas, incluindo a refiliação ocidental da Argentina e, principalmente, dos próprios intelectuais envolvidos. O último artigo incluído nesta coletânea, por fim, busca reconstruir as perspectivas de algumas revistas de extrema-direita do Chile sobre a situação argentina entre 1969 e 1974. Gabriela Gomes consegue demonstrar como os setores decididos a desestabilizar o governo da Unidad Popular se aproveitaram de várias imagens específicas da situação argentina, em um esforço para conjurar ameaças e auspiciar cenários críveis e desejáveis para o país.

Referências

- AGUILAR, R.; ZERMEÑO, G. **Religión, política y sociedad: el sinarquismo y la iglesia en México (nueve ensayos)**. Ciudad de México: Universidad Iberoamericana, 1992.
- BERTONHA, J. F. Do Canadá para o mundo: as relações entre os fascismos canadenses e o universo fascista mundial entre as duas guerras mundiais. **Interfaces**: Brasil/Canadá, v. 11, n. 2, p. 155–181, 2011.
- BERTONHA, J. F. Los latinoamericanos de Franco: la ‘Legión de la Falange Argentina’ y otros voluntarios hispanos en el bando sublevado durante la Guerra Civil Española. **Alcores: Revista de Historia Contemporánea**, n. 14, p. 143–167, 2012.
- BERTONHA, J. F.; CALDEIRA NETO, O. Fascismos e fascistas em comparação: Gustavo Barroso, Adrien Arcand e o antisemitismo no Brasil e no Canadá no entre guerras. **História e Perspectivas**, v. 28, n. 53, p. 371–400, 2015.
- BOHOSLAVSKY, E.; BOISARD, S. (coord.). **Les droites-américaines pendant la guerre froide (1959–1989)**. **Cahiers des Amériques Latines**, n. 79, p. 17–30, 2015.

DARD, O. L'action française: une matrice européenne et transatlantique des droites radicales ? **Studia Historica: Historia Contemporánea**, n. 30, p. 27–46, 2012.

DOMÍNGUEZ, F.; LIEVESLEY, G.; LUDLAM, S. (ed.). **Right-wing politics in the new Latin America: reaction and revolt**. London: Zed Books, 2011.

DURHAM, M.; POWER, M. (ed.). **New perspectives on the transnational right**. New York: Palgrave MacMillan, 2010.

FINCHELSTEIN, F. **Fascismo trasatlántico**: ideología, violencia y sacralidad en Argentina y en Italia, 1919–1945. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

LARSEN, S. U. **Fascism outside Europe**: the European impulse against domestic conditions in the diffusion of global fascism. New York: Columbia University Press, 2001.

LOS ROSTROS de la derecha en América Latina. Buenos Aires: Nueva Sociedad, n. 254, nov./dez. 2014. Disponível em: <http://nuso.org/revista/254/los-rostros-de-la-derecha-en-america-latina/>. Acesso em: 24 maio 2016.

LUNA, J. P.; KALTWASSER, C. R. (ed.). **The resilience of the Latin American right**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014.

MARTÍNEZ VILLEGAS, A. La Unión Nacional Sinarquista de México y los movimientos encabezados por Eoin O'Duffy en Irlanda: un análisis comparativo de la influencia del fascismo en dos países de tradición católica. In: BERTONHA, J. F.; ROGGERO, F. S. **El fascismo en Brasil y América Latina**: ecos europeos y desarrollos autóctonos. Ciudad de México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2013. p. 141–171.

MOTTA, R. P. S. (coord.). Right-wing in History. **Varia Historia**, v. 30, n. 52, 2014.

MUDDE, C. **Populist radical right parties in Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

Primeira parte, 1917-1945

1

A Semana Trágica em uma ótica transnacional. Influências, repercussões e circulações entre Argentina, Brasil, Chile e Uruguai (1918-1919)¹

Daniel Lvovich

Os acontecimentos de 1919 na Argentina, englobados no termo Semana Trágica, foram estudados extensivamente dentro de campos investigativos variados, como nas histórias do movimento operário e das esquerdas, da imigração judia, das direitas ou do primeiro governo da Unión Cívica Radical (Avni, 1982; Bilsky, 1984; Falcón e Monserrat, 1998; Godio, 1986; Lvovich, 2003; Mirelman, 1975; Rock, 1972). Todos esses estudos analisam as maciças manifestações e a sangrenta repressão de janeiro de 1919 a partir de uma ótica exclusivamente nacional, à qual se incorporam, às vezes, menções ao impacto da Revolução Russa de 1917 no movimento operário argentino. Contudo, a partir de um olhar atento à escala transnacional dos protestos de massas e sua repressão, constatamos que fenômenos similares ou conectados aconteceram de forma simultânea em outros países do Cone Sul. Isso possibilita o desenvolvimento de uma análise que, fiel a essa escala, dê conta das similaridades entre esses fenômenos, assim

¹ Tradução de João Fábio Bertonha.

como das peculiaridades de cada contexto nacional. A proposta deste artigo, portanto, é analisar, por meio da perspectiva transnacional, os acontecimentos sociais entre o final de 1918 e janeiro de 1919 na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai².

Nesses países, por motivos socioeconômicos semelhantes, se intensificou, a partir de 1917, o conflito social e explodiram ondas de greves e mobilizações, ao mesmo tempo que setores do movimento operário mostraram o seu entusiasmo com a Revolução Russa. Esferas das classes dominantes desses países – da mesma forma que boa parte das elites do Ocidente, atemorizadas pela Revolução de outubro de 1917 – interpretaram essas mobilizações sociais como um simples resultado da atividade de ativistas que agiam nas sombras, aos quais atribuíram diversos nomes e sentidos conforme a situação e as tradições intelectuais de cada uma das nações sul-americanas. Além disso, outra similaridade entre os diversos casos nacionais considerados foi que, aos conflitos sociais em larga escala, se seguiram propostas de relevantes reformas sociais.

Nossa tese é a de que o temor das elites não se originava apenas das revoluções que aconteciam na Europa naquele momento, mas também da observação dos processos de mobilização social que aconteciam simultaneamente nos países vizinhos, assim como das interpretações que os setores dominantes e a maior parte da imprensa faziam desses acontecimentos. Um setor das elites atribuía à circulação internacional de ativistas a origem dos conflitos sociais, mas não compreendia que seus eixos interpretativos e os mitos

2 A mobilização social se estendeu a outros países da região. Em janeiro de 1919, uma manifestação operária contra a carestia em Assunção, no Paraguai, foi proibida pelo chefe de polícia, que destacou que, por trás das aparentes boas intenções dos trabalhadores, se escondia um movimento subversivo (O Estado de S. Paulo, 21 jan. 1919). A imprensa da cidade acompanhava preocupada a situação em Buenos Aires, onde estaria acontecendo uma tentativa de insurreição revolucionária maximalista, e advertia sobre um perigo iminente no Paraguai (El Diario, 1919). No dia 15 de janeiro, o governo peruano atendeu, após uma greve geral maciça e violenta, a reivindicação da jornada de trabalho de oito horas (Drinot, 2011, p. 52).

conspiratórios, que às vezes as inspiravam, também eram resultado de um processo de circulação internacional.

1 Prelúdio brasileiro

Em julho de 1917, a cidade de São Paulo vivenciou uma greve generalizada, parte integrante de uma movimentação geral dos operários depois de anos de profunda depressão econômica. Os grevistas exigiam aumentos salariais e jornada de trabalho de nove horas, e o conflito desembocou em trocas de tiros e outros episódios violentos. Em 8 de julho faleceu um sapateiro anarquista, vítima da repressão policial, e o seu enterro se converteu em uma gigantesca manifestação operária. Nos dias que se seguiram, a greve se tornou total e os choques entre os manifestantes e a polícia se multiplicaram, ao mesmo tempo que as autoridades começaram a ser atacadas. Nem todos os acontecimentos foram igualmente graves, já que a inversão de hierarquias e a dinâmica lúdica própria do Carnaval apareceram, pelo que várias das manifestações acabaram por ter caráter festivo. Contudo, dada a extensão do movimento, o governo brasileiro mobilizou a Marinha e o Exército para conter os protestos.

O aumento do custo de vida foi fundamental para desencadear essa greve, assim como a intransigência dos patrões. Já o referencial internacional, por outro lado, esteve praticamente ausente: as referências à revolução de fevereiro na Rússia eram poucas na imprensa anarquista, e o 14 de julho francês continuava a ser o símbolo de liberdade pelo qual apelavam os jornais anarquistas (Fausto, 1977).

O governo do estado de São Paulo foi surpreendido pela extensão da greve, e seus porta-vozes atribuíam às causas do movimento a piora das condições de vida, sem enfatizar a atuação dos militantes libertários. Porém, à medida que a greve se expandia e a violência aumentava, o governo começou a apelar ao tema que era utilizado pelas elites de diversos países, desde a década de 1870, para explicar o conflito social: a presença de agitadores estrangeiros. Essa explicação não apenas tirava a responsabilidade do Estado perante a situação

social, como também refletia a certeza de que os setores populares não eram capazes de chegar, por si mesmos, a tal nível de mobilização e agressividade (Fausto, 1977).

O próprio secretário da justiça atribuiu a violência a agitadores anarquistas vindos da Argentina, uma opinião compartilhada pelo cônsul dos Estados Unidos, o qual afirmou que se tratava de anarquistas espanhóis oriundos da Argentina. É significativo destacarmos, neste ponto, que, para as classes dominantes do Brasil, o perigo não vinha da Rússia e, passada a greve, até o jornal *O Estado de S. Paulo* ridicularizava as denúncias do governo sobre a responsabilidade dos agitadores estrangeiros (Fausto, 1977).

Apesar disso, é importante ressaltarmos esse primeiro eixo de circulação: antes mesmo que se atribuísse a origem de todo o mal revolucionário aos enviados de Moscou, indicava-se que este vinha de Buenos Aires. Provavelmente, essa crença se originava da visibilidade – ainda que não mais predominante – do anarquismo dentro do movimento operário argentino e dos conflitos sociais que aconteciam no país desde 1917. De fato, com o término da Primeira Guerra Mundial, a economia argentina começava um processo de recuperação da situação crítica pela qual havia passado nos anos anteriores, o que possibilitou a diminuição dos índices de desemprego, fenômeno que provocou o crescimento da filiação aos sindicatos.

Essas circunstâncias, somadas ao persistente aumento do custo de vida – o qual implicou a queda contínua do valor dos salários –, explicam por que, desde meados de 1917, as greves de trabalhadores se multiplicaram na Argentina como expressão de um descontentamento social que se estendia a amplos grupos de trabalhadores (Panettieri, 1982; Bilsky, 1984). Além disso, as críticas do conservadorismo argentino à grande parte das políticas sociais e trabalhistas do governo de Yrigoyen – como a mediação em caso de conflitos – e seus tons plebeu e plebiscitário (Lvovich, 1999) podem ter contribuído para alarmar seus equivalentes brasileiros.

Isso mudaria alguns meses mais tarde. No dia 18 de novembro de 1918, começou no Rio de Janeiro uma greve de grandes proporções que envolveu os trabalhadores da indústria têxtil, da construção, das pedreiras e os metalúrgicos. Na maior parte do tempo, foi uma greve pacífica, ainda que em alguns estabelecimentos têxteis tenham acontecido choques violentos. Simultaneamente, um setor do anarquismo brasileiro projetou um movimento insurrecional para o dia em que se iniciaria a greve geral, graças aos seus contatos com os líderes sindicais cariocas (Nébias, 2009). Os anarquistas tinham a intenção de mobilizar o maior número possível de trabalhadores e soldados. De acordo com o plano, a insurreição deveria se iniciar no Campo de São Cristóvão, e dali marchariam para o prédio da Intendência de Guerra.

Na tarde de 18 de novembro, quando as forças policiais tentavam dispersar os trabalhadores, começou uma troca de tiros entre elas e os anarquistas. A delegacia local foi atacada e ocupada pelos grevistas. Um grupo da Cavalaria do Exército, que chegou para auxiliar a polícia, conseguiu controlar a situação a custo de muitos feridos. Ainda que muitas pessoas tenham sido presas em toda a cidade, a greve continuou. As autoridades relacionavam as manifestações dos grevistas ao suposto plano anarquista para derrubar o governo e tomar o poder. O chefe da polícia, Aurelino Leal, comunicou ao vice-presidente da República em exercício que a cidade estava sendo ameaçada por um movimento subversivo.

A polícia não conseguiu provar que os anarquistas e os trabalhadores presos participavam de uma insurreição que almejava derrubar o governo, já que as evidências contra os acusados eram muito frágeis (baseavam-se apenas nos testemunhos de um delegado e de um tenente da polícia). Como indica Nébias (2009), é evidente que os trabalhadores cariocas estavam envolvidos com a greve e não com a insurreição anarquista, e que os anarquistas tinham grandes dificuldades para influenciar a massa proletária. Apenas umas poucas dezenas de trabalhadores do setor têxtil tiveram algum envolvimento com o projeto insurrecional.

Contudo, a maior parte da imprensa e dos líderes políticos associou a greve geral com o suposto levante. Em uma entrevista, o chefe da polícia sustentou que “[...] o movimento foi puramente anarquista, com intuições maximalistas, isto é, o estabelecimento dos soviéticos, com o seu cortejo de saques, desonra de virgens, de sangue e demais práticas selvagens” (Nébias, 2009, p. 200).

Ainda que a violência tenha sido duramente condenada, esses atores reconheciam que muitas das reivindicações dos trabalhadores eram justas. Não criticavam a luta por direitos, mas os métodos violentos empregados, ao mesmo tempo que atacavam fortemente os anarquistas, vistos como manipuladores dos trabalhadores e pessoas violentas que ameaçavam a sociedade (Nébias, 2009). Entre as elites, predominava o discurso que considerava os trabalhadores pacíficos e ordeiros, e os agitadores, estrangeiros influenciados pelo anarquismo. Essa afirmação não se confirma pelos dados objetivos, já que, no Rio de Janeiro, os anarquistas eram em sua maioria brasileiros ou estrangeiros que residiam há muito no Brasil e que haviam conhecido as ideias libertárias no país.

Em razão da conjuntura internacional marcada pela Revolução Russa e pela propaganda anarquista, a greve geral de 1918 foi associada a planos insurrecionais, e essa associação levou um setor da classe dirigente a promover reformas sociais, como mostra a rápida aprovação da lei sobre acidentes de trabalho e os debates sobre o Código do Trabalho (Nébias, 2009). O medo de que os trabalhadores se unissem aos anarquistas teria incentivado as autoridades a seguir uma política reformista e a considerar que a questão social não era um problema importado da Europa – como se afirmava até então –, mas que estava presente no Brasil. Para outros setores, contudo, a repressão era o único caminho, como manifestava um jornal carioca:

Os acontecimentos que se passaram ontem nesta cidade devem ter trazido a todas as classes conservadoras da população a convicção de que não é mais possível transigir com os agitadores, que procuram arrastar o proletariado brasileiro a uma perigosa aventura, para repetir no nosso país as cenas de anarquia que

desorganizaram a Rússia e eliminaram, politicamente, do convívio das nações o antigo império moscovita. Quando o movimento revolucionário vem para as ruas lançar bombas e tentar assaltar os depósitos de material bélico, não é mais tempo de discutir reivindicações e de argumentar sobre teorias sociológicas. A hora é de ação, de ação enérgica, de ação inflexível, sem hesitações e sem temores, para defender a ordem pública, para proteger a propriedade particular, para assegurar a inviolabilidade dos lares, ameaçados pelo saque e pela violência da mazorca (O Paiz, 1918).

No caso do Rio Grande do Sul, observamos algo similar: enquanto o governo estadual reconheceu a legitimidade das greves de 1917, as reivindicações operárias de 1918 e 1919 foram interpretadas como desculpas para tentativas de subversão da ordem e duramente reprimidas (Queirós, 2014). Esse foi o mesmo espírito que predominou nas ruas de Buenos Aires apenas alguns meses mais tarde.

2 O grande medo no rio da Prata: Buenos Aires e Montevidéu

Em um contexto internacional marcado pelas revoluções sociais europeias e a crescente conflitualidade latino-americana, o aumento da tensão social em Buenos Aires também foi interpretado, por boa parte dos setores dominantes, como o início de um complô maximalista. O fato de um setor do movimento operário manifestar a sua adesão ao bolchevismo foi considerado uma demonstração adicional da existência desse complô, embora sua influência fosse limitada. A atribuição de uma relação de causalidade entre os dois fenômenos se torna incompreensível se não recordamos os sistemas de explicação já tradicionais: a acusação conservadora dirigida aos ‘agitadores estrangeiros’ de serem responsáveis pelas lutas operárias e as crenças de tipo conspiratório difundidas pela igreja católica. A reação operária diante da brutal repressão policial foi tomada como mais um indício da existência de uma conspiração, a qual foi

confirmada pela circulação de documentos apócrifos empregados como testemunhos contundentes da realidade.

Nesse contexto, incluem-se as perseguições e a violência exercidas contra pessoas e organizações judaicas, as quais eram consideradas responsáveis pelos acontecimentos, não apenas pela associação semântica entre os conceitos de ‘russo’ e ‘judeu’ – fator tantas vezes apresentado como explicação –, mas também por causa da existência de representações conspirativas sobre o judaísmo, que se tornavam verossímeis diante do que estava acontecendo.

A perspectiva analítica que postulamos não é rigorosamente nova, já que foi esboçada por alguns atores contemporâneos aos fatos. Poucas semanas depois dos acontecimentos de janeiro de 1919, dizia a revista *Nosotros* em seu editorial: “O medo explica muitas coisas, talvez as justifique, e, em esse caso, é o maior responsável, depois da imprevisibilidade e da perplexidade em um primeiro momento. Ele criou muitos desses fantasmas e fez correr muito sangue” (*La huelga...* 1919, p. 10-11).

Não foi essa a primeira ocasião em que o medo da revolução social tomou conta das classes dominantes argentinas³. Ao contrário de outros momentos, contudo, em que os temores – e os rumores que serviam como principal instrumento de sua difusão – foram rapidamente desmentidos, nos primeiros dias de 1919 eles já estavam sedimentados, depois de um considerável período desde que as versões alarmistas haviam se iniciado. Todos os jornais de Buenos Aires dedicavam, desde 1917, grande atenção às revoluções, à guerra civil na Rússia e aos eventos na Europa central, reproduzindo a grande

3 Em abril de 1901, a imprensa reportava a existência de um complô internacional anarquista, no qual um anarquista de Rosário iria assassinar o imperador da Alemanha. Durante a greve dos marinheiros de 1902, as classes altas de Buenos Aires viveram momentos de pânico quando correu o rumor de que 30 mil trabalhadores armados avançavam sobre o centro da cidade dispostos a chegar à sede do governo (Oved, 1978).

quantidade de notas que vinham das agências internacionais de notícias.

Ao final de 1918, um verdadeiro medo da revolução tomou conta de boa parte dos setores dominantes da Argentina, que acreditavam ver, nas ações de alguns grupos de esquerda e do movimento operário, os sinais de uma catástrofe que se aproximava. Sem dúvida, os acontecimentos no Rio de Janeiro ajudavam também a dar contornos reais a esse temor.

Em uma reunião da Comisión de Propaganda de los Círculos Católicos de Obreros, afirmava-se que os ventos da decomposição social que agitavam o mundo – começando pela França, passando por Barcelona, onde, durante a Semana Trágica, houve o fuzilamento de Ferrer, e continuando na Rússia – estavam fazendo sentir não apenas na Europa, mas também no Brasil, no Chile e na Argentina. A constatação do perigo revolucionário em Buenos Aires – diante do qual se convocava uma participação ativa e organizada dos membros dos Círculos – era facilmente evidenciada:

Nas últimas manifestações anarquistas, circularam pelas ruas dessa cidade as bandeiras – uma de cor negra e outra de um vermelho obsceno (anarquistas e maximalistas) – da rebelião e da vergonha, sujas em sangue e feitas com ódio, erguidas pelos párias da sociedade e seguidos pela escória da mesma (Cuaderno... 1918, p. 85-86).

Depois dos acontecimentos de janeiro, o conservador Estanislao Zeballos afirmava que “[...] os preparativos da greve revolucionária eram públicos desde meses atrás”. Para ele, o desleixo governamental em se preparar para ela havia deixado os habitantes de Buenos Aires abandonados “[...] aos tumultos organizados por grupos implacáveis, formados em sua maioria por estrangeiros e por número muito maior de crianças de 10 a 15 anos” (Zeballos, 1919, p. 274).

Poderíamos afirmar que análises desse tipo faziam parte das tradicionais acusações conservadoras contra o governo radical, de

modo que não seriam um indício real de medo do bolchevismo. Contudo, os próprios radicais empregavam esse tipo de argumentação. De acordo com David Rock (1977), o periódico oficial *La Época* dizia, em novembro de 1918, que o maximalismo era, inicialmente, uma abstração intelectual de rapazes desempregados, mas que, depois das manifestações anarquistas no final desse mês (e, especialmente, depois da greve da polícia em Rosário, em 8 de dezembro), deixou-se tomar pelo pânico e começou a culpar os anarquistas pela greve, afirmando que havia sido encontrada propaganda bolchevique na cidade.

A transformação do caráter das informações que circulavam entre os homens do governo no rio da Prata está relacionada com uma rápida mudança na imagem do inimigo dentro de visões conspirativas similares. Em 20 de agosto de 1918, um telegrama cifrado da legação brasileira em Montevidéu, dirigido ao Itamaraty, transmitia uma mensagem do Ministério das Relações Exteriores uruguaios aos seus pares no Brasil. A mensagem advertia que os estivadores do porto de Santos estavam prestes a começar uma greve em solidariedade aos grevistas do porto de Montevidéu, os quais agiam devido a manobras alemãs para impedir que carne e cereais fossem embarcados para os aliados. No dia seguinte, incluía-se, por via igualmente confidencial, uma denúncia sobre as ramificações desse suposto plano alemão na Argentina, Chile e Paraguai (Telegramas... 1918).

O inimigo espectral seria substituído ao final daquele ano. Vários informes, produzidos nas legações argentinas no exterior ou encaminhados pelas representações diplomáticas estrangeiras acreditadas em Buenos Aires, advertiam, em dezembro de 1918, sobre aeminente chegada ao país de agitadores russos que preparavam um golpe bolchevique, aumentando o receio entre os membros do governo. Entre elas, é particularmente relevante a nota confidencial enviada em 28 de dezembro de 1918 pela legação argentina em Montevidéu ao ministro das relações exteriores, e encaminhada ao Ministério do Interior no dia 31 do mesmo mês.

Essa nota informava que a greve da polícia em Rosário havia despertado intensa agitação no seio do movimento operário da capital uruguaia “estimulada por cabeças anarquistas”, entre as quais predominavam “russos e espanhóis”. Diante dessa situação, o governo uruguai estava disposto a reprimir “com rude energia”, como já havia feito na semana anterior ao dissolver uma manifestação em que se “pregava a revolução social”. O exército uruguai estava mobilizado e pronto para sufocar qualquer tentativa de revolução, e a maior parte dos policiais de nacionalidade espanhola foi demitida e os russos estavam sendo “[...] expressamente vigiados, pois, como é sabido, boa parte deles é filiada à sociedades terroristas que difundem com ardor fanático as doutrinas maximalistas” (Archivo General de la Nación, 1918)⁴.

Nesse contexto, no rio da Prata, a mitologia da ameaça revolucionária se centraria nos judeus. Em ambos os países, desde o século XIX, a imprensa católica havia difundido tanto os mitos do antisemitismo clerical como os do moderno antisemitismo conspiratório (Aldrichi, 2000; Lvovich, 2003), o que ajudou a formar, em alguns setores da população, uma base de crenças, a qual tornava verossímeis as afirmações, correntes desde 1917, que sustentavam a ideia de que a Revolução de Outubro era, na verdade, obra dos judeus.

Essa caracterização da revolução como uma conspiração dos hebreus foi criada originalmente por grupos ligados ao regime czarista e por membros dos exércitos brancos. Aceito pelo próprio Kerensky, o mito se difundiu no Ocidente essencialmente a partir do final de 1919. Em 1917 o jornal *Times*, de Londres, afirmava que “Lênin e vários dos seus seguidores são aventureiros de sangue teuto-judeu, a soldo dos

4 Também das legações de Berna e Haia chegaram relatórios sobre a iminência de uma explosão revolucionária na Suíça e na Holanda, provocada por “agitadores estrangeiros”: informava-se sobre as medidas repressivas postas em prática por ambos os governos e se destacava a necessidade de redobrar a vigilância na Argentina para evitar o ingresso de maximalistas no país. Archivo General de la Nación (Argentina), Fondo del Ministerio del Interior, Ano 1919, Pasta 1, Expediente 180 (reservado), Pasta 5, expedientes 749, 750, 925 e 95 (reservados)

alemães [...]” e que o Soviete de Petrogrado era formado por “[...] típicos judeus internacionais” (Poliakov, 1986, p. 212). Com relação à França, cuja influência esteve sempre tão presente na Argentina, nem *La Croix* nem *L’Action Française* reproduziram essa ideia até 1920 (Poliakov, 1986). Por sua vez, o porta-voz oficial do Vaticano não afirmou nada nesse sentido até maio de 1919⁵.

Em fins de 1918, ganharam novo impulso em Buenos Aires as conferências realizadas nas ruas, que, desde 1916, eram conduzidas por oradores laicos ou religiosos ligados ao catolicismo social. Nesse momento, o tema mais frequentemente abordado era o perigo bolchevique, em boa medida apresentado como oriundo de uma conspiração judaica.

Não eram os católicos os únicos que, antes da Semana Trágica, atribuíam aos judeus o envolvimento em um complô revolucionário. Nas suas memórias de 1931, o então embaixador americano em Buenos Aires, Frederick Jessup Stimson, afirmava ter recebido informes a respeito da existência, em 1918 e 1919, de um movimento internacional liderado pelo comunismo, o qual deveria eclodir simultaneamente nos cinco portos mais importantes para os Aliados – Estocolmo, Rotterdam, Liverpool, Nova York e Buenos Aires –, e seus líderes seriam, em sua maioria, judeus⁶. Os fatos de janeiro de 1919 apenas confirmariam e ampliariam esses temores.

Os acontecimentos que a memória e a história reúnem sob a denominação de Semana Trágica começaram a partir de um conflito sindical nas oficinas Vasena. De fato, depois de mais de um mês

5 Em maio de 1919, *La Civiltà Cattolica* afirmava: “Assistimos ao espetáculo trágico da destruição da Rússia, cuja desordem e anarquia servem à bolsa judaica e à seita maçônica, como na Hungria, na Baviera e em outros Estados alemães. [...] La bable política dell’ora presente” (*La Civiltà Cattolica*, 1919, p. 289-290).

6 Uma testemunha americana que esteve na Argentina durante cinco meses naquela época oferece uma evidência adicional sobre o clima de medo do maximalismo que se vivia nos meses anteriores à Semana Trágica. Suas anotações indicam que várias empresas despediram funcionários russos e judeus, pois os consideravam maximalistas (Dreier, 1920 *apud* Mirelman, 1975).

de greve, a partir de 3 de fevereiro, houve violentos choques entre os grevistas e os guardas armados que cuidavam das instalações da empresa, os quais foram apoiados pela polícia e pelos bombeiros. Como aprofundado em outro texto (Lvovich, 2003), encontramo-nos diante de uma greve totalmente isolada e reivindicativa, distante de objetivos revolucionários.

Não desenvolveremos aqui, de forma detalhada, os acontecimentos de janeiro de 1919 em Buenos Aires; apenas destacaremos que as mortes provocadas pela violência não fizeram nada além de aumentar a afluência popular nas manifestações de homenagem às vítimas, as quais também foram reprimidas. Os dias em que a greve teve maior adesão foram 10 e 11 de fevereiro, nos quais os únicos atos de violência que envolveram os trabalhadores foram resultado do seu encontro com as patrulhas de soldados que ocupavam a cidade ou com policiais que tentavam parar veículos de transporte. Tratou-se de depredações dos serviços públicos de iluminação e água ou ataques a comerciantes que aproveitavam a escassez de alimentos para vendê-los a um preço maior que o habitual.

Simultaneamente, nesses dois dias, se estabeleceu uma ‘caçada humana’: as forças da repressão atacaram os trabalhadores e suas famílias nos bairros operários, assaltaram as sedes dos sindicatos, assassinaram centenas de homens, mulheres e crianças e prenderam milhares de pessoas. As ações repressivas continuaram com menor intensidade até o dia 14 de janeiro, quando a greve terminou. Os militares retornaram aos seus quartéis no dia 16.

A ausência de dados oficiais torna impossível precisar o número de vítimas. As estimativas mais conservadoras indicam cerca de 60 mortos. Segundo a embaixada dos Estados Unidos, esse número chegaria a 1356 vítimas fatais. A quantidade de feridos teria sido entre 400 e 5 mil, e a de presos, entre 5 mil e 45 mil pessoas (Godio, 1986; Bilsky, 1984; Rock, 1972). Entre as forças da polícia, por outro lado, as

baixas foram muito pequenas, o que demonstra o caráter ofensivo da repressão e a inexistência de combates reais⁷.

Enquanto a batalha acontecia, o governo e os conservadores estavam absolutamente convencidos de que se encontravam diante de uma revolução. No dia 10 de janeiro de 1919, *La Época* denunciava a existência

[...] de uma tentativa absurda, provocada e dirigida por elementos anarquistas, alheios a toda disciplina social e estranhos também às verdadeiras organizações de trabalhadores [...]. Se trata de uma minoria sedicosa contra a qual basta opor a firmeza e a sanidade das pessoas adeptas da ordem (Godio, 1986, p. 51).

De forma paralela, a preocupação com os riscos de uma revolução era confirmada e amplificada pela difusão, nos meios de comunicação uruguaios e argentinos, da versão de que as greves gerais que aconteciam em Buenos Aires e Montevidéu expressavam um plano destinado a impor o maximalismo em ambas as margens do rio da Prata (Godio, 1986). O testemunho de Carlos Ibarguren, alguém que não podia ser acusado de simpatizar com o anarquismo, resume o clima em que se vivia naqueles dias: “Este estado psicológico coletivo de medo frente a sangrentas ameaças era o resultado de notícias imaginárias que eram colocadas em circulação não apenas pelos temerosos, mas também por muita gente que as aceitava como verdadeiras” (Ibarguren, 1955, p. 342)⁸.

7 Nos acontecimentos de janeiro, participaram 1800 oficiais, 958 suboficiais e 6793 agentes da polícia, entre os quais se registraram 78 feridos e três mortos (dois agentes e um cabo); AGN, “Fondo Ministerio del Interior”, ano 1919, legajo 8, expediente 2012 - C, “Comisión Pro-defensa del orden, S/datos sobre heridos y muertos en últimos eventos huelguísticos”. Trata-se de informação oficial fornecida pelo Ministério do Interior perante a requisição da comissão presidida pelo almirante Manuel Domecq García.

8 Para os interessados em conhecer melhor a figura de Carlos Ibarguren, remetemos ao artigo de Olga Echeverría e María Laura Reali nesse mesmo volume (N. dos O.).

O embaixador da Espanha na Argentina, por sua vez, era ainda mais incisivo na informação que remetia a seu governo. Ainda que considerasse inegável o ‘caráter revolucionário da greve’, destacava que

[...] a descoberta de um vasto complô revolucionário, com a criação de um *soviete* e até mesmo de um poder executivo formado por imigrantes russos não conseguiu convencer a opinião imparcial, nem parece levá-la a atitudes. Na verdade, nem o movimento nem a repressão estiveram organizados de forma metódica durante o período crítico da greve⁹.

Dessa forma, geraram-se as condições para a aceitação da fantasia de um complô maximalista na Argentina e no Uruguai, cuja responsabilidade era atribuída a uma organização russa de Buenos Aires e a ‘outros judeus da estação Bernasconi’. Seu corolário foi a prisão de Pedro Wald – jovem judeu imigrado da Rússia, dirigente do Bund e quem a polícia acusou de ser o presidente do soviete argentino –, junto com sua namorada e vários dos seus supostos ministros.

Nesse contexto de repressão dos trabalhadores durante a Semana Trágica, entre os dias 9 e 14 de janeiro, foi desencadeada nas ruas de Buenos Aires uma verdadeira caça aos judeus. Os principais atos de hostilidade especificamente antisemita ocorreram no bairro de Once, e todos os relatos coincidem em destacar a barbárie dos ataques que tiveram vez ali. Diante da passividade policial, foram saqueados os prédios da organização teatral israelita, Avangard Poalei Sion, nos quais também funcionavam as associações de padeiros e curtidores judeus. Seus móveis, arquivos e bibliotecas foram queimados e as pessoas que ali estavam foram agredidas.

Os ataques, perpetrados por civis, policiais e soldados que disparavam contra os passantes, assassinando vários deles a sangue

9 Archivo General de la Administración. España. Fondo Ministerio de Relaciones Exteriores, Caja (10) 11/54 9156.

frio, continuaram por todo o bairro. São numerosos os testemunhos sobre as torturas sofridas pelos judeus nas ruas e no Departamento Central de Polícia, os ataques e incêndios de casas e comércios por todo o bairro, as humilhações a que foram submetidos homens, mulheres, jovens e anciãos. Como em todos os casos ocorridos durante a Semana Trágica, o número de vítimas judias não foi elucidado. Segundo a exposição que o comitê da Coletividade Israelita levou às autoridades, o saldo foi de ‘poucos mortos e milhares de feridos’¹⁰, ainda que, de acordo com o testemunho de Wald, essa lista esteja incompleta. Conforme fontes policiais, de um total de 3578 presos na cidade de Buenos Aires, 560 eram judeus. A proporção de cerca de 16% dos detidos implica uma notável super-representação dos judeus entre eles¹¹.

Uma situação semelhante, ainda que menos estudada pela historiografia e infinitamente menos cruenta do que a argentina, aconteceu no Uruguai no mesmo período. No dia 11 de janeiro, as autoridades uruguaias anunciaram que haviam comprovado o funcionamento de três sovietes em Montevidéu e informaram ter conseguido prender cinco russos (La Razón, 1919 *apud* Seibel, 1999). O jornal moderado *El País*, de Montevidéu, reconheceu que tudo havia começado como uma greve normal, mas também denunciou a existência de sovietes formados por “[...] elementos agitadores que sonham em reproduzir aqui, na sua terra adotiva, os horrores de

10 Comité de la Colectividad Israelita, A/ número de atropellos contra individuos e instituciones de la colectividad, locales de los mismos y s/ audiencia al excelentísimo Sr. Presidente de la Nación (AGN, Fondo Ministerio del Interior, Legajo 5, expediente 838 - C, folios 12-13).

11 Archivo de la Policía Federal Argentina, Sección 1, Libro de Presos nº 4, p. 44-46 (Rivanera Carlés, 1986). Essa super-representação se acentuava no caso da lista de indivíduos ‘imorais e perigosos’ a serem expulsos do país que a polícia da capital levou ao Poder Executivo, embora na maior parte dos casos a deportação não tenha acontecido. Entre os incluídos na lista, 46% eram judeus, ainda que essa alta proporção também seja explicável porque a lista incluía não apenas militantes políticos, como também os traficantes de mulheres brancas da organização Zwi Migdal (Rivanera Carlés, 1986).

Petrogrado e de Moscou" (*El País*, Montevideu, 11 e 12 jan. 1919, p. 1).

O temor de que os acontecimentos de Buenos Aires se estendessem ao Uruguai fez com que o governo tomasse medidas preventivas. Quatro regimentos se deslocaram de El Cerrillo para áreas próximas da capital, e a polícia confiscou as armas das lojas e toda a pólvora das empresas de mineração. A presença de forças policiais impediu a realização de reuniões da Federación Obrera Regional Uruguaya, cujos delegados foram, além disso, agredidos e presos (*El País*, 1919). Em Montevidéu, as sedes de várias instituições judaicas foram submetidas à busca e apreensão, e o bairro de Cerro – cuja população era formada basicamente por imigrantes – foi militarmente ocupado. Uma alta porcentagem da população judaica de Montevidéu esteve presa em algum momento e um número considerável de operários dessa origem foi deportado.

Como assinala Clara Aldrighi (2000), a interpretação antissemita dos acontecimentos de janeiro no Uruguai foi consolidada a partir da leitura do que acontecia na Argentina por parte da direita. Nos primeiros dias de janeiro de 1919, o jornal católico *El Bien Público* assumiu a interpretação mais conservadora dos acontecimentos, insistindo na qualidade de estrangeiros dos agitadores para depois referendar a interpretação antissemita que vinha dos seus colegas argentinos. Gustavo Franceschi, nas páginas dessa publicação, dizia que "O elemento que chamamos erroneamente de russo e que, em sua quase totalidade, não é de raça eslava, mas hebraica [...] tinha, sem dúvidas, seus comitês secretos, que contavam com grandes somas de dinheiro" (Aldrighi, 2000, p. 155), pelo que aconselhava ao governo argentino a sua expulsão. Já Héctor Lafaille destacava as incompatibilidades física, psicológica e moral dos imigrantes judeus com relação à população local (*El Bien Público*, 1919 *apud* Aldrighi, 2000).

Outras interpretações de caráter conspiratório dos fatos no rio da Prata não tiveram tanta aceitação ou difusão, mesmo que apoiadas por porta-vozes altamente qualificados, talvez porque essas versões

caíram em um terreno ao qual faltavam as camadas de crenças prévias que as tornassem verossímeis. Como vimos, esse foi o destino dos informes confidenciais uruguaios de agosto de 1918, que defendiam a ideia de que tudo tinha sido orquestrado pelo kaiser alemão. Esses foram rapidamente esquecidos e a imagem da revolução bolchevique logo se estabeleceu.

Nos informes que a legação da França em Buenos Aires enviava ao *Quai d'Orsay* – influenciados pela aversão francesa pela Alemanha no imediato pós-guerra – se defendia com insistência a responsabilidade de agentes alemães ou germanófilos pelo que havia acontecido em janeiro (Lépori de Pithod, 1988). Alguns dias mais tarde, alguns jornais brasileiros reproduziram as afirmações do *Daily Graphic* de Londres, que culpava o inimigo recém-derrotado e afirmava que os alemães da Argentina tinham criado, desde o começo da guerra, uma estrutura bem montada para gerar greves e prejudicar as exportações para os Aliados: “É essa organização, apenas em parte destruída, a instigadora da greve atual” (O Estado de S. Paulo, 12 jan. 1919; Jornal do Brasil, 12 jan. 1919).

Uma explicação que envolvia mais atores, oriunda do jornal estadunidense *Evening Star* e difundida pela *United Press*, estava próxima do mito conspirativo que vinculava os bolcheviques e os alemães por causa do trem que havia levado Lenin à Rússia. No dia 15 de janeiro, o *Evening Star* afirmava que na Argentina acontecia uma revolução bolchevique cuidadosamente planejada, para explodir de forma simultânea em vários lugares do mundo: “Como se a revolução argentina tivesse um relógio, esperou-se a metade do verão, quando as colheitas ainda não foram embarcadas [...]. A revolta também tem, sem dúvidas, a intenção de excitar os sentimentos em apoio aos bolcheviques e aos *Spartacus* ultra socialistas da Alemanha” (O Estado de S. Paulo, 16 jan. 1919).

O êxito da conspiração na América do Sul teria como consequência uma grande influência alemã na região e obrigaria os Aliados a admitir os bolcheviques como representantes da Rússia na Conferência de Paz de Versalhes. Se a revolução triunfasse no Uruguai, seria a carta

decisiva para a vitória do bolchevismo na Argentina. Ainda que a Semana Trágica tenha acontecido de modo simultâneo à revolução espartaquista e se tenha acusado o jornal socialista *Vorwärts*, escrito em língua alemã, de incitar a revolução, não existiu uma acusação formal dirigida ao conjunto de residentes alemães na Argentina ou no Uruguai nem se tomaram medidas excepcionais contra esse grupo. Os mitos conspirativos não podem ser interpretados em relação com a verdade, mas de acordo com a sua efetividade, e, no rio da Prata, não existiam condições para que uma versão conspiratória como essa fosse crível.

3 Dois momentos no Chile

Entre 1917 e 1920, os sindicatos de trabalhadores urbanos chilenos se expandiram significativamente sob direção sindicalista, na esteira da recuperação da produção de salitre depois da depressão de 1914, da redução dos salários de 1914 e 1915 e dos aumentos de preços de 1916 e 1917. Entre 1917 e 1920, houve um ciclo de greves no qual as ideologias desempenharam papel menor diante do pragmatismo sindicalista, que predominou (DeShazo, 2007). A combinação de alta dos preços e diminuição dos salários foi determinante não apenas para a eclosão de inúmeras greves, como também para a criação da Asamblea Obrera de la Alimentación Nacional (AOAN), ligada à Federación Obrera de Chile (FOCH) e capaz de agregar um amplo espectro das classes populares (Bohoslavsky, 2009). A AOAN centrava as suas ações nos problemas de carestia e consumo e, além disso, reclamava a elaboração de leis de proteção social (Grez Toso, 2001).

A mobilização maciça da AOAN em 22 de novembro de 1918 levou o governo a sancionar a Lei nº 3446, denominada Lei de Residência, cujo projeto havia sido apresentado 16 meses antes. A lei permitia a expulsão sumária dos estrangeiros que questionassem a ordem estabelecida por meio da violência ou que divulgassem doutrinas contra a nação (Bohoslavsky, 2009). Em fins desse ano, a convocação para uma greve geral em Magallanes levou a uma violenta repressão

da Marinha, em um contexto de grande ‘medo vermelho’ entre as classes dirigentes (Ahumada González, 2016).

Também no caso chileno uma parte da elite dirigente atribuiu aos agitadores estrangeiros a fonte dos conflitos sociais. A imigração estrangeira, apesar da sua pequena monta em comparação a outros países do Cone Sul, atemorizou a classe dominante, que via nos protestos a mão oculta de agentes estrangeiros que planejavam desordens. A partir desse temor, foi criado um aparato jurídico e policial que teve como eixo central o problema da chegada ao país de sujeitos e ideias classificadas como subversivas. Como explicam Plaza Armijo e Muñoz Cortés (2013), a figura do estrangeiro subversivo possibilitava remover da discussão as causas sociais e materiais do descontentamento.

A tese dos agitadores estrangeiros era antiga, mas o caso argentino, em que o anarquismo criou raízes uma década antes do que no Chile, serviu de exemplo e de alerta para os países vizinhos: “Grande parte da imagem do estrangeiro subversivo que podemos apreciar no Chile foi inspirada pelo caso argentino e por sua peculiar situação de Nação receptora de um número elevado de imigrantes” (Plaza Armijo; Muñoz Cortés, 2013, p. 116). Não por acaso, a Lei de Residência argentina de 1902 foi a inspiradora da sua equivalente chilena, sancionada em 1918.

Em janeiro de 1919, o conflito atingiu seu apogeu. Iniciou-se nesse mês a greve dos motorneiros em Santiago e a dos mineiros de carvão em Concepción, seguidas por um violento conflito que terminou com um massacre de trabalhadores em Puerto Natales. No dia 14 de janeiro, a AOAN convocou uma concentração para o dia 27 desse mês em Valparaíso. Diante disso, o presidente Sanfuentes declarou, em 14 de janeiro, que os trabalhadores mereciam a atenção das autoridades, mas que também era certo que elementos subversivos tentavam se infiltrar entre eles: “Os trabalhadores sabem que esses elementos não devem ser tolerados, porque senão o governo deverá responder com toda a força” (DeShazo, 2007, p. 234).

O governo nacional solicitou a todos os governadores das províncias a aplicação da Lei de Residência (O Estado de S. Paulo, 21 jan. 1919). A concentração da AOAN reuniu 50 mil pessoas, decidindo-se pela realização de outra em Santiago, em 7 de fevereiro, o que levou o governo a decretar o estado de sítio em Valparaíso e Santiago desde o dia 3 de fevereiro. Tal decisão contou com a quase unanimidade do parlamento e também com o apoio da imprensa, a qual ressaltava que os ‘subversivos’ utilizariam a manifestação da AOAN como plataforma para incitar a violência. Ela, ao final, acabou não acontecendo, em razão de uma onda de prisões de dirigentes da FOCH (DeShazo, 2007).

A elite se dividia na sua interpretação sobre o descontentamento popular. Um setor entendia que havia uma legítima questão social, a qual deveria ser enfrentada por meio de uma política reformista, enquanto outro tinha uma visão mais conspirativa e xenófoba. Em 1919, este último setor sustentava a ideia de que o país era objeto de uma campanha conduzida por estrangeiros, como peruanos, judeus, russos ou argentinos. *El Mercurio* destacava, em 1920, que a Rússia estava dominada pelos judeus, e o *El Diario Ilustrado* dizia que a revolução havia sido planejada pelos judeus (Bohoslavsky, 2009), assumindo, assim, a interpretação antes adotada na Argentina e que se espalhou, como vimos, por todo o Ocidente. O impacto dos acontecimentos de janeiro na Argentina fez com que fosse adotada essa interpretação. *El Mercurio* advertiu que a suspensão das garantias constitucionais por meio do estado de sítio não era dirigida contra o são povo chileno, mas contra a “[...] a massa amorfa dos sem Pátria que [...] tentam levar a cabo programas de anarquia e dissolução” (*El Mercurio*, 1919 *apud* Bohoslavsky, 2009, p. 61).

O governo apoiou as Ligas Patrióticas, que renasceram em 1918 e atacaram fisicamente estudantes, dirigentes sindicais e mineiros peruanos no norte, ao mesmo tempo que vociferavam contra os ‘judeus peruanos’. O violento conflito que aconteceu em Puerto Natales em janeiro de 1919 foi relacionado pela polícia e pela direita chilena com anarquistas argentinos que fugiam da Semana Trágica. Essa hipótese

era meramente especulativa, mas a atmosfera de especulação comunista lhe dava credibilidade diante das autoridades. Além disso, ela se sustentava a partir de versões semelhantes relacionadas aos conflitos sociais da década anterior (Bohoslavsky, 2009). No dia 30 de janeiro, *Chile Austral* lançou uma nova versão, alegando que os culpados não eram argentinos, mas peruanos, “[...] uma raça de negros e chilenos” (Bohoslavsky, 2009, p. 74). Todos os inimigos imaginários, artífices da ameaça contra a nação, estavam finalmente listados e mencionados com clareza.

4 Considerações finais

Colocando em sequência as descrições das mobilizações sociais que aconteceram entre novembro de 1918 e janeiro de 1919, as maneiras como foram interpretadas e as formas com que os Estados as enfrentaram, encontramos uma série de similaridades que nos permitem pensar em um fenômeno transnacional. Nesse sentido, é possível afirmar que a Semana Trágica argentina foi uma expressão particular de uma série de fenômenos relativamente próximos que atingiram outros países do Cone Sul, por sua vez inseridos em um contexto mundial de convulsões sociais. Como toda manifestação dessa natureza, existem elementos internacionais que exercem influências similares, mas que se refletem em condições nacionais que determinam as suas particularidades.

Entre os primeiros, podemos destacar as configurações similares dentro das elites, com uma ala reformista e outra inflexivelmente repressiva, e ciclos econômicos muito próximos em todos os países considerados. Entre as particularidades, podemos enumerar a enorme violência repressora na Argentina e no Chile – que contrasta com uma violência relativamente moderada no Brasil e os fortes tons antisemitas que marcaram a interpretação dos fatos – e a ação governamental nos países do Rio da Prata. Igualmente, as tradições nacionais explicam o lugar que o suposto responsável pelo mal assumiu em cada caso: russos, judeus, peruanos, argentinos eram os

artífices da conspiração, de acordo com os temores e representações de quem os acusavam.

Devemos destacar, ao mesmo tempo, uma constatação relevante com relação à circulação dos temores e dos mitos conspirativos que explicaram – ao menos durante um tempo e para uma parte dos setores dominantes e da grande imprensa – os fenômenos sociais no trimestre estudado. Embora seja verdadeiro que esses temores se derivavam, em boa medida, da observação do que acontecia em Moscou e Petrogrado, constatamos que também se originavam da maneira com que se representavam os acontecimentos do Rio de Janeiro, Santiago e Buenos Aires, ou da suposta presença de ativistas provenientes não apenas da Rússia, mas também dos países vizinhos.

A avaliação que os contemporâneos das greves no Rio da Prata faziam do fenômeno como algo único, a inspiração que um país encontrou na legislação emanada de outros, a compreensão de cada episódio de greve como espelho de um anterior, a circulação de teorias explicativas próximas, tudo isso nos obriga a um aprofundamento do estudo desses fenômenos a partir de uma perspectiva transnacional comparada, de modo que a ampliação da escala nos permita melhorar nossa compreensão sobre o ocorrido.

Referências

AHUMADA GONZÁLEZ, C. Tiemblan los estancieros, los opresores y los capitalistas: el miedo rojo y la lucha contra el inmigrante/agitador no deseado en la Patagonia chilena, 1918-1921. **Procesos Históricos**: Revista de Historia y Ciencias Sociales, n. 29, p. 150-168, 2016.

ALDRIGHI, C. La ideología antisemita en Uruguay: su contexto católico y conservador (1870-1940). In: ALDRIGHI, C.; CAMOU, M.; FELDMAN, M.; ABEND, G. **Antisemitismo en Uruguay**: raíces, discursos, imágenes (1870-1940). Montevideo: Trilce, 2000. P. 129-205.

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN. Serie Movimiento Obrero del año 1919. Buenos Aires: Legación de la República Argentina en Montevideo, 28 dez. 1918. Series Históricas, legajo 31, Nota Confidencial n. 817, f. 40-42.

AVNI, H. ¿Antisemitismo estatal en la Argentina? (A propósito de los sucesos de la Semana Trágica – enero de 1919). **Coloquio**, v. 8, n. 4, p. 49–67, 1982.

BILSKY, E. **La semana trágica**. Buenos Aires: CEAL, 1984.

BOHOSLAVSKY, E. **El complot patagónico**: nación, conspiracionismo y violencia en el sur de Argentina y Chile (siglos XIX y XX). Buenos Aires: Prometeo, 2009.

CUADERNO DE ACTAS DE LA COMISIÓN DE PROPAGANDA DE LOS CÍRCULOS DE OBREROS. Palabras del presidente, Sr. Amadeo Barousse. Buenos Aires: Archivo de la Federación de Círculos de Obreros, 13 dez. 1918. Acta n. 57, p. 85-86.

DESHAZO, P. **Trabajadores urbanos y sindicatos en Chile**: 1902–1927. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2007.

DRINOT, P. **The allure of labor**: workers, race and the making of the Peruvian State. Durham: Duke University Press, 2011.

EL DIARIO. Asunción. 7-25 jan. 1919)

EL PAÍS. Montevidéu: El País, 11-12 jan. 1919. FALCÓN, R.; MONTSERRAT, A. Una vez más la semana trágica: estado de la cuestión y propuestas de discusión. **Cuadernos del Ciesal**: Revista de Estudios Multidisciplinarios sobre la Cuestión Social, v. 3, n. 4, p. 35–50, 1998.

FAUSTO, B. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Difel, 1977.

FONDO MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES. Archivo General de la Administración. Madrid, caja (10) 11/54 9156.

GODIO, J. **La semana trágica de enero de 1919**. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986.

GREZ TOSO, S. El escarpado camino hacia la legislación social: debates, contradicciones y encrucijadas en el movimiento obrero y popular (Chile, 1901–1924). **Cuadernos de Historia**, n. 21, p. 119–182, 2001.

IBARGUREN, C. **La historia que he vivido**. Buenos Aires: Peuser, 1955.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: [s. n.], 12 jan. 1919.

LA CIVILTÀ CATTOLICA. Roma: [s. n.], ano 70, v. 2, n. 1654, p. 289–290, 17 maio 1919.

LA HUELGA SANGRIENTA. **Nosotros**, ano 13, t. 21, p. 10–11, 1919.

LÉPORI DE PITHOD, M. E. **Informes diplomáticos franceses sobre la Argentina, 1879–1930**. Mendoza: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Nacional de Cuyo, 1988.

LVOVICH, D. La imagen del enemigo y sus transformaciones en La Nueva República (1928–1931). **Entrepasados**, n. 17, p. 49–71, 1999.

LVOVICH, D. **Nacionalismo y antisemitismo en la Argentina**. Buenos Aires: Ediciones B, 2003.

MIRELMAN, V. The Semana Trágica of 1919 and the Jews in Argentina. **Jewish Social Studies**, v. 37, p. 61–72, 1975.

NÉBIAS, W. B. **A greve geral e a insurreição anarquista de 1918 no Rio de Janeiro**: um resgate da atuação das associações de trabalhadores. 2009. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo: Officinas d’O Estado de S. Paulo, 12 jan. 1919.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo: Officinas d’O Estado de S. Paulo, 16 jan. 1919.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo: Officinas d’O Estado de S. Paulo, 21 jan. 1919.

O PAIZ. Rio de Janeiro: Typographia d’O Paiz, 19 nov. 1918.

OVED, I. **El anarquismo y el movimiento obrero en Argentina.**

Ciudad de México: Siglo XXI, 1978.

PANETTIERI, J. **Los trabajadores.** Buenos Aires: CEAL, 1982.

PLAZA ARMIJO, C.; MUÑOZ CORTÉS, V. La ley de residencia de 1918 y la persecución de los extranjeros subversivos. **Revista de Derechos Fundamentales**, n. 10, p. 107–136, 2013.

POLIAKOV, L. **Historia del antisemitismo:** la Europa suicida, 1870–1933. Barcelona: Muchnick, 1986. t. 5.

QUEIRÓS, C. A. B. As grandes greves no Brasil meridional durante a Primeira República (1917-1919). **Taller (Segunda Época): Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina**, v. 3, n. 4, p. 14–28, 2014.

RIVANERA CARLÉS, F. **El judaísmo y la semana trágica.** Buenos Aires: Instituto de Investigaciones sobre la Cuestión Judía, 1986.

ROCK, D. **El radicalismo argentino:** 1890–1930. Buenos Aires: Amorrortu, 1977.

ROCK, D. Lucha civil en la Argentina: la semana trágica de enero de 1919. **Desarrollo Económico**, v. 11, n. 42–44, p. 165–215, 1972.

SEIBEL, B. **Crónicas de la Semana Trágica.** Buenos Aires: Corregidor, 1999.

TELEGRAMAS DA LEGAÇÃO DO BRASIL EM MONTEVIDÉU. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Itamaraty, 20-21 ago. 1918. Estante 224, prateleira 2, vol. 16, cifrados.

ZEBALLOS, E. Gobierno radical: los sucesos de enero. **Revista de Derecho, Historia y Letras**, n. 62, p. 273–275, 1919.

Historiadores na consolidação do nacionalismo lopizta paraguaio e sua repercussão no Brasil e em partes da América espanhola (1920–1930)

Eurico da Silva Fernandes

1 Introdução

Um dos mais conhecidos historiadores do Paraguai foi Juan E. O’Leary (1879–1969). Em 1930 era uma pessoa já madura, contando mais de 50 anos. Forjado nas batalhas historiográficas desde a juventude, comuns no Paraguai, não hesitou em reconhecer que o alegrava ser apontado como sacerdote e pontífice do lopizmo. Considerava prazeroso ser posto como o principal restaurador das glórias passadas do Paraguai, supostamente perdidas na Guerra Grande ou Guerra da Tríplice Aliança (1865–1870). No seu livro *Apostolado patriótico*, dizia que tais críticas o elevavam à “[...] suprema magistratura de um culto [...]”, e as aceitava de bom grado (O’Leary, 1930a, p. 141). Efetivamente, O’Leary foi um dos ‘grandes’ historiadores responsáveis pelo revisionismo histórico do Paraguai. Nesse país, a principal figura revista e restaurada foi a do Marechal López, ainda proscrita na década de 1920, dos âmbitos legal, cultural e intelectual do liberalismo. De qualquer forma, O’Leary era já famoso. Conquistou muita fama (e também desprezo) em uma contenda

historiográfica travada contra Cecilio Báez, publicada nas páginas do jornal *La Patria*, entre 1902 e 1903. Com essa fama, lançou-se à tarefa de construir uma contra-história patriótica, diferente daquela liberal sintetizada no jornal *El Cívico* pelo oponente Báez, comum desde a Guerra Grande.

Mas o revisionismo histórico do país não foi obra de um único intelectual. Outros também seguiram o caminho aberto por O’Leary. Em torno do cinquentenário do término da Guerra Grande (1920) e, principalmente, do suposto centenário de nascimento do Marechal López (1926), o lopizmo adquiriu grande pujança entre alguns dos famosos e conhecidos historiadores da época. Entre as principais publicações em torno dessas datas estão *El alma de la raza*, de 1918, *El patriota y el traidor*, de 1920, e, ainda, *El Paraguay, sus grandeszas y sus glorias*, de 1920, de um grande amigo de O’Leary, o também historiador Manuel Domínguez (1868–1935)¹. Do ainda jovem historiador Juan Natalicio González (1897–1966), discípulo de O’Leary na década de 1920, tivemos *Cincuentenario de Cerro Corá*, de 1920, e *Solano López y otros ensayos*, de 1926. Do próprio O’Leary, tivemos *Nuestra epopeya*, de 1919, *El mariscal Solano López*, de 1925, e o *El libro de los héroes*, de 1922. Em 1930, ele também publicou as obras *Los legionarios* e *Apostolado patriótico*. Fulgencio Ricardo Moreno (1872–1933) publicou *La ciudad de la Asunción*, em 1926. Depois desses momentos comemorativos, porém não de menor importância, Juan Natalicio González publicou *El Paraguay eterno*, em 1935, no qual sua pátria foi mostrada como devota do culto antiliberal.

O revisionismo histórico não fora algo singular do Paraguai. Na Argentina ele também se dera de forma acentuada, tendo igualmente

1 Na época da batalha historiográfica entre Báez e O’Leary, Domínguez era vice-presidente do país. Sem vacilar, tomou partido de O’Leary. Defendendo suas ideias na *Revista del Instituto Paraguayo*, publicou um ensaio historiográfico intitulado “Causas del heroísmo Paraguayo”. As causas do heroísmo na guerra contra a Tríplice Aliança foram explicadas não com o terror infundido por López, como aparece na tese liberal de Báez. Inovando, explicou-as por meio da síntese da história, da natureza e da raça do paraguaio.

grande importância na vida cultural e política interna. Nesse país, a principal figura revista e restaurada foi a de Juan Manuel Rosas, sempre proscrita pelos liberais (Svampa, 1994; Quattrocchi-Woissen, 1998). Mas, se o liberalismo paraguaio sempre se referenciou em Mitre e Sarmiento, pais do liberalismo argentino, seu revisionismo não podia fazer qualquer alusão a Rosas. Isso porque, em seus governos (1829–1832 e 1835–1852), Rosas contestou a soberania do Paraguai, considerando-o mera província rebelde ainda a ser reconquistada. O revisionismo especificamente lopizta foi, porém, muito além do Paraguai. O trauma da guerra levou autores da América espanhola, como o mexicano Carlos Pereyra (1871–1942) e o uruguai Luis Alberto Herrera (1873–1959), a se dedicarem à exaltação da figura de López e à revisão da história da Guerra Grande. Esses intelectuais não aceitavam a visão tradicional de que a guerra havia sido uma cruzada pela liberdade contra a barbárie de López.

Diferentemente do rio da Prata, no Brasil não houve um projeto político crítico ao liberalismo fundamentado em uma historiografia revisionista. O próprio termo *revisionismo histórico* surgiu tardivamente no país. Apareceu apenas na década de 1960 entre intelectuais de esquerda que viram em López um líder anti-imperialista. Portanto, o debate brasileiro anterior, das décadas de 1920 e 1930, foi distinto do debate platino (Moreira, 2009), mas isso não significou que a contra-história paraguaia fosse ignorada. Os eventos culturais e historiográficos do Paraguai eram conhecidos, geraram incômodos e foram combatidos com algumas publicações singulares. Gustavo Barroso (1888–1959) publicou *Brasil em face do Prata*, em 1930; Lindolfo Collor (1890–1942), *No centenário de Solano López*, em 1926; Luis da Câmara Cascudo (1898–1986), *López do Paraguai*, em 1927; e Mario Barreto (1877–1938), *A campanha Lópezguaya*, em 1928. Barroso e Cascudo, além do revisionismo paraguaio, rechaçaram o positivismo brasileiro, pois, sendo este crítico à monarquia (1822–1889) e ao militarismo, além de favorável à ‘fraternidade universal’ aos moldes republicanos, ainda se compadeceu de Solano López (Maestri, 2013).

Um dos objetivos deste artigo é apresentar uma síntese da consolidação popular e legal do lopizmo. Para isso, é importante levarmos em conta que a crítica ao regime posterior à Guerra Grande, feita nos anos 1920, foi emitida não apenas por uma oposição politicamente organizada, mas também por produções culturais lopistas destinadas às classes populares. Na arte guarani, como nos poemas e músicas, somadas a um enorme festejo em torno do centenário de nascimento de López, buscava-se fundamentalmente integrar os setores populares ao lopizmo, necessários para uma mobilização diante da provável guerra contra a Bolívia.

Outro objetivo é apresentar o lopizmo por meio de sua forma mais sistematizada, o revisionismo histórico. De modo sintético, discutiremos a produção historiográfica de uma elite intelectual que se tornou a melhor matéria-prima para a ‘invenção’ da nacionalidade lopista do Paraguai. A matriz ideológica da futura política autoritária dos governos de Morínigo e Stroessner adveio dessa vertente historiográfica. Posteriormente, apresentaremos a crítica internacional que o lopizmo sofreu, particularmente de alguns intelectuais brasileiros que se centraram na figura de O’Leary por ser este o ‘maior’ nome do revisionismo paraguaio. Se alguma coisa tinha a capacidade de evocar as paixões de intelectuais brasileiros, era López e a Guerra do Paraguai. Defender as façanhas do Brasil nessa guerra era como defender a nacionalidade do país, fazendo-os debater com O’Leary para desautorizá-lo historiograficamente.

Por fim, analisaremos a contribuição dos historiadores da América hispânica, Pereyra e Herrera, decididos a incorporar o lopizmo ao hispanismo e ao americanismo². O primeiro, em meio à sua vasta obra reivindicadora da experiência espanhola na América, publicou *Solano López y la guerra del Paraguay*. O segundo era defensor da nacionalidade, da solidariedade platina e latino-americana, contrário,

2 Hispanismo e americanismo se sobrepõem, porém, o primeiro privilegia a ação da Espanha na América e no mundo, enquanto o segundo acentua a experiência histórica propriamente americana.

portanto, a qualquer forma de intervenção estrangeira na região. Em 1926, publicou *El drama del 65: la culpa mitrista*. Graças à proximidade geográfica e histórica com o Paraguai, Herrera pôde manter um frutífero diálogo com lopiztas paraguaios.

2 Consolidação legal e popular do lopizmo nas décadas de 1920 e 1930

Os quatro intelectuais paraguaios mencionados (O’Leary, Domínguez, González e Moreno) construíram não apenas afinidades historiográficas em torno de uma história revisada, patriótica e lopizta, mas também afinidades políticas. Foram todos, em momentos distintos, professores, jornalistas, militantes e deputados pelo Partido Colorado. Este partido estava alijado do poder desde 1904, quando o opositor Partido Liberal o venceu em uma guerra civil. Tratou-se de um trauma político importante, responsável por acentuar a ideologia nacionalista daquele e reverberá-la na produção historiográfica dos seus intelectuais³.

Durante a década de 1920, o Partido Liberal – ou Radical – continuava no governo apesar da instabilidade política. Além do tradicional oponente colorado, havia desacordos no seio do próprio liberalismo, como de ‘schaeristas’ e ‘modestistas’. Mas, ao fim daqueles anos, se somaram ainda dois novos movimentos políticos de oposição, conhecidos como Liga Nacional Independiente (1928) e Nueva Generación (1929). Enquanto o espírito ideológico oposicionista se originava em diferentes elementos lopiztas, suas bases sociais se assentavam nas classes médias asuncenas, compostas de estudantes, professores, artistas, comerciantes, intelectuais e militares. A luta política havia se tornado renhida. Entre 1922 e 1923, houve uma crua guerra civil, e, nos anos de 1930 e 1931, setores do exército já eram sediciosos e golpistas. Foi a proximidade da nova guerra, agora contra

3 Para uma boa teorização sobre a relação entre revisionismo histórico e derrotas ou traumas políticos, ver Quattrocchi-Woission (1998).

a Bolívia para a manutenção do território do Chaco, que deu sobrevida ao regime liberal. Quando, em 1932, os bolivianos atacaram o forte Pitiantuta, houve uma mobilização geral que desembocou na Guerra do Chaco (1932–1935). Os setores oposicionistas, então, arquivaram os projetos golpistas e se somaram a uma trégua forçada (Bray, 1981).

Foi nesse contexto de luta política interna e de aproximação da guerra internacional que o lopizmo avançou e deitou raízes sociais e culturais profundas. Sua disseminação social não se restringia mais aos setores organizados nas forças políticas. A iminência de uma nova guerra, aliada à memória da Guerra Grande, o tornava popular, e, valendo-se do pleno respeito à liberdade de expressão garantida pelo próprio liberalismo ‘radical’ governante, houve a multiplicação de publicações, diários e revistas lopiztas. A arte, a literatura e a música, que até esse momento haviam sido quase como meras ‘cópias’ de Buenos Aires (exceto entre aqueles que já pertenciam aos círculos lopiztas e colorados), começaram a buscar uma inspiração própria e nacional. Nas letras surgiu a literatura em guarani, língua restaurada, entre outros, por Manuel Domínguez. Se durante décadas essa língua representou a degeneração que os López haviam imposto ao Paraguai por meio do isolamento do país também a partir da língua nativa, nesse momento ela passou a ser um dos símbolos maiores da ‘paraguaydad’. O espanhol foi substituído pelo guarani na Guerra do Chaco como a língua da guerra e da defesa da pátria. É possível notar a mudança na percepção do guarani pelo próprio Domínguez. Em *Historia de la enseñanza nacional*, de 1897, lamentava a sobrevivência dessa língua mesmo após a Guerra Grande (Domínguez, 1897). Responsabilizava aos López (pai e filho) e também a ação jesuítica pela sobrevivência do que à época considerava um símbolo da barbárie. Porém, em 1924, em uma conferência na Faculdade de Filosofia e Letras de Buenos Aires, intitulada “La lengua, la medicina y la higiene guarani”, posteriormente publicada na obra *La traición a la patria y otros ensayos* (Domínguez, 1959), o historiador postulava que a cultura em guarani era um dos símbolos maiores da nova identidade paraguaia, o lopizmo.

Na verdade, não havia preocupação em saber como a população indígena formulava sua própria concepção de língua, literatura e ‘paraguaydad’, ainda que em guarani os referenciais dos escritores permaneciam espanhóis. De qualquer forma, somava-se à historiografia revisionista as canções, contos e poesias escritas nessa língua, literatura que passou a ser bastante publicada. Um importante papel na fixação e divulgação da poesia e canção popular em guarani coube à revista *Ocara Poty Cue-mi*, publicada a partir de 1922 por Félix Trujillo. Um ano antes, Narciso R. Colmán havia publicado a obra *Ocara Poty*, compilação de poemas também em guarani. O prólogo dela foi escrito por O’Leary, no qual o historiador falava do “[...] gênio sintético dessa língua maravilhosa” (O’Leary, 1921, p. 3). Nessas publicações, temáticas racistas e guerreiras predominavam. Falavam sobre a superioridade do paraguaio na guerra contra a Tríplice Aliança e na certeza da sua superioridade na provável guerra contra a Bolívia. “Primero de Marzo”, “Rojas Silva Rekavo” e “Che la Reina”, de Emiliano R. Fernández, “Salvaje”, de R. Colmán, e muitíssimas outras canções embalavam um tipo de lopizmo popular, em que a bravura do paraguaio era contraposta à covardia dos índios Guaikurú, Chiquito e Chiriguano, que avançaram sobre o Chaco na época colonial. Tratava-se de uma nítida referência pejorativa aos bolivianos do presente (Rivarola, 1993).

Tais canções ganharam impulso em uma conjuntura de grande efervescência nacional-militarista. Em fevereiro de 1927, forças bolivianas mataram o tenente paraguaio Adolfo Rojas Silva quando fazia uma patrulha pelo Chaco. Com isso, as já intensas acusações de *indefensa* do Chaco contra o governo liberal se acirraram. Nos jornais asuncenos oposicionistas, nos discursos políticos e manifestações em praças e ruas, havia a explícita condenação do governo liberal de Eligio Ayala (1924–1928) e do próprio regime liberal. A reprovação por ser um regime entreguista ou legionário tornou-se comum. Entreguista porque, supostamente, entregava o Chaco à Bolívia; legionário em referência ao membro da tropa paraguaia Legión, que lutou ao lado da Tríplice Aliança na Guerra Grande contra o próprio Paraguai.

Na década de 1920, muitos viam no Partido Liberal e no próprio regime liberal dois herdeiros do legionarismo do passado, traidores da pátria. O intelectual, membro do Partido Liberal e ex-presidente do país (1905–1906) Cecilio Báez, por exemplo, foi execrado pelo jornal *Patria*, em um artigo de O’Leary intitulado *San Pablo del legionarismo* (Las epístolas..., 1924). O jornal *Patria* era um órgão colorado que nitidamente politizou o assassinato de Rojas Silva, clamando o povo para uma manifestação pública antiboliviana. Buscou, também, anotar a personalidade guerreira do paraguaio e ainda o seu ‘capital’ heroico, acumulado na guerra. O povo, dizia, “[...] está disposto a derramar a última gota de sangue e a reviver o heroico martírio de 70 em defesa da soberania nacional” (El asesinato..., 1927). Embora aparentemente distante do interesse político imediato, Fernández também homenageou Adolfo Rojas Silva com algumas canções, como a “Primero de Marzo”. Seu título aludia à data de morte de López. Essas canções ajudavam a reabilitar o culto dessa figura no imaginário popular e ajudavam a ‘preparar’ emocionalmente os paraguaios para outra guerra vindoura.

Fernández daria, ainda, muitíssimas provas do seu patriotismo. Em 1930 foi constituída uma Comisión Pro Peregrinación, encarregada de organizar uma viagem até Cerro Corá, local da morte de López, para homenageá-lo. No local, os peregrinos fizeram um culto religioso para ele. Participando tanto da comissão como da viagem, Fernández, ao chegar ao local, recitou “Mariscal Kurusúpe” (Memória..., 2002). Mas sua campanha patriótica ganhou respaldo por um motivo muito interessante: Fernández tornou-se também um herói. Na guerra contra a Bolívia (1932–1935), esteve na linha de frente das batalhas e produziu outras músicas populares. Para uma população cuja maioria era ainda iletrada, não havia melhor meio para a divulgação do lopizmo do que essas canções, tocadas em momentos de grande tristeza como os daqueles duros tempos da guerra. Foi na Guerra do Chaco que o lopizmo galvanizou-se socialmente e se tornou definitivamente popular.

Anos antes, porém, também foi importante para a habilitação do patriotismo lopizta à mobilização festiva em torno da data do suposto centenário de nascimento de López, 24 de julho de 1926⁴. Nesse momento, houve intensa agitação cultural no Paraguai. Uma Comisión Nacional de Celebración del Centenario del Mariscal López (Comité Pro-Homenajes) foi criada e incumbida de organizar um circuito de atividades para o qual toda a sociedade estava convidada. Como dizia o jornal *Patria*, em um chamado dirigido à população para uma manifestação pública, o “[...] amor por nosso passado heroico obriga-nos a assistir a grande citação de honra [a López] [...] [que] todos ocupem seu posto: homens, mulheres e crianças” (Viva..., 1926). O Partido Colorado foi o que mais tentou capitalizar com as manifestações reivindicativas de López. Vários dos seus membros, como o historiador González, fizeram parte do Comité Pro-Homenajes. Por meio do seu jornal, o partido deu enorme cobertura às atividades comemorativas. Dentre elas, destacaram-se os Juegos Florales⁵, as apresentações de peças teatrais⁶, as manifestações públicas⁷, as cartas de adesão vindas de várias partes⁸, um torneio literário em guarani e, ainda, conferências de intelectuais. Em relação às conferências, todas foram de cunho historiográfico. González apresentou a sua, intitulada “La influencia de Solano López sobre el alma nacional”, propagandeada no jornal *Patria* (González, 1926b).

4 Descobriu-se posteriormente que o seu centenário seria um ano depois, em 24 de julho de 1927.

5 Os Juegos Florales foram uma série de campeonatos esportivos (*Patria*, 7 jul. 1926).

6 Duas peças de teatro, *La epopeya del mariscal* e outra em língua guarani, *Mboracjhí-pahjá*, foram propagandeadas no jornal *Patria* (*Patria*, 5 jul. 1926).

7 Em 16 de julho de 1926, ocorreu o que o *Patria*, no dia anterior, havia denominado “[...] a grande concentração de amanhã” (*Patria*, 15 jul. 1926). No dia 24 de julho, dia do centenário, houve outra concentração e discursos públicos (*El Liberal*, 26 jul. 1926).

8 Seguem dois exemplos: cartas de adesão às homenagens a López do “povo de Ipanê” (*Patria*, 3 jul. 1926) e dos “empregados da Aduana da Capital” (*Patria*, 5 jul. 1926).

Manuel Domínguez ofereceu uma exposição que denominou *La visión del pasado* (La visión..., 1926). Em 10 de julho, no Teatro Nacional, Domínguez apresentou a conferência “El mariscal López y la conspiración”. Em sua propaganda, o jornal *Patria* dizia que o “[...] ilustre intelectual exhibirá as provas irrefutáveis da traição [...] que cometaram os filhos espúrios da pátria paraguaia” (El mariscal..., 1926).

Foi no diário desse partido, inclusive, que se publicou o próprio manifesto do Comité Pro-Homenajes, um ensaio também historiográfico que apontou a Guerra Grande como fruto das intermináveis ameaças portenho-imperiais, além do único modo da nação paraguaia tentar prosseguir com a sua existência e soberania. Para o revisionismo histórico, era fundamental alterar o sentido da Guerra Grande. Os liberais haviam apresentado a guerra como revolucionária, porque ela teria devolvido ao povo a liberdade e a soberania roubada pelos ditadores⁹. Para a história revisada do Comité Pro-Homenajes, contudo, a guerra foi “[...] a hora tremenda da prova na qual se santificou com sangue [...] [a] tão discutida vontade autônoma [...]” do Paraguai. O marechal López foi a ‘encarnação’ e o ‘instrumento’ desse desejo do povo, daí decorreria o dever de todo paraguaio em homenageá-lo (Manifiesto, 1926).

Tamanha foi a agitação cultural devido às festividades que mesmo a imprensa governista ‘radical’ liberal, ainda que a contragosto, não pôde se abster de comentar o suposto centenário de López. O *El Liberal*, órgão oficial da fração ‘radical’ do Partido Liberal, dois dias depois dos festejos publicou um artigo narrando alguns fatos do dia 24 de julho (El centenario..., 1926). Mas, ao tom neutro desse artigo, contrapôs-se a obra *El mariscal Francisco Solano López*, publicada ainda em 1926 por uma autoproclamada Junta Patriótica, com vistas a combater aquilo que denominou “[...] campanha de glorificação d[e]

9 Em artigo do jornal legionário *La Regeneración*, há uma explícita comparação entre a França revolucionária e o Paraguai da Guerra Grande (El gobierno..., 1869).

[...] Solano López [...]” (Junta Patriótica, 1926) e seus panegiristas. Nessa obra, vários ensaios historiográficos anti-lopistas de décadas anteriores foram reeditados. Nela há, por exemplo, ensaios de intelectuais que nunca abandonaram o liberalismo, como Cecilio Báez e Manuel Gondra. Há também um ensaio do membro então falecido do Partido Colorado, José Segundo Decoud, oriundo de família legionária. Contudo, para provocar os lopistas, há também ensaios anti-lopistas de historiadores convertidos ao lopismo, como Manuel Domínguez e o próprio Juan E. O’Leary (Junta Patriótica, 1926).

No entanto, em que pesem as críticas dos liberais, o revisionismo histórico da memória de López prosseguia a passo firme. Imiscuía-se, inclusive de modo bastante direto nos planos legal e político. Um grupo do Comité Pro-Homenajes foi encarregado de exigir do poder legislativo um projeto de lei para a abolição de outra lei, que vigorava desde 17 de agosto de 1869 e havia indicado Solano López como um “fora da lei” e “assassino de sua pátria”. Tal lei havia sido publicada nas páginas do jornal legionário *La Regeneración*, ainda durante a Guerra Grande, quando Assunção estava capitulada e López resistia em fuga para o norte (El Gobierno Provisorio..., 1869). Em um artigo do *Patria*, denominado “Nacionalismo del pueblo: frente la ley infame del gobierno legionario”, o Comité Pro-Homenajes exigia do legislativo a eliminação dessa lei, não por honra do próprio “Herói, que está muito acima dela, senão para do [próprio] Paraguai” (Frente..., 1926). Em 31 de agosto de 1926, o presidente Ayala sancionou um projeto que respondia parcialmente aos anseios do comitê. Era a primeira revisão legal da história do Paraguai. Ayala aprovou uma lei que deixava sem valor os papéis oficiais nos quais existisse os qualificativos ‘traidor’ e ‘assassino’, com que os governos posteriores à guerra condenaram a memória de López. Contudo, era uma lei que ordenava proceder de idêntica maneira nos casos em que o marechal havia utilizado o mesmo qualificativo contra os civis e militares que foram por ele condenados nos dolorosos dias de guerra (Brezzo, 2003).

A segunda revisão legal da história ocorreu durante o governo do coronel Franco, logo após a derrubada do regime e do governo

liberal. Em 1º de março de 1936, coincidindo com o 66º aniversário de morte de Solano López, o governo ditou o Decreto nº 66, pelo qual “[...] retirava todos os decretos contra o Marechal López [...] dos Arquivos Nacionais”, declarando-o ainda “Herói Nacional”. No mesmo decreto, determinava-se a construção “[...] de um grande monumento comemorativo em glorificação da memória do herói, sobre a mais alta colina [...] do rio Paraguai [...]”, na entrada de Assunção. Em 14 de setembro de 1936, Franco ditou o Decreto nº 4834, dando continuidade ao revisionismo legal. Determinava a conclusão do Panteón Nacional para alocar os restos mortais de Rodríguez de Francia, Carlos A. López e do marechal López (Rahi, 2001, p. 245–247).

Mesmo rejeitado e combatido nos círculos liberais, o patriotismo lopizta expandia-se, inclusive entre não paraguaios. Em 1924, uma série de artigos publicados no *Patria* pelo chileno Raúl del Pozo Cano, cônsul em Assunção, dava grande munição aos oposicionistas do governo ‘radical’. Cano contrariava o governo ao insistir na denúncia do avanço boliviano. Segundo ele, o interesse da Bolívia estaria no subsolo da região, pois nele haveria um valioso material cobiçado pelo país: o petróleo¹⁰. Em 1927, Cano publicou a obra *Nuevos documentos que prueban la jurisdicción del Paraguay en el Chaco, contribuindo para a causa paraguai, mas jogando maior pressão no governo liberal radical*. Durante a década de 1920, as expressões liberalismo, legionarismo, entreguismo e traição eram amalgamadas nos léxicos político e historiográfico de oposição ao Partido Liberal e ao próprio regime liberal. Não foi, portanto, apenas coincidência que muitas das publicações historiográficas comemorativas do centenário de López se pautaram pela temática da ‘traição’. Além de “El mariscal López y la conspiración”, proferida por Manuel Domínguez no Teatro Nacional durante quase todo o ano de 1926, o tema da traição contra López esteve na ordem do dia. O *Patria* publicou uma extensa série de artigos do coronel Juan Crisóstomo Centurión e de outras pessoas, cujo título foi

10 Um artigo desta série está, por exemplo, no jornal *Patria* (1924).

Prueblas de la traición a la Patria: pieza de convicción que rebaten las leyendas urdidas por los culpables para incubrir el crimen. As provas referiam-se às conspirações que vitimaram López na Guerra Grande. O objetivo era não apenas provar tais conspirações, mas também justificar fuzilamentos de pessoas durante o conflito. Um artigo da série dizia o seguinte: “Firmaram uma ata, comprometendo-se em entregar Assunção. [...] [Todos que a assinaram] foram fuzilados em São Fernando” (Pruebas..., 1926).

Foi, porém, do campo particular da narrativa historiográfica que proveio, de forma mais sistematizada, o nacionalismo lopizta e o substrato ideológico mais ‘consistente’ para o antiliberalismo. No cinquentenário da Guerra Grande e no centenário de López, essas narrativas foram efetivas para a corrosão da velha hegemonia do pensamento liberal.

3 No cinquentenário da Guerra Grande e no centenário de López: as principais temáticas desenvolvidas pelo lopizmo

Para o lopizmo, a consolidação da imagem de uma suposta ‘raça’ paraguaia ‘heroica’ e ‘guerreira’ tornou-se de capital importância. Moreno foi importantíssimo para essa temática. Em *La ciudad de la Asunción*, de 1926, compilou vários artigos originalmente publicados no *La Prensa* de Buenos Aires. Nesse ano, durante a propaganda do centenário de López, o *Patria* fazia também a divulgação dessa obra, afirmando-a como ‘digna’ de “[...] um de nossos mais prestigiados historiadores” (La ciudad..., 1926). Nela, Moreno deu impulso àquilo que denominou ‘aliança hispano-guarani’, ‘condição indispensável’ para a própria gênese e sobrevivência do Paraguai. Referia-se à ‘aliança’ amorosa do espanhol com a índia, cujo resultado teria sido a origem da nova ‘raça’ paraguaia, e também à ‘aliança’ militar nas guerras expedicionárias contra os numerosos inimigos do Paraguai (Moreno, 1926). Temos em *La ciudad de la Asunción* um claro mito de fundação na nação, mas, apesar do idílico amor no

paraíso, as constantes guerras impediram a nova geração de viver em tranquilidade. Pelo Oriente vinham as “[...] agressões dos paulistas [...]” e, pelo Ocidente, a feroz “[...] hostilidade dos índios [...]” bolivianos (Moreno, 1926, p. 172).

Em *La ciudad de la Asunción*, ainda em um ambiente adverso, a nova raça havia demonstrado ‘superioridade’ perante seus inimigos orientais e ocidentais, o que a permitiu sobreviver. Ademais, à sexualidade desregrada que a havia engendrado, se somavam a confusão, o vício, a violência, o sofrimento, a audácia e as lutas, características que haviam passado a integrar a personalidade e a identificar a vida da sociedade emergente. A colônia havia sido uma ‘verdadeira Babilônia’; Assunção e, mais tarde, todo o Paraguai haviam sido “[...] um acampamento em constante atividade” (Moreno, 1926, p. 210). Essa preocupação do lopizmo em apresentar uma sociedade turbulenta e guerreira, superior a seus inimigos por ter sido capaz de sobreviver à mais dura adversidade, não era algo necessariamente novo. Era parte do revisionismo iniciado havia décadas, contrário à ideologia liberal que havia mostrado o paraguaio como degenerado, indolente, passivo e “[...] pouco inclinado ao trabalho” (La Reforma, 1877 *apud* Pastore, 1972, p. 190).

Em setembro de 1927, Moreno publicou no *El Diario* outro ensaio histórico que, apenas pelo título, oferece uma noção de como a história patriótica lopizta servia à pátria paraguaia na disputa com a Bolívia: “La amplia colaboración de los guaraníes en las jornadas de Tierra Rica y la fundación de la Nueva Asunción en las tierras de los Chiquitos” (Moreno, 1927). Uma vez mais, os bolivianos eram apresentados como inimigos históricos do Paraguai. Em nenhum outro momento foram tão importantes os mitos guerreiros e de origem diante da iminência de uma nova guerra. Eles deveriam ajudar a mobilizar os sentimentos das pessoas, a conquistar sua lealdade a um Estado que lhes oferecia muito pouco, além de fazê-los aceitar uma possível morte nas trincheiras do árido Chaco.

A ideia do capital heroico e guerreiro acumulado pela raça paraguaia não foi, todavia, criada por Moreno. Manuel Domínguez foi

seu primeiro articulador. Nas publicações do cinquentenário do fim da Guerra Grande (extremamente combatidas pelos liberais como “tiranófilos-lopiztas”) (López..., 1920), avançou em sua campanha restauradora com *El Paraguay, sus grandezas y sus glorias*, de 1920. Foi uma obra síntese do lopizmo, explicitando a era de prosperidade perdida no tempo dos López, somada à raça heroica e guerreira forjada nos tempos coloniais e, ainda, à idealização da atuação paraguaia na Guerra Grande. Alguns títulos dos capítulos oferecem uma noção de como o autor desenvolveu o livro: “Gobierno de Carlos Antonio López: ejército, monedas, publicaciones, representación exterior, Astillero, Arsenal, Marina, vía férrea, línea telegráfica” (cap. III); “El paraguayo, flor de la raza” (cap. X); “La crusa del godo y la raza guaraní. Predominio de la raza blanca” (cap. XI); e “El Paraguay guerrero, caso único en la historia universal” (cap. XIII) (Domínguez, 1946).

A Guerra Grande, única na ‘história universal’, era a evidência de tanto heroísmo e do caráter guerreiro da nova raça paraguaia. A explosiva questão de fronteira com a Bolívia era o combustível de tais idealizações, que iam muito além da escrita da história. O tema da guerra (tanto da passada como da que se avizinhava) mostrou toda a sua força de mobilização quando, em setembro de 1928, os bolivianos tomaram o forte Galpón, quase produzindo o estalar do conflito externo. Naquele momento, a propaganda heroico-guerreira do lopizmo demonstrou sua utilidade para o recrutamento da população civil. Rapidamente, 20 mil homens se alistaram (Resquin, 1978)¹¹. Mas, além da propaganda nos jornais, provinhama sempre da historiografia as ‘melhores’ sistematizações desses mitos. O’Leary, por exemplo, para glorificar os soldados paraguaios da Guerra Grande, publicou, em 1922, uma obra magistral: *El Libro de los Héroes*. Já na obra *El mariscal Solano López*, de 1925, idealizava não apenas as pessoas,

11 Inclusive, um estrangeiro se alistou voluntariamente no exército paraguaio. Em dezembro de 1928, o já famoso historiador e político uruguai Luis Alberto Herrera era parte do esforço paraguaio contra a Bolívia. Esse gesto lhe rendeu reconhecimento como cidadão honorável do Paraguai (Reali, 2011).

mas a própria guerra: “Marchava [López] em meio ao seu povo, que o seguia voluntariamente, levando consigo a Pátria” (O’Leary, 1925, p. 289).

A idealização da guerra, inclusive com a exaltação da morte, assumiu em O’Leary contornos extremamente irresponsáveis. Na citação acima, o martírio do povo (contrariando os discursos historiográficos de matriz liberal que apontavam o terror infundido por López como determinante para a participação das massas nos combates) foi apresentado como algo absolutamente voluntário. O povo, como um todo homogêneo que defendia sua ‘independência’, não fez conta do próprio extermínio e marchou para a morte. O final da guerra foi um ‘fúnebre desfile’, uma ‘cerimônia’ de ‘mortos’ que ainda dispunham de vontade guerreira para a defesa da pátria (O’Leary, 1925). A certeza da morte não impedia ninguém, nem mesmo os incapazes pela tenra ou avançada idade, de honrar a faceta guerreira e heroica acumulada pela raça (O’Leary, 1925). Todos eram guerreiros que na Guerra Grande atualizaram esse histórico valor da nacionalidade. Como dizia O’Leary em *Nuestra epopeya* (1919), “[...] no paraguai havia um delirante fanatismo nacional e uma resolução invariável de vencer ou morrer, que vinham de longos tempos e da história de nossas lutas seculares” (O’Leary, 1919, p. 76).

Se o revisionismo exaltou a individualidade racial heroica e guerreira do paraguai, a raça deveria apresentar uma figura destacada que condensasse seu antigo ideal de ‘paraguaydad’. Para isso, foi fundamental a instauração do herói máximo Francisco Solano López como a “[...] personificação milagrosa da energia [...] [da] raça” (Domínguez, 1946, p. 45). Já dissemos que sua figura foi lançada como a ‘encarnação’ da vontade autônoma do Paraguai pelo Comité Pró-Homenajes. Na mesma data e jornal, González fazia afirmações idênticas na conferência “El mariscal Solano López y su influencia en el alma nacional”, na qual o assassino da pátria (tese liberal) foi transformado no ‘pai’ forjador da ‘alma’ da nação (González, 1926a). No mesmo ano do festejo do centenário, González publicou seu livro *Solano López y otros ensayos*, destacando-o como “[...] símbolo

soberbo de sua dileta estirpe” (González, 1926c, p. 3). Como em outros exemplos, aqui a figura de López foi enaltecida com uma gama enorme de adjetivos raciais. Do mesmo modo, em *El Mariscal Solano López*, O’Leary começou sua narrativa expondo a herança racial e familiar dessa figura (O’Leary, 1925). Sua vasta cultura não seria produto de mero esforço pessoal, senão algo próprio de seus “[...] dotes naturais” (O’Leary, 1925, p. 20). Para o Comité Pro-Homenajes, a figura de López foi “[...] tão perfeita, tão grandiosa e de sublime beleza que, por momentos [...], se despoja das características humanas” (Al pueblo..., 1926). É possível encontrarmos um padrão similar à narrativa bíblica sobre os momentos finais de Cristo no *Cinquentenario de Cerro Corá* (González, 1920), que se repete em *El mariscal Solano López*. Nesta obra, López nunca teria se entregado, e, nos momentos finais, quando já não existia exército, a mera presença de sua figura ‘sobre-humana’ foi capaz de deter o avanço inimigo. O voluntarismo e a irracionalidade da historiografia lopizta se aprofundam agudamente. Era como se a potência guerreira do Paraguai se condensasse em López: “Um homem frente a um exército” (O’Leary, 1925, p. 249). No *Apostolado patriótico*, o marechal foi indicado como a personificação do Paraguai e da sua história: “Foi e é o Paraguai!” (O’Leary, 1930a, p. 152).

Junto das idealizações sobre a raça heroica e guerreira, a Guerra Grande, a morte e Solano López, agregamos ainda ao revisionismo a idealização do regime lopizta. Inclusive, a despeito de outros interesses, foi a promessa da restauração desse regime a principal justificativa para a destruição da ‘era liberal’ do país. Mas a exaltação do regime nasceu longe da crítica à ordem liberal. “Sou liberal”, afirmava Domínguez no início do século XX. Não obstante, mesmo no seio do liberalismo, desde a polêmica travada entre Báez e O’Leary o regime lopizta já vinha sendo considerado superior ao do pós-guerra. Nas palavras de Domínguez em *El alma de la raza*, de 1918, esta foi a “[...] idade de ouro [...]” do Paraguai (Domínguez, 1918, p. 33).

Nas décadas de 1920 e 1930, entretanto, esse regime, além da suposta prosperidade material que teria levado ao Paraguai, teria tido

ainda o mérito de não ter dado margens às guerras civis que tanto caracterizaram os países vizinhos e que se tornaram também comuns no Paraguai após a Guerra Grande. Para González, em *El Paraguay eterno*, o regime lopizta teve o mérito de não permitir a ‘anarquia’ política, prova do descompasso entre o ‘liberalismo’ imposto em 1870 e a “[...] índole rural e guerreira da raça” (González, 1935, p. 45-46). Para ele, haveria no Paraguai liberal uma cruel barbárie antivital, isto é, a pretensão de desnaturalizar o espírito do povo e as próprias essências da pátria (Dávalos; Banks, 1995). Para superar tal pretensão, a nação “[...] busca[va] a destruição do Estado liberal que a oprim[ia]” (González, 1935, p. 72).

Há anos, porém, a acusação de anarquização já pesava sobre o liberalismo. Quando a memória da última guerra civil ainda estava fresca, o *Patria* publicava o seguinte artigo: “La obra del Partido Liberal en 20 años de gobierno: revoluciones, sublevaciones y cuarteladas” (La obra..., 1924). Para a solução desse problema, no fim da década de 1920, o *La Nación*, no artigo “Del seno del pueblo”, clamava por “[...] uma voz poderosa, renovadora e salvadora da nacionalidade” (Del seno..., 1929). Já Gonzalez, em *El Paraguay eterno*, defendia a supremacia de um ‘Estado forte’, como havia sido no tempo dos López (González, 1935). Utilizando-se do modelo de pensamento criado por Maurras, González dizia que o Estado poderia combater o inimigo interno, o legionário de sempre, e também o externo, isto é, a Bolívia, que por ora estava derrotada. O primeiro a empregar claramente tal modelo foi O’Leary. Em 1930, publicou *Los legionarios*, no qual os inimigos internos eram os aliados da Tríplice Aliança ou os liberais do momento, como Héctor Decoud, descendente de família legionária (O’Leary, 1930b). Mas, uma década antes, Domínguez já havia escrito o *El patriota y el traidor*, ensaio do livro *Cincuentenario de Cerro Corá*. Nele, entendia que o traidor foi o paraguai portenhista e legionário, surdo para a “voz da raça” e que “odiava [...] o Paraguai”. Considerava-o uma criação artificial dos ditadores que o perseguiam, por isso chamava os paraguaios de ‘Lópezguayos’. Não compreendia que foi justamente a pátria que dispôs deles para poder eliminá-lo. Foi o inimigo interno a ser destruído que os criou, mesmo quando

esse inimigo fugitivo vivia na velha rival Buenos Aires (Domínguez, 1959).

O crescimento do lopizmo paraguaio não foi estritamente historiográfico. Ultrapassou o campo intelectual e se tornou a ideologia oficial do país em 1936. Apesar de impossível de ser combatido nos campos social e político, senão por outros paraguaios, historiograficamente foi atacado por alguns intelectuais brasileiros. Para estes, a campanha lopizta difamava a história nacional brasileira e, portanto, deveria ser questionada também a partir do ponto de vista historiográfico.

4 Repercussão do lopizmo historiográfico paraguaio no Brasil

As publicações em torno de López, especialmente no centenário, não ficaram sem resposta no Brasil. López e a Guerra do Paraguai, como é denominada no país, evocavam grandes paixões dos brasileiros. Gustavo Barroso, Lindolfo Collor, Luís da Câmara Cascudo e Mario Barreto se voltaram a combater o lopizmo proveniente do Paraguai. Estes intelectuais não chegaram a construir uma rede orgânica, tampouco seguiram os mesmos caminhos ideológicos. Na década de 1930, durante o regime de Vargas, Collor seguia os cânones liberais. Cascudo e Barroso, por sua vez, se inclinaram para um nacionalismo de extrema-direita, inclusive, participando do movimento integralista. Do ponto de vista historiográfico, Barreto permanecia vinculado ao positivismo.

Ainda que nascido em Fortaleza, a vida política e intelectual de Barroso floresceu no Rio de Janeiro, onde teve uma vasta produção vinculada à história militar brasileira. Foi o primeiro diretor do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. Ali, ajudou a organizar a coleção ‘militaria’ e foi membro da Academia Brasileira de Letras em 1923. Nos anos 1930 foi membro ativo da Ação Integralista Brasileira (AIB), da qual se converteu em ideólogo junto com Plínio Salgado (1895–1975) e Miguel Reale (1910–2006). Na obra *Brasil: colônia de*

banqueiros, se destacava, por exemplo, seu antisemitismo. Já no livro *Brasil em face do Prata*, tratava de homenagear Caxias, Tamandaré e Porto Alegre, considerados “Sentinelas da brasiliidade”. Era um trabalho crítico não só em relação ao revisionismo paraguaio, senão também a outros hispano-americanos, como o mexicano Carlos Pereyra e os argentinos Manuel Gálvez e o coronel Juan Beverina, que também alentavam a revisão da Guerra do Paraguai. Barroso afirmava que estes desconheciam tanto a produção historiográfica brasileira como os arquivos do Brasil, imprescindíveis para a história da guerra. Sobre O’Leary, foi particularmente severo. Tratou de anotar a sua hipocrisia, posto que inicialmente havia condenado López por causa dos sofrimentos de sua família no período da guerra, mas, depois, teria esquecido tal acusação e assumido a irrestrita defesa e construção do lopizmo. Barroso criticou O’Leary, ainda, por aceitar cargos públicos durante os governos liberais antilopiztas, quando já era um dos fundadores da história revisada do Paraguai (Moreira, 2008).

No livro *Brasil em face do Prata*, havia, porém, uma campanha interna contra os positivistas brasileiros Teixeira Mendes e o general Bagueira Leal, mesmo que não citados explicitamente¹². Ambos eram opositores da monarquia e de sua vitória militar sobre o Paraguai, chegando a serem condescendentes e admiradores de López. Mendes e Leal identificaram valores científicos, tecnocráticos e republicanos (comuns ao positivismo) na figura de López, e, apesar de Barroso, foram citados por O’Leary em *El mariscal Solano López*. O’Leary afirmava que o general Leal nunca havia visto em López um

12 Gustavo Barroso os tratou genericamente como positivistas. Essa linha de pensamento brasileira tinha diversos motivos para criticar a Guerra do Paraguai, pois este país tinha ‘ditaduras republicanas’ exemplares. No Calendário Positivista, junto com Cromwell e Bolívar, figurava também José Gaspar Rodríguez de Francia (que governou o Paraguai entre 1813 e 1840), como paradigma de tais repúblicas. Outro motivo reside no evolucionismo histórico desse pensamento, que considerava que as grandes nações tendiam a se fragmentar e dar origem a pequenos Estados, como Uruguai e Paraguai. Pelo contrário, um Estado grande com províncias aglutinadas em torno de um monarca escravocrata se opunha ao evolucionismo positivista (Maestri, 2011).

‘tirano’, senão um bom governante ‘autócrata’ que contava com o aval da Constituição do Paraguai. O revisionismo paraguaio citava, ainda, as afirmações de Leal a respeito das melhorias materiais que López havia realizado em seu país, além de ter sido protetor das ‘artes e das ciências’. Em relação a Mendes, O’Leary afirmava que ele era um ilustre ‘filósofo republicano’, o primeiro brasileiro que provou os ‘crimes’ de Pedro II, imperador que havia ‘provocado’ e ‘prolongado’ a guerra contra o Paraguai (O’Leary, 1925). Barroso se mostrou perplexo com o lopizmo brasileiro, o que não seria, para ele, senão prova da falta de patriotismo dessas pessoas. Era como se cidadãos brasileiros entregassem munição ao inimigo. Mais que afirmações históricas, eram ‘sandices’ literárias de ‘traidores’, que, para serem ‘americanos’, haviam se convertido em ‘péssimos brasileiros’ (Moreira, 2008).

O lopizmo paraguaio também molestou Lindolfo Collor. Para combatê-lo, e principalmente rebatê-lo, O’Leary publicou *No centenário de Solano López*. A obra reunia vários artigos publicados em jornais argentinos e brasileiros. Do diário carioca *Paiz*, Collor recuperou o artigo *O centenário de Solano López e as relações paraguaio-brasileiras*. Collor nasceu em São Leopoldo, Rio Grande do Sul, e havia estudado farmácia, contudo, se dedicou ao jornalismo. No Rio de Janeiro, dirigiu *A Tribuna* e, mais tarde, o *Diário de Comércio*. Em 1919 retornou a Porto Alegre para dirigir o jornal *A Federação*, órgão do Partido Republicano Riograndense (PRR). Foi eleito deputado federal por este partido, mudando-se novamente para o Rio de Janeiro, e se tornou um dos articuladores da Aliança Liberal, cujo candidato a presidente foi Getúlio Vargas. Derrotada a aliança, Collor também ajudou a articular o movimento ‘revolucionário’ que consagraria Vargas como presidente em 1930. Collor desempenhou atividade como ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, mas em 1932 renunciou e voltou para Porto Alegre defendendo o regresso à ordem anterior a 1930. Participou da fracassada Revolução Constitucionalista, o que o levou ao exílio na Argentina (Abreu *et al.*, 2001). Pôde voltar ao Brasil em 1934, anistiado, porém seguiu na oposição a Vargas. Com o golpe que instaurou o Estado Novo (1937), foi para a Europa, regressando ao Brasil em 1940.

Em sua obra *No centenário de Solano López*, Collor propunha-se a explicar as ‘verdadeiras’ causas da Guerra do Paraguai, afirmando que o Brasil não deveria calar seu “[...] protesto frente a campanha de reabilitação cívico-moral de López”. Esta “[...] significava [...] um agravo a nosso país” (Collor, 1926, p. 4). Dizia ainda que, para continuar existindo uma boa relação entre o Paraguai e o Brasil, a interpretação do “animador da corrente lopizta”, O’Leary, não deveria ser a posição oficial do governo paraguaio. Seu “[...] falseamento integral da história [...]” atentava contra a ‘lisura’ das ‘intenções’ do Brasil (Collor, 1926, p. 13). De fato, no momento da publicação de *No centenário de Solano López*, a interpretação de O’Leary estava em franco crescimento, porém, não era naquele momento a postura oficial paraguaia. A repercussão de seu trabalho foi quase imediata. No mesmo ano da publicação, contou com a aceitação dos jornais *La Prensa* e *Última Hora* de Buenos Aires, no entanto *La Tribuna*, de Asunción, tratou o tema de forma negativa (Moreira, 2008). As hipóteses para justificar as ações brasileiras já eram antigas: o despotismo do regime paraguaio, a barbárie de López, a submissão servil da população ao ditador, as boas intenções do Brasil ao intervir no Uruguai, a exigência de livre navegação nas águas do rio da Prata e a ideia de que foi uma guerra contra o ditador e não contra o povo paraguaio (Maestri, 2013). Collor, da mesma forma que Barroso, pôs-se também a criticar o positivismo lopizta brasileiro. Sentiu ‘desgosto’ ao ler *El mariscal Solano López* e encontrar numerosas citações de Leal e do general Gomes Castro, utilizadas como documentos que comprovariam a ‘iniquidade’ e o caráter ‘agressivo’ do Brasil (Maestri, 2013).

Por sua vez, Câmara Cascudo publicou *López do Paraguai*. Cascudo foi escritor e folclorista, autor de uma vastíssima produção, especialmente relacionada às origens étnicas e culturais do Brasil. Nascido em Natal, Rio Grande do Norte, trabalhou na universidade federal do seu estado durante a maior parte de sua vida. Durante a Primeira República (1889–1930) seguia monarquista, chegando a trocar correspondências com o Conde d’Eu quando a família real regressou ao Brasil, em 1921. Durante a década de 1930, assustado

com a Intentona Comunista (1935), manifestou seu anticomunismo ao aderir e dirigir a Ação Integralista Brasileira em sua terra natal. Em 1964, também manifestou suas simpatias ao golpe cívico-militar que derrubou o governo de João Goulart (Maestri, 2013).

Em *López do Paraguai*, defendeu a harmonia política da monarquia brasileira diante do turbilhão político assistido no rio da Prata. A Guerra do Paraguai não era mais que uma consequência desse turbilhão, exemplificado por figuras como Rosas e López, que depreciavam qualquer ordem e equilíbrio social como os exibidos pela monarquia brasileira. Movido por esse desprezo, López teria sido um “Nero suicida” (Cascudo, 1927, p. 7). A guerra era sua culpa e de ninguém mais. Ao ir ao Paraguai, o império havia aberto as portas desse país aos seus ‘exilados e expulsados’, ‘eclipsando-se’ e mantendo-se ‘fiel’ ao tratado da Tríplice Aliança. Definitivamente, o Brasil havia permitido ao Paraguai despertar-se da “[...] noite colonial e bárbara [...]” que o cobria (Maestri, 2013, p. 54); no entanto, a guerra havia sido prejudicial para o Brasil. Em seu contato com outros povos, os modos platinos foram incorporados, surgindo, assim, o ‘cidadão-soldado’. Era uma crítica velada à entrada do exército na cena política brasileira a partir da instalação da república (Moreira, 2008).

Em 1928, o tenente coronel Mario Barreto lançou *A campanha Lópezguaya*. Era a primeira obra de uma futura coleção de sete volumes. No primeiro, tratou de homenagear o conde d’Eu, comandante e chefe das tropas aliadas durante o último ano da guerra. O autor afirmou que o brasileiro não podia ficar calado “[...] diante da ofensa panfletaria em nome do ilustre chefe [...]” e que, por isso, se dedicava ao “[...] ao presente trabalho” (Barreto, 1928 *apud* Moreira, 2008, p. 4). Como Fustel de Coulanges, Barreto imaginava o historiador como uma espécie de filólogo. Intelectualmente estava vinculado à Escola Metódica, dando grande importância ao “[...] arquivo do Ditador [...] capturado pelas forças brasileiras em Humaitá” (Barreto, 1928 *apud* Moreira, 2008, p. 10). Barreto também utilizou três de seus artigos já publicados nos jornais cariocas *O Imparcial*. Os primeiros, *A campanha Lópezguaya* e *A escravidão no Paraguai*, eram respostas

historiográficas a O’Leary. Para Barreto, este paraguaio e outros revisionistas eram parte de uma “[...] campanha dos herdeiros dos cúmplices do ditador [...] López, ou bem, de indivíduos exploradores dos sentimentos de um povo em benefício de interesses pessoais” (Barreto, 1933 *apud* Silva, 2007, p. 9). O terceiro artigo jornalístico, *As lições do arquivo*, ajudou Barreto a continuar seu projeto, publicando o segundo e terceiro volume da coleção em 1929.

5 A incorporação do lopizmo ao hispanismo e ao americanismo

Antes da crítica dos intelectuais brasileiros ao revisionismo histórico lopizta do Paraguai, sua difusão já era continental. Desde o México até o Uruguai, a suposta guerra civilizadora contra aquele país era questionada e revisada. Nascia uma contra-história hispanista e americanista da Guerra Grande. Carlos Pereyra e Luis Alberto de Herrera foram alguns dos nomes mais importantes do revisionismo regional. Do mesmo modo que O’Leary, o mexicano citou o positivismo brasileiro (Bagueira Leal) para dar autoridade à sua narrativa histórica alternativa sobre López e a guerra. Pereyra era advogado e exerceu a magistratura. Posteriormente, tornou-se escritor e professor na Escuela Nacional Preparatoria e no curso de Direito da Universidad de México. Também foi diplomata, chegando a ser designado membro do Tribunal Internacional de Arbitragem de Haya, em 1913. Foi severamente crítico da revolução ocorrida em seu país, abandonando-o naquele mesmo ano em favor da Suíça (que se declarou neutra na guerra mundial) e, depois, da Espanha. Escolheu Madri como a cidade do seu autoexílio pelo resto da vida, dedicando-se à escrita da história.

Em 1914, publicou *El mito Monroe*; em 1915, *Bolívar y Washington, un paralelo imposible*; e, em 1929, *La obra de España en América*. Contudo, sua obra mais importante foi *Histórica de la América española*, publicada em vários volumes a partir de 1920. Nesses trabalhos é possível destacarmos a crítica ao imperialismo norte-americano

sobre o resto do continente. Outra das principais características de sua produção historiográfica está na exaltação da Espanha, país que havia espalhado a *civilización* por toda a América Hispânica. Pereyra revisou o anti-hispanismo dos historiadores partidários da Lenda Negra e permitiu despertar em si um “[...] sentimento de admiração pela colossal obra espanhola” (Jiménez, 2007, p. 234). Ao fim de sua vida, apoiou os franquistas durante a Guerra Civil (1936–1939), por sua defesa da *hispanidad*. Seu velório se converteu em um ato “[...] apoteótico, cultural e político dos oficiais franquistas [...]”, e contou com a participação de um considerável número de diplomatas latino-americanos. Foi lido e reconhecido como um “[...] cavaleiro do hispanismo e da contrarrevolução [...]” hispano-americana (Donatti, [19--?], p. 11).

Em 1919, Pereyra publicou *Solano López y la guerra del Paraguay*, livro no qual resgatava a memória do marechal López, incorporando o lopizmo ao movimento reivindicatório da cultura e da história hispânicas. Publicada no mesmo ano de *Nuestra epopeya*, a obra de Pereyra fazia eco e não agregava nada ao revisionismo de O’Leary. Porém, ela demonstra bem como o debate internacional sobre a Guerra Grande se desenvolveu nos campos jornalístico e histórico da contra-história. Pereyra indicou vários artigos publicados em janeiro de 1914 no *La Prensa* de Buenos Aires e no *El Comércio* de Lima¹³. Para aversão dos brasileiros, apropriou-se de palavras e ideias do general Leal quando este admitiu que seria mais ‘justificada’ a invasão de López ao Brasil para ‘livrar-nos de Pedro II’, monarca que mantinha toda ‘uma raça escravizada’. Essa sim seria a “[...] inegável tirania [...]” presente no solo americano (Pereyra, 1919 *apud* Moreira, 2008, p. 237). Barroso tomou conhecimento do lopizmo de Pereyra e foi bastante severo com *Solano López y la guerra del Paraguay*. Para ele, mais que o desconhecimento dos arquivos do Brasil, o “[...] brilho estilístico e a cultura fora do comum [...]” do mexicano não

13 O venezuelano Rufino Blanco-Fombona expôs seu texto “El Paraguay heroico” no *La Prensa*. O argentino Carlos Estrada, por sua vez, publicou “Rectificaciones históricas” no jornal limenho *El Comercio*.

o “[...] absolvia[m] de suas leviandades como historiador”. Nunca houve alguém que ‘julgara’ tanto ‘com as palavras’ em assuntos de ‘natureza’ tão ‘séria’ (Barroso, 1930 *apud* Mattos, 1951, p. 202).

Na latitude oposta do continente americano, o uruguaiu Luis Alberto Herrera publicava, em 1926, “El drama de 65: la culpa mitrista”. Apesar de não ter sido um historiador hispanista clássico como Pereyra, Herrera também considerava importante a valorização do passado hispânico para o enraizamento social da nacionalidade uruguaiuia. Seu hispanismo era claro. A Espanha era a “[...] razão de ser [...]” do Uruguai (Reali, 2005, p. 1678). Não obstante, isso não o impediu de ser ‘crítico sobre a incidência’ desse país na América. Sua pena foi pesada, impondo a muitas das tradições espanholas o desqualificador ‘escola de despotismo’. Para se contrapor a essa ‘escola’, Herrera expressou sua admiração pela ‘tradição anglo-saxônica’ e suas ‘instituições livres’. Porém, apesar dessas críticas, aceitava integralmente a herança hispânica e ia mais longe ao considerar pernicioso aplicar no Uruguai e na América as “[...] normas e instituições alheias à sua experiência histórica” (Reali, 2005, p. 1683). Inclusive, ressentia-se da presença de um radicalismo jacobino em ditas terras, como o demonstrou em *La Revolución Francesa y Sud América*, de 1910 (Reali, 2012).

Herrera era graduado em Direito e Ciências Sociais pela Universidad de la República. Desde fins do século XIX, participava das lutas pela incorporação dos setores sociais excluídos da vida política uruguaiuia. Em 1900, Com Carlos Roxlo, contribuiu para a fundação do jornal *La Democracia*, órgão do Partido Nacional. Esta agremiação era uma reorganização do antigo Partido Blanco, a partir de um reaproveitamento parcial de seus velhos elementos sociais e simbólicos (Reali, 2006). Representando essa agremiação, foi deputado em 1905 e 1914. Por ter dado apoio à reforma constitucional em gestação, distanciou-se de alguns setores do seu próprio partido, tornando-se líder do grupo conservador conhecido como ‘herrerista’. Em 1916, foi eleito representante da Assembleia Constituinte, com sufrágio masculino secreto. Em 1926, não chegou a ocupar

a presidência uruguaia por pequena margem de votos. Durante a década de 1920, foi membro do Conselho Nacional de Administración e, na década seguinte, foi senador em duas ocasiões. Chegou a participar de outras eleições presidenciais, porém saiu derrotado em todas elas. Em oposição ao suposto jacobinismo, cosmopolitismo e às referências estrangeiras da corrente ‘batllista’ do Partido Colorado, o herrerismo elaborou um discurso nacionalista que defendia os laços históricos que “[...] vinculavam o Uruguai com o resto do continente e, em particular, com os países que haviam formado o Vice-reinado do Rio da Prata” (Reali, 2005, p. 1675). Somada ao nacionalismo, a dimensão hispano-americanista forneceu os argumentos históricos na luta política dos herreristas. Em nome do americanismo regional, se recusaram a apoiar, por exemplo, o plano de defesa continental estadunidense durante a Segunda Guerra Mundial. O medo do intervencionismo estrangeiro na região, justificado pela guerra, foi constante no seio do herrerismo (Reali, 2005).

Herrera sempre esteve vinculado ao Paraguai. Em 1906, junto com Roxlo, sustentou uma grande polêmica sobre a Guerra Grande a partir das páginas do *La Democracia*. Diversos artigos daquele ano rebatiam outros publicados no *El Día*, jornal do Partido Colorado. O motivo do debate foi a negação de Herrera em participar das homenagens oficiais do Congresso uruguai a Bartolomé Mitre, recém-falecido. As teses que sustentavam eram históricas e revisavam negativamente a memória de Mitre. Segundo os argumentos, a política mitrista havia sido nefasta, seu intervencionismo teria quebrado o equilíbrio político no rio da Prata, contribuindo com a tragédia da Guerra Grande e, também, com a queda da ordem legal no Uruguai, graças ao apoio a Flores. Os artigos de Herrera e Roxlo repercutiram nos círculos lopiztas em formação no Paraguai. Houve intercâmbios entre eles e O’Leary, além de outros paraguaios, como Ignacio A. Pane e Enrique Solano López, filho do marechal López (Reali, 2012).

A partir de então, os contatos entre Herrera e os intelectuais paraguaios foram aumentando. A obra *La diplomacia oriental en el Paraguay* (Herrera, 1989), publicada em dois volumes de 1908 e 1911,

também repercutiu no Paraguai. Enrique Solano López reproduziu 5 mil exemplares de um de seus capítulos para divulgação. Uma rede de comunicação se estruturou entre o uruguai e os paraguaios O’Leary, López e Pane (Reali, 2006). Neste trabalho, Herrera rechaçava o dogma da ‘cruzada pela liberdade’ do Paraguai e localizava a Guerra Grande no contexto regional do encarniçado duelo entre os partidos argentinos, classificando-a como a última manifestação da maléfica escola portenhista, intervencionista e unitária que havia decretado a ‘barbárie provincial’ do federalismo do rio da Prata (Reali, 2012).

No texto “El drama de 65: la culpa mitrista”, ele dava continuidade à mesma hipótese, porém a desenvolvia a partir de maior personificação e voluntarismo. Apesar de reafirmar os processos políticos de luta entre unitários e federalistas, Herrera aumentou as responsabilidades individuais, especialmente as de Mitre, a tal ponto que analisava a Guerra Grande a partir de parâmetros conspirativos (Reali, 2006). A guerra não passaria de um desejo de ‘espoliação’ mitrista-imperial que ameaçou a existência do Paraguai. A López não havia outra coisa a fazer senão resistir e lutar pela defesa de seu país. Foi um herói de sua pátria, enquanto Mitre foi o responsável pela tragédia. Com seu portenhismo liberal, havia sido o culpado do intervencionismo imperial no Uruguai, também da ‘revolução’ de Flores e da coalisão contra o Paraguai.

Esse novo lopizmo de Herrera foi reconhecido no Paraguai. Junto com O’Leary, ele foi nomeado membro honorável da Comisión Nacional de Celebración del Centenario del Mariscal López, e uma versão abreviada de “El drama del 65” circulou no país, coincidindo com o momento dos festejos e atividades culturais em torno do suposto centenário (Reali, 2012). Depois, Herrera recebeu o título de cidadão honorável do Paraguai por ter aderido ao exército do país em 1928. Porém, foi mais longe ainda: em 1932 se mudou para o forte Boquerón, cenário das operações militares contra a Bolívia, sendo testemunho do novo conflito internacional recém-iniciado. Aprisionado por seus laços de amizades, por seus escritos históricos que sempre defenderam o Paraguai, assim como pela enorme acolhida

e deferência com que foi tratado no país vizinho, não teve margem de manobra. Sentiu-se obrigado e marchou rumo ao teatro da guerra (Reali, 2011).

A proposta de “El drama de 65” de analisar a Guerra Grande a partir de uma perspectiva regional valorizava a vencida tendência federalista argentina e a blanca uruguaia, da qual Herrera era afiliado. Em contrapartida, expunha como negativa a memória do vitorioso unitarismo portenho. De certa forma, o revisionismo histórico vinculava-se aos traumas e derrotas na política e na guerra. Antigos caudilhos vencidos, execrados pelo liberalismo triunfante portenho, agora eram restaurados e reivindicados. Além de López, para Herrera outra grande figura bendita foi Manuel Rosas, o que não seria estranho. Pereyra, com seu hispanismo, também o havia reivindicado em “Rosas y Thiers”. Como López, de alguma forma, aquela figura do passado argentino havia resistido aos imperialismos inglês e francês, elemento indispensável que permitia incorporá-lo ao nacionalismo argentino, ao hispanismo de Pereyra e, ainda, ao americanismo de Herrera.

6 Considerações finais

O lopizmo paraguaio, ao menos em sua forma mais acabada – já antiliberal –, foi o mais próximo das ideologias fascistas que floresceram no Ocidente durante as décadas de 1920 e 1930. Havia pontos de coincidência entre ambos, cujos principais elementos comuns foram o antiliberalismo e o militarismo. Porém, também são possíveis de serem encontrados no lopizmo, mesmo como elementos secundários, o anticomunismo e o antisemitismo. Uma suposta “[...] concepção judaica da pátria [...]” por parte do presidente Eusebio Ayala, por exemplo, foi criticada por Natalicio González (Alcalá, 1987, p. 99). Ainda assim, o lopizmo e o fascismo tinham suas divergências. Exetuando-se o momento da guerra contra a Bolívia, quando a cultura guarani ‘explodiu’ nos festejos, canções e poemas, a mobilização popular foi restringida. O Partido Febrerista, fundado por Franco em 1936, não teve forças para se transformar em um

partido único que encarnasse a nação e as massas, não pôde mobilizá-las e logo desapareceu. Definitivamente, o lopizmo como ideologia do poder estabelecido se tornou um “[...] elemento de manipulação política [...]” útil aos regimes autoritários de Morínigo e Stroessner (Alcalá, 1987, p. 120). Mesmo membro da família de pensamento da direita política, não é possível caracterizá-lo como fascista.

Em relação à discussão historiográfica, há pontos em comum entre os lopistas paraguaios e os integralistas brasileiros, porém há também elementos que os distanciam. Cascudo e Barroso, em um contexto diferente, poderiam perfeitamente referendar O’Leary em seu combate contra o liberalismo de Mitre, quando o paraguai o qualificou como ‘repugnante’ e ‘pigmeu’ (O’Leary, 1925). Sem dúvida, também simpatizariam com o distanciamento de Pereyra da Revolução Mexicana e da república espanhola. Muito do pensamento desses intelectuais os aproximava, porém a questão nacional, o hispanismo e o americanismo os distanciavam irreparavelmente. Não era possível conciliar o enaltecimento da memória de Caxias, em Barroso, com a defesa plena da memória de López em O’Leary e Pereyra. A proximidade ideológica era, irremediavelmente, rechaçada pelo nacionalismo.

Podemos observar que o revisionismo historiográfico lopista e suas várias idealizações do passado foram motivos de irritação para brasileiros de diferentes matrizes de pensamento, a ponto de impulsioná-los à escrita da história. Além dos nacionalistas, liberais como Collor e positivistas como Barreto também saíram em defesa do Brasil. O’Leary foi o mais criticado, porém a discussão não se restringia a ele e ao seu país. As ideias históricas e políticas circulavam nos jornais e livros de distintas latitudes da América Latina. Os contatos entre Herrera e os lopistas paraguaios foram profícios, todavia, é necessário um estudo mais detalhado sobre o lopizmo e o antilopizmo em toda a região. Além dos paraguaios e dos brasileiros, do mexicano e do uruguai apresentados aqui, é necessário agregarmos os argentinos. Sabemos que, entre eles, o debate intelectual sobre a Guerra Grande foi intenso. Porém, é necessário verificarmos também

os bolivianos, já que foram um dos principais alvos do lopizmo, além dos próprios liberais paraguaios na luta política interna, derrotados em 1936.

Terminada a guerra contra a Bolívia, o ânimo se apoderou de todos. A vitória parecia dar razão para O'Leary, Domínguez, González e Moreno, confirmando que o paraguaios possuía um capital guerreiro secular e que o povo, tão vilipendiado pelo liberalismo, em realidade era heroico. Parecia que a vitória do Chaco e o novo regime de Franco restaurariam a antiga prosperidade dos tempos lopiztas perdidos. Parecia que a raça tinha finalmente um novo condutor à felicidade terrena. Apenas o tempo demonstraria tamanho equívoco.

Referências

ABREU, A. A. de; BELOCH, I.; LATTMAN-WELTMAN, F.; LAMARÃO, S. T. N. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

AL PUEBLO de la República. Asunción: Patria, 26 jul. 1926.

ALCALÁ, R. **Ideología autoritaria**. Asunción: RP Ediciones, 1987.

BARRETO, M. **A campanha Lópezguaya**. Rio de Janeiro: Archivo Nacional, 1928.

BARROSO, G. **Brasil em face do Prata**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1930.

BRAY, A. **Armas y letra: memorias**. Asunción: Napa, 1981. t. 2.

BREZZO, L. La historiografía paraguaya: del aislamiento a la superación de la mediterraneidad. **Diálogos**, v. 7, n. 1, p. 157-175, 2003.

CASCUDO, L. C. **López do Paraguay**. Natal: Typographia d' "A República", 1927.

COLLOR, L. **No centenário de Solano López**. São Paulo: Melhoramentos, 1926.

DÁVALOS, J. S.; BANKS, L. L. El problema de la historia del Paraguay. **Revista Paraguaya de Sociología: Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya**, v. 1, 1995.

DEL SENO del pueblo. **La Nación**, Asunción, 20 maio 1929.

DOMÍNGUEZ, M. **El alma de la raza**. Buenos Aires: Ayacucho, 1918.

DOMÍNGUEZ, M. **El Paraguay, sus grandeszas y sus glorias**. Buenos Aires: Ayacucho, 1946 (original de 1920).

DOMÍNGUEZ, M. Historia de la enseñanza nacional. **Revista del Instituto Paraguayo**, ano 1, n. 10, 1897.

DOMÍNGUEZ, M. **La traición a la patria y otros ensayos**. Asunción: [s. n.], 1959

DONATTI, C. M. **Carlos Pereyra, caballero andante del hispanismo y la contrarrevolución**. Ciudad de México: UNAM, [19--?].

EL ASESINATO del Teniente Rojas Silva: la gran protesta de sábado. **Patria**, Asunción, 23 mar. 1927.

EL CENTENARIO del Mariscal López. **El Liberal**, Asunción, 26 jul. 1926.

EL GOBIERNO de la libertad. **La Regeneración**, Asunción, 31 out. 1869.

EL GOBIERNO Provisorio de la República del Paraguay. **La Regeneración**, Asunción, 10 out. 1869.

EL LIBERAL. Asunción: [s. n.], 26 jul. 1926.

EL MARISCAL López y la Conspiración: conferencia del doctor Manuel Domínguez. **Patria**, Asunción, 3 jul. 1926.

FRENTE a la ley infame del gobierno legionario. **Patria**, Asunción, 13 jul. 1926.

GONZÁLEZ, J. N. **Cincuentenario de Cerro Corá**. Asunción: Talleres de La Prensa, 1920.

GONZÁLEZ, J. N. El mariscal Solano López y su influencia en el alma nacional. **Patria**, Asunción, 26 jul. 1926a.

GONZÁLEZ, J. N. **El Paraguay eterno**. Asunción: Editorial “Guarania”, 1935.

GONZÁLEZ, J. N. La influencia de Solano López sobre el alma nacional. **Patria**, Asunción, 12 jul. 1926b.

GONZÁLEZ, J. N. **Solano López y otros ensayos**. Paris: De Indias, 1926c.

HERRERA, L. A. **El drama del 65**: la culpa mitrista. Montevideo: Cámara de Representaciones, 1926.

HERRERA, L. A. **La diplomacia oriental en el Paraguay (1908–1911)**. Montevideo: Cámara de Representaciones, 1989.

JIMÉNEZ, P. V. **La historiografía americanista en España, 1775–1936**. Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2007.

JUNTA PATRIÓTICA. **El mariscal Francisco Solano López**. Asunción: [s. n.], 1926.

LA CIUDAD de la Asunción. **Patria**, Asunción, 9 jul. 1926.

LA OBRA del Partido Liberal en 20 años de gobierno: revoluciones, sublevaciones y cuarteladas. **Patria**, Asunción, 21 jan. 1924.

LA VISIÓN del pasado. **Patria**, Asunción, 26 jul. 1926.

LAS EPÍSTOLAS del doctor Báez: o sea las matanzas históricas del San Pablo del legionarismo. **Patria**, Asunción, 1 set. 1924.

LÓPEZ y la guerra del Paraguay. **El Liberal**, Asunción, 2 mar. 1920.

MAESTRI, M. **A guerra no papel**: história e historiografia da guerra no Paraguai (1864–1865). Passo Fundo: FCM, 2013.

MAESTRI, M. Os positivistas ortodoxos e a Guerra do Paraguai. **Revista Brasileira de História Militar**, ano 2, n. 4, p. 14–36, 2011.

MANIFIESTO del Comité de Homenajes al Mariscal López. Patria, 26/7/1926

MATTOS, O. N. de. Breve História de América. **Revista de História**, v. 2, n. 5, p. 202–204, 1951.

MEMÓRIA viva: Emiliano R. Fernández, lopizta. **Última Hora**, Asunción, 2-3 fev. 2002.

MOREIRA, L. F. V. Gustavo Barroso e a escrita da memória no Rio da Prata. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4., 2009, Maringá. **Anais** [...]. Maringá: UEM, 2009.

MOREIRA, L. F. V. Os intelectuais brasileiros e o revisionismo histórico platino. In: MOREIRA, L. F. V. (coord.). **Instituições, fronteiras e política na história sul-americana**. Curitiba: Juruá, 2008. p. 175-193.

MORENO, F. R. La amplia colaboración de los guaraníes en las jornadas de Tierra Rica y la fundación de la Nueva Asunción en las tierras de los Chiquitos. **El Diario**, Asunción, 21 set. 1927.

MORENO, F. R. **La ciudad de la Asunción**. Asunción: E. Paraguaya, 1926.

O'LEARY, J. E. **Apostolado patriótico**. Asunción: [s. n.], 1930a.

O'LEARY, J. E. **El libro de los héroes**. Páginas históricas de la Guerra del Paraguay. Asunción: Librería la Mundial, 1922.

O'LEARY, J. E. **El mariscal Solano López**. Madrid: Imprenta de Félix Moliner, 1925 (original de 1921)

O'LEARY, J. E. **Los legionarios**. Asunción: Editorial de Indias, 1930b.

O'LEARY, J. E. **Nuestra epopeya**. Asunción: La Mundial, 1919.

O'LEARY, J. E. Prólogo. In: Narciso, R. C. **Ocara Poty**. Asunción: Ariel, 1921.

PASTORE, C. **Lucha por la tierra en el Paraguay**. Montevideo: Antequera, 1972.

PATRIA. Asunción: [s. n.], 8 set. 1924.

PATRIA. Asunción: [s. n.], 3 jul. 1926.

PATRIA. Asunción: [s. n.], 5 jul. 1926.

PATRIA. Asunción: [s. n.], 7 jul. 1926.

PATRIA. Asunción: [s. n.], 15 jul. 1926.

PRUEBAS de la traición a la Patria: pieza de convicción que rebaten las leyendas urdidas por los culpables para encubrir el crimen. **Patria**, Asunción, 12 jun. 1926.

QUATTROCCHI-WOISSON, D. **Los males de la memoria**: historia y política en la Argentina. Buenos Aires: Emecé, 1998.

RAHI, A. **Franco e la revolución de febrero**. Asunción: Augusto Gallegos, 2001.

REALI, M. L. El conflicto regional visto desde Uruguay y la construcción de un relato revisionista. In: CRESPO, H.; PALACIO, J. M.; PALACIOS, G. (coord.). **La guerra del Paraguay**: historiografías, representaciones, contextos. Ciudad de México: El Colegio de México, 2012. (p. 107–140).

REALI, M. L. Entre historia y memoria: la producción de Luis A. de Herrera en los orígenes de un relato revisionista sobre la Guerra del Paraguay. **Diálogos**, v. 10, n. 2, p. 113–125, 2006.

REALI, M. L. Quelle place pour l'historien dans le statut multiple des intellectuels latino-américains au début du xx^e siècle? Étude d'un cas. **L'Atelier du Centre de recherches historiques**, 2011. Disponível em: <http://acrh.revues.org/3656>. Acesso em: 21 dez. 2014.

REALI, M. L. Usos políticos del pasado: dos discursos históricos para un proyecto político en Uruguay, en la primera mitad del siglo XX. In: GUTIÉRREZ ESCUDERO, A.; CUETOS, M. L. L. (coord.). **Estudios sobre América**: siglo XVI-XX. Sevilla: AEA, 2005. p. 1675–1692.

RESQUIN, R. D. **La generación paraguaya (1928–1932)**. Buenos Aires: Ediciones Paraguay en América, 1978.

RIVAROLA, M. **La contestación al orden liberal:** la crisis del liberalismo en la preguerra del Chaco. Asunción: Centro de Documentación y Estudios, 1993.

SILVA, F. L. **As representações de Solano López e Duque de Caxias na historiografia brasileira sobre a Guerra do Paraguai.** 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Universidade de Vassouras, Vassouras, 2007.

SVAMPA, M. **El dilema argentino:** civilización o barbarie. De Sarmiento al revisionismo peronista. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 1994.

VIVA el Mariscal F. Solano López. **Patria**, Asunción, 14 jul. 1926.

3

Encontros e dissidências políticas, ideológicas e historiográficas nos revisionismos rio-platenses (décadas de 1930 e 1940)¹

Olga Echeverría e María Laura Realí²

O revisionismo histórico como forma de expressão e de ação política é um fenômeno complexo na história das ideias e projetos da Argentina e do Uruguai, mostrando pontos de encontro e divergência. Não só pelas singularidades individuais e as diferenças de escala dos países (território, população, economia), como também pelas particularidades das culturas (o que é especialmente notório quando analisamos o lugar da igreja e a religião católica no discurso, na sociedade, na história e na identidade da Argentina) e as diferenças de conformação e funcionamento dos sistemas políticos. Ambos os revisionismos oferecem oportunidade para uma comparação que desenvolveremos por meio de dois referentes de cada país, a saber, Luis Alberto de Herrera e Carlos Ibarguren. Aspiramos que cada caso ilumine a realidade do outro e permita avançar em um

¹ Tradução de Daniela Moraes de Almeida.

² Quando escrevemos esse artigo, Olga tinha perdido recentemente seu pai. E agora a perdemos. Conservo as mais bonitas lembranças das nossas trocas acadêmicas, e ainda mais das pessoais (M. L. R.).

conhecimento mais profundo do que têm significado os revisionismos na América Latina. Realizamos também incursões pontuais em outras propostas dentro do campo revisionista, à medida que essas vozes – que confirmam, matizam ou discordam – possam aportar maior densidade à análise. Incluímos, de mesmo modo, algumas referências bibliográficas que aprofundam aspectos centrais para a comparação, com a intenção de problematizarmos as questões abordadas e distanciar-nos de explicações essencialistas.

O artigo divide-se em três grandes seções. A primeira considera a homenagem realizada a Luis Alberto de Herrera em dezembro de 1940, no marco de sua campanha de oposição à instalação de bases militares estadunidenses em território uruguai. Consideramos que conjunturas históricas precisas como essa favoreceram a aproximação entre os atores políticos e intelectuais rio-platenses sob bandeiras como o nacionalismo e o anti-imperialismo, que davam espaço a um amplo espectro de posições individuais. Nesse episódio, é possível detectarmos rachaduras, censuras e, inclusive, exclusões dentro do campo que se autodefine como nacionalista, apesar da ideia de uma frente comum, alentada pelos discursos de ocasião e pelas representações veiculadas por seus adversários. A partir de uma experiência particular, propomos uma análise retrospectiva centrada nos itinerários políticos e intelectuais de Carlos Ibarguren e de Luis Alberto de Herrera. A evocação de propostas e itinerários individuais, embora sucinta e fragmentária, permite darmos conta da complexidade de experiências, práticas e doutrinas encobertas sob essa aparente homogeneidade com que os atores se apresentam e são representados pelo campo oposto. Na segunda seção do artigo, ao abordarmos essas trajetórias – cujas ‘afinidades’ aparentes poderiam conduzir ao estabelecimento de duvidosas amalgamas –, propomos a deslindar posições políticas, doutrinárias e historiográficas, ao mesmo tempo que nos interrogamos a partir desses casos singulares sobre as condições que fizeram possível a construção de alianças transitórias em circunstâncias pontuais.

Na terceira e última seção do artigo, esses estudos de caso aparecem inscritos em um conjunto de reflexões mais amplas sobre as propostas do revisionismo rio-platense no terreno historiográfico. Esta análise pretende explicar, ao menos parcialmente, o lugar central que coube a Herrera na conjuntura histórica considerada. Nesse sentido, apontamos dois aspectos que parecem ter desempenhado papel relevante. Por um lado, a leitura do passado proposta por Herrera e a sua forte vocação de explicação global da história rio-platense ainda estabelecia um claro correlato entre as antigas tendências de opinião e as de então, habilitando alianças políticas variáveis na Argentina, à medida que a recuperação de atores e fatos do passado foi muito mais instável, conflitante e variável que no caso uruguai. Por outro lado, não foram alheios a esse processo os vínculos pessoais estabelecidos desde cedo com um núcleo do movimento radical que o tempo e as circunstâncias se encarregariam de situar em campos diferenciados e, inclusive, opostos algumas vezes. Esses fatores devem ser levados em conta ao considerarmos a dimensão e visibilidade que esse ator pôde adquirir em certos momentos, tanto no panorama político rio-platense do denominado ‘nacionalismo conservador’ como no seio do revisionismo histórico, além das distâncias muitas vezes perceptíveis nos terrenos político, ideológico e historiográfico, com outros representantes dessas vertentes.

O revisionismo rio-platense é uma corrente historiográfica específica, nascida nas primeiras décadas do século XX, que tinha também uma clara dimensão política. Em boa medida, é uma reação contra a denominada história oficial, considerada falsa ou repleta de esquecimentos³. Nessa disputa ideológica, a versão historiográfica revisionista explicita seus conteúdos políticos e ético-morais, e essa manifestação pode ser considerada uma atitude militante diante da pretendida objetividade, neutralismo e autonomia da ‘história oficial’. Não obstante, alguns aspectos compartilhados e, inclusive, a referência

3 Aos interessados em conhecer as redes tecidas entre o revisionismo paraguaio, Herrera e outros autores sul-americanos, recomendamos a leitura do texto de Eurico da Silva Fernandes, incluído neste volume (N. dos O.).

mútua a ambos os lados do rio da Prata e à recuperação das figuras de Rosas e Oribe com argumentos similares, dificulta a apresentação do revisionismo como um fenômeno único. A diversidade temática, a influência política de seus cultistas e sua relação com o sistema político vigente em cada país, além das concepções diversas sobre o nacional, o continental e a apreciação sobre as potências mundiais, são algumas das complexidades que nos obrigam a pensá-los a partir de tensões e pluralidades.

1 Uma conjuntura propícia para o encontro

O contexto de polarização ideológica das décadas de 1930 e 1940 levou a se reunirem, em um mesmo campo, políticos e intelectuais rio-platenses, cujas orientações históricas e doutrinárias não são facilmente assimiláveis se considerarmos suas trajetórias individuais nas décadas precedentes. Essa identificação resulta da autoadesão a certos postulados e tendências, como o anti-imperialismo no terreno político, a busca de legitimidade para o sistema político e seus projetos em tempos de democracia – a qual se entendia que deveria ser controlada – e o revisionismo histórico no âmbito historiográfico. Ela responde também – e em grau não menor – ao fato de que, ante o olhar de seus opositores, seus postulados podiam parecer associados ao pensamento antiliberal e, inclusive, aos fascismos contemporâneos, em função de seu deslocamento díspar em forma de aval ou simpatia em relação a esses regimes europeus⁴.

Desse modo, o contexto internacional e o que suas figuras simbolizavam nos espaços políticos e intelectuais locais e regionais parecem ter operado como catalisadores para a constituição – e atribuição – de uma identidade filofascista que não necessariamente os próprios envolvidos aceitavam. O certo é que algumas de suas ações

4 No caso de Carlos Ibarguren, implica reivindicações explícitas dos fascismos na luta contemporânea, e, no caso de Herrera, encontros com o Duce e aproximações com a Falange espanhola.

ou expressões discursivas serviram para que o campo político rio-platense reproduzisse disputas e posições que se davam em outros âmbitos do mundo ocidental, e tanto Herrera como Ibarguren (que foi mais explícito em seu apoio aos regimes totalitários e escreveu obras que o testemunham) foram assinalados como nazistas ou fascistoides. Esses tipos de apelativos se tornam um tópico recorrente de deslegitimação de qualquer tipo de proposta formulada por esses homens públicos, independentemente de seus alcances e conteúdo, de tal forma que a noção de ‘ameaça comunista’ ou a ideia de entreguismo aos avanços do imperialismo estadunidense puderam ser mobilizadas no sentido inverso pelos revisionistas rio-platenses, os quais, dessa maneira, se somavam a uma batalha política em um campo polarizado que eles ajudavam a conformar.

Essas representações em termos de blocos ideológicos, fundamentadas tanto nos discursos e práticas políticas como nos contatos pessoais dos atores, se cristalizaram em conjunturas históricas precisas. Porém, não se trata de uma afinidade acabada e sem fissuras, mas de uma estrutura frouxa, contraditória e, inclusive, perturbadora para qualquer um que pretenda categorias mais firmes e consolidadas. Um exemplo dessas semelhanças e desconfortos ocorreu quando se realizou uma homenagem a Herrera em dezembro de 1940 em Montevidéu, para a qual foi convidado um grupo de intelectuais, políticos e militares argentinos. Nos meses anteriores, o herrerismo tinha desenvolvido uma intensa campanha de rechaço à instalação de bases militares estadunidenses em território uruguai, no marco de sua denúncia do caráter imperialista do programa de defesa hemisférico promovido por aquele país. Certos integrantes da delegação argentina mantiveram contatos esporádicos ou frequentes com Herrera, deixando vestígios em sua correspondência.

Algumas vezes essa comunicação remontava ao período prévio à homenagem, como é o caso, por exemplo, de Manuel Gálvez. Porém, a julgarmos pelas cartas conservadas, o intercâmbio epistolar entre Herrera e intelectuais como Ernesto Palacio e José María Rosa se desenvolveu nos anos que se seguiram ao acontecimento, pelo que

cabe perguntarmos se existiam vínculos anteriores ou se a visita da delegação argentina em 1940 pode ter contribuído para estabelecê-los ou funcionado como um catalisador. Devemos levar em conta também que, nos anos 1940, Rosa e Palacio modificaram algumas das perspectivas clássicas do nacionalismo e do revisionismo argentino e começaram, por exemplo, a ter um olhar mais amplo e positivo sobre o popular, e, por conseguinte, a ter um ponto de interseção com Herrera. Algumas ausências dentro da comitiva prevista inicialmente, como a do general Juan Bautista Molina – que devia em princípio presidir a delegação – e a de Carlos Ibarguren, teriam colocado em evidência certas reticências do governo argentino ou das próprias figuras⁵, ou, simplesmente, uma atitude de prudência conjuntural assumida pelos organizadores do ato. Isso não inibiu, porém, o envio de uma mensagem de adesão por parte de Ibarguren.

Nesse texto, no qual se invocavam inconvenientes de índole pessoal para justificar seu não comparecimento à homenagem, atribuía-se um caráter imperialista à política hemisférica dos Estados Unidos e considerava-se Herrera e “[...] às forças nacionalistas como as que vibram em ambas margens do Prata” como expressão da “[...] íntima união entre argentinos e orientais dispostos a manter incólumes a integridade moral e material de nossas pátrias que devem defender-se, sem proteção estranha, com o heroísmo e o sacrifício de

5 Manuel Gálvez assinala que a imprensa ‘de esquerda’ atacou Herrera e os argentinos que iam participar da homenagem, acusando-os de nazistas, e ainda explicita que o general Molina foi proibido de viajar pelo ministro da Guerra e que ele mesmo foi pressionado pelo embaixador argentino no Uruguai, Roberto Levillier (Gálvez, 1965). Por outro lado, é chamativo que em *A História que vivi*, Ibarguren não faça nenhuma menção à reunião de 1940 nem à atitude de Herrera sobre as bases militares, embora dedique muitas páginas à política dos Estados Unidos, às pressões para abandonar a neutralidade, e aos debates das conferências panamericanas de Lima, Panamá, Havana e Rio de Janeiro. Manuel Gálvez (1882–1962) foi um escritor que alcançou altos níveis de popularidade com as suas novelas moralizantes. Hispanista e católico, converteu-se em um dos referentes do nacionalismo argentino. Realizou algumas aproximações com a história e escreveu as biografias de Hipólito Yrigoyen, Juan Manuel de Rosas e Domingo Faustino Sarmiento.

seus filhos [...]” (Ibarguren, 1940)⁶. O caso mais claro de uma ação de exclusão dentro do próprio grupo que organizou a homenagem aparece em uma carta de Felipe Ferreiro⁷ a Manuel Gálvez, nos dias anteriores ao ato. Nela, o primeiro anunciaava a próxima chegada a Buenos Aires de Manuel Sánchez Morales, secretário do bloco de legisladores nacionalistas e encarregado de “[...] acertar os planos relativos à próxima visita de vocês” (Ferreiro, 1940). E a continuação assinalava:

Ele expressou-me que entre os possíveis integrantes da nobre caravana de domingo se encontra Osés⁸, o ilustre e valente jornalista de *El Pampero* e eu atuando exclusivamente por minha conta, me permito manifestar confidencialmente a Você que para o bom êxito de tudo, seria preferível que este escritor a quem admiro desde seus dias de ‘Critério’, não viesse **esta vez**, pois como Você o imaginará, aqui vivemos como Vocês, pressionados por tremendas propagandas anglo-americanas, e prevejo sem dificuldade que se o diretor do jornal catalogado pela brutalidade ambiente de **nazista** chega com vocês, se dará muita importância a esse fato para restar todo efeito proveitoso à nobre atitude dos amigos (Ferreiro, 1940, grifo do autor).

-
- 6 Carta de Carlos Ibarguren a Luis A. de Herrera datada em 26 de dezembro de 1940 em Buenos Aires.
 - 7 Historiador e político uruguai, Felipe Ferreiro Gamio (1892-1963) começou sua carreira como docente no ensino médio e preparatório para vestibular, em que atuou entre 1918 e 1933. Com o golpe de Estado do presidente Gabriel Terra, em acordo com a fração herrerista do Partido Nacional que integrava, resolveu dedicar-se de maneira mais sistemática à atividade política. Porém, continuou um intenso trabalho de docência informal em seu domicílio e presidiu, entre 1935 e 1941, o Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, ao que tinha se incorporado em 1922 como membro permanente.
 - 8 Enrique P. Osés nasceu em Buenos Aires em 9 de junho de 1899 e morreu na mesma cidade, em 11 de dezembro de 1954. Foi jornalista, crítico de arte e empresário do setor de papel. Foi diretor da revista católica *Critério* entre 1930 e 1931, e, de 1931 até meados da década de 1940, editou *Crisol*, *El Pampero* e *El Federal*, revistas que lhe outorgaram um lugar destacado no nacionalismo argentino. Muitos de seus seguidores o indicam como um dos fundadores do nacionalismo popular na Argentina, de fortes ressonâncias hispânico-crioulas.

Apesar desses chamados à abstenção, a visita da delegação argentina recebeu uma acolhida extremadamente crítica por parte dos oponentes ao herrerismo, com declarações que iam desde a atribuição de um caráter proselitista a um ato que “[...] pretende ofender o governo, à opinião pública e às nações lealmente amigas [...]” (Uruguay 1940, p. 243) até posições mais radicais como a sustentada pelo deputado socialista Emilio Frugoni, que qualificou de “[...] delegados fascistas [...]” os visitantes argentinos e de “[...] nazistas, fascistas e falangistas [...]” os dirigentes herreristas que os acolheram (Uruguay, 1940, p. 238).

2 As trajetórias de Carlos Ibarguren e Luis A. de Herrera

2.1 Breve apresentação dos itinerários intelectual e político

Nascido em um lar culto, de boa condição econômica e com fortes relações políticas, Carlos Ibarguren (1877-1956) estudou Direito e logo se aproximou da política. Inclinou-se desde cedo para a atividade intelectual e mais especificamente para a historiografia, ora como pesquisador, ora como docente de direito romano e depois como docente de história argentina na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires (UBA), e, por um breve lapso, na vanguardista e ainda jovem Universidade Nacional de La Plata (UNLP). Foi uma das principais e incipientes figuras do autodenominado nacionalismo e do revisionismo histórico argentino. Segundo assinala em suas memórias, sua carreira política foi forçada pela morte de seu irmão, que, por mandato familiar, tinha sido selecionado para ocupar os espaços políticos da sua família (Echeverría, 2009). Talvez por isso e também pela influência que havia herdado do positivismo, sua forma de fazer e entender a política esteve marcada por um forte traço intelectual e uma consciência de que as ciências sociais podiam ser um instrumento para a ordem e a paz social. Como assinala Eduardo Zimmermann (1995), uma característica dos liberais reformistas foi orientar os estudos científicos em direção a problemas práticos, e

muitos entenderam que era necessário levar as ideias à prática por meio da criação de instituições dedicadas às áreas sociais.

Ibarguren foi um historiador inserido nos principais espaços da atividade nos tempos em que se conformava o campo intelectual argentino e se profissionalizava o ofício de historiador. Sua perspectiva historiográfica mantém a influência da sociologia, à qual já nos referimos, e, mesmo que não tenha formado parte da Nova Escola Histórica (Devoto; Pagano, 2009) que encabeçou a renovação e profissionalização do campo, também não teve com ela enfrentamentos públicos ou privados. Pelo contrário, conviveu e manteve contatos cordiais com referências como Ricardo Levene e Emilio Ravignani, na Faculdade de Filosofia e Letras da UBA, e tinha vocação pela demonstração empírica que não os distanciava substancialmente. Seus postulados historiográficos e as temáticas estudadas não implicam total ruptura com trabalhos prévios como o de Saldías e Quesada, tampouco, como tem assinalado Fernando Devoto (2002), uma quebra com os postulados de Mitre. Nesse sentido, vale destacar que boa parte do 'êxito' revisionista esteve na reinstalação de temas, especialmente o rosismo, em direta concatenação com a política e com um notável esforço para assinalar a originalidade das problemáticas abordadas. Acessaram a arquivos privados, de familiares e amigos, que lhes ofereceram fontes desconhecidas⁹.

Como assinalaram Devoto e Pagano (2009), o revisionismo deve ser considerado em sua dinâmica temporal, ou seja, pensado em sua historicidade, como uma sequência de etapas e uma tradição acumulativa de distintos traços, problemas e elementos identificatórios ao longo de diferentes contextos políticos ou culturais. Compartilhando os trabalhos de Alejandro Cattaruzza (2003), entendemos que foi uma iniciativa levada adiante por um grupo de intelectuais que procurou intervir na ampla zona de encontro entre o mundo cultural, incluindo as instituições historiográficas, e a

9 No caso de Ibarguren, sua família concedeu-lhe a possibilidade de acessar a esse tipo de documentação.

política. E isso é aplicável à própria obra de Ibarguren, que deve ser estudada em paralelo com a sua radicalização política para a direita, e depois também em seu distanciamento da luta política mais explícita, quando sua obra se torna essencialmente historiográfica por meio da publicação de *Las sociedades literarias y la revolución argentina, 1800-1824* (Ibarguren, 1937) e *San Martín íntimo* (Ibarguren, 1950), embora nunca distanciada totalmente do fragor político.

Nos primeiros anos do século XX, enquanto ocupava diversos cargos na estrutura estatal¹⁰, a atuação política de Ibarguren não teve maior transcendência, ficando reduzida à sua participação nos claustros universitários que tinham muito de uma batalha geracional pelos espaços de poder nos institutos de pesquisa. Porém, essa atuação e alguns discursos a favor da reforma política o levaram até o gabinete do presidente Sáenz Peña, onde pôde acompanhar o processo reformista que tinha avalizado desde os claustros universitários e no qual depositava sua confiança, para que fosse um mecanismo em defesa da ordem. Sua função como ministro de Justiça e Instrução Pública esteve marcada pela implementação da reforma política e pelo desenvolvimento de uma política social baseada em uma legislação paternalista, de base católica, que chamava de ‘justiça social’ e tendia a diminuir a mobilização operária e, por isso, a fragmentar os partidos de esquerda e o nascente movimento operário. Assim, ele desenhou um projeto de lei de assistência e previdência social para manter a ordem e a paz das massas proletárias. Propunha um Estado com capacidade para reorganizar o sistema de mutualismo na Argentina e pretendia – sempre sustentado pelo associacionismo de base –

10 Primeiro teve cargos burocráticos no Ministério de Agricultura, quando ainda era estudante universitário. Depois do falecimento do pai e com uma situação econômica precária, se inseriu na estrutura burocrática do Estado através de gestões realizadas por pessoas próximas. Com a morte de seu irmão mais velho e sucessor na carreira política, Carlos Ibarguren assumiu o cargo de secretário da Corte de Justiça, que antes tinham ocupado seu irmão e seu pai (Argentina, 1906). Manteve-se no cargo até 1913, quando foi designado ministro de Justiça e Instrução Pública, e durante esses mesmos anos atuou como integrante do Conselho Nacional de Educação.

constituir um seguro social que auxiliasse os trabalhadores em caso de doença ou velhice.

No plano mais específico da disputa política e da sustentação da ordem, Ibarguren entendia que a democracia implicava riscos, e, para que não fosse desvirtuada, deveria se controlar a “[...] afluência confusa de votantes livres às urnas [...]” (Ibarguren, 1955, p. 332). Portanto, a necessidade de conformar um partido orgânico era indispensável como resseguro do equilíbrio social por meio da regulação das forças. Essa ordem e suas hierarquias só poderiam ser mantidas se houvesse forças compensadas e meios para limitar seus excessos. Para isso, era necessário que as forças conservadoras, “[...] discordantes y sorpresas [...]” (Ibarguren, 1955, p. 249), conseguissem opor uma defesa homogênea. E, com esse afã, participou da conformação (e da condução) do Partido Demócrata Progresista (Malamud, 1995), pelo qual foi candidato à presidência em 1922.

Tratava-se de uma organização conservadora renovada, uma coalizão de forças conservadoras, liberal-conservadoras e independentes, que deviam sustentar um ‘plano integral de governo’, declaradamente pacifista em âmbito internacional, autonomista e formalmente democrática; de tendência protecionista em âmbito econômico; mutualista, cooperativista e previdenciária para a assistência das massas trabalhadoras na política social; no âmbito jurídico, tendia à descentralização das funções e à autonomia dos organismos políticos do Estado (La Nación, 11 set. 1915, 17 out. 1915). Ao estilo do regeneracionismo espanhol (Montero García, 1997) e sua preocupação com a questão social, Ibarguren abriu uma brecha na história do conservadorismo que permite falar de um conservadorismo ‘velho’ e de um ‘novo’, muito mais atento à legitimidade do regime, questionador da separação entre discurso e prática e atento à pertinência e às medidas a serem tomadas. Apesar de manter lógicas tradicionalistas e paternalistas, é interessante assinalarmos que envolvia a necessidade de uma reforma da prática política e de um novo olhar ao social, já que buscava conjugar o respeito e a sustentação da ordem com certo acatamento das garantias

constitucionais e do sistema político vigente. Essas forças buscavam constituir uma estrutura política ‘inovadoramente conservadora’, com uma imagem pública mais institucional, legitimada e transparente.

O triunfo da Unión Cívica Radical nas primeiras eleições democráticas em 1916 teve forte impacto nas classes dominantes e em seus políticos e intelectuais, impacto que se acirraria com a segunda eleição de Yrigoyen, em 1928. A segunda presidência de Yrigoyen era a demonstração evidente do fracasso do projeto conservador programático e desmentia o otimismo que Ibarguren tinha expressado, tanto como funcionário do ‘regime oligárquico’ como referente da ordem conservadora democrática, com as virtudes e vantagens do reformismo social “[...] como canal de superação positiva do conflito social [...]” (Montero García, 1997, p. 59). De tal modo, ante o fracasso nas urnas e sem confiança na possibilidade de estabelecer uma democracia ordenadora, encaminhou-se rapidamente para soluções antidemocráticas que se expressaram com toda sua contundência não só no apoio ao golpe de Estado de 1930, mas fundamentalmente em sua função como interventor em Córdoba, e, no plano intelectual, com a publicação, entre outras páginas, do livro *La inquietud de esta hora*, de 1934, no qual estabelecia que os acontecimentos que se precipitavam no mundo comoviam os povos e destruíam as instituições vigentes.

Não se tratava, destacava, de uma crise passageira que permitisse retomar o trilho otimista do liberalismo econômico e da prosperidade indefinida, mas era o tempo da devastação total do sistema político imperante até a Grande Guerra (Ibarguren, 1975b). Isso implicava o fim do capitalismo tal como havia se entendido até então e a superação definitiva da democracia individualista baseada no sufrágio universal (Ibarguren, 1975b). A batalha primordial era a do fascismo, corporativismo ou nacionalismo perante o comunismo, e não duvidava sobre onde se deveria parar. Por isso, em vez de continuar com os partidos políticos caducos, propunha constituir a corporação profissional obrigatória como expressão dos interesses sociais e,

assim, procurar o equilíbrio político e social e deter o esquerdismo, como expôs em 1934 (Ibarguren, 1975b).

No caso de Luis Alberto de Herrera (1873-1959), podemos encontrar aspectos coincidentes e algumas diferenças. Político e historiador uruguai, foi líder de uma fração que levava seu nome dentro do Partido Nacional, o qual desde 1872 retomara progressiva e conflituosamente a herança do antigo Partido Blanco¹¹. Sua trajetória se define por sua dupla condição de político e historiador. No terreno historiográfico, seu itinerário se inscreve no marco da tardia institucionalização e profissionalização da história no Uruguai, que se concretizou só na década de 1940, com a criação das primeiras instituições de ensino superior para a formação de pesquisadores e professores da disciplina¹².

Nesse contexto, caracterizado pela coexistência de práticas tradicionais e modalidades emergentes de produção do discurso histórico que foram se impondo progressivamente, Herrera pôde reclamar para si um status de historiador que foi reconhecido por seus contemporâneos. Fez parte de instituições uruguaias e regionais dedicadas ao estudo do passado, entre as quais o Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay e a Academia Americana de la Historia (com sede em Buenos Aires), para a qual foi nomeado membro correspondente em 1923. Em um espaço em que a prática do ofício continuava sendo em boa medida tarefa de ‘advogados’ e, em muitos casos, de “[...] descendentes de protagonistas [...]” (Zubillaga, 1980, 2002; Real de Azúa, 1969), os ataques à produção de Herrera se centraram mais na denúncia de seu caráter proselitista do que no respeito às regras da prática ‘profissional’. Foi somente a partir

11 O sistema político uruguai daquele período se estruturava em torno do Partido Colorado (no governo) e do Partido Nacional. Apesar da distância que alguns dos membros da nova agrupação tomaram em relação à herança branca, os termos branco, nacional e nacionalista eram frequentemente utilizados como sinônimos.

12 Estas instituições foram a Faculdade de Humanidades e Ciências, criada por meio de uma lei de 9 de outubro de 1945, e o Instituto de Professores Artigas, fundado a partir da lei de 2 de julho de 1949 (Reali, 2011).

da década de 1940 que se instaurou um duplo processo de exclusão do autor das novas instituições dedicadas à pesquisa e ao ensino da história – em particular no âmbito universitário –, e de apropriação de seu discurso por parte da corrente revisionista argentina.

Assim como Ibarguren, Herrera completou os estudos de advocacia, mas se dedicou cedo e exclusivamente à atividade política e intelectual. Paralelamente à abundante produção de livros, tanto de caráter histórico como político, desenvolveu intensa atividade jornalística, como a redação e direção de *El Nacional*, *La Democracia* e *El Debate*. Seu pai, Juan José de Herrera, tinha tido papel importante no seio do Partido Blanco como ministro de Relações Exteriores durante o governo de Bernardo Prudencio Berro (1860-1864) e, depois, ocupou cargos diretivos no Partido Nacional. Apesar das frequentes denúncias de fraude e das reivindicações dessa corrente política a favor de uma depuração do sistema eleitoral, ela não esteve excluída do governo, embora sub-representada até a sanção da Constituição de 1918, que estabeleceu o voto secreto e universal masculino. Na prática, a coparticipação dos partidos Colorado e Nacional no poder tinha sido estabelecida ao término da guerra civil de 1870-1872, e se manteve, com certas mudanças, até a aplicação da nova carta constitucional.

Herrera participou ativamente desse processo, acompanhando os levantes saravistas de 1897 e 1904 e, mais tarde, no terreno da pugna eleitoral, desempenhando papel significativo na modernização das estruturas de seu partido e na transição da luta armada à participação política pela via do voto. Dos anos 1920 até sua morte ocupou a presidência do Diretório do Partido Nacional durante longos períodos. Paralelamente, desenvolveu intensa atividade pública. Foi secretário da embaixada do Uruguai nos Estados Unidos e no México (1901-1904) e, depois, eleito deputado em 1905 e 1914. No transcurso dos anos 1920 presidiu o órgão executivo colegiado, denominado Consejo Nacional de Administración. Na década seguinte, acompanhou o golpe de Estado do presidente Gabriel Terra (1933) e foi membro do senado durante dois períodos consecutivos. Foi, ainda, em várias ocasiões, candidato à presidência da república.

Ao abordarmos sua atuação política nas primeiras décadas do século XX, é possível mencionarmos como foram feitas, para o caso de Ibarguren, algumas iniciativas reformistas relevantes no terreno social, como o projeto de legislação trabalhista apresentado por Herrera conjuntamente com seu correligionário Carlos Roxlo, em 1905 (Real de Azúa, 1984; Barrán, 1981). As bases doutrinárias de seu pensamento motivavam sua extrema desconfiança diante das reformas promovidas na esfera pública, à medida que estas não estavam no compasso do ritmo ‘natural’ das transformações sociais. Essa orientação se realizava no marco de uma concepção conservadora e paternalista das relações sociais, colocando ênfase no papel exemplificador e moralizante, o que correspondia jogar as classes dirigentes e, em particular, o proprietário rural sobre seus dependentes.

Nas primeiras décadas do século XX, a transformação do sistema político constituiu uma questão fundamental para Herrera, que se pronunciou pela depuração do sufrágio e ampliação da cidadania, assim como por uma modernização das estruturas de seu grupo político. Porém, à diferença de Ibarguren, apostou em uma mutação dentro do canal dos partidos políticos existentes. Apesar de apelar para a mobilização do meio rural e, em particular, dos fazendeiros, não apontou para a criação de um novo partido que representasse os setores conservadores, como foi o caso da fracassada iniciativa da Unión Democrática Uruguaya, fundada por Irureta Goyena no final da década de 1910 (Caetano, 1992; Barrán, 1981). Promoveu, em vez disso, a aproximação e a realização de alianças conjunturais com frações do Partido Colorado, seu rival político tradicional.

Embora o Partido Nacional permanecesse na oposição, a corrente herrerista experimentou uma progressiva afirmação, no marco de um processo político em que, à diferença do caso argentino, o estabelecimento do voto secreto implicou o avanço conservador e a perda de dinamismo do projeto reformista batllista. Escritos de caráter político como *Una etapa*, de 1923, indicam a satisfação de Herrera pelo caminho percorrido e uma confiança no regime representativo e

no sufrágio universal que continua presente em *Sin nombre*, de 1928 (Zubillaga, 1979), obra em que se propõe, entre outros objetivos, a refutar a postura política de Ramiro de Maeztu, de notável influência sobre os revisionistas argentinos, especialmente sobre os irmãos Irazusta.

A partir da década seguinte, o compromisso democrático de Herrera pode ser questionado em vista da sua participação no golpe de Estado de Terra, em 1933. Porém, no contexto político dos anos 1930, tampouco fica evidente uma possível comparação da sua trajetória com a de Ibarguren e outros nacionalistas que sustentaram o regime do general Uriburu. Se na Argentina esse regime se mostrou menos disposto a integrar propostas de ruptura com a ordem precedente do que certos setores nacionalistas teriam desejado (Echeverría, 2013), a coalizão que sustentou o golpe de Estado de Gabriel Terra no Uruguai se limitou a um ‘ajuste’ do modelo anterior, apesar da presença de posições mais radicais (Caetano; Jacob, 1991).

3 A reflexão histórica e a política

Voltando a Ibarguren, interessa mencionarmos que ele ocupou lugar de destaque em múltiplas instituições culturais¹³. Essa inserção ativa mostra seu interesse em se desenvolver no âmbito cultural e a importância que ele dava a seu papel como intelectual. Um papel que era concebido como um atributo de classe e que se manifestou por meio da publicação de uma ampla obra, que abrangeu tanto estudos jurídicos como sobre a sociedade romana, além de ensaios sobre a

13 Ibarguren foi presidente da Academia Argentina de Letras, da Comisión Nacional de Cultura, da Universidad de París em Buenos Aires. Foi membro da Academia Nacional de la Historia, da Academia Nacional de Derecho y Ciencias Sociales e da extinta Facultad de Filosofía y Letras. Foi membro correspondente da Real Academia Española de la Lengua, da Real Academia de Historia e da Española de Jurisprudencia, assim como do Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, do Instituto Histórico del Perú, da Academia de la Historia del Ecuador, do Instituto Sanmartiniano de Colombia e diretor do Museo Social Argentino etc.

história argentina, como *Manuelita Rosas* (1926) e a mais célebre, *Juan Manuel de Rosas: su vida, su tempo, su drama* (1930), livro que recebeu o Prêmio Nacional de Literatura e consagrou Ibarguren como figura do nascente revisionismo histórico argentino.

Esse livro era, em boa medida, a conclusão de longos anos de pesquisa e docência sobre o tema. Nesse mesmo ano, foi designado interventor da província de Córdoba¹⁴ pelo general Uriburu, seu primo, que tinha derrubado o presidente Yrigoyen, e, poucos anos depois, entre 1933 e 1934, publicou obras doutrinárias que buscavam interpretar a política internacional e local e oferecer uma defesa dos fascismos, como *La inquietud de esta hora*, de 1934 (Ibarguren, 1975b). De tal modo, sua produção intelectual e seu agir político estiveram intrinsecamente unidos, e em meados dos anos 1930 reivindicava, tanto no plano intelectual como no político, uma ditadura como estado excepcional de emergência, a qual pudesse dar início a um Estado novo que superasse a intensa agitação que estava se vivendo. Como tinha sustentado em seu livro dedicado ao estudo da figura de Juan Manuel de Rosas, as ‘ditaduras transcendentais’ não eram resultado de um fato pessoal nem um episódio passageiro, mas elas emergiam de uma profunda elaboração resultante do ambiente e do momento (Ibarguren, 1975b, p. 53). Assim, seus trabalhos históricos, sobretudo os que faziam referência ao rosismo, serviram para “[...] criar um ambiente político [...]” e dinamizar debates sobre a forma de organização do Estado, já que, como em 1820, o país necessitava de “[...] uma ação política que se destacasse pela sua eficácia e seu amor à disciplina, ao princípio de autoridade e à conciliação, em meio da anarquia e da revolta acendidas pelo furor das paixões [...]” (Ibarguren, 1930, p. 215).

Herrera também atribuiu papel determinante ao lugar e às circunstâncias, ao abordar os sucessos do passado nacional e regional,

14 Ali afirmou que a participação das forças cívicas e uma relativa presença corporativa resultaria na utilidade para impedir que o governo fosse açambarcado e retido por profissionais do eleitoralismo (Ibarguren, 1975a).

impugnando os enfoques centrados na ‘personalidade excepcional’. Porém, a relação que estabelece entre relato histórico e discurso político funciona em um registro no qual a dimensão nacional só adquire pleno significado no marco de uma reconsideração geral do passado regional. Nesse sentido, temos que considerar duas vertentes da produção histórica de Herrera que funcionam de forma articulada. Por um lado, o autor se propôs, desde seus primeiros escritos, a construir um relato alternativo do passado nacional, inclusivo – enquanto implicava a integração ao panteão uruguai de figuras históricas associadas a ambos os partidos tradicionais – e revisionista, à medida que apontava a reabilitação de atores associados à sua tradição política, injuriados – afirmava – por uma historiografia proselitista de raiz colorada. Por outro lado, essa complexa operação aparecia inscrita em uma reelaboração mais geral do passado regional, que experimentou significativas variações nas primeiras décadas do século XX. Em particular, as alianças ou aproximações entre correntes de diversos espaços do âmbito rio-platense no período da organização e consolidação nacional eram vistas inicialmente como o fruto de interesses conjunturais. Progressivamente, essa construção discursiva derivou a enunciação de afinidades políticas e doutrinárias mais profundas entre os federais argentinos e os blancos uruguaios, que opunham esses grupos aos unitários do primeiro país mencionado e aos colorados do segundo, percebidos, por sua vez, como aliados ‘naturais’¹⁵.

Nesse sentido, a reabilitação progressiva das figuras de Manuel Oribe no Uruguai e de Juan Manuel de Rosas na Argentina, mesmo que com dinâmicas e agendas próprias, confluiu nos anos 1930 na reivindicação de sua ação comum em defesa da soberania regional e nacional, no âmbito de seus respectivos países. Essa perspectiva viu-se fortalecida, ao final dessa década, pela publicação do

15 Esta mudança se opera na década de 1920 e é notória nos dois tomos das obras *La diplomacia oriental en el Paraguay* (1908-1911) e *El Drama del 65. La culpa mitrista*, publicada em 1926 (Herrera, 1926).

trabalho *Orígenes de la Guerra Grande* (Herrera, 1941)¹⁶. Além das considerações relativas ao modelo político proposto pelos governos de Rosas e Oribe, a obra abriu as portas ao estabelecimento de analogias com o presente, aportando uma legitimação histórica à aproximação de setores nacionalistas de ambas as margens do Prata. Estes se declararam herdeiros dos antigos atores e de tendências que tinham feito frente comum contra as ingerências estrangeiras, recuperação notória no contexto da Segunda Guerra Mundial e, em particular, no marco da campanha de rejeição à implantação de bases norte-americanas em território uruguai.

A leitura retrospectiva proposta por Herrera, que contribuiu para enraizar no passado alianças regionais contemporâneas, não seria alheia à dimensão transnacional que sua figura adquiriu nesse momento e a seu poder de mobilização no interior dos setores denominados nacionalistas em ambas as margens do rio da Prata. Porém, não devemos esquecer o realinhamento que essa operação implicava para Herrera em relação com os campos político e intelectual argentinos, dado que, em uma etapa anterior – e apesar das mudanças de rumo, ambiguidades e dissensos persistentes sobre a questão –, certos setores de sua agrupação partidária e do radicalismo argentino tinham se autoproclamado herdeiros das antigas tradições (rosista e oribista) que o político uruguai considerava aliadas históricas.

4 A questão historiográfica

Ao abordarmos a posição historiográfica de Herrera, é útil deslindarmos, com fins analíticos, diversos níveis que aparecem articulados em uma interpretação alternativa e globalizante do passado. Como já assinalamos, no plano nacional esse empenho se traduz na busca de um complexo equilíbrio que oscila entre a produção de um relato integrador das perspectivas históricas,

16 Obra publicada em uma série de entregas do jornal *El Debate*, no final dos anos 1930, e editada, em forma de livro, em 1941.

associadas aos Partidos Nacional e Colorado – proposta expressada, no terreno político, na busca de alianças conjunturais com setores conservadores da agrupação política rival –, e a denúncia de uma história oficial excludente e proselitista, cuja superação implicava a recuperação e valorização de acontecimentos e figuras históricas caras à tradição política de Herrera. Na esfera regional, essa história de raiz nacional ‘blanca’ se inscreve em um itinerário intelectual que inclui inicialmente uma revisão da versão ‘clássica’ da Guerra do Paraguai, para depois incursionar, paulatinamente, na reivindicação da tendência federal e dos caudilhos provinciais argentinos. À recuperação da figura de Urquiza na década de 1920 – com trabalhos como *Buenos Aires*, *Urquiza y el Uruguay* (1919) e *La clausura de los ríos* (1920) – seguiu-se, na década seguinte, a de Juan Manuel de Rosas. A reivindicação deste último como defensor das soberanias americanas ameaçadas pelas ingerências estrangeiras adquiriu especial desenvolvimento em *Orígenes de la Guerra Grande* (1941), embora aparecesse já presente em escritos anteriores (Reali, 2008, 2012).

Embora essa experiência se aproxime à de outros intelectuais associados ao revisionismo histórico rio-platense – e apesar de alguns cultores desta corrente reconhecerem em Herrera um pai fundador¹⁷ –, a trajetória deste último parece bastante singular e, às vezes, à contracorrente de certos relatos que sentaram as bases dessa nova visão do passado na Argentina. Por um lado, como outros autores

17 José María Rosa dedicou seu livro *Paraguay y las misiones argentinas* “a la memoria de Luis Alberto de Herrera”, dedicatória que figura, por exemplo, na edição publicada em Buenos Aires por A. Peña Lillo, em 1974. Na década precedente, uma reedição da obra de Herrera intitulada *El drama del 65. La culpa mitrista* (1926), era apresentada pela editora Pampa y Cielo como uma “Homenagem ao criador do Revisionismo Histórico no Rio da Prata”. Nesses mesmos anos, Manuel Gálvez o assinalava como um dos grandes historiadores revisionistas do rio da Prata e da América espanhola em sua obra *En el Mundo de los seres reales*, de 1965. No mesmo livro, reproduz um fragmento de uma carta que Herrera – ao que chama “[...] historiador, prosador, forte, cavalheiro como nenhum outro [...]” – lhe enviara com a publicação do livro sobre Rosas, e que é por demais elogiosa com a obra: “[...] um marco de pátria e nacionalismo [...]” (Gálvez, 1965, p. 44–45).

revisionistas, ele se dedicou a denegrir a atuação política de figuras como Bartolomé Mitre e Domingo F. Sarmiento. Essas críticas se incluíram em um questionamento mais geral à boa parte das elites ilustradas latino-americanas, as quais o autor considerava imbuídas de teoricismos e dogmatismos próprios do pensamento radical da Revolução Francesa e responsáveis pela introdução de práticas jacobinas no novo continente.

A partir dessa perspectiva, os projetos políticos desses setores dirigentes teriam sido em boa medida responsáveis pelos fracassos e pelos colapsos institucionais dos jovens estados do período independentista até o presente do autor. Esta tese – que se consolida a partir de *La Revolución francesa y Sud América* (Herrera, 1910) – supunha uma apreciação positiva do modelo anglo-saxão representado por Estados Unidos e Inglaterra e, em particular, deste último país, em que Herrera identificava o início do sistema representativo e das liberdades políticas contemporâneas (Reali, 2007). O saldo da intervenção da Inglaterra nos processos históricos sul-americanos era considerado, pelo autor, essencialmente favorável para ambas as partes. Essa admiração pelo modelo anglo-saxão poderia ser identificada como uma primeira discordância com outras propostas revisionistas, nas quais o legado peninsular católico era valorizado como defensor da ordem social natural histórica e presente.

O revisionismo argentino teve uma reflexão centrada quase exclusivamente na dimensão nacional e, portanto, em temas do passado da pátria, quando se buscava processos que legitimassem suas batalhas presentes perante as maiorias e a classe política que se denominavam regimentos, e que os posicionassem no lugar dos que fizeram a pátria e seus mais fortes defensores. Sem dúvida, a forte presença da igreja católica na cena política jogava seu papel na política da Argentina e também em sua diferenciação do Uruguai. Ali, o processo precoce de secularização deixou forte marca no conjunto da sociedade, incluindo os setores conservadores, tanto o católico como o liberal laico.

Para este último, do qual fazia parte Herrera, o valor da religião residia, essencialmente, em sua função como moderadora das paixões e fundamento de uma moral que coadjuvava a conservação da ordem social (Caetano, 2012; Barrán, 2004). Nesse panorama, o catolicismo militante de Felipe Ferreiro – que se refletia em sua conceituação dos processos históricos hispano-americanos – aparecia principalmente como uma exceção que confirmava a regra. No caso argentino, pelo contrário, o ideário católico espanhol teve influência importante nos discursos. Mas, como assinala Rouquié (1994), sua presença foi menor nas práticas e nos governos que estiveram vinculados a essas correntes. Porém, isso não pode nos levar a diminuir a importância desse ideário entre setores do revisionismo argentino, os quais tiveram, por outro lado, forte influência por exemplo no sistema educativo argentino. Essas ideias foram professadas e sustentadas por distintas personalidades, publicações e intelectuais, além, claro está, da hierarquia eclesiástica argentina.

Carlos Ibarguren, como referente das elites tradicionais, expressou um constante e sistemático esforço para assimilar sua própria história familiar (e, portanto, pessoal) à da pátria, traçando, de maneira quase natural, um paralelo entre as etapas da história nacional e o futuro glorioso de seus antepassados, a partir de colocações sempre plenas de conteúdos morais sobre a dignidade das linhagens que tinham ‘feito a pátria’.

Foram notáveis seus esforços para vincular as origens de sua estirpe com a conformação política e territorial das novas comarcas americanas e com o processo revolucionário e independentista. Por outro lado, a reivindicação da distinção e o culto à hierarquia ‘natural’ remetiam constantemente à sociedade colonial, como garantia de estabilidade e de uma ordem imutável. Assim, a reconstrução das trajetórias política e pessoal indicava a ligação da sua linhagem com a realeza, para mais tarde se somar aos movimentos independentistas quando a dinâmica política assim exigisse, sem que nenhuma delas fosse valorizada acima da outra. O mais importante era mostrar que

havia setores com capacidade de mando legitimada pela história, pela antiguidade e pelas diferenças naturais.

O revisionismo e a releitura histórica de Ibarguren e dos outros referentes do nascente revisionismo argentino (os irmãos Irazusta, Ernesto Palacio etc.), se desenvolveram sob a necessidade de uma história nacional ‘autêntica’, já que consideravam que não havia pátria sem história, e esta era a consciência do próprio ser (Palacio, 1939). A verdade que deveria buscar a história era de ordem específica, ou seja, uma verdade útil que definia o destino da nação. Nesse contexto, e com a missão que pretendia expressar o discurso ‘verdadeiro’ da nação, a origem da pátria independente se tornava, sem dúvida, um tema complexo de se abordar para homens que reivindicavam o legado do hispânico ou que pelo menos, com a exceção do sempre disruptivo Lugones, concebiam que o religioso e o hispânico eram instrumentos para a defesa das hierarquias e da ordem. De tal modo, as reflexões sobre a Revolução de Maio de 1810 e o processo independentista estiveram muito longe de ocupar lugar destacado no pensamento dos revisionistas argentinos. Talvez, e como disse Manuel Gálvez, com ironia e fiel a seu humor disruptivo, ou seja, pondo na boca de seus personagens as ideias mais provocadoras, as elites se sentiam eufóricas com a derrubada de Yrigoyen e com a figura de Uriburu, quem colocavam em um lugar de prócer histórico. Assim, uma dama da oligarquia, na novela *Hombres en soledad*, de 1938, sustentava que a Revolução de Maio era um fato menor, se fosse comparada com o golpe de Estado de 1930, já que os revolucionários de 1810 e San Martín tinham mandado embora os espanhóis, gente decente; Uriburu e seus acompanhantes, em contraste, tinham se livrado da ralé (Gálvez, 1986).

Assim, a análise do período revolucionário e independentista gerava não poucas contrariedades e tensões, já que os revisionistas entendiam que a Argentina se encontrava, como o resto das nações hispano-americanas, em uma situação de trágica orfandade e, ao mesmo tempo, seduzida pela Revolução Francesa e longe da tradição católica espanhola, que tinha feito grande e glorioso o império. Esse

‘esquecimento’ tinha levado à desagregação, e os ‘revolucionários’ crioulos, desorientados, queriam ser qualquer coisa menos espanhóis. Assim, tanto a geração de maio como a da organização nacional encararam a questão das origens e, por conseguinte, a do ser nacional e o destino do país, em uma atitude polêmica com relação à Espanha. A garantia da existência revolucionária consistia em diferenciar-se, em renegar no possível qualquer influxo espanhol.

Porém, em nome do nacionalismo e ante um imaginário instalado, os revisionistas não poderiam deixar de comemorar o processo independentista e seus heróis, já que, como acontecia em outros planos, no campo historiográfico o ideário liberal contava com maior força e penetração social que seus detratores estavam dispostos a reconhecer. Assim, podemos notar a tensão que a independência produzia nos revisionistas argentinos, uma vez que não se encontravam em condições de substituir exitosamente o panteão nacional de heróis e ajustá-lo a seus interesses. Isso levou Ibarguren a manter uma relação pendular com os sucessos de 1810, que ia desde a reivindicação de alguns heróis à saudade de uma ordem de tradição e hierarquias que tinha começado a se perder em 1810.

No mesmo caminho, porém mais contundente, outro revisionista argentino dos anos 1930, Ernesto Palacio¹⁸, entendia que a Revolução de Maio tinha sido pensada por Moreno e Monteagudo como uma revanche à conquista espanhola e havia fundado uma grande falácia, já que a Argentina não era mais que a prolongação da Espanha no rio da Prata, e quem o negasse só estava mudando, com fins ideológicos, uma verdade indiscutível. Se a revolução tinha sido um erro e sua comemoração um engano, a verdadeira história deveria reivindicar o passado colonial e os conquistadores. Essa interpretação da

18 Ernesto Palacio (Buenos Aires, 1900-1979) foi um advogado, historiador, filósofo e político iniciado na vanguarda martinfierrista. Somou-se no final da década de 1920 ao nacionalismo e fundou, junto com os irmãos Irazusta, a publicação e o grupo ideológico-político *La Nueva República*, de tendência maurrasiana, ou seja, uma direita que propunha um nacionalismo integral e a constituição de uma sociedade ordenada sob parâmetros hierárquicos e elitistas.

história argentina era, para Palacio, muito fértil, pois por meio dela se poderia reencontrar a essência nacional e incorporar ao panteão figuras de verdadeira relevância, como eram os heróis do Século de Ouro espanhol. Dessa maneira, a Argentina voltaria ao seu destino de grandeza, abortado pela revolução independentista (Palacio, 1939).

A Revolução de Maio, irmã das revoluções liberais europeias, considerava o espanhol atrasado e buscava espelhar-se em outras tradições. E, com essa decisão, tinham alienado não só o ser nacional e a verdadeira soberania, mas também o destino da Argentina. À diferença do que tinha sucedido no Chile, com a revolução na Argentina haviam se apagado as barreiras que separavam as diferentes classes da sociedade e se teria desgastado a hegemonia da classe instruída ('a que tem algo que perder'), afundando o país na desordem (Ibarguren, 1932). A revolução era apresentada com traços negativo, e ao mesmo tempo continuava sendo considerada o momento de fundação da nação. E, ainda, ao não ser modificado substancialmente o panteão de heróis da história argentina, as contradições ficavam expostas e incomodavam.

Por isso, como assinala Gabriel Di Meglio, os revisionistas, provenientes de uma direita nacionalista e católica, “[...] iniciaram nos anos 1930 uma defesa da figura de Juan Manuel de Rosas [...] e um ataque contra a histórica ingerência inglesa na Argentina, mas não escolheram o conflito independentista como terreno de luta [...]” (Di Meglio, 2007, p. 15). Acusaram de serem a favor do estrangeiro, antinacionais e colaboradores do imperialismo britânico outros personagens fundamentais do panteão liberal, como Bernardino Rivadavia, Justo José de Urquiza, Mitre e Domingo Sarmiento, mas não se dirigiram contra Belgrano e menos ainda contra San Martín. Pelo contrário, o fato de que este tivesse apoiado Rosas ante o bloqueio anglo-francês de 1845 e tivesse lhe legado seu sabre como herança foi algo muito assinalado para legitimar o restaurador.

A nação esteve presente desde cedo no ideário ibargusiano, porém se tratava fundamentalmente de uma apelação antimodernista que só paulatinamente foi avançando como projeto político. Ainda, quando o

discurso nacionalista alcançou centralidade, foi mais uma estratégia para se criar uma identidade pretensamente inclusiva e diminuir a legitimidade de interesses setoriais (fosse dos cada vez mais ativos setores operários ou da elite política que não compartilhava suas ideias) do que uma verdadeira defesa do nacional ante ameaças externas. O certo é que, para Ibarguren, o nacionalismo constituía uma ferramenta política ordenadora, um caminho para se alcançar uma estruturação política e social na qual o Estado recolhesse, controlasse, harmonizasse e fomentasse todos os interesses de todas as classes. A nação e o nacionalismo ibargusianos não se baseavam no porvir (como era o caso de Leopoldo Lugones), mas na estrita correspondência com o mundo anterior, sendo frutos do passado, da tradição e da obra das elites patrícias.

Buscando sua própria legitimidade política, Ibarguren assinalava que as origens remontavam aos tempos da conquista, e sua projeção se construía sobre esses cimentos de cultura e civilização. A nação era, portanto, pátria: o lugar dos pais, um corpo místico com unidade de propósitos que unia as diferentes gerações das minorias cultas. A integração do nacional, em sua colocação, se expressava por meio do idioma, da tradição e, especialmente, do fato religioso, em resumo, da tradição hispânica, entendida como força coesiva. Porém “[...] tudo foi mudando em Buenos Aires; as coisas e os tipos característicos se extinguiram e apagaram para dar lugar a uma metrópole cosmopolita, rica, europeizada, sem fisionomia original [...]” (Ibarguren, 1955, p. 84).

Todos esses elementos eram legitimados pela vontade da elite consciente e não resignada, com supremacia moral, e que reunia em uma única alma vivos e mortos. Em termos mais concretos e para a realização de seus objetivos, deveria assentar-se na organização corporativa que pavimentaria as dificuldades, canalizaria as forças produtivas e permitiria a concertação de tendências díspares e a submissão de interesses divergentes. Dessa forma, sua produção intelectual e agir político defendiam, nos anos 1930 e 1940, que o Estado deveria ser o órgão propulsor e operador da energia do conjunto

social, dado que articulava supostos interesses e desejos coletivos. Assim, a nação, como apelo político e recurso emocional, convertia-se em motor das ações tanto públicas como privadas e, portanto, em instrumento de ordem.

Por isso, era difícil encontrar um olhar continental entre os revisionistas argentinos, e em seu lugar se advertiu um ânimo prepotente, destinado a assinalar a grandeza e excepcionalidade da nação. Desse modo, as críticas ao imperialismo não atingiam a centralidade e o julgavam mais pela atitude entreguista dos políticos que dirigiam o país do que pela dominação externa, e, portanto, o que ficava explícita era a batalha contra os políticos que os revisionistas consideravam traidores do golpe de Estado de 1930¹⁹. A exemplo do escasso interesse que despertava o discurso anti-imperialista nos revisionistas argentinos, podemos lembrar a análise que fez Ibarguren em 1932 da atitude de Monroe e a política dos Estados Unidos com relação às independências americanas. Nesse texto, relatando o encontro de 1824 entre o presidente James Monroe e o general Carlos M. de Alvear, como enviado e ministro plenipotenciário, o autor não poupa elogios ao presidente estadunidense – “[...] ilustre estadista, [...] uma alma elevada e o tipo mais puro do verdadeiro republicano [...]” – e não assinala nenhuma crítica à premissa sustentada por Monroe de que os Estados Unidos tinham mais capacidade reflexiva do que as nações sul-americanas, tampouco censura a doutrina que levava seu nome. Definitivamente, endossa a necessidade de integração das novas nações sob a asa do país do norte para confrontar as potências europeias (Ibarguren, 1932, p. 87–96).

No caso do revisionismo histórico uruguai, o discurso sobre a nação aparece estreitamente ligado à sua inserção em um cenário espacial mais amplo. Porém – e apesar de autores como Luis Alberto

19 O poeta militarista Leopoldo Lugones não desentava em não julgar o imperialismo em si mesmo, a não ser pela situação de debilidade e submissão que oferecia a Argentina, quando ela mesma podia sustentar e impor sua vontade sobre outras nações (Lugones, 1932).

de Herrera e Felipe Ferreiro se situarem em uma perspectiva ‘americanista’ –, suas análises denotam conceituações diversas do processo histórico regional. Para o primeiro, o americanismo implicava o reconhecimento, em primeiro termo, de uma ‘pátria pequena’, definida em função de sua pertença a um núcleo maior, ‘a pátria grande’, composta pelo conjunto de territórios que tinham feito parte do Império Espanhol na América (Real de Azúa, 1994; Reyes Abadie; Methol Ferré, 1958).

Nesse marco, a herança hispânica comum – independentemente da apreciação que dela poderia se fazer²⁰ – constituía um vínculo inevitável do qual não poderia se prescindir sem renegar a tradição, dimensão que Herrera situou na base da organização social e considerou ponto de partida iniludível para qualquer transformação efetiva. No caso de Felipe Ferreiro, os termos dessa relação aparecem invertidos. Precedendo à nação e coexistindo com ela está o Reino de Índias, essa grande unidade política, cultural e espiritual, criada pela monarquia católica na América, em que a desagregação mais ou menos arbitrária intervieram – afirmava – interesses espúrios e alheios à vontade dos povos. Essa interpretação, de raiz hispanizante e clerical, conduziu o autor a liberar-se dos postulados da historiografia clássica liberal e a defender que, no período independentista, persistia um sentimento de pertença americana que primava sobre as nascentes – ou ainda inexistentes – identificações nacionais (Ferreiro, 1981a, 1981b, 1981c). A partir dessa visão favorável da ação da Espanha na América, Ferreiro comparou este modelo de colonização com o britânico, pronunciando-se a favor do primeiro. Em seus estudos sobre o processo de emancipação das antigas colônias espanholas, destacou a incidência do pensamento ibérico e relativizou a influência da Revolução Norte-Americana e, sobretudo, do pensamento francês.

20 Como já foi assinalado, à diferença de Ferreiro, Herrera considerava o modelo anglo-saxão decididamente superior ao espanhol. Explicava o que considerava o êxito estadunidense a partir da herança legada pela Grã-Bretanha em termos de instituições e liberdades políticas.

Na etapa histórica subsequente, a presença das potências estrangeiras no âmbito hispano-americano foi apresentada pelo autor como um aspecto perturbador e responsável, em boa medida, pela desagregação de um continente destinado à unidade por fazer parte de uma comunidade fundada em sólidos laços históricos, culturais, políticos e identitários. A Inglaterra não escapou, na produção de Ferreiro, desse esquema geral de uma ação motivada por interesses econômicos crus, fosse em seu papel de mediadora durante o processo de independência do Uruguai, como nas tratativas posteriores tendentes a estabelecer um tratado de amizade, comércio e navegação com o governo do novo país (Ferreiro, 1925, 1944).

Em vez disso, o papel desempenhado pela potência europeia foi apreciado positivamente por Herrera, que sublinha, em particular, o trabalho relevante que coube à intermediação britânica no processo de independência uruguai, que fez extensivo ao conjunto dos países latino-americanos. Além do caráter favorável atribuído à influência política e diplomática britânica, seus escritos destacam a ação benéfica dos capitais ingleses nas economias continentais. Em 1930, o autor publicou seu primeiro trabalho centrado nessa questão: *La misión Ponsonby: la diplomacia británica y la Independencia del Uruguay* (Herrera, 1930–1974). Os documentos que serviram de base a esse escrito foram reunidos no marco de uma missão especial que desenvolveu em 1928, como enviado do governo uruguai a Londres. A posição histórica de Herrera, assim como certas iniciativas comemorativas tomadas nesse período sob seu comando, põe em evidência o reconhecimento de vínculos favoráveis aos interesses de ambas as nações, que se prolongaram até o presente do autor²¹.

Em 1937, Herrera incursionou mais uma vez na questão da independência uruguai, em seu trabalho *La paz de 1828* (Herrera,

21 Note-se, por exemplo, a proposta de Herrera de que o retrato a óleo de lord Ponsonby, que foi entregue pelo ministro britânico em Montevidéu no dia em que se comemorava a Convenção Preliminar de Paz de 1828, fosse apresentado como uma doação das empresas inglesas ligadas por seus negócios e interesses ao Uruguai (Reali, 2009).

1937–1939), elaborado a partir de um corpus documental que obteve por ocasião de uma nova viagem a Londres. Apesar de algumas variações de acentos e matizes, o autor mantinha sua tese fundamental sobre a ação favorável da Inglaterra no terreno diplomático e na incidência da economia britânica nas esferas local e regional²².

Observadores contemporâneos e investigadores do passado puseram em evidência essa faceta historiográfica de Herrera, considerando-a às vezes uma nota dissonante dentro do concerto revisionista. Essa leitura não é, porém, privativa do autor uruguai, e cabe lembrarmos, nesse sentido, que Carlos Ibarguren, em seu livro *En la penumbra de la historia argentina*, destaca o apoio britânico ao surgimento de uma nação livre, por meio da missão de lord Strangford, queixando-se amargamente de que a história argentina o tivesse envolvido na “[...] misteriosa injustiça dos próceres esquecidos [...]” (Ibarguren, 1932, p. 121–130). Não é possível ignorarmos, porém, que o clima político e historiográfico tinha mudado na Argentina com a aparição, em 1934, do livro dos irmãos Julio e Rodolfo Irazusta, *La Argentina y el imperialismo britânico*²³, o qual lançou novas ideias a respeito das relações entre a Grã-Bretanha e a Argentina. Com divergências significativas em relação à posição de Herrera, o livro dos irmãos Irazusta foi escrito sob o impacto causado pelo Tratado Roca-Runciman, e era composto por um duro questionamento ao dito convênio e uma não menos forte crítica à ‘oligarquia’ argentina. A verdade é que o livro teve grande repercussão e instalou o tema dentro dos postulados revisionistas de direita (Devoto; Pagano, 2009; Echeverría, 2004).

A aparente indiferença diante dessas novas colocações, que parece emanar dos já aludidos trabalhos do autor uruguai sobre a influência

22 O livro *A paz de 1828* foi datado por Herrera em 22 de julho de 1937, e foi publicado na *Revista do Instituto Histórico do Uruguai*, entre 1937 e 1939. A primeira edição como livro é do ano seguinte.

23 No mesmo período, foram publicados vários trabalhos de Raúl Scalabrini Ortiz relativos a essa mesma problemática, embora a partir de uma perspectiva ideológica diferente, que enfatizava as dimensões políticas.

britânica em níveis nacional e continental, poderia se explicar por diversos fatores. Por um lado, a anglofilia de Herrera originou-se na experiência familiar – sua mãe tinha sido criada em um lar anglicano –, foi ratificada durante sua estadia juvenil nos Estados Unidos, onde trabalhou como encarregado de negócios de seu país entre 1901 e 1904, e definitivamente consolidada durante sua posterior estadia na França (1908-1912), que o conduziu ao abandono definitivo do modelo francês em favor do britânico. Este último ofereceu a Herrera ferramentas suscetíveis de nutrir seu pensamento conservador sem renunciar à matriz liberal que sustentava, pelo menos no terreno político, sua doutrina²⁴. Também lhe proporcionou uma base teórica para legitimar as revoluções de caráter estritamente político enquanto condenava aquelas dirigidas a alterar a ordem social, cuja verdadeira transformação só poderia operar-se, afirmava, em um contexto de mudança progressiva que tomasse como ponto de partida iniludível as tradições locais e os modos de organização vigentes. Do mesmo jeito, a perspectiva assumida por Herrera em relação ao papel desempenhado pela Grã-Bretanha no cenário hispano-americano, assim como o acento posto por esse autor na faceta política e cultural do capitalismo – em detrimento de sua dimensão econômica – podem responder em parte à sua distância geracional com outros intelectuais associados à vertente revisionista. Como já foi mencionado, os grandes traços de seu pensamento se delinearam nas primeiras três décadas do século XX, quando as questões política e social – diretamente vinculadas à construção nacional no terreno cultural e identitário – apareciam em primeira página, em uma agenda local e regional que sofreu variações significativas nos decênios seguintes.

A essas considerações gerais, poderíamos acrescentar fatores e circunstâncias conjunturais específicos dos cenários nacionais e intelectuais considerados. Nesse sentido, a primeira década do

24 Gerardo Caetano (2012) defende a existência, não exclusiva, mas predominante, de dois modelos alternativos de cidadania no Uruguai da primeira metade do século XX. Eles estariam caracterizados, respectivamente, por seu caráter republicano/solidarista e conservador/individualista.

século XX foi marcada por conflitos diplomáticos entre a Argentina e o Uruguai em torno da jurisdição das águas do rio da Prata, até que o protocolo Ramírez-Sáenz Peña, assinado em janeiro de 1910, restabeleceu o *status quo* sem resolver definitivamente a questão (Reali, 2006). A produção de Herrera nesse período e, sobretudo, os escritos em que a questão é evocada diretamente, como *La diplomacia oriental em el Paraguay* (1989) e *El Uruguay internacional* (1912), evidenciam que as preocupações do autor aparecem muito mais marcadas pelos riscos que poderia representar para o Uruguai a expansão das potências vizinhas e, em particular, para a Argentina, pelo imperialismo de países como os Estados Unidos, vislumbrado apenas como uma ameaça distante e imprecisa.

Décadas mais tarde, na conjuntura particularmente conflitante que se seguiu à crise econômica mundial de 1929, a assinatura do mencionado Pacto Roca-Runciman serviu, na Argentina, como um elemento para a tomada de consciência e um catalisador de posições críticas por parte de observadores contemporâneos que estavam fora dos espaços formais de decisão política. Nesse sentido, a margem de manobra de autores como os irmãos Irazusta era provavelmente superior à de Herrera, figura central no panorama político uruguai en quanto líder de uma das tendências conservadoras predominantes no governo a partir do golpe de Estado de 1933.

A despeito do peso mais ou menos considerável que possa ser atribuído a estratégias políticas de circunstância na formulação do discurso sobre o passado, a posição sustentada por Herrera na década de 1930 se inscreve no marco de uma vasta estrutura interpretativa sobre a história local e regional que tinha sido tecido desde os albores do século XX. Como já foi assinalado, essa abordagem do passado difere significativamente da de Felipe Ferreiro, quem, no terreno político, era um correligionário e estreito colaborador de Herrera (Reali, 2005). Porém, as divergências na interpretação do passado não impediram a confluência de Herrera e Ferreiro em torno de um programa político compartilhado, nem travaram a organização de uma frente comum com outros intelectuais, políticos e militares argentinos, estruturada

em torno da oposição ao imperialismo estadunidense no marco da Segunda Guerra Mundial.

5 Considerações finais

As propostas evocadas ao longo deste artigo colocam em relevo as vacilações e lugares de penumbra que caracterizaram os discursos anti-imperialistas do revisionismo em ambos os lados do Prata, assim como o posicionamento incerto perante os modelos europeus e estadunidense, ao mesmo tempo objetos de denúncia e de entusiástica admiração. É igualmente notório o rechaço ao pensamento radical francês – em suas dimensões política, social ou em ambas – e a recuperação do legado hispânico sobre o presente e passado nacional e continental – com um especial resgate de sua dimensão católica na Argentina –, embora isso não impedisso o surgimento de enfoques mais ou menos disruptivos com essa proposta, como o de Herrera no Uruguai e o de Lugones na Argentina.

A questão do dentro e do fora também se apresenta particularmente complexa, se levarmos em consideração a ambiguidade do olhar regional uruguai, que oscila entre a busca de aliados na Argentina e o receio ocasionado pelos persistentes discursos sobre a ‘excepcionalidade’ e a vocação diretora deste último país na esfera continental, a qual aparece perfilada desde os dias da Revolução de Maio. Os vínculos pessoais prévios de certas figuras políticas podem explicar igualmente a reconfiguração conjuntural de alianças em um horizonte político crescentemente fraturado, sobretudo se considerarmos que, além de seus vínculos privilegiados com Yrigoyen e seu círculo, o espaço de sociabilidade de Herrera compreendia um vasto espectro de atores políticos, militares e intelectuais argentinos os quais, apesar de sucessivas divergências e rupturas, tinham integrado frequentemente o núcleo original do radicalismo (Reali, 2016). A isso se soma que, no contexto da Segunda Guerra Mundial, as próprias dinâmicas internacionais permitiram algumas aproximações que as lógicas mais vernáculas não teriam feito possíveis.

Nessa conjuntura, conectaram-se atores regionais que se declararam neutros diante do conflito iniciado em 1939, expressaram sua desconfiança com a política hemisférica dos Estados Unidos, atuaram como porta-vozes da reação anticomunista e tiveram um olhar atento aos fascismos europeus. Mas isso não deve ocultar distâncias persistentes nas práticas e doutrinas. De fato, a homenagem a Herrera em 1940 foi organizada sob o estandarte relativamente ‘neutro’ – dado que não se pronunciava por uma ordem política particular – e, portanto, potencialmente inclusivo do anti-imperialismo e da defesa da soberania nacional, o que não impediu que seus opositores recordassem as facetas antidemocráticas dos atores envolvidos. Por último, não devemos esquecer a forte identificação política e os vínculos pessoais estabelecidos desde cedo entre o herrerismo uruguai e o radicalismo argentino e, em particular, entre os líderes de ambos os movimentos. Esses antecedentes ficaram obscurecidos no marco da Primeira Guerra Mundial, mas ajudam a explicar tanto as possibilidades como as fragilidades da frente comum constituída pelos denominados ‘nacionalistas’ rio-platenses, a qual se caracteriza pela precária delimitação dos atores que a comporiam mais que pelos discursos de ocasião que tentavam minimizar as divergências entre eles.

Referências

ARGENTINA. Corte Suprema de Justiça. Poder Judiciário da Nação.

Acuerdo por designación de secretario de la Corte Suprema de la nación.

Acuerdos históricos. Buenos Aires: Corte Suprema de Justiça, 11 dez. 1906. f. 99, p. 6.

BARRÁN, J. P. **Batlle, los estancieros y el Imperio Británico.** Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1981.

BARRÁN, J. P. **Los conservadores uruguayos (1870–1933).** Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2004.

CAETANO, G. **La República batllista**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2012.

CAETANO, G. **La República conservadora (1916–1929)**. Montevideo: Fin de Siglo, 1992. t. 1.

CAETANO, G.; JACOB, R. **El nacimiento del terrorismo**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1991. t. 3.

CATTARUZZA, A. El revisionismo: itinerarios de cuatro décadas. *In: CATTARUZZA, A.; EUJANIAN, A. (org.). Políticas de la historia: Argentina 1860–1960*. Buenos Aires: Alianza, 2003. p. 1–33.

DEVOTO, F. **Nacionalismo, fascismo y tradicionalismo en la Argentina moderna**: una historia. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

DEVOTO, F.; PAGANO, N. **Historia de la historiografía argentina**. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

DI MEGLIO, G. La guerra de independencia en la historiografía argentina. *In: CHUST, M.; SERRANO, J. A. (org.). Debates sobre las independencias iberoamericanas*. Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2007. p. 27–46.

ECHEVERRÍA, O. De la apelación antidemocrática al colonialismo como argumento impugnador de la “oligarquía”: los hermanos Irazusta en la génesis del revisionismo histórico argentino. **Prohistoria**, n. 8, p. 173–192, 2004.

ECHEVERRÍA, O. Las voces del miedo: los intelectuales autoritarios argentinos en las primeras décadas del siglo XX. **Rosario**: Prohistoria, 2009.

FERREIRO, F. [Carta enviada para Manuel Gávez]. Destinatário: Manuel Gálvez. Montevideo, 23 dez. 1940. 1 carta. Arquivo Felipe Ferreiro. Museu Histórico Nacional Montevideo. Correspondência, 1937–1940. f. 90.

FERREIRO, F. En torno a las actas del 25 de agosto de 1825, reproducido como “La unión y la unidad americanas después de 1810. En torno las actas del 25 de agosto de 1825”. *In: FERREIRO, F. La disgregación del Reino de Indias*. Montevideo: Barreiro y Ramos, 1981a. p. 179–191.

FERREIRO, F. Indianidad y americanismo. *In: FERREIRO, F.*

La disgregación del Reyno de Indias. Montevideo: Barreiro y Ramos, 1981b. p. 23-29.

FERREIRO, F. Interpretación crítica de la Revolución Americana.

In: FERREIRO, F. La disgregación del Reyno de Indias. Montevideo: Barreiro y Ramos, 1981c. p. 33-51.

FERREIRO, F. La revolución de 1825 y la Independencia Nacional.

Suplemento de Imparcial, n. 372, p. 17-12; n. 379, p. 14-19; n. 386, p. 16-26, 1925.

FERREIRO, F. Oribe en la historia diplomática de la República. **El Debate**, p. 6-8, 26 ago. 1944. Suplemento extraordinario en conmemoración del natalicio de Oribe.

GÁLVEZ, M. **En el mundo de los seres reales**. Buenos Aires: Hachette, 1965.

GÁLVEZ, M. **Hombres en soledad**. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986.

HERRERA, L. A. **Buenos Aires, Urquiza y el Uruguay**. Montevideo: Talleres Gráficos A. Barreiro y Ramos, 1919.

HERRERA, L. A. **El drama del 65**: la culpa mitrista. Montevideo: Cámara de Representantes, 1926.

HERRERA, L. A. **El Uruguay internacional**. Paris: Bernard Grasset, 1912.

HERRERA, L. A. **La clausura de los ríos**. Montevidéu: Talleres Gráficos A. Barreiro y Ramos, 1920.

HERRERA, L. A. **La diplomacia oriental en el Paraguay**: correspondencia oficial y privada del Dr. Juan José de Herrera, ministro de Relaciones Exteriores de los gobiernos de Berro y Aguirre. Montevideo: Barreiro y Ramos, 1989.

HERRERA, L. A. **La misión Ponsonby**: la diplomacia británica y la independencia del Uruguay. Buenos Aires: Eudeba, 1930-1974.

HERRERA, L. A. La paz de 1828. **Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay**, t. 13–15, 1937–1939.

HERRERA, L. A. **La Revolución Francesa y Sudamérica**. Paris: Paul Dupont, 1910.

HERRERA, L. A. **Orígenes de la Guerra Grande**. Montevidéu: A. Monteverde y CIA, 1941.

IBARGUREN, C. [Carta enviada para Luis A. de Herrera]. Destinatário: Luis A. de Herrera. Buenos Aires, 26 dez. 1940. 1 carta. Arquivo Luis A. de Herrera. Museu Histórico Nacional. Correspondência, f. 58.

IBARGUREN, C. Discurso pronunciado en la colación de grados de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires. In: IBARGUREN, C. **La historia que he vivido**. Buenos Aires: Peuser, 1955. p. 248–249.

IBARGUREN, C. **La historia que he vivido**. Buenos Aires: Peuser, 1955.

IBARGUREN, C. El significado y las proyecciones de la Revolución del 6 de septiembre. Discurso del 15 de octubre de 1930. In: IBARGUREN, C. **Obras**. Buenos Aires: Dictio, 1975a. p. 299–312.

IBARGUREN, C. **En la penumbra de la historia argentina**. Buenos Aires: La Facultad, 1932.

IBARGUREN, C. **Manuelita Rosas**. Buenos Aires: Gleizer, 1926.

IBARGUREN, C. **Juan Manuel de Rosas**: su vida, su tiempo, su drama. Buenos Aires: La Facultad, 1930.

IBARGUREN, C. **La inquietud de esta hora**. Buenos Aires: Dictio, 1975b.

IBARGUREN, C. **Las sociedades literarias y la revolución argentina, 1800–1824**. Buenos Aires: Espasa Calpe, 1937.

IBARGUREN, C. **San Martín íntimo**. Buenos Aires: Peuser, 1950.

LA NACIÓN. Buenos Aires: [s. n.], 11 set. 1915.

LA NACIÓN. Buenos Aires: [s. n.], 17 out. 1915.

LUGONES, L. **El estado equitativo**: ensayo sobre la realidad argentina. Buenos Aires: La Editora Argentina, 1932.

MALAMUD, C. El Partido Demócrata Progresista: fallido de construir un partido nacional liberal-conservador. **Desarrollo Económico**, v. 35, n. 138, p. 289–308, 1995.

MONTERO GARCÍA, F. Conservadurismo y cuestión social. *In: TUSELL GÓMEZ, J.; MONTERO GARCÍA, F.; MARÍN ARCE, J. M. (org.).*

Las derechas en la España contemporánea. Barcelona: Anthropos, 1997. p. 57–76.

PALACIO, E. **La historia falsificada**. Buenos Aires: Difusión, 1939.

REAL DE AZÚA, C. **Ambiente popular del 900**: Carlos Roxlo, un nacionalismo popular. Montevideo: Biblioteca del Autor Nacional, 1984.

REAL DE AZÚA, C. **El Uruguay como reflexión**. Montevideo: Centro Editor de América Latina, 1969.

REAL DE AZÚA, C. **Herrera**: la construcción de un caudillo y de un partido. Montevideo: Cal y Canto, 1994.

REALI, M. L. El ‘buen ejemplo’ británico contra el modelo jacobino en la Revolución Francesa y Sud América de Luis A. de Herrera. *In: FREGA, A.; VEGH, B. (org.). En torno a las ‘inversiones inglesas’: relaciones políticas y culturales con Gran Bretaña a lo largo de dos siglos*. Montevideo: FHCE, 2007. p. 57–64.

REALI, M. L. El conflicto regional visto desde Uruguay y la construcción de un relato revisionista. *In: CRESPO, H.; PALACIO, J. M.; PALACIOS, G. (coord.). La guerra del Paraguay*: historiografías, representaciones, contextos. Ciudad de México: El Colegio de México, 2012. p. 107–140.

REALI, M. L. **Herrera, la revolución del orden**: discursos y prácticas políticas (1897–1929). Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2016.

REALI, M. L. La définition des frontières dans la région du Rio de la Plata dans les premières décennies du XXe siècle. La “Guerra de la Triple Alianza” comme précédent et comme contre-exemple. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, 2006. Disponível em: <https://nuevomundo.revues.org/1849?lang=es>. Acesso em: 3 mar. 2012.

REALI, M. L. La reflexión de Luis Alberto de Herrera en torno a Gran Bretaña como árbitro internacional en el proceso de independencia del Uruguay. In: FREGA, A. (org.). **Historia regional e independencia del Uruguay**: proceso histórico y revisión crítica de sus relatos. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2009. p. 217–250.

REALI, M. L. Miradas alternativas sobre la historia rioplatense: la propuesta de Luis A. de Herrera y sus intercambios con autores argentinos y paraguayos (1900–1930). **Res Gesta**, n. 46, p. 193–217, 2008.

REALI, M. L. Quelle place pour l'historien dans le statut multiple des intellectuels latino-américains au début du XX^e siècle? Etude d'un cas. **L'Atelier du Centre de recherches historiques**, n. 7, 2011. Disponível em: <http://acrh.revues.org/3656>. Acesso em: 25 maio 2016.

REALI, M. L. Usos políticos del pasado: dos discursos históricos para un proyecto político en Uruguay, en la primera mitad del siglo XX. In: GUTIÉRREZ ESCUDERO, A.; LAVIANA CUETOS, M. L. (org.). **Estudios sobre América**: siglos XVI–XX. Sevilha: AEA, 2005. p. 1675–1692.

REYES ABADIE, W.; METHOL FERRÉ, A. Estudio preliminar. In: STEWART VARGAS, G. (org.). **Oríbe y su significación frente a Rosas y Rivera**. Buenos Aires: Pellegrini Impresores, 1958. p. 13–27.

ROUQUIÉ, A. **Autoritarismos y democracia**. Buenos Aires: Edicial, 1994.

URUGUAY. *Diário de sessões da Câmara de Representantes*. [s. n.]: Montevideo, 30 de dezembro de 1940. t. 441, 3^a sessão ordinária.

ZIMMERMANN, E. **Los liberales reformistas**: la cuestión social en la Argentina (1890–1916). Buenos Aires: Sudamericana, 1995.

ZUBILLAGA, C. **Historia e historiadores en el Uruguay del siglo XX:** entre la profesión y la militancia. Montevideo: Librería de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2002.

ZUBILLAGA, C. Historiografía y cambio social. **Cuadernos del Centro Latinoamericano de Economía Humana**, n. 24, 1980.

ZUBILLAGA, C. Luis Alberto de Herrera, filias y fobias. **Publicación del Centro Latinoamericano de Economía Humana**, n. 10, 1979.

4

O “universo fascista” em perspectiva: a disseminação do fascismo pela América Latina na análise do jornal integralista *A Offensiva* (1934–1938)

Murilo Antonio Paschoaleto

1 Introdução

Ao longo do conturbado período entreguerras, partidos e/ou movimentos de caráter autoritário, muitos dos quais apregoando ideias fascistas como a salvação para os flagelos que afigiam a sociedade, eclodiram em diversas partes do mundo. A América Latina, de modo geral, e mais especificamente o Brasil, não ficaram alheios a esse fenômeno, com a propagação de movimentos de natureza fascista em seus territórios. Em terras brasileiras, a Ação Integralista Brasileira (AIB), chefiada pelo político e escritor Plínio Salgado, foi o primeiro movimento de massas a possuir uma organização em âmbito nacional. Fundada no ano de 1932 e oficialmente extinta em dezembro de 1937, devido à instauração do Estado Novo varguista, o integralismo é apontado, por alguns historiadores, como o maior e mais importante movimento fascista que existiu na América Latina.

Neste artigo, almejamos realizar uma discussão sobre a forma com que os integralistas brasileiros se viam e se inseriam em um fenômeno internacional, focalizando, sobretudo, o caso latino-

americano. Para isso, utilizamos a imprensa oficial do movimento, buscando evidenciar as relações instituídas, ainda que muitas vezes não de modo pragmático, entre o integralismo e os movimentos congêneres ao fascismo estabelecidos na região latino-americana. Na primeira parte, apresentamos o contexto entreguerras, que foi extremamente profícuo não apenas para o surgimento do fascismo, mas também para a propagação das suas ideias em todas as partes do globo, incluindo a região geográfica que nos interessa (América Latina e Brasil). Ao mesmo tempo, recuperamos e apresentamos, em linhas gerais, a história da AIB, de suas principais lideranças e do conglomerado impresso fundado pelos integralistas, com foco em seu principal periódico, o jornal *A Offensiva*, eleito como fonte para este estudo.

2 A Ação Integralista Brasileira: origens e história

A existência legal da AIB esteve circunscrita no período entreguerras, frequentemente caracterizado pela historiografia como um momento especialmente conturbado, sobretudo por conta da “[...] ampla sequência de choques que englobaram as grandes estruturas ideológicas de então” (Fraga, 2004, p. 7). Se, por um lado, a Revolução Russa, ocorrida em 1917, apresentara o comunismo como uma alternativa política viável para substituição do modelo liberal, o fascismo, por outro lado, também.

Por volta de 1930, tanto o regime fascista tomara ciência de que poderia exportar sua solução para além das fronteiras italianas, como pessoas de fora da Itália passaram a ver, no fascismo, uma alternativa viável para o colapso que o capitalismo e a democracia burguesa pareciam enfrentar (Bertonha, 2008). Assim, o fascismo não só inspirava e apoiava outras forças antiliberais, como dava à direita internacional a confiança de que seria a “[...] onda do futuro” (Hobsbawm, 2008, p. 115–116).

Foi nesse contexto de crises, polaridades ideológicas e ascensão de uma direita autoritária em grande parte do mundo que surgiu

no Brasil o integralismo. O integralismo, à semelhança de outros movimentos fascistas, apresentava uma estrutura baseada numa rígida hierarquia, cujo cume era ocupado pelo chefe nacional do movimento, o escritor e político Plínio Salgado, a quem todos os militantes – também conhecidos como camisas-verdes em alusão à cor do uniforme utilizado – deveriam reconhecer liderança e jurar lealdade perpétua.

Antes de fundar oficialmente a AIB, em 7 outubro de 1932, Plínio Salgado procurou estabelecer contatos com movimentos ideologicamente próximos ao integralismo (Trindade, 1979), e, ainda em processo de formação, a AIB “[...] absorveu vários pequenos movimentos fascistas extremamente frágeis, que haviam surgido já nos anos 20, mas que pouco se desenvolveram, como a Legião Cruzeiro do Sul, o Partido Nacional Fascista, o Partido Nacional Sindicalista e outros” (Bertonna, 2008, p. 287). Com suas propostas autoritárias e o auxílio de uma eficiente máquina de propaganda, o integralismo, em pouco mais de cinco anos de existência legal, chegou a arregimentar, em uma população de cerca de 42 milhões de habitantes (Hilton, 1983), algo entre 500 e 800 mil militantes espalhados por todas as unidades da Federação, tornando-se o primeiro movimento de massas brasileiro a possuir uma organização de alcance nacional (Cavalari, 1999).

A AIB apresentava inúmeras similaridades ideológicas, simbólicas e organizacionais, que iam além da adoção de uma camisa colorida como uniforme, com os movimentos fascistas existentes e por diversas vezes suas lideranças faziam questão de destacar. Em inúmeras oportunidades, os integralistas, por intermédio de seus livros e periódicos, declaravam gozar do mesmo ‘espírito’ e princípios fascistas dos italianos, franceses, peruanos, argentinos, e anunciam que, caso ascendessem ao governo, realizariam no Brasil a ‘ressurreição nacional’ que Mussolini, Hitler e seus regimes fascistas estariam a perpetrar na Itália e na Alemanha, respectivamente. Também era motivo de destaque nos periódicos integralistas as notícias do surgimento e expansão de movimentos fascistas pelo mundo –

como podemos verificar pela veiculação da coluna “O Fascismo no Mundo” –, bem como os contatos mantidos entre integrantes desses movimentos e os da AIB, cujas correspondências trocadas foram, por vezes, transcritas nos jornais do movimento.

De modo mais pragmático, a bibliografia consultada – sobretudo, Bertonha (2001) e Dietrich (2007) – demonstra a colaboração, ao menos local, entre os núcleos integralistas, fascistas e nazistas, com contribuições como o compartilhamento de sedes, a edição conjunta de jornais e a cessão mútua de espaços para a realização de cerimônias.

Apesar das similaridades ideológicas, simbólicas e organizacionais com os movimentos fascistas existentes e dos contatos mantidos com os seus ‘irmãos de ideal’, os integralistas, por vezes, refutavam a alcunha de ‘movimento fascista’, ainda que em diversas oportunidades seus próprios líderes tenham se intitulado como tal. A atitude de negar o caráter fascista do movimento ao qual pertenciam, antes de ter sido uma particularidade dos integralistas, foi comum à maior parte dos movimentos fascistas que existiram¹. Esse comportamento, como apontado por Bertonha (2011), torna o caso brasileiro mais próximo do modelo fascista do que o contrário, e tal posicionamento pode ser atribuído mais ao caráter nacionalista do movimento – aspecto característico dos ‘fascismos’ – do que à ausência do sentimento de pertencimento ao ‘universo fascista’.

A penetração social obtida pelo integralismo, apesar de ter sido grande, não foi, contudo, suficiente para garantir à AIB o êxito político esperado por seus líderes, tendo sido um movimento desarticulado que foi colocado na ilegalidade pelo governo de Getúlio Vargas, e suas lideranças enviadas para o exílio.

Considerando-se o relativo sucesso de inserção social obtido pela AIB, a força de sua propaganda política e o apoio com que os

1 Para os casos britânico, canadense, húngaro e finlandês, por exemplo, e o francês, ver, respectivamente, Bertonha (2011, 2013) e Soucy (1995).

integralistas contavam de setores das Forças Armadas e do clero, o fracasso da organização, paulatinamente alijada por Vargas, pode causar certo espanto em um primeiro momento, como ressaltado por Berthonha (2008).

As relações entre a AIB e o governo Vargas não eram monolíticas e foram marcadas, ao mesmo tempo, por conflitos e colaborações. O fato de Vargas acreditar que pudesse tirar proveito da AIB – referimo-nos sobretudo à relação estabelecida entre integralistas e Vargas no combate ao comunismo, especialmente após a fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935 –, permitiu que o movimento se desenvolvesse sem maiores restrições. Todavia, quando percebeu que o integralismo poderia ser uma ameaça a seu governo, desencadeou intensa repressão ao movimento, extinguindo-o, prendendo e exilando seus líderes.

AAIB, assim como os movimentos congêneres europeus, escolheu, por ser mais viável politicamente, a via eleitoral para tentar chegar ao poder. Todavia, o integralismo, diferente do fascismo italiano e do nazismo alemão, “[...] não contou com o apoio do Estado e das classes dirigentes para se lançar nessa corrida em direção ao poder”. Pelo contrário, Vargas, utilizando-se da “[...] histeria anticomunista e da agitação social existentes no país à época [...]”, teria canalizado para si o apoio das elites econômicas, de políticos conservadores e das Forças Armadas (Berthonha, 2008, p. 286-288).

Em uma tentativa desesperada de tomada do poder, os integralistas atentaram contra o governo de Vargas. O episódio, que ficou conhecido como Intentona Integralista, marcou o último suspiro do movimento. A conspiração foi rapidamente dominada por Vargas, que, em seguida, deu início a uma intensa repressão ao integralismo, prendendo e exilando alguns de seus líderes. Plínio Salgado, por exemplo, foi preso e, posteriormente, exilado em Portugal, de onde retornou em 1946 com o fim do Estado Novo, cooptando outros em sua máquina estatal (Cavaliari, 1999).

3 Os atores: líderes e jornais

As figuras centrais do movimento integralista foram o escritor e político Plínio Salgado, chefe nacional do movimento, Gustavo Barroso, ideólogo e principal expoente da ala antissemita do integralismo, e Miguel Reale, o maior teórico do corporativismo integralista.

Plínio Salgado, líder ‘supremo e eterno’ da AIB, nasceu em 1895, em São Bento do Sapucaí, no interior do estado de São Paulo. Foi escritor e jornalista de destaque, militou no Partido Republicano Paulista (PRP) até o ano de 1930, sendo eleito deputado estadual em 1927. No mesmo ano em que se desvinculou da legenda pela qual fora eleito deputado, Salgado partiu para uma viagem à Europa. Em sua passagem pela Itália, “[...] conheceu de perto o fascismo, que o maravilhou e o estimulou a criar algo semelhante no Brasil [...]”, o que viria a ser a AIB (Bertonha, 2008, p. 286).

Gustavo Barroso nasceu em Fortaleza, em 1888. Escritor e bacharel em Direito, foi um intelectual com relativo prestígio naquele contexto, tendo fundado e dirigido o Museu Histórico Nacional, além de ter presidido a Academia Brasileira de Letras. A produção bibliográfica de Barroso², ao menos ao longo dos anos que integrou as fileiras do integralismo, foi profundamente marcada por um ferrenho posicionamento antissemita. Barroso, inclusive, foi o responsável pela tradução e divulgação de *Os protocolos dos sábios de Sião* no Brasil (Oliveira, 2009).

Conterrâneo de Plínio Salgado, Miguel Reale nasceu em São Bento do Sapucaí, em 1910. Gozava de grande prestígio dentro da AIB, tendo sido diretor do jornal *Acção*, um dos mais importantes periódicos integralistas, diretor da Secretaria Nacional de Doutrina do movimento e um dos maiores entusiastas do corporativismo fascista, sendo o seu maior teórico na AIB.

2 A figura de Barroso também é analisada no artigo de Eurico da Silva Fernandes, neste volume (N. dos O.).

Os integralistas construíram uma extensa rede impressa que, entre jornais e revistas, chegou a contar com cerca de 138 títulos, os quais eram diretamente subordinados à Secretaria Nacional de Imprensa organizada pelo movimento e, por fim, ao próprio Plínio Salgado. Segundo alguns pesquisadores que se debruçaram sobre o estudo da imprensa integralista (Cavaliari, 1999; Bulhões, 2007; Oliveira, 2009; Simões, 2009), os periódicos tiveram importância nevrágica para a AIB, tendo em vista que eram, ao mesmo tempo, difusores da ideologia e doutrina integralista e instrumentos de cooptação de novos militantes para as fileiras do movimento.

Dentre os jornais e revistas periódicas, o jornal *A Offensiva* foi o periódico mais destacado da AIB, tanto pela sua ampla abrangência territorial quanto pela sua longevidade. *A Offensiva* contou com um total de 748 edições e circulou por um período relativamente longo, entre 1934 e 1938, deixando de abranger apenas os dois primeiros anos de existência do integralismo. Em seu primeiro ano de circulação, tinha como diretor o próprio Plínio Salgado, posteriormente substituído na direção do periódico por Madeira de Freitas. Ao longo de sua existência, *A Offensiva* se tornou um canal direto de comunicação entre as lideranças e a base militante do movimento, tendo em vista que, apesar de ser editado na capital federal, sediada naquela época no Rio de Janeiro, tinha circulação em âmbito nacional, podendo ser comprado em bancas de jornal ou assinado e recebido pelos correios.

Os periódicos da AIB tinham como finalidade disseminar, ao maior número possível de pessoas, fossem estas militantes do integralismo ou não, a doutrina e as propostas do movimento. Essencialmente, era por meio dos jornais e revistas que os integralistas propagavam crítica ferrenha ao liberalismo político e econômico, repetindo à exaustão que este era o cerne da crise pela qual a sociedade moderna estava passando. A única salvação seria a implementação, em âmbito global, da ‘ideia nova’, isto é, o fascismo, o qual era representado no Brasil pela AIB.

4 O referencial externo: a expansão dos ideais e a disseminação dos movimentos fascistas pelo mundo

De acordo com *A Offensiva*, naquele contexto de crises, a ‘mocidade’, apontada como aqueles indivíduos e movimentos que partilhavam dos ideais fascistas, estaria a se levantar nas mais variadas nações, em uma reação conjunta à instabilidade imperante. O Brasil, segundo o periódico, não ficaria alheio a essa reação, pois aqui ela já teria sido iniciada pelos integralistas.

Noticiando a disseminação dos ideais fascistas, o periódico estaria demonstrando que “[...] o fenômeno fascista tem amplitude mundial” (Barroso, 1935a). Seria uma reação conjunta e orquestrada contra o comunismo, o liberalismo e, segundo alguns autores integralistas, como Gustavo Barroso, o judaísmo. Na vanguarda desse movimento ressurrecional, estavam a Itália e a Alemanha – onde o fascismo e o nazismo já haviam se tornado regimes –, seguidas por países como Inglaterra, Portugal, Estados Unidos, França, Espanha etc. Ambos os regimes fascistas mencionados teriam feito de seus países duas grandes potências mundiais, que ditariam os rumos da política internacional do período.

Por meio das páginas de *A Offensiva*, os integralistas procuraram demonstrar que a Itália e a Alemanha teriam se tornado grandes potências mundiais após o advento de Mussolini e de Hitler (Freitas, 1935, 1936), sugerindo aos brasileiros que a ‘ressurreição nacional’ pela qual haviam passado era intrínseca e deveria ser diretamente creditada ao fascismo. A esse respeito, o artigo “A força de um regimen”, de autoria de Madeira de Freitas, é exemplar. Segundo Freitas, o fascismo teria libertado os italianos da

[...] escravidão do capitalismo judeu, da ignominiosa condição de povo fraco e dos que o exploravam em nome de uma autoridade que nunca existiu. A Itália deve, pois, essa miraculosa ressurreição nacional ao regime de ordem, de autoridade e de disciplina que lhe foi imposto pelo gênio de sua raça encarnado na pessoa de Benito Mussolini. Mirem-se neste espelho

os liberais-democratas. Contemplem a Itália e contemplem a Espanha. Olhem para o Duce e olhem para Anthony Eden [ministro de Relações Exteriores da Inglaterra], escutem a voz de comando de Hitler e o cacarejar de Harry Berger. Pensem os que forem sinceros, isentem-se de animosidades [...] e concluam que, seja na Itália ou em qualquer outra parte, só um governo forte e respeitado pôde fazer o que a Itália fez; o que Hitler está fazendo, o que o Integralismo fará um dia [...]. Será possível comparar aquele povo anarquizado de 1917, governado por meia dúzia de liberais tortuosos [...], [uma] nação subalterna e fugaz, com a Itália fascista [...] que o mundo inteiro conhece, respeita e admira? Pode-se lá confundir [...] aquele exército inerte, indisciplinado e trôpego, com a potência militar de mar e terra que a Itália hoje é, com o domínio dos Ares, o efetivo nacional dos camisas-pretas e com a hegemonia inconteste do mediterrâneo? (Freitas, 1936b)³.

A obstinação dos integralistas em frisar que teriam sido os ideais fascistas os grandes responsáveis por transformar a Itália em uma potência pode ser notada também em um artigo de Custódio de Viveiros:

[...] O bafo quente de uma doutrina nova, com o furor idêntico de seus vulcões indomáveis, venceu o caos, restabeleceu a ordem, impôs aos transviados o senso da disciplina, transformando homens desanimados em titãs, criminosos em regenerados, ociosos em trabalhadores, pusilâmines em soldados magníficos, para apresentar-se ao mundo, dez anos, após, como potência de primeira grandeza, de cujo parecer já não dispensam os povos, por mais fortes e imperialistas que sejam! (Viveiros, 1937).

Não seria infactível supormos que, com esse discurso, *A Offensiva* almejasse transmitir a ideia de que, caso ascendesse ao poder, o

3 As citações foram convertidas para a norma ortográfica vigente, mas não os títulos dos artigos.

integralismo transformaria o Brasil em potência mundial, tal como a Itália ou Alemanha, pois só um “[...] governo forte [...]” poderia fazer, segundo o diretor do periódico, “[...] o que a Itália fez, o que Hitler está fazendo e o que o integralismo fará um dia” (Freitas, 1936b). Não obstante, a vitória eleitoral da liberal-democracia brasileira significaria o mesmo que abrir o peito da nação às incursões comunistas e, consequentemente, na visão do periódico, à anarquia, à instabilidade política e social etc.

Mesmo apresentando todos os movimentos elencados como fascistas, *A Offensiva* buscou ressaltar que não seriam meras cópias do modelo italiano ou alemão; cada um deles tinha suas particularidades e especificidades, pois foram criados em sociedades diferentes, com tradições e realidades diversas, o que teria influenciado em sua conformação⁴. Ou seja, *A Offensiva*, ao mesmo tempo que apresentou todos esses movimentos como fascistas, tomou o cuidado de frisar que cada um desses grupos seria a expressão da nacionalidade de seu respectivo país. Por consequência, cada grupo, além de ser independente um do outro, manteria a identidade local. Tais especificidades poderiam explicar, por exemplo, o posicionamento antinipônico – mas não antisemita – do aprismo peruano:

No seu nacionalismo defensivo, o aprismo não é propriamente antijudaico, porém é fundamentalmente anti-nipônico. É compreensível. Os japoneses tomaram conta das costas do Pacífico e os naturais sofrem com a sua concorrência em todos os setores da vida. Daí a violência com que o aprismo boicota os artigos japoneses (Barroso, 1936).

Sob essa perspectiva de particularidades e especificidades dos diferentes fascismos, o integralismo, a despeito dos pontos de contato com os vários movimentos fascistas existentes, era apresentado pelo *A Offensiva* como superior aos seus ‘irmãos ideológicos’, sobretudo

4 Sobre as distinções entre os movimentos fascistas, ver, por exemplo, Barroso (1936), Cascudo (1934b) e Dubernard (1934).

em seus aspectos doutrinários e ‘espirituais’, como os integralistas faziam questão de pontuar sempre que tinham oportunidade (Barroso, 1935c).

5 A América Latina: vizinhos e aliados

Apesar do jornal *A Offensiva* ter direcionado seu foco para a Itália e Alemanha, é perceptível a preocupação do periódico em noticiar a propagação dos ideais fascistas pelo mundo, inclusive pela América Latina, anunciando recorrentemente o surgimento de movimentos inspirados no fascismo:

Por todo o continente sul-americano se vão estendendo os movimentos nacionalistas e libertadores. Na Argentina e no Chile, arregimentam-se as legiões cívicas defensoras dos altos princípios da civilização cristã. No Uruguai, os maiores intelectuais apregoam a criação do regime corporativo. E no Peru, anterior ao Integralismo, se organiza o aprísmo (Barroso, 1936).

Anunciar a disseminação de movimentos de caráter fascista pela região não só demonstraria a força de expansão dos ideais fascistas, o que ajudava a sustentar o discurso do fascismo como a ‘onda do futuro’, mas também que a América Latina não estava alheia à reação fascista.

O volume de artigos sobre o fascismo nos países latino-americanos foi pequeno, em comparação com aquele que versava a respeito dos matizes italiano e alemão. Ademais, a atenção despendida pelo *A Offensiva* aos movimentos surgidos na América Latina não foi igual, recebendo maior atenção do periódico aqueles existentes na Argentina, Peru, Chile e México, enquanto outros foram mencionados apenas com o intuito de demonstrar a força de expansão do fascismo por meio da disseminação de sua ideologia.

De forma geral, os artigos seguiram certo padrão, apresentando ao público brasileiro os movimentos existentes em cada um dos

países, bem como os pontos de contato entre eles e o integralismo brasileiro. Procurava-se, por exemplo, mencionar as especificidades das vestimentas e indumentárias, os principais periódicos editados pelos movimentos, o número de militantes que abrangiam, sua influência e inserção social e, também, a convergência no combate às doutrinas liberais e ao comunismo.

Já em uma de suas primeiras edições, *A Offensiva* trouxe um extenso artigo que versou sobre a Legión Cívica Argentina⁵, movimento argentino de caráter fascista:

Há FASCISMO argentino? Há e bem forte [...]. Na Argentina há fascismo e otimamente organizado. Há mesmo mais de uma agremiação, mas só falarei do grupo principal, a Legião Cívica, cujo endereço do Comando General é Calle Juan Baptista Alberdi n 3251, Buenos Aires. O outro grupo, que publica a revista Revolución, se situa na Calle Buenos Aires. A Legião Cívica tem um chefe militar e outro civil. O chefe militar é o general do Exército argentino Fasola e tem como ajudante o tenente coronel Emilio Kaique. O chefe civil é o doutor Floro Lavalle. Existe um diretor de propaganda de imprensa, dr. Manuel Rosas Silveira. Os legionários usam blusa cinzento escuro, casquete, bandas de couro que se entrecruzam no peito, botas e polainas. Desfilam armados de cassetete e tem pistola no cinto para casos de urgência. Inúmeros oficiais do Exército e Marinha, estudantes e camponeses, mocidade das escolas e pequenos proprietários, estão filiados à Legião cívica. Diversos deputados e senadores têm ostensiva simpatia pelo movimento [...]. O grande poeta nacionalista argentino Leopoldo Lugones é legionário. A Legião tem tido vários encontros sangrentos com elementos comunistas. Nos desfiles, paradas e concentrações é fatal a tentativa de distúrbio provocada pelos bolchevistas. O castigo é imediato e eficaz. A brigada de assalto entra em ação fulminante e os vermelhos recuam, tocados a pau e a murro. A

5 Para os interessados em conhecer mais sobre os vínculos entre a AIB e a Legión Cívica Argentina, consultar o texto de Daniela Moraes de Almeida presente neste volume. (N. dos O.).

Legião Cívica se alastra pelas províncias argentinas e tem uma ideologia mais ampla e mais aproximada da nossa que sua congênere chilena, dirigida pelo dr. Julio Schwarzenberg, também fascista, armada, municiada e militarizada [...] (Cascudo, 1934a).

Vale destacar a riqueza de detalhes da descrição do movimento: Câmara Cascudo apresentou, por exemplo, a cor do uniforme utilizado e os jornais editados, e ressaltou a proeminência de suas lideranças, paradas e concentrações.

Assim como no vizinho platino, também no México existiria um forte movimento de natureza fascista, a Acción Revolucionária Mexicana (ARM), cujos militantes eram conhecidos como camisas-douradas (Os camisas-douradas..., 1935). Segundo artigo publicado no *A Offensiva*, o México estava na delicada condição de ‘semicolônia’ dos Estados Unidos, sendo escravizado e explorado pelo país norte-americano. Felizmente, dizia o artigo, os camisas-douradas teriam se transformado no baluarte da redenção mexicana. Ademais, enfatiza o texto, a ARM contaria com o apoio de grandes personalidades militares e políticas, como generais e ministros, e tinha ampla penetração social no país.

De forma semelhante versou Gustavo Barroso sobre o aprismo peruano, em artigo publicado pelo *A Offensiva* em 1936 (Barroso, 1936). Nele, o líder integralista, após rememorar a disseminação dos movimentos fascistas pela América, comenta ter sido o aprismo o primeiro movimento fascista a surgir na América do Sul e declara ser esta a única força político-social capaz de salvaguardar o Peru.

O artigo de Barroso é revelador no aspecto referente à solidariedade fascista, se assim interpretarmos as saudações e homenagens prestadas pelos apristas por meio do jornal *para*, quando do surgimento da AIB. Segundo Barroso, no momento da fundação do integralismo inclusive, os apristas realizaram uma entrevista com Paulo Eleutério, chefe provincial da AIB no Pará, da qual não temos mais referências além da matéria veiculada.

Além do combate ao comunismo, ao liberalismo e ao imperialismo estadunidense, outro ponto de convergência ideológica entre aprismo e integralismo residiria no fato de ambos os movimentos defenderem e resgatarem as raízes indígenas da população de seus países. Como enfatizado pelo autor, tanto o aprismo quanto o integralismo, por serem a “[...] expressão das raízes nacionais de seus países [...]”, acabavam por atrair de forma natural as populações indígenas para as fileiras de seus movimentos:

No Brasil, os índios, obedecendo a forças telúricas, a instintos ancestrais, vieram, nas fronteiras do extremo norte, cercar de braço erguido o nosso companheiro tenente José Guiomard. No rio Ucayali, em Contamana, depois de assistir a várias conferências doutrinárias na sede do partido aprista, o chefe da tribo índia dos Cashivos pediu sua inscrição, para, declarou: ‘incorporar os seus irmãos à vida civilizada’ (Barroso, 1936).

Por fim, no mesmo artigo, Barroso deixa transparecer seu anseio por ver toda a América do Sul tomada por movimentos como o aprismo, congêneres ao integralismo, os quais, segundo o autor, em uma ação conjunta impeliriam “[...] os povos do continente para novos rumos” (Barroso, 1936).

Nos artigos referentes ao nacismo chileno, contudo, podemos encontrar aspectos mais reveladores dos laços existentes entre o integralismo e outros movimentos análogos surgidos na América Latina. Em artigo veiculado no início de 1937, por exemplo, Oswaldo Penna, integralista e membro da Secretaria Nacional de Relações com o Exterior da AIB, discorreu sobre uma correspondência vinda do Chile e endereçada a Plínio Salgado (Penna, 1937). O remetente desta correspondência era Luís Sebastian Molina, chefe das Juventudes Nacional-Socialistas chilenas, que se queixava das perseguições perpetradas pelo governo ao movimento nacista, culminando na prisão de várias lideranças do movimento. Cabe salientar, ainda, que a publicação de trechos da correspondência recebida pelo chefe

integralista no periódico *A Offensiva* foi um pedido de Molina a Plínio Salgado, o qual foi atendido.

Nesse artigo, além de evidenciar a troca de correspondências entre as lideranças integralistas e nacistas, Penna aproveitou para fazer analogias com o contexto nacional, referindo-se à situação dos camisas-verdes que estariam sofrendo perseguições por parte do governo instituído, tal como os ‘companheiros chilenos’. Na verdade, o autor integralista procurou evidenciar aos brasileiros que perseguições por parte dos governos aos movimentos fascistas, longe de serem particularidades do Brasil ou mesmo do Chile, estariam se repetindo por toda parte:

Pelo que vemos, as coisas são as mesmas sobre todas as latitudes. Na França com os Croix-de-Feu, na Bélgica com os Rex, na Bahia conosco e no Chile, com os nazistas, o Estado liberal recorre a expedientes perfeitamente idênticos quando se trata de combater os representantes do jovem ideal nacional (Penna, 1937).

Em outro artigo, veiculado em dezembro de 1936 (Carvalho, 1936), o integralista Nicanor de Carvalho, a exemplo de Penna, torna públicos os contatos entre membros da AIB e os nacistas chilenos, ao declarar ter recebido um exemplar de um livro de Jorge Gonzalez com a seguinte dedicatória e saudação: “[...] aos integralistas brasileiros, irmãos no ideal do engrandecimento latino-americano”.

No mesmo artigo, depois de discorrer brevemente acerca da fundação, história, doutrina e pontos de contato ideológicos e organizacionais entre integralismo e nacismo, Carvalho sentenciou:

Os integralistas brasileiros se aproximam, pelo coração e pelo espírito, dos nacistas chilenos, e sentem juntos, com a mesma fé e o mesmo devotamento, a certeza absoluta da vitória da civilização cristã, assim como anteveem a realização dos destinos superiores do Continente Americano (Carvalho, 1936).

Sobre esse artigo, é pertinente destacar a importância atribuída pelos integralistas ao continente americano em uma possível configuração geopolítica mundial nova, ‘pós-fascismo’. Tanto o artigo de Carvalho quanto o de Barroso sugerem que os integralistas acreditavam que o continente americano, e mais especificamente a América Latina, seria bastante relevante em um mundo fascistizado, como podemos perceber na passagem:

A batalha do espírito contra a invasão materialista se trava heroicamente em todos os recantos do mundo moderno. Papel de relevo cabe à América Latina, que põe a sério do bem a soma prodigiosa das suas inesgotáveis energias latentes, na realização dos gloriosos destinos do Novo Mundo (Carvalho, 1936).

Ainda mais enfático nesse sentido foi Plínio Salgado, em artigo veiculado em uma das primeiras edições de *A Offensiva* (Salgado, 1934). No texto, intitulado *A resposta da Atlântida*, Salgado afirma que as mazelas que assolavam a Europa no contexto entreguerras seriam indícios irrefutáveis da ‘decadência’ do Velho Continente.

Face ao eminentíssimo declínio, o líder integralista apregoou que caberia à América, e mais especificamente à região sul do continente, preencher o vazio de poder deixado pela derrocada europeia. Assim, a América do Sul, que, segundo Salgado, sempre fora “[...] considerada um suplemento geográfico da humanidade, um apêndice de medíocre importância para a história da civilização [...]”, passaria a conduzir os rumos da civilização ocidental.

Sob essa perspectiva, o chefe da AIB afirmava que emanariam da América do Sul, em um bloco encabeçado pelo Brasil integralista, as diretrizes para a configuração de uma nova sociedade:

A América do Sul vai erguer-se pelo milagre do Brasil. O Brasil caboclo, o Brasil forte, o Brasil do sertão, o Brasil bárbaro e honesto, num ímpeto selvagem, vestiu uma farda cor das matas e desfraldou uma bandeira cor do céu.

É o despertar de um Nação. É o destino que se cumpre.

É a resposta de Atlântida. Não mais a misteriosa terra que emergia no passado, mas a gloriosa terra que está emergindo no presente, para dominar o futuro, com a força de uma nova civilização (Salgado, 1934).

O fato de o Brasil integralista ser apresentado como o expoente latino-americano se deve, sobretudo, à ‘superioridade’ ideológica e doutrinária do integralismo ante os demais movimentos congêneres, como os próprios camisas-verdes procuraram enfatizar sempre que tinham oportunidade. O diretor de *A Offensiva*, Madeira de Freitas, declarou ser o integralismo o “[...] mais interessante, o mais profundo, o mais amplo e o mais singular [...]” dos movimentos por ele denominados como ‘ressurrecionais’ (Freitas, 1936a).

Seria por conta de tal superioridade, inclusive, que a doutrina integralista chamava a atenção e despertava admiração em vários movimentos congêneres da América Latina, sendo até mesmo o símbolo do integralismo, o sigma, adotado por outros movimentos:

Já em toda a América Latina palpita o Integralismo nascente. No Uruguai, foi mesmo adotado como símbolo o Sigma; na Argentina, no Chile, em Cuba, na Venezuela, no Paraguai, na Costa Rica, as elites universitárias pregam o Integralismo aos seus compatriotas... E, em dia que não será remoto, veremos a doutrina do Sigma enfeixando num laço estreito de Concordia, de Espiritualidade e de Força, os pavilhões das então repúblicas livres da livre América, impondo-se ao resto do mundo pelo império desse gênio incomparável, que é o gênio do Cristianismo (Freitas, 1936a).

Asseverações ufanistas de que a doutrina integralista “[...] já havia transposto as fronteiras geográficas do Brasil [...]” e, inclusive, de que o século XX seria a ‘Idade do Sigma’ também foram feitas por Freitas na mesma oportunidade.

Também no intento de evidenciar à opinião pública brasileira a admiração que o integralismo provocava nos países vizinhos, Gustavo Barroso comentou, em artigo publicado em setembro de 1935 (Barroso, 1935b), o entusiasmo gerado pelo integralismo no Uruguai⁶, país de onde acabara de receber uma correspondência remetida por Teodomiro Varela de Andrade:

O Chefe Nacional tem repetido constantemente em artigos e discursos que o integralismo brasileiro dirá uma palavra nova ao mundo e que sua influência se estenderá a outros países do continente. O que o Chefe Nacional assim tem anunciado, já se está realizando [...]. Chega-me agora à palavra de um intelectual uruguai, que teve notícia do nosso movimento [...]. Quero transcrever parte da interessante missiva que me enviou [...], não pelos louvores que nela me faz, mas pela importância que dá aos livros integralistas, as ideias que nós pregamos e que ele acha que transbordarão sobre os outros povos sul-americanos (Barroso, 1935b).

Nessa mesma publicação, Barroso transcreve passagens da referida correspondência que evidenciam o interesse de Varela de Andrade e alguns de seus amigos próximos, como o sociólogo Adolfo Agorio, em conhecer as publicações das principais lideranças integralistas, revelando também a admiração despertada pelo movimento brasileiro em Varela de Andrade, para quem a supremacia do Estado Integral propiciaria um lugar ímpar ao integralismo em um possível mundo fascistizado. Seguem-se suas palavras transcritas por Barroso naquela oportunidade:

O Estado Político tradicionalista vai ser substituído pelo Estado Social, cuja verdadeira estrutura jurídica e espiritual se encarna no Estado Corporativo Integral. A elite brasileira, ao Gigante ao Norte desta

6 Para os interessados em conhecer mais sobre os vínculos entre a AIB e o revisionismo uruguai, remetemos ao texto de Victor Raoni de Assis Marques presente neste volume (N. dos O.).

parte da América, está o dínamo verdadeiramente transcendental que determinará com seu impulso criador um vasto movimento integralista nos demais países do nosso continente. Verdadeiros **símbolos** dessa reforma são os bandeirantes a que se refere o Chefe Plínio Salgado com seu iluminismo redentor e emancipador. Avante, portanto! Nesse impulso criador, os integralistas do Brasil nos terão como aliados entusiastas e irredutíveis!

Reiterando-lhe minhas sinceras felicitações e contando-me com os que aqui cantam o mesmo hino dos Camisas Verdes, receba minhas saudações e as transmita a todos quanto combatem com destemor à sombra da Bandeira Azul e Branco do Sigma! (Barroso, 1935b).

De acordo com o discurso de *A Offensiva*, o fato de o Brasil integralista ser o expoente fascista sul-americano não queria dizer, necessariamente, que a AIB almejasse conquistar territorialmente os países vizinhos. Cada um dos países, pelo contrário, guardaria sua respectiva independência, como o periódico procurava enfatizar quando essa questão era abordada:

Quando o Brasil se erguer, livre de lutas internas, orientado por uma política nacional baseada na força de um milhão de camisas-verdes, também as 13 repúblicas da América do Sul, hoje escravizadas como a nossa Pátria, virão formar conosco, guardadas suas independências, uma unidade moral, completaremos a obra de Bolívar, consolidando a liberdade dos povos americanos (A Offensiva, 1934).

Sobre os artigos citados, é pertinente que nos atentemos ao discurso relacionando Plínio Salgado à figura de Simón Bolívar, o ‘libertador da América Espanhola’. Tal analogia foi deixada explícita em texto escrito por Antônio Santos, que, após discorrer acerca da vida e das realizações de Bolívar, sentenciou:

Vede bem, integralistas! A felicidade que coube agora ao Brasil, de ter um segundo Simon Bolívar, nascido

nas gloriosas terras de Piratininga, que é esta mesma figura do primeiro, e mais ainda a de não ser de nobre estirpe, e não ter tio nobre para mandar a Europa, aperfeiçoar os estudos. Veja o valor deste Super-Homem que é Plínio Salgado que irá fazer e realizar o que o primeiro não pôde realizar com os seus quarenta e sete anos de idade, dinamismo, e que muito o fez naquela época! Porém este segundo fará porque Deus está com ele, e quer a independência econômica da América, para bem dos povos, pois ele é o predestinado (Santos, 1936).

Assim, o chefe do integralismo era apresentado como aquele que libertaria por completo o continente americano, concluindo a obra que Bolívar iniciara, mas não finalizara cerca de 100 anos antes. Se antes Bolívar fora capaz de estimular a independência dos países latino-americanos em relação à sua metrópole europeia, Plínio Salgado, naquele contexto, seria o grande baluarte da libertação da América Latina em relação ao imperialismo econômico exercido pelas potências daquela época, e, também, da libertação das garras do comunismo que teria como epicentro a União Soviética.

6 Considerações finais

Foi notável o esforço do periódico *A Offensiva* em demonstrar a existência e a paulatina disseminação de movimentos de caráter fascista pelo mundo, incluindo a América Latina. Por um lado, podemos supor que o jornal objetivou corroborar a força de expansão da ideologia fascista, sustentando o discurso de que o fascismo seria a ‘onda do futuro’. Ao mesmo tempo, ao afirmar que em outras partes do mundo existiam pessoas pensando a mesma coisa que Plínio Salgado, procurou evidenciar aos brasileiros a grandeza internacional do fenômeno ao qual a AIB pertencia.

Tal fato possivelmente serviria, no contexto interno, como um endosso às campanhas eleitorais à presidência, previstas para 1938, que os integralistas viriam a concorrer. Contudo, como vimos anteriormente, as eleições foram frustradas por conta da instauração

do Estado Novo varguista em 1938, e o integralismo foi posto na ilegalidade junto com outros partidos políticos existentes.

Ainda que o foco de *A Offensiva* tenha sido os matizes italiano e alemão, as notícias sobre os movimentos fascistas latino-americanos demonstravam ao público brasileiro que esta parte do mundo não estava alheia ao fascismo. Ademais, segundo o discurso do periódico, seria justamente pelas mãos de movimentos e governos embasados no fascismo que a América Latina finalmente conquistaria sua independência.

Nesse discurso, é relevante o papel atribuído pelo *A Offensiva* ao integralismo brasileiro: por ser superior entre os movimentos fascistas latino-americanos, caberia ao integralismo encabeçar essa reação e a Plínio Salgado, conduzir a libertação dos países vizinhos, como Bolívar pretendera décadas antes. Isso não demonstraria, contudo, pretensões imperialistas por parte da AIB, mas tão somente que, por ser o movimento mais preparado, caberia a ela o papel de conduzir a referida empresa.

É relevante destacarmos que movimentos que não eram fascistas de fato, como o Apra no Peru, foram apresentados pelos integralistas enquanto fascistas. Nesse sentido, apesar das particularidades e especificidades de cada um dos movimentos de extrema-direita surgidos na América Latina, *A Offensiva* parece ter procurado enfatizar os pontos de convergência ideológica, como a luta contra o liberalismo político e econômico, o comunismo e o imperialismo estadunidense ou europeu sobre as nações latino-americanas. Ao deixar em segundo plano os pontos de distanciamento, destacar os pontos de contato ideológico e enfatizar os inimigos em comum, *A Offensiva* parece ter simplificado o seu discurso, buscando dar um sentido único, em termos continentais, à luta contra os inimigos externos, no caso, o comunismo, o liberalismo e a apregoada exploração latino-americana por parte de potências capitalistas.

Por fim, as correspondências trocadas entre os militantes devem ter contribuído, mesmo que simbolicamente, para alimentar um

sentido de unidade na luta global, ao mesmo tempo que era útil tanto para construir quanto para reafirmar os laços simbólicos de solidariedade existentes entre os distintos movimentos surgidos na América Latina.

Referências

A OFFENSIVA. Rio de Janeiro: [s. n.], 7 jun. 1934.

BARROSO, G. Integralismo e aprismo. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, 24 maio 1936.

BARROSO, G. Mané = Thécel = Pharés. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, 14 fev. 1935a.

BARROSO, G. O integralismo e a América. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, 21 set. 1935b.

BARROSO, G. Um confucionista. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, 7 set. 1935c.

BERTONHA, J. F. **O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil**. Porto Alegre: PUCRS, 2001.

BERTONHA, J. F. Plínio Salgado, o integralismo brasileiro e as suas relações com Portugal (1932–1975). **Análise Social**, v. 198, n. 46, p. 65–87, 2011.

BERTONHA, J. F. **Sobre a direita**: estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo. Maringá: Eduem, 2008.

BERTONHA, J. F. **Sombras autoritárias e totalitárias do Brasil**: integralismo, fascismos e regressão política. Maringá: Eduem, 2013.

BULHÕES, T. S. “**Evidências esmagadoras dos seus atos**”: fotografias e imprensa na construção da imagem pública da Ação Integralista Brasileira (1932–1937). 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CARVALHO, N. de. Pelo bem do Chile. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, 27 dez. 1936.

CASCUDO, L. C. O fascismo na Argentina. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, 15 set. 1934^a.

CASCUDO, L. C. Sir Oswald Mosley. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, 24 maio 1934b.

CAVALARI, R. M. F. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massas no Brasil (1932–1937). Bauru: Edusp, 1999.

DIETRICH, A. M. **Nazismo tropical?** O Partido Nazista no Brasil. 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DUBERNARD, M. Francismo e fascismo. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, 26 jul. 1934.

FRAGA, G. W. **Brancos e vermelhos**: a Guerra Civil Espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936–1939). 2004. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

FREITAS, J. M. de. A era do sigma. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, 28 jun. 1936a.

FREITAS, J. M. de. A força de um regimen. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, 5 maio 1936b.

FREITAS, J. M. de. As realizações do regimen fascista: A Offensiva e a Semana Internacional, notas do exterior: o segundo anniversario da chegada ao poder do nacional-socialismo alemão. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, 31 jan. 1935.

HILTON, S. E. **O Brasil e a crise internacional**: 1930–1945 (cinco estudos). São Paulo: Nova Fronteira, 1983.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos**: o breve século XX, 1914–1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

- OLIVEIRA, R. S. **Imprensa integralista, imprensa militante (1932–1937)**. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- OS CAMISAS-DOURADAS no México. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, 3 jan. 1935.
- PENNA, O. Momento internacional. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, 10 jan. 1937.
- SALGADO, P. A resposta da Atlântida. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, 7 jul. 1934.
- SANTOS, A. Simon Bolívar, o Libertador. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, 5 abr. 1936.
- SIMÕES, R. D. **A educação do corpo no jornal A Offensiva (1932–1938)**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SOUCY, R. **French fascism: the second wave, 1933–1939**. Estados Unidos: Yale University Press, 1995.
- TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel, 1979.
- VIVEIROS, C. de. Itália. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, 31 ago. 1937.

5

A extrema-direita em terras tupiniquins e charrúas: os diálogos entre o integralismo e o revisionismo uruguaio¹

Victor Raoni de Assis Marques

1 Introdução

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, uma nova ordem começou a se instalar em grande parte do planeta. As décadas que se seguiram ao conflito derrubaram algumas das convicções políticas, econômicas e sociais mais sólidas que prevaleciam até então. O período conhecido historicamente como entreguerras foi, sem dúvida, um momento ímpar na história, e é nele que está inserida esta pesquisa.

A América Latina não ficou imune às conturbações políticas e econômicas mundiais, assistindo também a uma guinada política à direita. Movimentos de extrema-direita surgiram e ganharam espaço para se organizarem na sociedade, como foi o caso da Acción Revisionista del Uruguay (ARU) e da maior organização fascista

1 Para a pesquisa que deu origem a este artigo, foi crucial o apoio da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná, a qual gostaria de agradecer publicamente. Tal auxílio permitiu visitas para pesquisa bibliográfica e arquivística em Montevidéu e Buenos Aires, que foram essenciais para este trabalho.

fora do continente europeu, a Ação Integralista Brasileira (AIB). Especificamente no Uruguai, um país que vinha tecendo uma tradição liberal-democrática nas três primeiras décadas do século XX, houve uma quebra constitucional em 1933, orquestrada pelo então presidente eleito do país Gabriel Terra, dando início ao período que ficou conhecido pela historiografia uruguaia como Ditadura Terra (1933–1938). Nesse período, movimentos de extrema-direita obtiveram bastante espaço para se organizarem (Aldrighi *et al.*, 2000).

Entretanto, o objetivo deste artigo não é discorrer especificamente sobre a conturbada década de 1930 ou mesmo sobre a interessante conjuntura interna do Uruguai no período. O objetivo é apresentar a ARU e enfocar as relações que o movimento manteve com o integralismo durante as suas existências. Essa relação se pautou por meio de convergências ou de embates? O nacionalismo exacerbado superou a afinidade ideológica? Esse exercício é bastante interessante para que possamos avançar no entendimento sobre a extrema-direita regional e suas conexões com o mundo.

2 A Acción Revisionista del Uruguay

A República Oriental do Uruguai assistiu, durante o final dos anos 1920 e principalmente durante a década de 1930, ao surgimento de diversos movimentos que professavam o antiliberalismo e que podem ser caracterizados, em diversos matizes da direita política, desde conservadores até movimentos de cunho fascista que pretendiam instaurar um regime corporativista no país. Entre esses grupos, estava a Acción Revisionista del Uruguay, movimento formado a partir da editoração da revista *Corporaciones*, que passou a ser seu órgão oficial em 1937 quando a organização passou a existir oficialmente. Um surgimento tardio, se comparado ao principal movimento do gênero no Brasil. Contudo, a Acción Revisionista del Uruguay vinha sendo gestada dentro da revista *Corporaciones*, que se autointitulava como uma revista de ciências econômicas, políticas e sociais. Ou seja, antes do início efetivo da Acción Revisionista, seu programa estava em

processo de amadurecimento e, talvez, de certa legitimação pela sua equipe, a qual seguiu no movimento.

Entre os intelectuais e figuras mais representativas desse movimento nacionalista estão Ernesto Bauzá, que foi o diretor da revista, Adolfo Agorio, o mais respeitado teórico e também chefe do grupo, além de Teodomiro Varela de Andrade. Agorio era considerado o líder máximo do movimento, sendo, sem dúvida, o intelectual de mais renome da agremiação. Na ocasião do lançamento da Acción Revisionista, Agorio foi ovacionado, segundo a *Corporaciones*, pelos cerca de 600 presentes como uma espécie de baluarte revisionista, o que pode se perceber no discurso proferido por Bauzá na primeira assembleia do movimento:

Nós que seguimos a Agorio nessa cruzada, não o fazemos obcecados por razões afetivas, nem impulsionados para a frente por afirmações deslumbrantes. Agorio, e, com ele, o Revisionismo, não podem fazer outra coisa, se os nossos compatriotas assim o querem, que cumprir um programa preciso, acessível a todos os cérebros, já que, para dizer o que se sente, a concisão é um dom e a simplicidade um capital que aumentará os nossos números de forma inesperada (Bauza, 1937).

A Acción Revisionista del Uruguay foi um movimento nacionalista corporativo que procurou se distanciar, ao menos teoricamente, do eixo dominante da política nacional ‘colorado-blanco’. Declarava-se como um novo movimento de opinião, reivindicando aquela tão conhecida originalidade presente em praticamente todos os movimentos políticos dessa natureza. Procurava uma revisão completa dos costumes culturais, políticos e sociais da sociedade uruguaia e uma reforma integral em busca de uma nova nacionalidade, como defendido por Bauzá na noite da criação oficial do movimento.

Apesar de, em seu programa e nos discursos de seus integrantes, o movimento propagar certa independência em relação à política tradicional do Uruguai, cabe salientarmos que ele tinha um bom relacionamento com o presidente Gabriel Terra, ditador do país. Em

várias passagens da revista *Corporaciones*, é possível encontrarmos saudações respeitosas e elogiosas ao presidente. O lançamento é uma prova disso, quando o presidente Terra recebeu a saudação final, assim como Agorio, Bauzá e a Acción Revisionista. Essa relação de aparente respeito e admiração é encontrada em outras passagens dentro do periódico porta-voz dos revisionistas. Em uma delas, há a clara defesa do golpe de Estado de Terra em 1933, considerado um importante primeiro passo para a nova sociedade defendida pelo grupo. Este trecho é bem sugestivo em relação à aproximação entre os revisionistas e Terra, mas também, e talvez principalmente, para captarmos o senso antidemocrático, antieitoral e autoritário do grupo.

Um governo de ordem, autoridade, ativismo e construção – o de Gabriel Terra – limpou o caminho dos obstáculos da democracia relaxada, das safadezas das políticas demagógicas e as corrupções do eleitoralismo. O país, graças a esse governo, começa a ver e a sentir claramente. O 31 de março de 1933 marca o início de uma Revolução dos fatos e nos espíritos (Campos, 1937).

É importante também fazermos uma ressalva. O país vivia sob a ditadura de Terra, governo que não permitia críticas diretas e que censurava e perseguia opositores políticos (Oddone, 1990; Trochon; Vidal, 1993; Alpini, 1999; Frega *et al.*, 2008; Nahum *et al.*, 2011). Nesse sentido, teria sido possível a existência de um sentimento de solidariedade, mas é provável também que houvesse nesse conteúdo certa diplomacia para que o grupo e seu periódico não sofressem nenhuma retaliação. Desse modo, o fato de, nesse período, existir uma ditadura conservadora de direita no país, ao mesmo tempo que proporcionou liberdade para a ação desses grupos – que em nenhum momento demonstraram oposição ferrenha a ela –, também travava uma possível união de forças do país em torno desse projeto, já que os demais setores da direita política estavam contemplados no governo e não viam a necessidade de recorrer a nenhum tipo de radicalização (Bertonha, 2013).

A Acción Revisionista del Uruguay foi o movimento nacionalista do país que se espelhava no integralismo, no nazismo alemão e no fascismo italiano. Defendia ideias corporativistas, nacionalistas, anticomunistas, antiliberais e, de forma mais tênu, antissemitas, ainda mais se compararmos com outros movimentos que efetivamente praticavam o antisemitismo no Uruguai, como o próprio revisionismo de Leslie Crawford.

Pelo fato de se posicionarem a favor de uma revisão completa dos costumes sociais, políticos, culturais etc. e defenderem uma nova constituição para o país que não se assemelhava à que estava em vigor e não copiasse preceitos estadunidenses e europeus, esse movimento uruguai não pode ser considerado conservador ou reacionário pura e simplesmente. Visto por Gustavo Barroso, o revisionismo fazia parte da grande família de movimentos que poderiam ser classificados como fascistas durante os anos de 1930 (Barroso, 1937), embora a aplicação desse conceito ao grupo possa ser alvo de debates ainda mais aprofundados.

Outros pontos para melhor delinearmos o que foi a Acción Revisionista del Uruguay devem ser elencados aqui. O primeiro deles é que, apesar de Adolfo Agorio exercer uma liderança reconhecida entre os seus pares como o grande intelectual e mentor do grupo, ele não exerceu o papel de chefe nacional do modo que era vivido por Plínio Salgado ou mesmo por Mussolini e Hitler. A simbologia e liturgia também não foram patentes, sendo possível perceber apenas alguns símbolos na revista, principalmente na capa e primeira página.

Outro fator que deve ser lembrado é que os revisionistas não conseguiram se transformar em um movimento de massas, algo imprescindível para grupos fascistas. Apesar de não terem conseguido despertar a paixão e o entusiasmo do povo, isso não significa que em certo ponto de sua trajetória os revisionistas não tenham tentado alcançar esse intento, principalmente nos anos 1937 e 1938, quando o grupo organizou o movimento de forma oficial. A pouca adesão, neste caso, está ligada intrinsecamente a fatores da conjuntura nacional que não favoreceram a expansão de nenhum desses grupos nacionalistas

da extrema-direita, como já mencionado. A Acción Revisionista del Uruguay deixou de editar a *Corporaciones* em 1938, logo após saudar a vitória de Alfredo Baldomir nas eleições presidenciais que redemocratizaram.

3 Os instrumentos de diálogo entre uruguaios e brasileiros: a revista *Corporaciones* e o jornal *A Offensiva*

A Ação Integralista Brasileira e Acción Revisionista del Uruguay publicavam periódicos no quais procuravam demonstrar à sociedade as linhas gerais de seus pensamentos e projetos políticos. No caso brasileiro, a estrutura de informação era muito maior do que no uruguai, até mesmo pelo próprio tamanho do integralismo e também do Brasil. Enquanto os revisionistas possuíam um importante instrumento de informação, a revista *Corporaciones*, os brasileiros detinham dezenas de veículos de comunicação, entre os mais importantes os jornais *Monitor Integralista*, a *Acção* e *A Offensiva*. Com uma gama tão grande de publicações, é necessário delimitar um desses jornais para realizarmos a investigação, tendo em vista que o objetivo não é expor detalhadamente todos os aspectos gerais da imprensa, mas apresentar o principal instrumento de diálogo entre AIB e os revisionistas.

Assim, o jornal *A Offensiva* apresenta-se como instrumento privilegiado para observarmos esses diálogos, representando o pensamento integralista e a importância que a imprensa tinha para o movimento. O jornal *A Offensiva* circulou pela primeira vez no dia 17 de maio de 1934. Até janeiro de 1936, permaneceu com apenas uma edição por semana. Tornou-se um jornal diário a partir de 28 de janeiro de 1936, perdurando até 19 de março de 1938, quando parou de circular sem que sequer houvesse uma nota sobre o seu fim. Ao todo, *A Offensiva* teve 748 números publicados durante esse período.

No início, era o próprio Plínio Salgado o responsável pela sua editoração. Entretanto, muitos números mais tarde essa função foi repassada a outro membro integralista, ficando Plínio, no entanto, com

o título de orientador, que mantinha alguns vínculos e publicações no periódico. Além de Plínio, figuras importantes como Miguel Reale e Gustavo Barroso podem ser encontradas facilmente nas páginas do periódico. Outros nomes relevantes, como o de Madeira de Freitas, que passou a ser o diretor do jornal, também são encontrados. Ao longo do período de 1934 a 1938, *A Offensiva* sofreu diversas mudanças, algumas oriundas das necessidades de adequação à conjuntura do país, como o ajuste de conteúdo para que o informativo não fosse fechado por Getúlio Vargas, principalmente após a Lei de Segurança Nacional, promulgada em 4 de abril de 1935. Outras mudanças são relativas à ordem interna do grupo, como a transição de movimento para partido político. Essa transição foi talvez sua mais importante transformação, pois ditou o ritmo do periódico, que começou a preparar a campanha de Plínio Salgado para a presidência da República, a qual foi frustrada com a instauração do Estado Novo.

Com base na observação dessas mudanças, é possível percebermos as transformações que o movimento apresentou, um dos motivos que justifica a importância do estudo do periódico para melhor compreensão do próprio integralismo. Segundo o historiador Rodrigo Santos de Oliveira (2009), o informativo teve três fases: a primeira, segundo o autor, é datada de maio de 1934 a maio de 1935, momento que o próprio Plínio Salgado esteve à frente do informativo, marcado pela fase revolucionária do movimento. Sentinelo define esse momento como

A mudança na periodicidade de *A Offensiva* deve ser analisada em sintonia com as transformações estruturais da AIB. A primeira fase do jornal coincide com o período em que o movimento integralista apresentava caráter revolucionário. Portanto, a ênfase na doutrina e ideologia, bem como na utilização de frases de efeito para manter a militância em alerta, se fazia necessária para a consolidação e fortalecimento da AIB como movimento político naquele momento (Sentinelo, 2011, p. 101-102).

Em seguida, se deu o período em que o jornal começou a circular diariamente. Nesse momento, é clara a tendência de mudança do informativo, que demonstra o amadurecimento do integralismo e a modificação de movimento revolucionário em partido político. Essa transformação também está ligada à Lei de Segurança Nacional, que poderia intervir no movimento e no jornal se estes apresentassem maior perigo ao governo. Oliveira é incisivo ao classificar essa segunda fase: “A partir do número cinquenta e três, o jornal inicia a segunda etapa de sua existência: passa por uma ampliação física (entre dez e dezesseis páginas) e também a reestruturação interna das seções. Outrossim, começa a ter um subtítulo que apresenta uma mudança significativa: ‘ORIENTAÇÃO DE PLÍNIO SALGADO’” (Oliveira, 2009, p. 159). Por último, a fase final vai de 1937 até sua última edição em 1938, quando o periódico se preocupa em demonstrar que não pertencia mais à AIB, tentando sobreviver ao Estado Novo de Vargas. Naquele momento, *A Offensiva* passava a ser editado pela Associação Brasileira de Cultura (ABC), antiga AIB.

A maneira como *A Offensiva* fechou as portas mostra claramente que a publicação “[...] estruturou-se de acordo com os objetivos da AIB e divulgava os assuntos de maior interesse do movimento em determinados contextos” (Sentinelo, 2011, p. 104). Assim que o movimento perdeu as características principais, seu informativo não teve condições de sobreviver, ainda mais se considerarmos a conjuntura política brasileira sob o Estado Novo. A força do integralismo no Brasil, hierarquicamente organizado em um grande movimento de massas com um comando sólido, fez com que ele superasse de forma definitiva qualquer outra agremiação anteriormente existente. Essa grande organização fez surgir uma rede de periódicos e revistas – *Sigma*, *Jornaes Reunidos* – que manteve unificada a ação do integralismo, a despeito de qualquer outro instrumento propagandístico de outras organizações.

No Uruguai, isso definitivamente não aconteceu. A pulverização de pequenos agrupamentos de direita com características fascistas fez surgir uma gama de publicações com comandos diferentes. Apesar

de já haver registros da aparição de movimentos desse agrupamento político em 1929, os principais grupos e seus periódicos são datados tardiamente, sobretudo a partir de 1935, com o surgimento de *Corporaciones*, considerado, para fins desta pesquisa, o principal dentre eles. A primeira edição da revista *Corporaciones* é datada de novembro de 1935. Circulou pela última vez em território uruguai em maio de 1938, ou seja, foi editada por pouco menos de três anos. Ao contrário de *A Offensiva*, *Corporaciones* não circulou diariamente, nem mesmo semanalmente. Sua tiragem foi mensal e suas características centrais são diferentes também por ter essa dimensão. Era uma revista mais densa, voltada ao público intelectual e à elite política e econômica do país. Seu financiamento não está totalmente claro, mas existia publicidade contratada em suas páginas que, obviamente, ajudava a bancar as despesas da publicação. Enquanto *A Offensiva* conseguiu circular 748 vezes, a revista *Corporaciones* lançou 16 edições.

Apesar do pequeno número de edições, é possível percebermos claramente três fases da *Corporaciones*. A primeira vai da primeira até a sexta edição. Nessa fase, a revista procurou se autoafirmar perante o público uruguai. Nesse momento, é possível encontrarmos o maior número de textos sobre o integralismo, muitos de Gustavo Barroso. A tiragem nessa primeira fase também é bastante reduzida.

A segunda fase se iniciou a partir da sétima edição e foi anunciada de forma comemorativa pela revista na edição anterior. A equipe de *Corporaciones* comemorou o aumento da tiragem da revista, que passou a ser de 3 mil unidades, número bastante significativo para a abrangência da elite econômica do país e de intelectuais, concentrados sobretudo em Montevidéu. O tamanho da revista também foi ampliado, passando a contar com mais 24 páginas, além das cerca de 40 que até então compunham a publicação. Também houve pequenas mudanças no conteúdo do informativo na tentativa de padronizar algumas seções, tornando-as fixas. Uma seria destinada à ação corporativa, outra às ciências políticas e econômicas e ainda outra à ação agrária, com matérias sobre agricultura e pecuária. No entanto, apesar dessas transformações, os principais ideólogos e escritores continuaram

os mesmos: Adolfo Agorio, Ernesto Bauzá e Teodomiro Varela, este último o mais assíduo entre os redatores.

A terceira fase da revista tem início na edição número 13, quando, enfim, foi anunciada oficialmente a criação da Acción Revisionista del Uruguay em agosto de 1937. A partir dessa data, *Corporaciones* passou a ser o órgão oficial desse movimento e adquiriu novo caráter e conteúdo. Nesse momento, é possível observarmos um número maior de textos propagandísticos do movimento, bem como de escritores assinando os textos, uma faceta clara de conquista de novos adeptos ao grupo. Nessa fase, que segue do exemplar de número 13 até o de número 16, os editores publicam o corpus da doutrina revisionista, discursos da primeira assembleia de criação do movimento, além de novas adesões.

A *Corporaciones* foi uma revista que se mostrou atenta às atividades internacionais. Publicou muitos textos sobre a Alemanha e alguns sobre a Itália. Em uma reportagem, logo no primeiro número, mostrou conhecimento sobre o 'Nacionalismo Argentino' (1935). Entretanto, foi com o integralismo, principalmente nos primeiros números, que *Corporaciones* se mostrou mais próxima, com diversos textos integralistas publicados no periódico. A edição final da revista esteve disponível nas ruas de Montevidéu em maio de 1938. Em suas últimas palavras para a história, o movimento felicitou e enalteceu a eleição do presidente Alfredo Baldomir, que chegou à presidência em 28 de março daquele ano com apoio dos revisionistas. A publicação derradeira não demonstrou que não haveria mais nenhuma outra. Além das homenagens ao novo presidente eleito, o periódico publicou, mais uma vez, o programa revisionista, composto por 19 artigos. Contudo, a aurora revisionista tão esperada pelos líderes do movimento não viu surgir mais nenhum número de sua principal publicação, e o grupo que havia se formado em torno de *Corporaciones* viu florescer uma abertura democrática no país após a ascensão de Alfredo Baldomir à presidência, relegando seu incipiente projeto político ao fracasso.

4 Os diálogos entre revisionistas e integralistas

Ao longo da existência da AIB e da ARU, alguns contatos públicos se estabeleceram e puderam ser observados por meio de suas publicações. O principal interlocutor desses diálogos foi o brasileiro Gustavo Barroso, que, além de escrever sobre o revisionismo no jornal *A Offensiva*, também teve um número razoável de textos publicados na revista *Corporaciones*. Barroso foi apresentado aos revisionistas uruguaios por meio de Adolfo Agorio. Além dele, outros textos sobre o integralismo podem ser encontrados, inclusive um de Plínio Salgado. Ao da publicação do periódico, principalmente em suas fases iniciais, fica evidente que o integralismo teve um espaço tão importante quanto a Itália fascista e a Alemanha de Hitler, que tinham também um bom espaço na revista, provavelmente em razão da influência de Adolfo Agorio. Para termos uma ideia de como o integralismo chamou a atenção dos revisionistas, a terceira edição da *Corporaciones*, de janeiro de 1936, é praticamente todo voltado ao integralismo.

No jornal *A Offensiva*, também encontramos textos sobre os revisionistas, com um percentual infinitamente menor de importância. No periódico, os integralistas demonstravam estar mais atentos aos acontecimentos na Europa, algo compreensível, principalmente pelo fato de que é no Velho Continente que estão a Itália e a Alemanha, governos onde estavam no poder os partidos fascistas mais importantes do mundo, e também porque era naquela região que se travavam os principais embates políticos e ideológicos daquele período. No entanto, a AIB também observou os movimentos vizinhos, mesmo que em grau menor. É o caso da Argentina, Chile, Peru, Uruguai etc. A respeito do revisionismo, Barroso procurou utilizar o contato como forma de legitimar o movimento brasileiro e o discurso de Plínio Salgado em relação ao destino glorioso do integralismo e o seu papel diante do continente: “O Chefe nacional tem repetido constantemente em artigos e discursos que o integralismo brasileiro dirá uma palavra nova ao mundo e que sua influência se estenderá aos outros países do continente. O que o Chefe Nacional assim tem anunciado já se está realizando” (Barroso, 1935).

Portanto, nas duas aproximações que tratam dos uruguaios encontradas no jornal integralista, é possível perceber também a utilização, por parte de Barroso, do movimento no sul como forma de legitimar o discurso do chefe nacional, Plínio Salgado, sobre o futuro glorioso do integralismo e de sua expansão para os países da América. Nesse contexto, é intrigante o fato de cessarem os contatos públicos a partir da formação da Acción Revisionista del Uruguay, em 1937. No caso uruguai, é perceptível a mudança de direção da revista, diminuindo os artigos sobre os temas estrangeiros – no início usados para mostrar a força conceitual da ideia que defendiam – e se direcionando para temas nacionais, que poderiam levar mais adeptos ao movimento. Desse modo, poderíamos conjecturar que o fim dos contatos públicos entre o revisionismo e o integralismo poderia estar ligado à oficialização do movimento uruguai enquanto agrupamento político e à sua possível vontade de procurar uma identificação mais nacional.

Além do contato observado nas páginas do jornal *A Offensiva*, outro momento de aproximação entre os movimentos e seus líderes pode ser encontrado no livro *O integralismo e o mundo*, de autoria de Gustavo Barroso. O seu prefácio foi escrito pelo líder revisionista Adolfo Agorio, e o autor da obra, Gustavo Barroso, classifica o revisionismo dentro do movimento fascista internacional, embora sua avaliação deva ser entendida com o olhar de quem estava ativamente dentro dessa conjuntura e procurava legitimar seu movimento dentro de uma onda fascista presente no mundo todo. De acordo com Barroso,

O movimento corporativista uruguai pretende agrupar todos os trabalhadores nacionais, a fim de defendê-los. É um **santo apostolado** escreve Bauzá, que enfrentará os mais graves problemas para assegurar o bem-estar da nação. Ele entende que o sistema corporativo poderá reunir milhares e milhares de uruguaios, como forma mais racional de agrupamento dos homens, produzindo uma forma também mais racional de governo capaz de impor ordem, disciplina e patriotismo, **típico de valores** sobre o qual se deve

alicerçar a nova doutrina (Barroso, 1937, p. 205, grifo do autor).

Nessa mesma obra, é possível encontrarmos um texto do maior nome do revisionismo uruguai, Adolfo Agorio. Agorio prefacia a obra de Barroso, e a apresentação desse texto como prefácio é um indício contundente do conhecimento que os dois movimentos e seus líderes tinham entre si, além do respeito entre Agorio e Barroso, relação confirmada também pelo fato do texto “Os homens do integralismo” ter sido publicado originalmente na revista *Corporaciones*. Um trecho do artigo faz menção a Barroso e a Salgado:

Entre os espíritos mais representativos do Brasil contemporâneo, Gustavo Barroso se revela em traços fortes. Ao lado de Plínio Salgado, prodígio animador do Integralismo e Chefe Supremo das hostes organizadas para completar a obra dos heróis da Independência, libertando o povo do Ipiranga das oligarquias financeiras do estrangeiro, Gustavo Barroso constitui, não só uma expressão do pensamento de fé no destino da América, como o vigoroso sentido crítico que anula todos os ensaios de imitação servil das causas da Europa (Agorio, *apud* Barroso, 1937, p. 7).

Ao longo de toda a sua existência, composta por 16 edições, a revista *Corporaciones* vivenciou três fases, conforme visto anteriormente. Da análise dessas fases, foi possível captarmos mudanças na linha editorial do grupo que conduzia a publicação.

Nas páginas da revista uruguai foi possível encontrarmos diversos artigos relativos ao caso espanhol, a movimentos na Argentina, ao fascismo italiano, inclusive com textos teor propagandístico do regime de Mussolini e, também, sobre a Alemanha de Hitler, textos que, em algumas ocasiões, envolviam a figura de Adolfo Agorio, declarado simpatizante do regime de Hitler. O Führer, inclusive, teria respondido a um artigo do intelectual uruguai publicado na revista. Contudo, apesar das aproximações com outros grupos, movimentos e estados fascistas na Europa ou América do Sul, nenhum grupo

estrangeiro obteve maior presença em *Corporaciones* do que o integralismo e o intelectual predileto dos revisionistas: Gustavo Barroso. Isso é perceptível na contagem numérica das publicações, sendo o integralismo o que mais aparece, seguido de notícias e análises sobre a Alemanha nazista. Ao todo, cinco das 16 edições continham textos sobre os integralistas. Na edição de número 3, nada menos do que cinco textos sobre a AIB foram publicados, o que é um número bastante expressivo.

A primeira publicação de um artigo sobre a Ação Integralista Brasileira em *Corporaciones*, contudo, se deu em seu segundo número. O texto “Doctrina Integralista, concepción del universo y del hombre” foi extraído da obra de Gustavo Barroso, *O que o integralista deve saber*, e é nada menos do que o Manifesto de Outubro, escrito por Plínio Salgado e transscrito na íntegra na revista. A publicação de um texto dessa envergadura e tão simbólico para o integralismo logo na segunda edição, é sintomático do estabelecimento de uma parceria e de um olhar de possível exemplo a ser seguido, como revela o trecho introdutório do artigo, publicado pelos editores: “Tomamos do notável livro *O que o integralista deve saber*, do destacado escritor brasileiro Gustavo Barroso, o brilhante manifesto com que a República irmã do norte lançará Plínio Salgado e cuja leitura recomendamos a todos os habitantes do país” (Doctrina..., 1936).

Essa primeira aparição de Barroso e da AIB é extremamente relevante, pois o Manifesto de Outubro revela alguns pontos fundamentais da doutrina integralista para que os uruguaios a conheçam. Entre os temas abordados, estão questões como o que o integralismo entendia por nação, como seria a eleição dos dirigentes e, ainda, como as pessoas estariam organizadas por meio de suas profissões; demonstra a confiança em um partido único para a que o país não se dividisse. Nas linhas do manifesto, ainda foi possível observarmos críticas que serviriam ao espírito revisionista daqueles intelectuais, como a crítica à burguesia brasileira, que, segundo o documento, estava habituada aos péssimos costumes das civilizações moribundas dos Estados Unidos e Europa. O integralismo, portanto,

combateria o cosmopolitismo e a influência estrangeira, o que não significava que existia má vontade com as nações amigas.

A terceira edição do periódico é aquela em que foi possível encontrarmos o maior número de textos sobre o integralismo. Gustavo Barroso mais uma vez foi o mais citado e transscrito. O primeiro artigo encontrado é “El integralismo definido por Gustavo Barroso”. No texto, o líder integralista brasileiro argumenta que a revolução fascista começa por meio de uma revolução interior, algo que poderia perfeitamente caber dentro do revisionismo. Barroso deixa clara a negação à revolução liberal e socialista. Reafirma que a maior revolução de todos os tempos foi o cristianismo e confirma o papel da espiritualidade dentro da doutrina integralista, o que considera original: “[...] de todos os movimentos fascistas do mundo atualmente, é o que contém a maior dose de espiritualidade” (Barroso, 1936a). Essa aproximação com o cristianismo sem dúvidas agradava aos componentes que gestavam, ainda de forma incipiente, esse novo grupo uruguai.

Além dos textos de Gustavo Barroso, tanto as compilações quanto aquele feito especialmente para a revista, o próprio Adolfo Agorio escreveu um texto sobre o integralismo intitulado “Los hombres del integralismo – Gustavo Barroso”. Agorio teceu grandes elogios ao escritor brasileiro, reconhecendo também a liderança de Plínio Salgado. O intelectual uruguai escreveu, de mesmo modo, sobre o americanismo da doutrina integralista e da busca pelas raízes locais do movimento. Outro trecho importante do artigo é o que demonstra, mais uma vez, a troca de cartas entre Agorio e Barroso. Em uma dessas correspondências, Barroso afirmou a Agorio que, se quisesse buscar as raízes do integralismo, que fosse em Simón Bolívar, e não em Adolf Hitler e Benito Mussolini. Bolívar também era mencionado pelos líderes corporativistas uruguaios como figura importante, especialmente por Teodomiro Varela de Andrade, que o classificava como gênio tutelar da América. Esse culto a Bolívar era uma forma de descharacterizar a influência ideológica europeia nos dois grupos, reafirmando suas posições de movimentos nacionalistas

americanistas, o que também não deixa de ser algo que aproximava os dois grupos, ou seja, mais um motivo para a solidariedade entre eles.

Contudo, é no último parágrafo que vem a parte mais importante do texto, quando Agorio faz votos de que o contingente integralista aumente para que o grupo brasileiro possa influir ainda mais no seu país e na própria unidade da América, como podemos perceber neste trecho: “Esperamos, portanto, que o integralismo, em cujas fileiras se somam já quatrocentos mil adeptos, possa mobilizar logo a um milhão de voluntários da nova ideia de elevação do homem por meio do culto ao trabalho, a fim de influir, não apenas na regeneração do Brasil, mas também na causa da unidade da América” (Agorio, 1936). Essa passagem do artigo de Agorio deixa transparecer de forma bem evidente que os revisionistas uruguaios, ou pelo menos sua figura principal, acreditavam que uma vitória dos integralistas no Brasil poderia significar um avanço na possibilidade de vitória no Uruguai.

Em outras edições, é possível encontrarmos mais alguns artigos que se referem ao integralismo, até chegarmos à edição de número 8. Esta é a última edição de *Corporaciones* que traz informações e textos sobre a Ação Integralista Brasileira, e é nesse número que algumas importantes aproximações podem ser observadas. O primeiro artigo, intitulado “Integralismo, fascismo y nazismo”, foi extraído do livro *Integralismo e o mundo*, de Gustavo Barroso, e traduzido especialmente para *Corporaciones*. Nesse texto, publicado originalmente em uma obra extensa que trata de diversos movimentos desse agrupamento político e que será retomada adiante por apresentar outras conexões entre os intelectuais aqui abordados, Barroso defende uma linha de aproximação entre esses grupos, argumentando inclusive que existiam valores que extrapolavam a nacionalidade e que podiam ser defendidos em diversas nações do mundo. No texto, publicado em seu livro e em *Corporaciones*, Barroso defende:

Como reação natural ao material e ao internacionalismo dissolvente, em todo o mundo apareceram movimentos baseados em ideias que se inspiram em um misticismo nacionalista. São movimentos de síntese que se

contrapõem ao modelo levado ao extremo em todos os domínios e atividades da vida pelo espírito do século XIX, filho da Reforma, da Enciclopédia e da Revolução Francesa, variando em cada país conforme as suas verdadeiras realidades, mas que se aproximam a partir de princípios comuns. Dessa forma, se explicam as suas semelhanças. O que primeiro se manifestou de forma triunfante foi o fascismo italiano sob a direção de Mussolini; dessa maneira, se chamam “fascismos” a todos os movimentos que a ele se assemelham (Barroso, 1936b).

5 Aproximações e distanciamentos entre integralistas e revisionistas

Apesar dos dois movimentos exporem um corpus doutrinário próximo, que os unia em torno de um ideal até certo ponto e de inimigos comuns que aparentemente estavam em proximidade, é extremamente importante compreendermos que tanto o integralismo quanto o revisionismo uruguaios se formaram em contextos locais diferentes, com situações específicas não só no plano econômico, mas também no político e social. Essa visão, defendida por João Fábio Bertonha (2008), é extremamente relevante para entendermos que, dentro desses movimentos, havia muitas vezes o sentimento de unidade, ao mesmo tempo que a diversidade era um traço comum. É importante deixarmos claro que havia grande diferença entre os dois movimentos aqui expostos. Essas diferenças devem ser consideradas em um trabalho como este, que analisa dois grupos diferentes de países distintos.

Como ficou evidenciado, tanto na publicação uruguaias *Corporaciones* quanto na publicação integralista *A Offensiva*, os dois movimentos nutriram diálogos de cordialidade, respeito e até mesmo afinidade, com ampla ênfase para os revisionistas, que proporcionalmente deram muito mais espaço para os integralistas do que o contrário. As similitudes entre os dois movimentos eram maiores do que as diferenças, e o que transpareceu, através dos contatos, foi o

alto grau de solidariedade e identificação. É impossível precisarmos o nível exato de aproximação, mas se julgarmos os primeiros meses, esse contato foi bastante grande. Agorio, Varela de Andrade e Bauzá se espelharam em Gustavo Barroso, principal articulador dessas trocas, por meio de cartas, correspondências, artigos enviados, recebidos e publicados.

Contudo, aqui se faz necessário articularmos a crítica ao documento estudado e não apenas observarmos o que nele consta. É fato, como já discutido, que existiu um contato solidário entre os grupos. Mas também é relevante que entendamos que ambos os grupos utilizaram esses contatos como forma de autoafirmação dentro da atmosfera política em que se encontravam. Nesse sentido, corporativistas uruguaios se valeram muito mais dessa estratégia e utilizaram diversos textos integralistas que corroboravam certos ideais e tentavam propagar no Uruguai. O integralismo já era em 1935 um movimento de massas, altamente organizado, e utilizar isso como referência quando se almeja crescer em outro país é extremamente aceitável. Isso também contribui para explicar por que os revisionistas uruguaios recorreram mais aos integralistas do que o contrário. Essa estratégia não foi alheia ao integralismo, que, por diversas vezes, como no livro de Barroso *O Integralismo e o mundo*, tentou demonstrar a existência de outros ‘irmãos’ pelo planeta que compunham uma nova onda mundial, embora, é claro, destacassem sempre a particularidade e originalidade do integralismo, algo intrínseco aos movimentos fascistas.

O integralismo nunca definiu muito bem como seria sua atuação com os outros países e a construção do sonho de Bolívar para a América. Nesse sentido, Plínio Salgado foi muitas vezes ambíguo. Em novembro de 1935, por exemplo, defendeu a construção de uma fraternidade universal por meio do internacionalismo como um ‘entrosamento entre as nações’, que em nada teria a ver com o comunismo, pois estaria respaldado em valores étnicos e de reciprocidade econômica. Nesse mesmo discurso reafirmou que o integralismo transpassaria a fronteira nacional.

[...] Somos a alvorada de um mundo novo. Somos o Último Ocidente. Mais do que a mudança de um regime e de uma civilização, somos o início de uma Época. Nossa ambição ultrapassa os limites da história do Brasil, porque temos a pretensão de escrever muitas páginas da Historia Universal [...]” (Salgado, 1935b).

Até que ponto podemos entender esse discurso de Salgado como uma evocação do espírito internacionalista dos povos? Ou seria apenas um pensamento expansionista da doutrina do sigma da qual o autor era chefe? Parece-nos que o discurso está mais para o sentimento imperialista do que internacionalista, ou seja, uma autoafirmação nacionalista do internacionalismo dos integralistas. A originalidade reivindicada por cada movimento fascista nacional também contribui para a competição entre eles e, no caso específico dessa afirmação, essa característica fica bem evidente. O chefe nacional do integralismo por algumas vezes afirmou que, antes mesmo de chegar ao poder no Brasil, já era necessário ganhar a confiança dos irmãos sul-americanos e, em seus discursos e textos, várias vezes mencionou o destino continental do movimento integralista. Chegou a dizer que a América Latina estava destinada a se erguer em uma confederação de Estados integralistas, embora nunca tenha explicado como se daria esse movimento e como seria sua organização. Para mais uma vez ilustrarmos essa visão integralista relacionada aos seus vizinhos, transcrevemos um discurso de Plínio Salgado, dessa vez realizado em São Paulo, quando ele se pronuncia sobre o sentido continental do movimento:

Referindo-se ao sentido apostolar e continental do movimento, diz que, este ano, assim como em outubro de 1932 foi lançado um manifesto ao povo brasileiro, também será lançado um manifesto aos povos sul-americanos, a mocidade da América Latina, porque o Integralismo objetiva uma política de grande amplitude continental. Explica então, que o sonho de Bolívar, a união da América terá de ser realizada pelo Integralismo (Salgado, 1935a).

Em outro discurso, de novembro de 1935, Salgado mencionou que esperava que os países sul-americanos fossem tão fortes quanto o Brasil na luta por um mal maior, o qual, no caso específico de seu discurso, era o capitalismo internacional. Contudo, relembrou que esperava a união em busca de um rumo próprio, que sem dúvida, para Salgado, deveria ser pautado dentro das bases conceituais do integralismo:

Devemos ser fortes para não temermos infantilmente. Queremos uma Argentina, um Chile, um Paraguai, uma Bolívia etc., tão fortes quanto o Brasil, porque então diremos ao capitalismo internacional que somos livres e soberanos, unidos e marchando num grande rumo próprio (Salgado, 1935b).

Como esse tipo de declaração repercutia em outros países? No caso específico do Uruguai, como os grupos corporativistas entendiam esse tipo de afirmação? Seria de alguma forma aceitável acreditar que esses grupos viam o integralismo com suspeita, ou que poderia ser uma ameaça em um cenário no qual esses movimentos conseguissem assumir o poder? Embora tenham cessado as comunicações disponíveis nos principais periódicos do grupo, não podemos afirmar com base apenas nisso que a Acción Revisionista del Uruguay enxergava o integralismo com suspeita. Esse tipo de declaração não levou a nenhuma preocupação exacerbada entre os uruguaios, pelo menos não nos meios estudados. A mudança de rumo de *Corporaciones*, apesar de sintomática, não pode ser tomada como uma prova factual de um comportamento de rivalidade nacionalista.

É impossível sabermos, por motivos óbvios, como seria o relacionamento entre os Estados brasileiro e uruguai no caso da chegada ao poder de ambos os grupos aqui pesquisados. Podemos apenas conjecturar, sem a pretensão de alcançarmos uma previsão segura, levando em conta os estudos já consolidados sobre as relações interfascismos e principalmente suas doutrinas gerais e específicas. O que podemos afirmar é que as relações entre esses tipos de movimentos se pautam pelo nacionalismo e por sentimentos de

solidariedade e competição, pois estão intrínsecos em sua ideologia. Sentimentos assim, poderiam, contudo, levar os contatos entre eles a dilemas e conflitos insustentáveis ou à aceitação de uma condição subordinada, o que na teoria era inaceitável, mas na prática chegou a ocorrer, com as devidas ressalvas, na relação dos estados e movimentos fascistas com o estado fascista dominante às vésperas da Segunda Guerra Mundial, isto é, a Alemanha (Bertinha, 2008).

Entre unidade e diversidade, similitudes e divergências, o que se evidencia por meio dos documentos apurados é que houve extrema relação de cumplicidade entre os movimentos uruguaios e brasileiros, e que um se utilizou do outro como forma de legitimação dentro do contexto que estava inserido. Não houve de forma explícita um embate entre os dois nacionalismos, algo que, no estágio de organização que se encontravam, principalmente o corporativismo uruguaios necessitaria de mais alguns anos ou de uma mudança brusca de conjuntura para talvez acontecer.

6 Considerações finais

Dentro de um contexto mundial bastante conturbado, surgiram a Ação Integralista Brasileira e a Acción Revisionista del Uruguay. A AIB conseguiu obter maior sucesso, transformando-se em um movimento de massas, com grande alcance nacional, com uma estrutura sólida, hierárquica e organizada; enquanto a ARU não conseguiu evoluir tanto, tendo sido muito incipiente sua participação na política uruguaias, ainda mais se a compararmos diretamente com a atuação e evolução da AIB.

Esses movimentos expressaram que tipo de sentimento um pelo outro? O integralismo demonstrou, em geral, certa solidariedade com outros grupos do mesmo âmbito político pelo mundo afora, conforme encontramos de modo rotineiro nas páginas de *A Offensiva*, principalmente nas páginas internacionais. Essa solidariedade também é perceptível nas páginas do informativo *Corporaciones*. A revista, principalmente em seus primeiros números, procurou se

mostrar próxima de movimentos como a própria AIB e de governos, como o da Alemanha. Adolfo Agorio defendeu a nova Alemanha que se erguia sob o comando de Adolf Hitler.

Essa aproximação com movimentos externos às suas fronteiras mostrava certa busca por um sentido universal do movimento, como se procurassem demonstrar que o movimento que encabeçavam, tanto no Brasil quanto no Uruguai, fazia parte de um infalível curso da humanidade no século XX. Podemos afirmar que, de acordo com as fontes pesquisadas, houve um sentimento de solidariedade entre os movimentos estudados. O integralismo via com bons olhos o movimento uruguai, e Gustavo Barroso procurou manter contato com as lideranças revisionistas. Já o grupo que comandou o periódico *Corporaciones* demonstrou maior interesse em publicar textos sobre o integralismo. Nas primeiras edições do informativo, foram vários os textos sobre o movimento brasileiro, a maioria deles escrita pelos próprios integralistas, como Plínio Salgado e, em especial, Gustavo Barroso. Essa aproximação fica evidente sobretudo nos primeiros números, quando podemos afirmar que as reportagens sobre o integralismo eram em maior número ou ocupavam mais espaço do que aquelas sobre a Itália ou Alemanha. Após o surgimento oficial da Acción Revisionista del Uruguay, nenhum texto sobre o integralismo voltou a ser publicado. Conforme abordado anteriormente, essa é uma situação intrigante, mas que não pode ser considerada um sinal inequívoco de um comportamento nacionalista de rivalidade.

Contudo, apesar da possibilidade de um bom relacionamento, é necessário salientar que, sobretudo no caso do integralismo, os movimentos procuravam evidenciar suas particularidades locais para não sofrerem a acusação de serem uma mera cópia do fascismo italiano e do nazismo alemão. Assim, embora procurasse mostrar afinidade com essa onda transformadora mundial, o integralismo e, em menor grau, o revisionismo procuravam demonstrar as particularidades do movimento, por exemplo, o espiritualismo da doutrina no caso da AIB.

Estabelecer a natureza da relação entre a Ação Integralista Brasileira e a Accion Revisionista del Uruguay não é tarefa simples.

São movimentos com similaridades, mas também com importantes particularidades e que nasceram em conjunturas locais bastante distintas. Em que pese essa dificuldade, é possível afirmarmos que houve um sentimento de solidariedade e de união em torno de ideais muito próximos. De forma explícita, não houve nenhum momento de desentendimento ou de choque entre os dois nacionalismos. Também é importante percebermos que o corporativismo uruguai se encontrava em um estágio muito incipiente. Assim, o sonho de Plínio Salgado de uma América integralista não obteve repercussão negativa a ponto de se transformar em uma aversão. Apesar de não haver embates, a Acción Revisionista del Uruguay, assim que se tornou um grupo, não publicou mais nenhum texto integralista e passou a estabelecer maiores relações com questões nacionais.

Unidade ou diversidade? Sentimento de pertencimento a uma nova família ideológica ou concorrência entre nacionalismos? Neste estudo de caso, ficou claro que os dois movimentos, em especial o uruguai, procuraram se legitimar dentro de uma esfera política internacional. No entanto, também ficou claro que os dois grupos procuravam mostrar às sociedades em que estavam inseridos que eram originais. A aproximação entre os dois grupos demonstra que, além das exaltações nacionalistas, havia uma solidariedade ideológica. Essa aproximação foi facilitada pelo fato de não haver uma disputa geopolítica forte entre os dois países e também pela falta de um crescimento efetivo dos dois movimentos, principalmente o revisionista, o que impediu possíveis confrontos de interesses.

Referências

- AGORIO, A. Los hombres del Integralismo: Gustavo Barroso. **Corporaciones**, Montevideo, n. 3, p. 84, set. 1937).
- ALDRIGHI, C.; CAMOU, M. M.; FELDMAN, M.; ABEND, G. **Antisemitismo en Uruguay: raíces, discursos, imágenes**. Montevideo: Trilce, 2000.
- ALPINI, A. Uruguay en la era del fascismo. **Relaciones**:

Revista al tema del hombre, n. 184, 1999. Disponível em: <http://www.chasque.net/frontpage/relacion/9909/uruguay.htm>. Acesso em: 5 set. 2011.

BARROSO, G. O integralismo e a América. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, 21 set. 1935.

BARROSO, G. El integralismo definido por Gustavo Barroso. **Corporaciones**, Montevideo, ano 1, n. 3, p. 83, jan. 1936a.

BARROSO, G. Integralismo, fascismo y nazismo. **Corporaciones**, Montevideo, ano 1, n. 8, p. 15, out. 1936b.

BARROSO, G. **O integralismo e o mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

BAUZA, E. Ecos de la Primera Asamblea Revisionista. **Corporaciones**, Montevideo, n. 14, p. 603, set. 1937).

BERTONHA, J. F. **Sobre a direita**: estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo. Maringá: Eduem, 2008.

BERTONHA, J. F. Fascismo de esquerda? Sobre a necessidade de revisão conceitual de um termo perigoso. **Espaço Acadêmico**, ano 12, n. 142, p. 69–76, 2013.

CAMPOS, R. Aurora revisionista. **Corporaciones**, Montevideo, n. 15, p. 678, dez. 1937.

DOCTRINA integralista, concepción del universo y del hombre. **Corporaciones**, Montevideo, ano 1, n. 2, p. 83, jan. 1936.

FREGA, A. *et al.* **Historia del Uruguay en el siglo XX (1890–2005)**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2008.

NAHUM, B.; COCCHI, A.; NOVALES, A. F.; TROCHON, Y. **Crisis política y recuperación económica (1930–1958)**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011. (Coleção Historia Uruguaya).

NACIONALISMO argentino. **Corporaciones**, Montevideo, n. 1, p. 27, nov. 1935.

ODDONE, J. **Uruguay entre la depresión y la guerra**. Montevideo: Fundação de Cultura Universitária, 1990.

OLIVEIRA, R. S. **Imprensa integralista, imprensa militante (1932–1937)**. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SALGADO, P. A palavra de ordem. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, 30 mar. 1935a.

SALGADO, P. O discurso do chefe nacional no Congresso de São Paulo. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, 2 nov. 1935b.

SENTINELO, J. T. **O negro e a nação integral por meio das páginas do periódico “A Offensiva”**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

TROCHON, Y.; VIDAL, B. **El régimen terrista (1933–1938): aspectos políticos, económicos y sociales**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1993.

6

Representações e relações entre a *Legión Cívica Argentina* e o integralismo brasileiro na década de 1930¹

Daniela Moraes de Almeida

1 Introdução

Durante o período conhecido como entreguerras (1919–1939), toda a conjuntura global passou por grandes transformações, tanto sociais como econômicas e políticas. Eventos como a eclosão e consolidação da Revolução Russa, a ascensão de Mussolini e Hitler ao poder na Itália e na Alemanha respectivamente, além da Crise de 1929 e da Guerra Civil Espanhola provocaram grande turbulência mundial.

Os impactos desses acontecimentos levaram ao florescimento e à consolidação de novas ideologias que ganharam força e particularidades bem definidas, como foi o caso do fascismo. Assim, após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914–1918), houve uma

¹ Agradecimento especial à Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná, que financiou o projeto “O integralismo brasileiro e o Cone Sul: relações transnacionais e rivalidades políticas”, sob a orientação do Prof. Dr. João Fábio Bertonha, a partir do qual se originou a presente pesquisa.

intensa guinada política à direita em todo o mundo, sendo os valores liberais amplamente questionados.

Movimentos de extrema-direita fascistas ou simpatizantes proliferaram em muitas partes do mundo, incluindo a América Latina. Os países latino-americanos, influenciados pela política e ideologia do Velho Continente, viram surgir em seus territórios governos nacionalistas e autoritários e, também, movimentos políticos com características fascistas. Duas organizações com esses aspectos e que chamam a atenção são a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Legión Cívica Argentina, grupos com ideologias próximas e que serão focalizados neste artigo. Nele, procuraremos demonstrar as relações existentes entre esses dois movimentos, além de identificarmos seus pontos de convergência e divergência.

O contato da América Latina com o fascismo ocorreu de maneira natural, tanto por meio da influência estrangeira quanto pelo interesse interno, fazendo com que rapidamente surgissem em seus países não apenas filiais do fascismo italiano e do nazismo alemão (como os *fasci all'estero* e organizações similares nazistas), mas também organizações autóctones. Nada mais lógico, portanto, que tais organizações desenvolvessem relações entre si. Para entendermos como se deu o contato entre esses movimentos, bem como suas relações com o exterior e, especialmente, com os marcos ideológicos externos, é necessário compreendermos o contexto que proporcionou o nascimento dessas organizações.

No Brasil, a ascensão dos ideais nacionalistas e de extrema-direita foi impulsionada pelas transformações políticas, econômicas e sociais pelas quais o país passava. Fatores como o aumento considerável da população, a expansão da industrialização e da urbanização, o crescimento da burguesia, o aumento do operariado etc., levaram direta ou indiretamente à contestação do sistema governamental instituído no país. Desde os anos de 1920, já era possível notar um forte sentimento de descontentamento na sociedade brasileira, o qual foi agravado pela situação política do país, fortemente marcada pelo governo oligárquico regionalista naquele momento. Foi nesse clima

de insegurança e instabilidade que surgiram os grupos e movimentos nacionalistas conservadores e de extrema-direita, dentre eles a AIB, organização de orientação fascista que expandiu a doutrina do integralismo por todo o território nacional, ficando conhecida como o maior partido fascista fora da Europa (Trindade, 1979; Cavalari, 1999; Bertonha, 2014).

A situação assistida no território argentino não era exatamente semelhante à brasileira, mas compartilhava da mesma descrença no sistema liberal e do impacto da crescente modernidade do país, ainda mais avançada do que a brasileira. A insatisfação dos trabalhadores, presente desde o final do século XIX, permitiu que a Argentina tivesse um movimento bastante organizado e mobilizado em prol das lutas operárias (Deutsch, 2003; Finchelstein, 2010; Prislei, 2008). Em 1919, no entanto, uma greve de caráter radical foi deflagrada e violentamente reprimida pela força policial. Esse fato ficou conhecido como Semana Trágica e originou uma grande organização antitrabalhista e antiesquerdistas: a Liga Patriótica Argentina, a qual praticamente sumiu do cenário posteriormente.

Dez anos depois, com o impacto da Crise de 1929, houve um novo impulso para os movimentos de direita. Sob forte insatisfação popular, Hipólito Yrigoyen, presidente do país pela segunda vez, sofreu, em 1930, um golpe de Estado comandado pelo general José Félix Uriburu. A partir de então, reforçaram-se os valores do conservadorismo e do nacionalismo exacerbado, na tentativa de solucionar os problemas causados pela democracia liberal.

Desse modo, foi em meio a essa intensa inquietação política que se desenvolveram na Argentina movimentos similares aos surgidos na Europa e no Brasil, com forte caráter nacionalista: um nacionalismo ao estilo da extrema-direita e viés de reorganização social baseada na hierarquia. Muitos deles, é claro, não se tornaram fascistas, tendo apenas alguma admiração ou proximidade. Outros se aproximaram o suficiente para serem inclusos dentro da ideologia, como é o caso da Legión Cívica Argentina, a qual desenvolveu contatos com a Ação Integralista Brasileira. O próprio ideólogo integralista Gustavo

Barroso, em sua obra *O integralismo e o mundo*, classificou a Legión como uma poderosa organização fascista e digna de relevância entre os integralistas brasileiros (Barroso, 1937).

Nesse sentido, os relacionamentos existentes entre esses diferentes grupos nacionalistas que mantinham, no entanto, uma mesma essência ideológica é um importante foco para análise. Esse nacionalismo exacerbado de ambas as partes, ao mesmo tempo que pode ser encarado como um traço comum aos movimentos, também poderia significar um fator de ruptura de laços entre eles (Bertonha, 2008).

Dessa forma, verificamos que, apesar dos diferentes contextos, as organizações surgidas tanto no Brasil como na Argentina tiveram um mesmo caráter e se incluíam em uma mesma linha ideológica, já que apresentaram características similares como antiliberalismo, anticomunismo, antisemitismo e também o forte apelo aos ideais nacionalistas autoritários. Os nacionalistas argentinos eram, como veremos, menos homogêneos ideologicamente que os integralistas brasileiros, mas ao menos alguns entre eles ofereciam semelhanças (e diferenças) suficientes para viabilizarmos uma comparação.

2 Diferenças e semelhanças entre os grupos brasileiro e argentino

Comparar os casos brasileiro e argentino torna-se possível, pois, além de apresentarem conexões ideológicas e estratégicas, tanto a AIB é considerada fascista por estudiosos como Trindade (1979) e Bertonha (2014) quanto a Legión Cívica é tratada por Beired (1996) e Finchelstein (2002) como o movimento argentino mais próximo do fascismo. Portanto, mesmo que com diferentes níveis de impacto na sociedade, o estudo do relacionamento entre tais grupos é válido.

A AIB, surgida oficialmente em 1932, era representada por um grupo de intelectuais anticomunistas, antiliberais e alguns antisemitas que acreditavam na busca por uma nova ordem na

sociedade por meio de uma reorganização do Estado e da sociedade a partir de um viés fascista. Com o objetivo de organizar e administrar a AIB, foi desenvolvida uma estrutura baseada em preceitos hierárquicos, algo que também se assemelhava aos modelos fascistas europeus. Havia ainda, em semelhança dos demais movimentos, a figura de um chefe nacional único que teria plenos poderes sobre toda a organização, além de uma milícia integralista. Essa forma de administração extremamente centralizadora possibilitaria a Plínio Salgado ampla autoridade, ainda que o movimento apresentasse outros dois ideólogos: Miguel Reale e Gustavo Barroso.

Grande parte dos integralistas era formada por jovens pertencentes à média burguesia urbana e, apesar de haver a participação de mulheres, a imensa maioria era composta por homens. No entanto, outras camadas sociais também compunham o corpo de adeptos da AIB como operários, imigrantes, oficiais e diferentes integrantes da classe média. Estima-se que centenas de milhares de adeptos chegaram a compor o integralismo.

O caso argentino é mais complexo do que o brasileiro, pois apresenta uma grande fragmentação de movimentos que, sendo considerados nacionalistas de extrema-direita, se dividiram em diferentes linhas de pensamento e ação. Para diversos estudiosos do tema, como Sandra Deutsch (2003), Federico Finchelstein (2002) e José Luiz B. Beired (1996), o nacionalismo argentino foi composto por ideais divergentes e, por isso, não pode ser caracterizado como um movimento homogêneo. Olga Echeverría (2011) acredita ainda que a grande heterogeneidade do movimento nacionalista argentino resultou do caráter intelectual de seus principais pensadores.

Assim como esses autores, consideramos que a ausência de uma figura que reunisse os seguidores sob um mesmo objetivo colaborou de maneira fulcral para o seu fracasso, pois resultou em um movimento com pequenos agrupamentos e interesses diversos. Na verdade, ainda que o movimento tenha tido outros líderes como Lugones, Carulla e Osés, a falta de um consenso entre eles sobre quem assumiria o papel de condutor do projeto foi a grande causa de seu insucesso.

Como mencionado, um grupo que merece atenção é a Legión Cívica Argentina. Essa organização foi criada em 1931 e, ao que tudo indica, manteve estreita relação com o então presidente do país, o general José Félix Uriburu, que esteve envolvido em sua fundação e demonstrava abertamente sua admiração pelos governos fascistas europeus.

A Legión Cívica esteve fortemente apoiada por setores militares da sociedade argentina, e uma de suas formas de atuação se dava por meio de milícias. Do mesmo modo que os integralistas brasileiros, esses legionários apresentavam uma estrutura simbólica e identitária própria, sendo conhecidos como ‘camisas-grises’. Apesar de contar com grupos conservadores da direita e das altas camadas da sociedade, a Legión acreditava ser essencial o apoio dos trabalhadores e das massas, o que indica seu caráter mobilizador próximo ao fascismo (Rubinzal, 2008; Finchelstein, 2002).

No entanto, esse grupo fascista argentino se diferenciava em alguns aspectos de seu similar brasileiro. Bem menos organizada, a Legión não conseguiu angariar um número considerável de membros como a AIB no Brasil. Do mesmo modo, ainda que existissem líderes e um presidente, a Legión não tinha uma ordem hierárquica autoritária e nem a figura de um líder incontestável, como foi o papel de Plínio Salgado na AIB. Ao que parece, a Legión foi, antes, um projeto, pensado e idealizado pelo então presidente do país José Félix Uriburu, que havia acabado de inaugurar a Revolução de Setembro, mas que só seria colocado em prática por seus amigos ideólogos. Esse projeto era inspirado pelo plano conservador, traçado anteriormente pela Liga Patriótica Argentina, e tinha um caráter nacionalista de orientação fascista. Seu papel principal seria arregimentar adeptos para uma efetiva mobilização em prol do avanço da revolução argentina, que objetivava modificar a estrutura política do país por meio de um ‘nacionalismo integral’, substituir o sistema de governo por um regime corporativo, formar conselhos técnicos legislativos e econômicos, afirmar a integridade moral do governo

argentino, organizar os direitos individuais e os direitos sociais etc. (Gallardo, 1999).

A Legión Cívica destacava-se entre algumas organizações que compunham a linha do nacionalismo restaurador, o qual se caracterizava por se aproximar fortemente do fascismo europeu. Assim, aspectos como o antisemitismo e a xenofobia faziam parte do movimento, além das demais características do fascismo. A Legión Cívica defendia um Estado forte, baseado na hierarquia e na formação de um corporativismo uriburista. A organização era avessa a ambições eleitorais e acreditava em uma regulamentação severa da imprensa, cujo controle se daria pelo poder do Estado. Segundo Buchrucker, a Legión Cívica fazia parte de um nacionalismo doutrinário, mantendo posições utópicas e dogmáticas, imitando formas europeias e sonhando com um golpe militar. Para o autor, seu viés fascista era inegável: “Depois de uma revisão comparada das diversas características do nacionalismo restaurador argentino, impossível negar que se tratou, em essência, de um movimento fascista [...] o fenômeno fascista **típico** ou **normal** se encontra corporificado em grupos como a LCA [...]” (Buchrucker, 1999, p. 233, grifo do autor).

A eleição de Justo como presidente, em 1932, e a morte de Uriburu colocaram fim ao plano de ação da organização. A falta de uma figura aglutinadora foi impactante em sua existência e, a partir daí, o que restou foi uma organização que tinha adeptos de diferentes setores e que não conseguiu se unificar e se fortalecer enquanto movimento de massas. Ainda assim, foi um movimento de importância, cujo diálogo com o integralismo merece ser resgatado.

3 Os veículos de comunicação dos movimentos

Uma das semelhanças entre os movimentos brasileiro e argentino foi a forma de divulgar e difundir a ideologia por meio de veículos de comunicação, como a literatura, a imprensa escrita e até mesmo o rádio. Esses grupos nacionalistas buscaram doutrinar seus adeptos e arregimentar novos membros através desses meios, ainda que de

maneiras diversas. No caso brasileiro, formou-se uma rede de jornais e revistas pertencentes à Ação Integralista Brasileira, responsável por sua propaganda em todo o território, algo que divergiu da Argentina, onde a Legión Cívica não apresentou a mesma estrutura. Em todo o período de funcionamento da AIB, existiram, no total, 138 jornais distribuídos nas esferas nacional, regional e local (Sentinelo, 2011). Assim, com a preocupação sobre a uniformidade das informações transmitidas em todos esses jornais, foi criada em 1935 a rede Sigma – Jornaes Reunidos, que tinha como função reunir a imprensa integralista.

Dentre a vasta lista de impressos integralistas, alguns merecem maior atenção, seja por sua longa duração ou por seu número superior de edições, como é o caso do jornal *A Offensiva*, uma das fontes desse trabalho, cujo período de atividade foi de 1934 a 1938, apresentando 748 números. É importante frisarmos aqui as transformações que ocorreram no perfil do periódico durante toda a sua existência. Com base em sua análise, é possível notarmos que, de acordo com as transformações da época e da própria AIB, o informativo pode ser dividido em algumas fases, cada qual com características e objetivos distintos.

O conteúdo apresentado pelo periódico integralista também se alterou. A princípio, eram apresentados doutrinas e ideais integralistas com maior ênfase, além de eventos realizados pelo movimento para agregar seus membros. Essas características representaram uma primeira fase do jornal, que tinha como objetivo principal doutrinar seus apoiadores de maneira uniforme.

Com o tempo, novas necessidades surgiram, e *A Offensiva* passou a contar com outras características, entre elas o fato de suas publicações se tornarem diárias e mais extensas. Assim, nessa que pode ser considerada a segunda fase do informativo, novos temas foram abordados, como esporte, cultura, lazer, casos policiais e, também, opiniões sobre o contexto nacional e mundial.

As modificações no jornal estiveram diretamente ligadas às transformações da AIB. Enquanto o movimento surgia e se organizava, o periódico atuou mais enfaticamente no sentido de orientar e divulgar a ideologia, incentivando a militância revolucionária. Quando o integralismo se consolidou como movimento, tendo já milhares de militantes, e se transformou em partido político, o objetivo também passou a ser a busca por eleitores, o que ocorreu mais intensamente quando da pré-candidatura de Plínio Salgado à presidência do país.

A terceira fase do jornal consiste no período que se estende do final de 1937 a março de 1938, quando, após o golpe de Getúlio Vargas e a instalação do Estado Novo e da consequente extinção de partidos políticos, *A Offensiva* tenta se desvincular do papel político, muito provavelmente como forma de manter seus integrantes e o movimento. Essa forte estrutura formada para a imprensa demonstra o quanto a ferramenta era importante para a consolidação do integralismo no país, o que, ao longo dos anos de existência dos jornais, foi se provando uma realidade.

Também é de extrema importância mencionarmos aqui o papel fundamental que os artigos da coluna “Semana/Momento Internacional”, seção presente no jornal *A Offensiva*, assumem nesta pesquisa. É por meio dela – mas não exclusivamente – que podemos analisar as impressões que o movimento integralista deixava sobre os demais acontecimentos globais, e também prováveis visões internacionais sobre a organização integralista e as relações que se estabeleciam entre os cenários interno e externo. Por meio dessa coluna, por vezes, apresentavam-se os defeitos do liberalismo e o perigo que o comunismo representava, enquanto os governos de Mussolini e Hitler eram intensamente exaltados.

Como mencionado, o grupo argentino não apresentava uma rede própria ou um jornal que fosse porta-voz de seu movimento, sendo a sua ideologia, atividades e reivindicações expostas nos demais periódicos nacionalistas da época, na maioria das vezes pertencentes a algum setor conservador da sociedade ou mesmo da extrema-direita.

Depois de longa pesquisa nos periódicos argentinos dessa época, a análise será centrada em dois informativos, *Bandera Argentina* e *Crisol*. A escolha destes entre tantos se deu pelo fato de que essas publicações tinham relações, de alguma forma, com a Legión Cívica e estabeleceram conexões com o integralismo no Brasil, através de alguma notícia, opinião ou visita.

Por meio de uma análise sobre esses jornais, é possível estabelecermos algumas semelhanças entre eles, como a defesa, ainda que com intensidades variadas, do nacionalismo, conservadorismo, antiliberalismo, anticomunismo. Autores como Finchelstein (2010) e Prislei (2008) apontam o caráter nacionalista desses jornais e afirmam a relação de intimidade entre tais periódicos e a ideologia fascista.

O informativo *Bandera Argentina*, fundado em 1932 pelo intelectual nacionalista Juan Emiliano Carulla, circulou no país até 1940 e demonstrou forte inclinação à ideologia fascista, tendo elaborado textos positivos sobre a Alemanha e Itália, em um claro sinal de solidariedade com esses regimes. Os acontecimentos na Espanha também foram noticiados, como a partida de voluntários para a Guerra Civil Espanhola. O jornal se colocou, como seria de se esperar, claramente a favor dos nacionalistas comandados pelo general Franco. No campo internacional, não havia notícias apenas sobre os acontecimentos europeus no *Bandera Argentina*. O jornal também noticiava episódios nos países sul-americanos, como o Brasil, Uruguai, Paraguai etc., procurando informar, a seu modo, os acontecimentos nos vizinhos mais próximos do país.

O periódico *Crisol*, fundado em 1932 pelo padre Alberto Molas Terán e dirigido posteriormente por Enrique P. Osés, teve papel relevante no tocante à relação da igreja católica com os movimentos nacionalistas. O periódico circulou até 1944, alcançando grande longevidade e, segundo seus redatores, chegou à tiragem de 22.500 exemplares (Rubinzal, 2008), o que é sem dúvida uma quantidade significativa. O mais interessante ainda é que, apesar de não ser o órgão oficial de nenhuma agremiação, a Legión Cívica Argentina comprava cerca de 10 mil exemplares por mês do informativo, para

que pudesse fazer a distribuição de seus ideais no interior do país (Rubinzel, 2008), fato que demonstra a unidade de ideias entre a Legión e o *Crisol*.

O *Crisol* também demonstrou aproximação com os ideais fascistas, ainda que em menor grau do que o *Bandera Argentina*, e um forte antisemitismo e anticomunismo, noticiando em diversas oportunidades informações sobre acontecimentos na Itália e Alemanha. O jornal também estava atento para seus vizinhos na América do Sul e para a conjuntura destes países, bem como para movimentos com aspectos ideológicos semelhantes aos quais defendiam.

Com base no exposto, podemos concluir que, apesar dos mecanismos para a difusão da ideologia nacionalista e a arregimentação de novos membros ao movimento terem sido similares – mídia impressa –, sua estrutura e discurso divergiram em muitos aspectos. Ainda assim, tais periódicos fornecem material suficiente para comparações e para que possamos pensar, de forma mais integrada, o diálogo das direitas no Cone Sul.

4 O diálogo entre a Legión Cívica Argentina e a AIB

Nesta seção, o objetivo é verificar como se deram as relações entre o integralismo e a Legión Cívica Argentina, registradas nos meios de comunicação indicados, visando identificar os pontos em que seus valores e doutrinas divergiram ou convergiram. Além disso, será analisada a maneira como os movimentos se viam e se relacionavam e como lidavam com um contexto internacional no qual o fascismo era uma questão candente.

O jornal integralista *A Offensiva* sempre esteve atento aos acontecimentos internacionais. Foi apenas a partir de 1936 e principalmente em 1937 – ano de forte propaganda eleitoral de Plínio Salgado –, que os assuntos internacionais passaram a ter menor espaço. Notícias sobre os países da América do Sul eram muito frequentes, embora prevalecesse nas páginas de *A Offensiva* o enfoque na Europa.

Bem como a Falange Española, outros grupos simpáticos ao fascismo, como os de Portugal, França, Peru, México, Chile etc., também obtiveram considerável destaque entre os integralistas, fato que aumentava a possibilidade de contato entre esses parentes de ideias, como apontado por Bertonha (2013, p. 41):

O que está claro [...] é que os diversos movimentos fascistas do continente não estavam sós. Publicações, notícias, informações e, em alguns casos, subsídios econômicos, entre outros, eram recebidos da Europa e davam aos latino-americanos o sentimento de uma luta comum e transnacional.

Já sobre a Legión Cívica Argentina, no primeiro ano de existência do jornal integralista, em 1934, é possível encontrarmos notícias interessantes referentes aos grupos nacionalistas de outros países como a Argentina, inclusive, um texto intitulado “O fascismo na América do Sul”, em que notamos a referência ao desenvolvimento e ascensão dos movimentos na vizinha Argentina e à existência de aproximadamente oito organizações fascistas. O texto reproduz ainda a notícia de uma revista americana, intitulada “Current History”, que relata a ocorrência de uma recepção de fascistas argentinos pelo grupo fascista brasileiro:

Noticia ainda a ‘Current History’ que os fascistas brasileiros receberam recentemente uma delegação de fascistas argentinos. Aqueles conhecidos por ‘camisas verdes’ já contam com 186.000 membros que declaram que ‘pelo nosso controle do professorado das escolas disseminadas pelo país temos em nossas mãos o futuro do Brasil’ (O fascismo..., 1934).

No mesmo ano, Luís da Câmara Cascudo fez uma comparação entre o movimento argentino, a organização brasileira e a chilena, e dizia acreditar que estava em vigor no solo brasileiro uma espécie de boicote informativo aos demais movimentos fascistas, já que no Brasil não se tinha conhecimento do grupo argentino e nem os argentinos do integralismo. Esse é o primeiro contato entre os grupos dos dois

países encontrado nas páginas do jornal *A Offensiva*, e fica claro na análise do texto que, para os integralistas, a Legión Cívica era um movimento fascista:

Há fascismo argentino? Há e bem forte. Nós não sabíamos disso. [...] O movimento fascista na Argentina é de caráter nacionalista. Logo, não pode interessar agências internacionais, compromissadas em boicotar todas as manifestações do espírito das Pátrias. Na Argentina há fascismo e otimamente organizado. Há mesmo mais de uma agremiação, mas só falarei do grupo principal, a “Legião Cívica”. [...] A “Legião Cívica” se alastra pelas províncias argentinas e tem uma ideologia mais ampla e mais aproximada da nossa que sua congênere chilena, dirigida pelo dr. Julio Schwarzenberg, também fascista, armada, municiada e militarizada (Cascudo, 1934).

Notamos, pelo tom das informações contidas nessas páginas, o desejo do integralismo brasileiro em estabelecer um contato amistoso com os demais grupos nacionalistas e fascistas, como o da Argentina, e isso pode ser comprovado nas seguintes palavras de Plínio Salgado:

Quando o Brasil se erguer, livre de lutas internas, orientado por uma política nacional baseada na força de um milhão de camisas-verdes, também as 13 repúblicas da América do Sul, hoje escravizadas como a nossa Pátria, virão formar conosco, guardadas suas independências, uma unidade moral; completaremos a obra de Bolívar, consolidando a liberdade dos povos americanos (Salgado, 1934).

Em 1935 o jornal apresentou, ainda, uma extensa matéria nomeada “O integralismo na república Argentina”, a qual reproduz o artigo encontrado no jornal argentino *Crisol* e que descreve a visita de integrantes do fascismo brasileiro à sede do periódico. O clima da recepção aos integralistas, bem como o relato da visita no próprio jornal argentino, demonstra o grande entusiasmo e simpatia entre os envolvidos, como podemos perceber nas seguintes linhas:

Do jornal nacionalista “Crisol”, de Buenos Aires, de 3 de março de 1935, transcrevemos a seguinte nota sobre os estudantes integralistas brasileiros que visitam a Argentina: “Recebemos ontem em nossa casa a grata visita do chefe da Embaixada Nacionalista Brasileira, Sr. Herberto Dutra, desde alguns dias hóspede da Argentina. Acompanhavam o chefe da Delegação vários animadores em destaque do nosso nacionalismo. O fim da visita a ‘Crisol’ foi conhecer o ambiente e as pessoas, bem como trazer as saudações do nacionalismo brasileiro, que surge vigoroso e pujante com características bem definidas: antiliberal, antipolítico, antimarxista, patriota, integral em tudo e cheio de fé nas verdades eternas. [...] Jornais como A OFFENSIVA, folhas avulsas, conferências e ‘meetings’ são os meios porque se difunde a ideia nacionalista no Brasil, a qual está reservado, como a nossa também, próxima vitória. [...] O companheiro que nos visitou conversou longamente com os amigos de ‘Crisol’, interessando-se por este jornal, que já conhecia e ao qual dirigiu palavras elogiosas e afetuosas. Teve expressões da mesma nobreza para o nacionalismo argentino, que já apreciava de hoje e cujo contato ora lhe era permitido. [...] Formulou votos em prol do ‘Crisol’ e pelo triunfo de nossos ideais, demonstrando, assim sua solidariedade doutrinária (O integralismo..., 1935).

Ainda no mesmo ano, o jornal apresentou diversos questionamentos relacionados a uma possível formação de união entre os diversos movimentos nacionalistas no âmbito do fascismo. No artigo “É possível uma organização corporativa internacional” (1935), uma série de dúvidas em relação ao assunto foi exposta e direcionada aos estudiosos do mundo, sendo que tal iniciativa teria partido da própria Itália. O questionamento foi levantado, mas nenhuma resposta ou solução foi apresentada, o que demonstra a dificuldade de um plano de aliança fascista.

É nesse mesmo sentido que em setembro um texto de Gustavo Barroso intitulado “O integralismo e a América” (1935) abordou a questão de uma associação ideológica entre os movimentos fascistas,

incluindo o integralismo. Há, também, um artigo referente à realização de um congresso que reuniu diversos países com o intuito de discutir a expansão do nacionalismo e do fascismo pelo mundo, dando certa ênfase ao nazismo alemão. Intitulado “A Internacional Nacionalista” (1935), o texto objetivou discutir os cenários sociais de cada uma das 40 nações ali representadas, nas quais o nacionalismo se desenvolveu, bem como reafirmar sua luta contra o liberalismo e o marxismo e também a crença em uma cooperação entre esses países, ainda que suas autonomias nacionais fossem mantidas.

Apesar da esperança de bons contatos entre esses grupos nacionalistas de cunho fascista espalhados por todo o mundo, os congressos não obtiveram grande êxito e a disputa nacionalista contribuiu para isso. Principalmente porque a maior potência fascista da época, a Alemanha nazista, nunca teve sérias pretensões de levar um movimento relacionado ao fascismo internacional adiante (Bertonha, 2008), enquanto a Itália buscou uma internacionalização de seu fascismo e não uma união de várias experiências fascistas.

O ano de 1936 também foi de intensa relação entre o integralismo e os outros grupos nacionalistas e fascistas, sendo possível encontrarmos muitas menções ao movimento argentino. Vale ressaltar a ocorrência de uma visita realizada pela secretaria da Legión Cívica Argentina às sedes integralistas e a suas arregimentações femininas (A Sra. Carmen..., 1936). Estabeleceu-se, então, um primeiro contato entre os grupos femininos de ambos os movimentos, o que nos faz refletir sobre a possibilidade do grupo feminino brasileiro ter inspirado, de alguma forma, o seu semelhante argentino.

Em 1937, a configuração do jornal passou por uma grande mudança, pois Plínio Salgado iniciava a preparação para o lançamento de sua candidatura à presidente do país, cujas eleições ocorreriam no início do próximo ano. Dessa forma, poucos foram os espaços reservados para informações internacionais, e o enfoque no cenário internacional serviria apenas para demonstrar as vitórias alcançadas pelo fascismo nas demais nações.

Já na Argentina, desde 1932, o jornal *Crisol* apresentava informações gerais sobre o nacionalismo argentino, mas apenas em 1933 surgiu sua primeira referência à Legión Cívica Argentina, em que notamos, tal como no integralismo, uma política contra a democracia e o sistema de partidos (Legión..., 1933). Os anos iniciais desse jornal demonstraram um sentimento antisemita, ainda que ele estivesse mais ligado ao medo e à maior atenção para a cultura e religião judaica, buscando uma possível justificativa para as ações europeias contra os judeus. Não havia ainda, efetivamente, uma guerra declarada contra o judaísmo.

Assim como no *Crisol*, o jornal *Bandera Argentina* também apresentou, no ano de 1934, muitas referências ao fascismo e ao Partido Fascista Argentino, mas sua atenção se voltou, naturalmente, para a Legión Cívica Argentina (Significado..., 1933). A partir de março de 1935, surgiram interessantes informações sobre o integralismo brasileiro e, assim como foi abordado pelo próprio jornal *A Offensiva*, a visita da delegação brasileira de integralistas à sede do *Crisol* também foi especialmente relatada:

Encontra-se há vários dias na nossa capital um grupo de estudantes brasileiros, filiados à “Ação Integralista Brasileira”, organização nacionalista poderosa que sob a firme e inteligente direção de Plínio Salgado, na República vizinha um movimento que já se estende poderoso [...]. A “Ação Integralista” publica um diário, com o honroso título de “Ofensiva”, denso de doutrina, vigoroso, pujante e pequeno, como como CRISOL. A delegação nacionalista brasileira [...] visitará hoje nossa casa e será objeto também de uma recepção na sede da Legión Cívica Argentina [...], para a qual estão convidadas todas as entidades nacionalistas. A mesma entidade brasileira dirigiu, em outubro passado, a seguinte nota a Guardia Argentina: “Um dia, quando a base da economia não seja mais formada pelo carvão e pelo petróleo, mas pela energia elétrica, se afirmará no âmbito cultural da terra uma nova civilização, cujo habitat será a América do Sul. Nesse dia, as futuras gerações voltarão a olhar para o passado, que será o presente de hoje, e saudarão aos primeiros legionários

que, no Brasil e na Argentina, prepararam a chegada desse novo ciclo ao qual forçosamente chegarão os povos: o “Homem integral”, o “Estado integral” a “Nação integral” e a “Humanidade integral”. À Guardia Argentina envio o meu vibrante “Anauê”, como organização que defende essa nova concepção de vida e para cuja realização prática a Ação Integralista do Brasil também está empenhada. Por intermédio dos chefes da Guardia Argentina, saudamos a toda a juventude nacionalista dessa grande Nação irmã.” Com essa declaração dos nacionalistas brasileiros, podem sentir amplamente a amizade nacionalista argentina. Se pode sentir a amizade (Los integralistas..., 1935).

O *Crisol* também apresentou, em abril desse mesmo ano, um texto sobre a interpretação do que seria o nacionalismo, o qual era considerado um “[...] movimento típico e exclusivamente argentino [...]” que “[...] não requer receitas e nem as necessita [...]” (El nacionalismo..., 1935). Porém, em junho, em um texto intitulado “El integralismo brasileño” (1935), o *Crisol* reproduziu extratos do artigo de Plínio Salgado ao informativo carioca *Correio da Manhã* em que ele dissertava sobre os rumos do país e do movimento integralista, expondo semelhanças, como os sentimentos antirregionalista e antieleitoral, e abrindo espaço para a crença de que o movimento brasileiro serviria de exemplo aos demais movimentos nacionalistas argentinos. Esses diferentes pontos de vista abordados no mesmo espaço revelam a existência de divergências e visões opostas dentro do nacionalismo argentino, indicando as contradições inerentes a todo fascismo. Na realidade, o fato é que os grupos argentinos, tal como a Legión Cívica, apresentavam características diversas e que, apesar de se identificarem com movimentos externos como o fascismo e o integralismo, consideravam o caso do nacionalismo argentino peculiar, mesmo sem ter essa particularidade muito esclarecida ou definida.

O *Bandera Argentina* também publicou matérias sobre o líder da AIB, Plínio Salgado, e sobre as posições ideológicas do integralismo. O grande número de páginas dedicadas à doutrina integralista possibilita a interpretação de que se tentava influenciar o pensamento

dos leitores e o seu sentimento nacionalista, tendo no Brasil um modelo para se espelhar.

No ano de 1936, o *Crisol* continuou com seu objetivo de divulgação do fascismo e do nacionalismo, e, apesar de divulgar grupos internacionais, como do Uruguai e Peru, concedeu maior atenção à sua situação interna (Informaciones..., 26 jul. 1936). Já o *Bandera Argentina* concentrou sua atenção, em termos internacionais, na Guerra Civil Espanhola e nos grupos de voluntários falangistas que partiam para a guerra na Espanha (Informaciones..., 25 out. 1936). Como o *Bandera Argentina* foi instrumental na organização desses grupos de voluntários (Bertonha, 2012), isso parece perfeitamente lógico.

Em outubro do mesmo ano foi relatada uma visita de um militante integralista à Argentina, que, tendo sido recepcionado pela Legión Cívica, demonstrou forte identificação por ela. Ele teria externado também palavras de saudação do próprio Plínio Salgado:

A Legión Cívica Argentina: a Ação Integralista Brasileira, expressando o pensamento fraterno de um milhão de camisas verdes [...] envia a sua palavra de fé, seu sentimento de consciência histórica, sua saudação à Argentina [...] e pede a Legión Cívica Argentina que seja intérprete dessa mensagem ao grande povo da Nação amiga. O presidente da Legião respondeu nos seguintes termos: “Me é muito gratificante dirigir-me a Vossa Senhoria, em nome da instituição que presido, para agradecer-lhe e retribuir a amistosa mensagem que a Ação Integralista Brasileira enviou à Legión Cívica Argentina [...]. Nessa grata oportunidade, a Legión Cívica Argentina afirma novamente seu cordial vínculo com a Ação Integralista Brasileira e formula votos para que o triunfo dos patrióticos ideais que ambas as entidades sustentam seja o coroamento dos propósitos de compreensão recíproca e mútua que impulsiona seus desejos comuns (Informaciones..., 25 out. 1936).

Por meio da análise das páginas do *Bandera Argentina*, contudo, a impressão que temos é a de que, a partir de determinado momento, tanto os movimentos argentinos quanto especialmente os dirigentes do jornal, passaram a estabelecer maior contato com o nacionalismo espanhol. Esse fato teria estreita relação com a ideia de uma valorização da *hispanidad* que uniria todas as nações de descendência espanhola, bem como a do estabelecimento da Espanha no papel de mãe-pátria.

O ano de 1937 foi, sem dúvida, o ano de maior entusiasmo entre os grupos de extrema-direita, tanto no *Crisol* como no *Bandera Argentina*, fato que pode ser explicado pelo amadurecimento das agremiações e também pela intensa ascensão do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha, assim como em outras nações. O jornal *Bandera Argentina* emitiu reportagens sugerindo a união de setores da extrema-direita. Em janeiro notamos um artigo sobre a intenção de formar uma ‘União Nacionalista Interamericana’, e, ao longo do texto, são feitos inúmeros apontamentos sobre os objetivos e táticas dessa associação entre os ‘estados nacionalistas’ da América Latina (Fundación..., 1937).

O tom de unificação continuou nas páginas do *Bandera* ainda em agosto, quando encontramos um texto intitulado “Carta abierta y mano extendida a um nacionalista brasileño” (1937), indicando que “[...] é chegada a hora de os nacionalistas formarem uma obra sólida e definitiva contra o comunismo”. Assim, para eles, tal qual seu inimigo que assumia uma postura unida internacionalmente, o nacionalismo deveria se aliar para poder enfrentá-lo.

Por meio da análise dos jornais *Crisol* e *Bandera Argentina*, é possível notarmos uma constante comparação entre a situação política e a econômica do Brasil e da Argentina, principalmente em *Crisol*. Pelo fato de ser um ano eleitoral no Brasil e também pela grande expectativa sobre a candidatura do líder integralista, a situação política do país passa a receber maior atenção, e importantes contatos com o Brasil e com o integralismo são estabelecidos.

Em setembro, o *Bandera Argentina* abriu espaço mais uma vez para o integralismo. Segundo a publicação, a AIB tinha mais sucesso que o argentino devido à formação de uma forte doutrina e da figura imponente do líder Plínio Salgado:

[...] estamos lendo esses dias informações sobre a luta que o integralismo tem travado no Brasil para levar ao poder o seu chefe, Plínio Salgado. Antes de entrar no assunto, é bom recordar alguns antecedentes do nacionalismo brasileiro, nascido quase que em simultâneo com o nosso e com raízes em uma Revolução que não deixa de parecer com a de 6 de setembro. Ao contrário, contudo, do que se fez aqui, seus dirigentes iniciaram de imediato a tarefa de organizar-se politicamente, adotando o nome de Ação Integralista e estendendo-a a todos os Estados federais. Junto com isso, formularam um programa único que reúne todos os aspectos (econômicos, sociais, éticos e políticos) e sintetiza a sua ideologia, cujos princípios, análogos aos nossos, podem se reduzir a três palavras: Deus, Pátria e Família. Esse feliz começo fez do nascente integralismo um poderoso partido ao contrário do que sucedeu conosco que, apesar de termos tudo nas mãos (já que a maioria do país é nacionalista) vimos as primitivas instituições se desagregarem e decair pouco a pouco pela falta de uma doutrina coerente e de uma manifesta intenção política. A verdade é também que esse êxito se deve também a presença do grande Plínio Salgado na chefia do movimento (El nacionalismo brasileño, 1937).

A crítica ao movimento argentino continua em outubro quando o informativo *Crisol* publicou o texto “Que es y que aspira el integralismo brasileño” retratando uma nova visita de um militante integralista ao *Crisol*:

O integralismo (Sigma) é uma consciência nacionalista brasileira, cabal e absoluta, no espiritual, no histórico, no racial e no político [...]. O Integralismo tem vontade de Império e olha para além de suas fronteiras [...]. Resumindo: Em última instância [...] o Integralismo é, para o Brasil, exatamente o que é o nosso Nacionalismo

para a Argentina. Idênticos problemas, idênticas necessidades, idênticas aspirações. A diferença é unicamente de elementos e do meio. O Nacionalismo brasileiro se constituiu em uma perfeita organização social-política. [...] As causas do êxito do Integralismo – êxito de catequização – depende, em primeiro lugar, da força da sua doutrina. Nossa Nacionalismo, com idêntica essência, não consegue, contudo, o mesmo êxito. É que o brasileiro é mais brasileiro do que o argentino. [...] Colaboram para o sucesso do Integralismo dois fatores importantíssimos que são, definitivamente, as causas de seu êxito: Unidade e Ação (Que es y que aspira..., 1937).

Como podemos perceber, o movimento integralista, além de ser considerado em sua essência um semelhante por setores do nacionalismo argentino, também é descrito como um modelo, como uma experiência nacionalista mais próxima do sucesso. Em linhas gerais, portanto, e malgrado suas diferenças de enfoque e tom, os três jornais demonstraram grande fé na eleição de Plínio e em uma futura união entre seus nacionalismos, indicando que a vitória do integralismo no Brasil era vista como um elemento que poderia potencializar um futuro sucesso dos próprios movimentos argentinos.

Porém, em novembro, a crença no integralismo foi estremecida com a notícia do golpe de Getúlio Vargas, sendo a situação política do Brasil narrada e debatida nas páginas dos periódicos aqui estudados. Diante da conjuntura no Brasil, os nacionalistas argentinos acreditavam na influência do integralismo no golpe de Vargas e que ele havia sido resultado de uma ação ou decisão conjunta entre ambos.

O que ocorre, na verdade, é que esse informativo superestimou a participação integralista no golpe de Vargas, algo que *Bandera Argentina* também fez. A AIB contribuiu no projeto golpista, contudo, pela análise dos jornais, seus dirigentes acreditavam que o integralismo havia assumido o governo do país junto com Vargas, fato que não era, entretanto, verdadeiro.

O erro de avaliação dos dois periódicos sobre a participação da AIB no golpe que originou o Estado Novo é interessante. Ambos acreditaram que o movimento brasileiro tinha triunfado em um primeiro momento. Essa reação talvez mostre que havia maior expectativa em relação ao integralismo, ou seja, eles vislumbravam um movimento mais forte do que ele realmente foi. Da parte do jornal *Crisol*, o interesse da extrema-direita argentina pelo integralismo brasileiro não esmoreceria nem mesmo após o golpe de Getúlio Vargas, situação que muda quando do atentado golpista do integralismo em maio de 1938.

Dessa forma, após as informações sobre a tentativa de golpe dos integralistas, o que se segue são matérias de tom menos amistoso em que tal fato é relatado como “[...] uma evoluçãozinha brasileira [...]” e um “[...] lamentável episódio digno do tropicalismo brasileiro [...]”, já que Getúlio seguiu no poder (*La revolucionita...*, 1938). Observamos também sentimentos de descontentamento e reprovação do jornal argentino em relação ao golpe integralista ou, mais precisamente, a sua falha. Mais ainda, é possível percebermos que existiu uma esperança e respeito pelo legado da AIB. O fato torna-se compreensível ao considerarmos que, ao reconhecer o fracasso do movimento integralista, antes visto como um modelo, os argentinos da Legión Cívica estariam reconhecendo o próprio fracasso do movimento argentino (e do projeto fascista de sociedade), que agora não teria em que se espelhar.

Por meio das fontes aqui apresentadas, é possível percebermos que, no jornal integralista *A Offensiva*, os grupos argentinos e, principalmente, a Legión Cívica receberam considerável atenção, sendo apontados como destacados movimentos das correntes nacionalistas de inspiração fascista. Da mesma maneira, os jornais argentinos *Crisol* e *Bandera Argentina* identificaram o integralismo como um grupo digno de ser imitado.

No entanto, é notável maior referência ao nacionalismo brasileiro por parte dos jornais argentinos do que o contrário, já que, ao todo, os artigos referentes ao nacionalismo argentino em *A Offensiva* não

chegaram a uma dezena, enquanto os jornais argentinos deram maior destaque ao integralismo chegando a quase duas dezenas de matérias. Isso se deve, muito provavelmente, ao fato de o integralismo ser um projeto nas vizinhanças que parecia bem-sucedido, o que não podia deixar de atrair os que queriam seguir o mesmo caminho.

Como visto, as relações entre esses grupos foram mais amigáveis do que tensas, sendo mencionada até uma possível união e unificação desses grupos na luta contra os seus inimigos e em prol de um futuro comum, isto é, fascista, para o Cone Sul.

Seus planos nunca saíram do campo imaginário e, por isso, é difícil apontarmos o que poderia ter ocorrido caso esses movimentos tivessem atingido seus objetivos. No entanto, pelas fontes analisadas, percebemos que essa possibilidade existiu e que ambos os movimentos enxergavam um futuro em que eles poderiam cooperar, mais do que competir.

5 Considerações finais

De acordo com a bibliografia relacionada ao tema e com as fontes estudadas, podemos concluir que os movimentos argentinos e o integralismo brasileiro estiveram em contato e conexão na maior parte do tempo. Com organizações e ambições semelhantes, ambos os países apresentaram projetos fascistas para suas sociedades ainda que com estruturas e influências distintas. A relação entre os grupos citados demonstra que sua aproximação se deu, principalmente, em razão de seus interesses análogos, possibilitando a formação de uma união entre eles, o que, contudo, não se concretizou.

Vimos que, apesar de a Legión Cívica não ter se tornado um grupo tão abrangente como a AIB, isso não foi um fator de impedimento das relações, pelo contrário. Nesse sentido, vale especularmos sobre como seria a relação entre os dois movimentos caso o grupo argentino se equiparasse ao integralismo brasileiro em organização, poder e número de adeptos.

Baseando-nos nas fontes, observamos que em diversos momentos o grupo argentino se referiu à AIB com extremo respeito, podendo mesmo classificar a organização integralista como espelho ou modelo. Porém, caso o grupo argentino tivesse as mesmas condições em termos de tamanho, organização e perspectiva de poder, essa relação ainda seria a mesma?

Plínio Salgado, líder do movimento brasileiro, deixou claro, em várias de suas obras doutrinárias e em várias passagens de *A Offensiva*, que ele auspiciava um plano de união e integração entre todos os grupos de semelhança ideológica na América Latina. No entanto, ele nunca especificou como se daria na prática essa unificação, ainda que os indícios apontem que suas intenções seriam atingidas por um tipo de hegemonia de ideias.

De qualquer forma, tal plano não passou de conjecturas. Nem a AIB atingiu seus objetivos de poder, nem a Legión conseguiu se fortalecer e unificar os demais grupos e movimentos argentinos em nome de uma mesma causa. Mas e se o tivessem feito? Se a Legión Cívica tivesse conseguido crescer e alcançar o poder em Buenos Aires, enquanto a AIB fizesse o mesmo no Rio de Janeiro, suas relações continuariam amistosas?

Essa questão é de grande complexidade e, ainda que o grupo argentino apresentasse as mesmas características da AIB e mesmo que permanecesse um diálogo de amizade entre as organizações, é muito possível que essa meta do líder integralista gerasse tensões no relacionamento entre os dois movimentos. A própria característica do nacionalismo, bem como a influência das históricas disputas geopolíticas entre os dois países nos faz imaginar que as possibilidades de enfrentamento aumentariam caso os dois grupos chegassem ao governo ou, pelo menos, mantivessem tamanho semelhante.

Portanto, seguindo a linha metodológica da história comparada e da história transnacional, esperamos ter desenvolvido aqui os apontamentos necessários para compreendermos como se deram as relações, os contatos e os diálogos entre os grupos nacionalistas

de extrema-direita do Brasil e da Argentina destacados, bem como colaborado para um estudo internacional sobre o fascismo latino-americano.

Referências

A INTERNACIONAL Nacionalista. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, set. 1935.

A SRA. CARMEN Ibañez visita a sede provincial do integralismo.
A Offensiva, Rio de Janeiro, jul. 1936.

BARROSO, G. O integralismo e a América. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, 21 set. 1935.

BARROSO, G. **O integralismo e o mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

BEIRED, J. L. B. **Breve história da Argentina**. São Paulo: Ática, 1996. (Série Princípios).

BERTONHA, J. F. **Integralismo**: problemas, perspectivas e questões historiográficas. Maringá: Eduem, 2014.

BERTONHA, J. F. Los latinoamericanos de Franco: la “Legión de la Falange Argentina” y otros voluntarios hispanos en el bando sublevado durante la Guerra Civil Española. **Alcores: Revista de Historia Contemporánea**, n. 14, p. 143–167, 2012.

BERTONHA, J. F. **Sobre a direita**: estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo. Maringá: Eduem, 2008.

BUCHRUCKER, C. **Nacionalismo y peronismo**: la Argentina en la crisis ideológica mundial (1927–1955). Buenos Aires: Sudamericana, 1987.

CARTA abierta y mano extendida a un nacionalista brasileño. **Bandera Argentina**, Buenos Aires, 20 ago. 1937.

CASCUDO, L. C. O fascismo na Argentina. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, 15 set. 1934.

CAVALARI, R. M. F. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932–1937). Bauru: Edusc, 1999.

DEUTSCH, S. M. **Contrarrevolución en la Argentina (1900–1932)**: la Liga Patriótica Argentina. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

É POSSÍVEL uma organização corporativa internacional. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, mar. 1935.

EL INTEGRALISMO brasileño. **Crisol**, Buenos Aires, 5 jun. 1935.

EL NACIONALISMO Brasileño O. **Bandera Argentina**, Buenos Aires, 21 set. 1937.

EL NACIONALISMO es un movimiento típica y exclusivamente argentino. **Crisol**, Buenos Aires, 19 abr. 1935.

ECHEVERRÍA, O. ¿Las cosas por su nombre? Preguntas sobre la propensión a llamar “nacionalismo” a la derecha argentina de la década de 1920. In: LAS DERECHAS EN EL CONO SUR, SIGLO XX, 1, 2011, Los Polvorines. **Anais** [...]. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2011, p. 48-63.

FINCHELSTEIN, F. **Fascismo, liturgia e imaginario**: el mito del general Uriburu y la Argentina nacionalista. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.

FINCHELSTEIN, F. **Fascismo trasatlántico**: ideología, violencia y sacralidad en Argentina y en Italia, 1919–1945. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

FUNDACIÓN de la Unión Nacionalista Interamericana. **Bandera Argentina**, Buenos Aires, 3 jan. 1937.

GALLARDO, J. E. Un proyecto fascista. **Revista Idea Viva**, n. 3, p. 28–29, 1999.

INFORMACIONES de la Legión Cívica Argentina. **Crisol**, Buenos Aires, 26 jul. 1936.

INFORMACIONES de la Legión Cívica Argentina. **Crisol**, Buenos Aires, 25 out. 1936.

LA REVOLUCIONCITA brasileña. **Crisol**, Buenos Aires, 12 maio 1938.

LEGIÓN Cívica Argentina. **Crisol**, Buenos Aires, 3 fev. 1933.

LOS INTEGRALISTAS brasileños. **Crisol**, Buenos Aires, 2 mar. 1935.

O FASCISMO na América do Sul. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, 18 out. 1934.

O INTEGRALISMO na república Argentina. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, mar. 1935.

PRISLEI, L. **Los orígenes del fascismo argentino**. Buenos Aires: Edhasa, 2008.

QUE ES Y QUE ASPIRA el integralismo brasiler. **Crisol**, Buenos Aires, 19 out. 1937.

RUBINZAL, M. Los conflictos obreros en la prensa nacionalista: itinerarios de un acercamiento ambiguo al mundo del trabajo (1935–1943). **Papeles de Trabajo**, v. 2, n. 3, p. 61-77, 2008.

SALGADO, P. Editorial. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, jun. 1934.

SENTINELO, J. T. **O negro e a nação integral por meio das páginas do periódico “A Offensiva”**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

SIGNIFICADO de la Legión Cívica Argentina dentro y fuera del país. **Bandera Argentina**, Buenos Aires, 25 fev. 1933.

TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro da década de 30. São Paulo: Difel, 1979.

Os nacistas chilenos e o mundo. As relações entre o Movimiento Nacional-Socialista do Chile e seus vizinhos da América Latina (1932–1938)¹

João Fábio Bertonha

Como aconteceu em praticamente todos os países ocidentais no período entre as duas guerras mundiais, também o Chile presenciou o nascimento e o desenvolvimento de milícias e forças de extrema-direita. Em um primeiro momento, essas milícias eram do tipo reacionário, reativas a ameaças, reais ou imaginadas, do movimento operário e de outras forças de esquerda. No caso do Chile, tais forças – como a Milícia Republicana – foram de importância, mas se dissolveram, em essência, com a diminuição da sensação de ameaça pelas forças conservadoras, já no início da década de 1930 (Klein, 2005). Caso diferente foi o Movimiento Nacional-Socialista (MNS), o qual durou de 1932 a 1938 e representou o mais importante braço do fascismo no país andino.

1 Para a pesquisa que deu origem a este artigo, foi crucial o apoio da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná, a quem gostaria de agradecer publicamente. Tal auxílio permitiu visitas para pesquisa bibliográfica e arquivística em Montevidéu, Buenos Aires e Santiago, as quais foram essenciais para a realização do trabalho. Agradeço também a Ernesto Bohoslavsky pela revisão e sugestões.

O objetivo deste artigo, contudo, não é fazer uma análise geral desse movimento, mas focalizar os seus relacionamentos externos e a sua visão de fascismo enquanto um movimento internacional. Do mesmo modo, abordaremos as vantagens e desvantagens que a posição do movimento como parte de uma ‘onda’ mundial trouxe para suas atividades dentro do Chile. Especificamente, o artigo abordará a visão que os nacistas chilenos tinham de seus companheiros de ideal fascista na América do Sul, especialmente os do Peru, Bolívia, Brasil e Argentina, seus vizinhos mais imediatos.

1 O Movimiento Nacional-Socialista: origens e história²

Como já mencionado, no Chile do entreguerras houve um movimento fascista bastante consistente: o Movimiento Nacional-Socialista, fundado em 5 de abril de 1932. A forte influência da ideologia nazista e da coletividade alemã na sua criação é evidente até no nome do movimento e, de forma simbólica, no sobrenome do seu líder, Jorge González Von Marées. Ele não era, contudo, cópia do original alemão, o que se infere por seu menor racismo e, inclusive, por seu antisemitismo, de base mais católica do que biológica. Do mesmo modo, há diferenças cruciais, como veremos abaixo, entre os nazistas alemães em atuação no Chile e o nacismo chileno (Converse, 1991; Robertson, 1986; Mount, 2002). Provavelmente, como mencionado por Bohoslavsky (2008), na esteira do pensamento de Sznajder, o nacismo chileno estava mais perto do fascismo na versão romena ou espanhola (com sua visão utilitária do catolicismo e um antisemitismo oportunista) do que do nazismo alemão em si, mas dentro do universo fascista como um todo.

2 Os parágrafos a seguir se baseiam, salvo menção específica, na bibliografia geral sobre o tema. Além dos textos mais gerais – Potaschnik (1974), Grugel (1985), Moller (2000), Bohoslavsky (2008), Sznajder (1990, 1992, 1993) etc. –, foi de muita utilidade o exaustivo e esclarecedor estudo de Deutsch (1999). Outra adição recente de peso à bibliografia é Klein (2000, 2004).

De qualquer forma, esse partido conseguiu extrapolar os limites da coletividade alemã e se tornou algo maior, com alguma representatividade social e política. A situação chilena no entreguerras, com crises econômica e social, forte polarização política e crítica generalizada ao liberalismo, provavelmente ajuda a explicarmos essa relevância. O fato de o Chile já ser um país moderno, ainda que com uma modernidade incompleta, também ajuda a compreendermos como houve espaço, no país, para um movimento fascista de alguma importância (Bertonha, 2013).

A força popular do movimento esteve concentrada nas classes médias, em boa medida pelo seu apelo anticomunista, ainda que elas próprias não tenham sido convertidas por completo. Entre os trabalhadores, sua penetração foi ainda menor, e o movimento nunca conseguiu ultrapassar certos limites em termos de popularidade. Na maior parte do tempo, na verdade, ele foi visto como um movimento de outsiders violentos e baderneiros pelo grosso da opinião pública chilena (Sznajder, 1992).

A oligarquia chilena e as outras forças tradicionais (como os militares e a igreja) não apreciavam seu radicalismo e seu ataque às elites e, dada a sua capacidade em manter o controle e a estabilidade no país mesmo nos turbulentos anos 1930, conseguiram colocar o movimento no ostracismo, não lhe dando espaço para crescimento. Em uma ação final, os nacistas tentaram um golpe de Estado em 1938, quando foram formalmente eliminados.

Chama a atenção, nessa questão do relacionamento com o poder constituído, a similaridade com o caso brasileiro. Em ambos os contextos, os movimentos fascistas não conseguiram sair das sombras do poder constituído e, quando o tentaram por meio de um golpe de Estado, foram derrotados. Plínio Salgado e Getúlio Vargas podem ser vistos, em certo sentido, como as contrapartes brasileiras de Jorge González Von Marées e Arturo Alessandri. Marcus Klein (2003) avançou essa discussão sobre o relacionamento dos governos instituídos de Brasil, Argentina e Chile com os movimentos fascistas

locais, e suas considerações finais se aproximam, em essência, das nossas.

Importante para nossos objetivos é compreendermos a relação de aproximação e distanciamento do nacional-socialismo chileno com o nazismo alemão e as comunidades alemãs ao sul do Chile. Inicialmente, os alemães e o Partido Nazista emigrado no Chile apoiaram o MNS, tanto pelas similaridades evidentes como porque consideraram que ele poderia ser um bom canal para a atuação política de alguns chilenos de origem alemã que queriam militar politicamente a partir de um viés fascista.

Houve, porém, conflitos de identidade, tanto que González acabou proibindo, por algum tempo (entre 1935 e 1936), que seus militantes fossem simultaneamente membros da expressão nacional do Deutscher Jugendbund Chile (NSDAP) e do MNS. Tais conflitos surgiam, em boa medida, porque muitos alemães do sul do Chile queriam continuar alemães, enquanto o nacismo chileno pregava sua integração na pátria chilena. Vínculos informais continuaram, mas o apoio inicial da comunidade alemã perdeu força com o tempo.

2 Os atores: líderes e jornais

As figuras fundamentais na história do nacismo chileno foram o seu líder, Jorge González Von Marées, seu ideólogo, Carlos Keller Rueff, e o general Francisco Javier Diaz Valderrama, grande apreciador e divulgador do nazismo alemão no Chile (Gaudig; Veit, 1988).

O general Francisco Javier Diaz Valderrama nasceu em 1877. Entrando para o exército em 1890, foi enviado à Alemanha para instrução e serviu junto ao exército alemão de 1901 a 1904. De volta à América do Sul, foi instrutor na Colômbia e na Academia de Guerra em Santiago. Em 1926, tornou-se inspetor geral do exército e passou para a reserva em 1930. Foi por sua sugestão que, em 1932, foi fundado, em uma reunião com González e Keller, o Movimento Nacional-Socialista.

Jorge González, ‘El Jefe’, havia nascido em 1900, filho de mãe alemã e pai chileno. Estudou ciências jurídicas e sociais em Santiago. Mesmo sendo de origem alemã, González tinha poucas conexões com a cultura alemã emigrada ou com a própria Alemanha, tanto que só se envolveu diretamente com o NSDAP alemão a partir de 1932, e inicialmente foi crítico à ideia de se levar propostas nazistas para o Chile (Peralta Larrain, 2003; Moller, 2000).

Já Carlos Keller era exatamente o oposto. Nascido em Concepción em 3 de janeiro de 1898, filho de pais alemães, estudou na Alemanha (Direito, Economia e Sociologia) entre 1912 e 1921, doutorando-se nesse país. Voltando ao Chile, tornou-se professor de economia e sociologia na Universidade de Concepción, passando, a partir de 1927, para a de Santiago. Entrou para o Movimiento Nacional Socialista chileno em 1932, sendo figura fundamental na sua condução até o fim, com papel especial, inclusive, no contato com os alemães do sul do Chile. Em 1938, não se envolveu com o golpe de Estado e nem entrou na organização que sucedeu o MNS, ou seja, a Vanguardia Popular Socialista (Gaudig; Veit, 1988; Gaudig, 2001).

Keller, cuja vida e trajetória intelectual foram estudadas em detalhes por Markus Klein (2002), em texto do qual retiramos os dados a seguir, é um intelectual realmente chave para entendermos as conexões entre o nazismo alemão e o chileno. Já nos anos 1920, ele era filiado ao Deutsch-Chilenischer Bund, a organização dos alemães no Chile, com sede em sua cidade natal, Concepción. Nesse período, defendia a preservação da cultura e da identidade alemãs no Chile e que apenas uma renovada imigração alemã poderia civilizar e modernizar o país.

Com o passar do tempo, na transição entre as décadas de 1920 e 1930, Keller foi mudando de posição, como fica evidente na sua obra mais famosa, *La eterna crisis chilena*, publicada em 1931. Em essência, o seu diagnóstico sobre a situação da humanidade no período é o mesmo de tantos outros pensadores e políticos da direita fascista, tanto na Europa como nas Américas daqueles anos, e se caracterizou pela denúncia ferrenha do liberalismo e da democracia

como os males fundadores da crise moderna. Eles seriam a fonte do caos da modernidade, gerando consequências como o individualismo, a perda do sentido coletivo da nação e, no limite, o comunismo. A solução seria o fascismo, a ser implantado no Chile por meio de uma ‘revolução espiritual’ guiada pelo grande líder, Jorge González. Não obstante, adaptações – como um menor racismo e antisemitismo e maior ênfase no perigo maçom – tiveram que ser feitas, até pela própria realidade chilena.

O interessante é a mudança ideológica, tão bem estudada por Marcus Klein, de alguém que passou a acreditar que a salvação nacional chilena não implicava mais a substituição de uma população inferior, a chilena, por uma superior, a alemã, mas pela adoção do fascismo. Keller passou, inclusive, a defender que os chileno-alemães aprendessem espanhol para se integrarem à nova sociedade, o que gerou protestos da parte deles e do governo alemão. Mesmo assim, Keller, por toda a vida, continuou a ser germanófilo e tentou mediar a influência alemã no nacismo chileno.

Carlos Keller e Diaz eram, dessa forma, muito mais ligados à Alemanha, aos meios emigrados alemães e ao nazismo do que González. No entanto, todos concordavam com o diagnóstico sobre a crise do mundo moderno e a sua solução, o fascismo (Peralta Larrain, 2003).

Dentro do movimento nacista, os dois principais periódicos foram *Trabajo* (com o subtítulo *Órgano del Movimiento Nacional Socialista de Chile* até setembro de 1933, *Órgano Oficial Nacista* até 1936 e *Diario de Avanzada Nacional* até 1941) e *Acción Chilena: La revista de los problemas nacionales*. O primeiro deles, o periódico oficial do movimento, surgiu em abril de 1933 e durou até 1941. Na verdade, até junho de 1935, ele não estava vinculado formalmente ao MNS, mas a partir de então se tornou o órgão oficial do Departamento de Preparación de la Jefatura do movimento. Já *Acción Chilena* teve seu primeiro número publicado em janeiro de 1934 e durou até janeiro de 1938. Carlos Keller foi o diretor de *Trabajo* e diretor e redator principal de *Acción Chilena* por toda a existência dos dois periódicos.

Acción Chilena foi acusada, muitas vezes, de receber dinheiro do governo alemão, mas não há provas concretas disso. No entanto, a permanente presença de anúncios de empresas alemãs e/ou de propriedade de alemães em Santiago e Concepción pode indicar, no mínimo, uma ajuda indireta (Peralta Larrain, 2003) e/ou a capacidade de Keller de, apesar de suas mudanças ideológicas, manter simpatias e apoios nas colônias alemãs. Foram esses os periódicos centrais do Movimento Nacional-Socialista chileno, e é a eles que dirigimos nosso olhar para tentar compreendermos como eles se viam e eram vistos frente ao mundo.

3 O referencial externo: o fascismo enquanto a ‘onda’ do futuro

Ao examinarmos a coleção dos jornais *Acción Chilena* e *Trabajo* em busca de seus referenciais externos, o primeiro elemento que salta aos olhos é uma maior atenção ao nazismo alemão do que aos fascismos latinos (Itália, Espanha, Portugal), em um padrão que é bastante diverso do presente na Argentina ou no Brasil. Nesses países, o referencial central era o fascismo italiano, com especial interesse pela proximidade cultural e linguística aos fascismos e movimentos de direita da Espanha e de Portugal. O nazismo estava com certeza presente e era louvado como o legítimo representante da ‘onda fascista’ na Alemanha, mas a ênfase era na Europa Latina (Almeida, 2014; Marques, 2014; Paschoaleto, 2012)³.

No caso dos jornais nacionistas, contudo, a presença do nazismo como referencial externo é muito mais expressiva, ainda que com menos força no *Trabajo* e maior no *Acción Chilena*. Em linhas gerais, contudo, podemos afirmar sem dificuldade que o nazismo estava

3 Para os interessados em conhecer melhor a relação dos integralistas com a América Latina e, especialmente, com a Argentina e o Uruguai, remetemos aos artigos de Murilo Antônio Paschoaleto, Daniela Moraes de Almeida e Victor Raoni de Assis Marques presentes nesse mesmo volume (N. dos O.).

mais presente nas publicações do fascismo chileno do que nos outros países do Cone Sul.

No caso do *Acción Chilena*, é evidente que autores italianos tiveram seus textos traduzidos e reproduzidos em boa parte dos números da revista. Fascistas (ainda que de menor expressão como Amedeo Giannini ou Corrado Gini) e outros italianos escreviam regularmente, e notas positivas ao regime de Mussolini eram comuns, enquanto alguma associação com a Espanha era evidente. Em 1938, por exemplo, um repórter da revista foi encontrar um dirigente da Falange Espanhola em visita ao Chile e seu artigo sempre se referia à Espanha como a 'Mãe-Pátria' (Martel, 1938). Por fim, uma resenha favorável ao livro de António Ferro sobre Salazar foi publicada em 1935 (*Acción Chilena*, 1935). Mas são presenças menores diante de um número muito superior de textos relacionados ao nazismo.

O referencial nazista é realmente uma presença constante. No *Acción Chilena*, temos, em primeiro lugar, autores chilenos de origem alemã, como Carlos Keller, Bruck e Grossman, que aproveitavam o seu conhecimento da língua alemã para discutirem textos produzidos pelo NSDAP ou para explicarem aos chilenos os últimos desdobramentos da política do Reich, sempre em um viés positivo. Em segundo lugar, estavam presentes diversos autores alemães, como Wilhelm Greve, Moeller van den Bruck, Wilhelm Stapel, Hans Pfunder, Oswald Spengler etc., com textos reproduzidos diretamente de agências de notícias ou de outras fontes da Alemanha.

No caso de *Trabajo*, o foco no nazismo é bem menos expressivo, ainda que os elogios a Hitler sejam contínuos e os artigos pró-Itália muito mais numerosos. Em parte, isso se deveu por uma questão eminentemente prática, já que boa parte da sua seção internacional – incluindo a coluna *El fascismo y el mundo* – era feita a partir de boletins enviados pela agência de notícias fundada pela Itália para a distribuição de material jornalístico aos países latino-americanos, a Roma Press, com sede em Buenos Aires. Provavelmente, o fato de Carlos Keller ser seu diretor, mas não o redator-chefe (como no caso

de *Acción Chilena*), deve ter aberto espaço para outras pessoas e uma postura mais universalista no tocante ao fascismo.

Trabajo parece ter uma atitude realmente mais generalista em relação ao fascismo, comemorando regularmente o que ele via como uma força inevitável, o impulso universal do século XX. Na coluna *El fascismo y el mundo*, assim, comemorava-se continuamente a expansão do fascismo, e não apenas na Itália ou na Alemanha. Ao registrar os avanços do fascismo como impulso universal e sua expansão, mencionava Anton Mussert e o fascismo holandês, Quisling na Noruega, os países bálticos e outras regiões da Europa.

Com o início da Guerra Civil Espanhola, a cobertura do jornal, obviamente favorável aos rebeldes, também implicou um crescimento na atenção dirigida ao contexto espanhol. A Guerra da Abissínia também trouxe um aumento substancial das páginas dirigidas à Itália e ao fascismo, mas sempre com um olhar internalizado. Em 1938, por exemplo, quando o movimento tentava se relançar como força anti-imperialista e totalmente nacional, *Trabajo* chegou a criticar a conquista fascista da Etiópia e as intervenções italiana e alemã na Espanha, em um recuo claramente tático (Nacismo..., 1938). Foi na mesma época, aliás, que *Trabajo* começou a criticar os ‘guetos étnicos’ no sul do Chile (Costa, 1938), novamente com a intenção de combater as críticas e relançar politicamente o movimento.

De qualquer modo, fica evidente que o *Acción Chilena* era realmente muito mais focado no nazismo do que *Trabajo*, obviamente pela influência de Carlos Keller. Isso não significa, contudo, que o *Acción Chilena* fosse mera cópia de jornais alemães. Havia um especial cuidado em selecionar o que seria publicado, tanto que, entre os textos alemães, não encontramos quase nenhum que tivesse tons antisemitas. A única exceção é um artigo de Wilhelm Frick, ministro do Interior da Alemanha, defendendo a exclusão dos judeus da vida do país, ainda assim em tons moderados, o que indica que essa revista não queria ter a marca do antisemitismo associada a ela (Frick, 1934).

Do mesmo modo, os autores alemães publicados eram todos nazistas de segundo time e/ou intelectuais alemães de épocas anteriores, o que pode indicar um desejo de não se comprometer em excesso para não se prejudicar internamente. Dados a crescente fratura entre nazistas chilenos e alemães entre 1935 e 1936 e o papel de Keller como mediador entre ambos, essa relativa discrição talvez faça sentido.

Outra evidência de que a análise da política internacional pelo movimento era muito pautada pela nacional, é a análise de *Acción Chilena* sobre a questão austríaca em 1934, depois do assassinato de Dollfuss. Dois artigos publicados entre maio e agosto desse ano tentaram demonstrar que a ditadura social-cristã austríaca não era a verdadeira expressão do povo austríaco (posto este ser ocupado pelo nazismo) e que tal ditadura nem de longe poderia ser denominada de fascista (Sánchez V, 1934b, 1934c).

Seguindo esse raciocínio, afirmava-se que nem todos os governos e Estados no mundo poderiam ser definidos como fascistas. A ditadura austríaca, por exemplo, se dizia fascista, mas não era. Ela teria copiado praticamente tudo do fascismo, menos o essencial: o espírito fascista de anulação da luta de classes pela reorganização do Estado em torno de valores maiores, corporativos. Entre um fascismo e outro, as variações podiam ser grandes, menos esse espírito, que seria universal.

O jornal *Trabajo* também seguiu esse raciocínio, procurando demonstrar como Oliveira Salazar, ao contrário do que se dizia, não queria a presença absoluta do catolicismo na vida social e política de Portugal, sendo, portanto, mais um fascista do que um conservador cristão típico (Oliveira Salazar..., 1934).

Ao negarem ao regime de Dollfuss a classificação de fascista ou reforçando-a no caso de Salazar, os dois jornais estavam, em primeiro lugar, defendendo o regime nazista. Contudo, eles também estavam utilizando o exemplo austríaco para, de alguma forma, se diferenciar dos social-cristãos dominantes na política chilena e, desse modo,

ganhar espaço. A leitura do cenário internacional se dava, portanto, em plena sinergia com o nacional, com os periódicos utilizando referenciais externos para dar consistência a sua luta dentro do Chile. Nesse esforço, mantinha-se a tensão entre nacional/internacional, que caracterizou os movimentos fascistas no período entreguerras.

Com efeito, todos os movimentos fascistas oscilavam entre o desejo de manifestar solidariedade ideológica com seus irmãos de fé e a necessidade de provar que eram autenticamente nacionais, sem ligação com nada que não fosse local. Isso ocorreu com os mais variados fascismos, desde o britânico e o canadense até o húngaro ou o finlandês (Bertonha, 2011, 2014). O nacismo chileno não foi diferente, e o fato dele se afirmar autenticamente nacional o tornava mais próximo do modelo fascista do que o contrário.

Isso explica a permanência de um culto quase diário à figura de Diego Portales, visto como o grande herói do século XIX que havia vencido a anarquia e restaurado a ordem no Chile (*Acción Chilena*, 1934). Em 1935, um artigo do *Acción Chilena* mencionava explicitamente que o nacismo era a reelaboração corporativista e espiritualista, dentro do novo espírito do tempo (o fascismo) do legado de Portales (Keller, 1935). Um exemplo típico do esforço para indicar a origem nacional do movimento, ao mesmo tempo que o associava ao espírito do tempo, o fascismo.

No caso do Chile, aliás, a escolha dos termos parece ter tornado esse esforço explicativo ainda mais complicado e necessário. Afinal, tanto o nazismo alemão como o chileno usavam a mesma nomenclatura, e essa coincidência, bem vista no início até para a aproximação com a comunidade alemã, se tornou um problema depois. O esforço em grafar os termos alemães com ‘z’ (nazismo, nazistas) e os chilenos com ‘c’ (nacismo, nacis) nos jornais e em todas as publicações do movimento, além de emblemático, não parece ter resolvido o problema.

Outros artigos, em ambas as publicações, procuraram detalhar ainda mais a situação. Eles partiam do pressuposto de que o Chile e a América Latina eram partes do Ocidente, não espantando, pois, o

fato de que eles recebiam influências do momento regenerador que a Europa vivia. O fascismo, contudo, ao permitir o desenvolvimento das nacionalidades, teria aberto a possibilidade para que os movimentos do continente latino-americano não se resumissem a copiá-los, mas serem forças criadoras a partir de uma base comum. Dessa forma, com o fascismo, os movimentos fascistas locais estariam superando a fase de meras cópias carbono dos europeus para se tornarem criadores, elaboradores (Gamboa, 1934; Sánchez V, 1934a).

Em outro artigo, Javier Cox voltou ao mesmo argumento: todos os fascistas estariam na mesma onda, mas seriam nacionais, diferentes (Cox, 1935). O fascismo não teria sido invenção de Mussolini, mas foi este seu primeiro realizador. No Chile, tais realizadores seriam Jorge González e seu precursor, Diego Portales. Os nacistas não compartilhariam o racismo e o antisemitismo do nazismo alemão, mas teriam escolhido reproduzir o seu nome porque os termos ‘nacional’ e ‘socialismo’ seriam os melhores para designar o fascismo. O termo fascista em si só seria utilizado tão amplamente porque a Itália foi o primeiro país fascista, mas, cientificamente falando, seria a união do verdadeiro socialismo e do nacionalismo que os definiria. Dessa forma, eles se considerariam nacional-socialistas não por serem cópias do original alemão, mas porque isso designaria perfeitamente a sua essência.

Se tal argumentação funcionou, é ponto discutível, mas ela indica perfeitamente como o nacismo chileno se encaixa perfeitamente dentro do rol dos movimentos fascistas, pois até na forma de lidar com a problemática nacional/internacional (ou tentar fugir dela), ele não se distingue muito dos seus irmãos ideológicos.

Na verdade, já em 1932, em um texto publicado no jornal *El Imparcial* (Ideologías..., 1932 *apud* Ideario..., 1932), os nacional-socialistas chilenos tiveram que responder às acusações de serem meras cópias dos originais europeus. A resposta não fugiu muito do padrão já identificado, ou seja, que eles eram reelaborações e não cópias. Sendo o fascismo grandioso e aplicável a todos os povos da

cultura ocidental, e sendo o Chile um país ocidental, não seria mais lógico que a ideologia fascista fosse replicada em terras chilenas.

O interessante nesse artigo de 1932, contudo, é que a universalidade do fascismo se remete à Roma, ao fascismo italiano e ao ‘gênio de Mussolini’ de forma muito mais incisiva do que posteriormente seria manifestado em *Trabajo* e, especialmente, em *Acción Chilena*, dando lugar, como visto, a uma ênfase no nazismo. Tal mudança de postura pode derivar tanto da crescente popularidade do nazismo nos anos 1930 quanto, novamente, da influência do germanófilo Carlos Keller na direção dos dois periódicos.

4 A América Latina: vizinhos e aliados

Nos dizeres de Ricardo Grossmann, a América Latina era uma unidade, ainda que Brasil, Argentina e Chile se diferenciassem por estarem recebendo maciço fluxo de europeus (Grossman, 1934). A defesa desse diferencial chileno, o de pertencer a uma parte da América Latina mais europeia, é algo marcante nos jornais dos nacional-socialistas chilenos. Percebemos, especialmente no *Acción Chilena*, um grande esforço para demonstrar como o Chile, apesar de sua história e colonização, era um país em essência ariano.

Em julho de 1937, por exemplo, Carlos Keller publicou um artigo comentando as leis raciais alemãs e tentando demonstrar que elas eram relativamente brandas, já que excluíam apenas os negros e os judeus (Keller, 1937b). Ele avançou a discussão, a partir daí, para o caso dos alemães do Chile. A legislação alemã, segundo ele, permitiria o casamento de alemães com outros chilenos de origem europeia e também com mestiços nos quais o sangue europeu fosse claramente dominante, mas não com índios mapuches. O autor, dessa forma, assegurava aos chilenos que não eram de pura origem alemã que eles poderiam ser inclusos na nova ordem, e concluía que o Chile, na verdade, era racialmente no mínimo dois terços ariano, já que os judeus e negros eram poucos e os índios tinham sido assimilados e cristianizados.

Esse, na verdade, é um debate muito particular do fascismo no Chile e que levou, nas páginas do *Acción Chilena*, a um interessante debate com o aprismo peruano, o qual defendia que a renovação das nações da América Latina deveria ser feita a partir da recuperação das suas origens indígenas. Outros movimentos, como o integralismo brasileiro ou o revisionismo paraguaio, se aproximaram disso, ainda que destacando a participação indígena na formação das raças brasileiras e paraguaia e não a origem indígena de seus países. Até por isso, o integralismo brasileiro, em geral, viu com bons olhos o aprismo peruano, identificado como um aliado no resgate das origens da América Latina em senso anti-imperialista. Isso não significa, contudo, que o integralismo aderisse ou apoiasse todas as propostas apristas, mas apenas que suas ideias indianistas ou de defesa da mestiçagem faziam sentido para a Ação Integralista Brasileira (Paschoaleto, 2012; Barbosa, 2007).

No caso dos nacistas chilenos, contudo, o debate com o aprismo peruano é muito mais direto e próximo, até pela contiguidade geográfica e pela importância do Peru no imaginário chileno, não só entre os nacional-socialistas. Conforme o indicado por Moller (2000), aprismo e nacional-socialismo tiveram, desde o início, fortes desconfianças recíprocas. O aprismo considerava o nacismo uma cópia de um original europeu, justamente na contramão de sua proposta de romper com os grilhões culturais que prendiam a América Latina à Europa (Edwards Bello, 1935). Já o nacismo desconfiava da proposta pan-americana do aprismo e preferia a solidariedade entre os denominados movimentos nacionalistas. Tal debate aparece com força nos periódicos estudados.

Em outubro de 1935, *Acción Chilena* publicou um artigo no qual se argumentava que o Chile não era uma sociedade indígena, como o México ou o Peru, mas ocidental (Nacismo y americanismo, 1935). No Chile, os índios seriam culturalmente inferiores e o pouco que a sociedade chilena deles absorveu não teria significado praticamente nada. Dessa forma, não deveria espantar o fato de os chilenos seguirem a onda fascista, oriunda da Europa, e não manifestações de

indianismo, como o aprismo peruano. Os apristas também tinham o objetivo de renovar suas nações, o que seria louvável, e eles estariam certos em buscar as bases da sua nacionalidade, as indígenas. As do Chile, contudo, seriam europeias, e não haveria por que criticar o MNS quando ele olhava mais para o fascismo italiano ou para o nazismo alemão do que para tradições indígenas que não lhes diziam respeito.

Um pouco depois, em janeiro de 1936, outro artigo detalhou ainda mais a posição do *Acción Chilena* (González, 1936). O artigo foi preparado explicitamente para debater com o aprismo e suas teses da identidade indígena a chave para a regeneração da América Latina e o princípio da sua solidariedade. O autor considerava o aprismo louvável no sentido de ser um instrumento de combate ao imperialismo ianque, mas criticava a tese indianista. Segundo ele, nos países andinos, no México e na América Central, haveria duas sociedades paralelas: uma europeia, da elite dominante, e a massa índia conquistada. No Chile e na Argentina, haveria poucos índios remanescentes e as sociedades eram mestiças, mas nas quais o sangue e a cultura da Europa se impuseram. Em um estágio intermediário, estariam Brasil e Uruguai. Aliás, segundo o texto, mesmo nos países andinos e do norte da América Latina, a força da cultura ocidental tinha acabado por se espalhar, ainda que em menor grau, entre os povos índios. Haveria, contudo, uma diferença marcante entre o sul e o norte da América Latina.

Dessa forma, a tese indianista não faria sentido para os países do sul da América Latina, enquanto poderiam ter alguma validade para os do norte. Victor Raúl Haya de la Torre, o ideólogo do aprismo, portanto, estaria errado quando propunha que o indianismo seria o elemento central da solidariedade latino-americana e catalizador de um único movimento nacional libertador. Isso seria impossível, até pelas diferenças entre os vários países. No entanto, o surgimento de vários movimentos nacionalistas com metas comuns (reorganização do Estado e combate ao imperialismo) indicaria outro caminho, viável. Cada nação, com sua cultura particular, gestaria movimentos

diferentes, mas estes estariam irmanados na luta contra o imperialismo e os males do século. Nos dizeres do autor,

O aprismo peruano, o integralismo brasileiro, o nacionalismo revolucionário mexicano, o nacismo chileno, são as diversas expressões de uma tendência comum nas nossas repúblicas ibero-americanas na sua busca pela independência económica e pela estabilidade social e política. Cada um desses movimentos busca, por caminhos que podem ser diferentes, a mudança que conduza a seus respectivos povos à liberdade e à prosperidade material e espiritual (González, 1936, p. 157) .

A resposta do aprismo foi a esperada, considerando a posição antisemita e racista dos nacional-socialistas por quererem ocultar a presença indígena no continente. A revista respondeu apresentando novamente a tese de que o judaísmo e o marxismo eram irmanados, devendo ser combatidos conjuntamente, e que as raças existiam, sendo a chilena parte da ocidental e que, à parte disso, não teriam preconceitos contra os judeus e os índios (SOBRE EL ARTICULO DEL JEFE, 1936)⁴.

Segundo Sznajder (1990, 1992), tal postura seria derivada das teorias do escritor nacionalista chileno Nicolás Palacios, por meio do seu livro *La raza chilena*, de 1904, e de outras publicações. Para esse autor, os conquistadores do Chile, espanhóis de ascendência gótica, haviam se fundido aos araucanos, guerreiros indomáveis, formando uma raça superior, a chilena. A tradição do nacionalismo chileno, muito influenciada por Palacios, tendia realmente a renegar o passado indígena e valorizar a mestiçagem com predomínio do europeu (Samaniego; Ruiz Rodríguez, 2007). Os nacistas, nesse sentido, não criaram uma nova teoria, mas adaptaram e desenvolveram uma anterior.

4 Sánchez, peruano e grande nome do aprismo, estava refugiado no Chile nessa época, o que explica a sua atenção ao texto do movimento nacista.

É a partir desse raciocínio dos nacional-socialistas chilenos que podemos compreender o papel por eles atribuído ao Chile na luta mundial do fascismo e dentro da América Latina. Sendo a única nação branca e ocidental entre os países andinos, caberia ao Chile liderar a luta contra o imperialismo norte-americano, comandando e liderando essas nações por meio de um amplo movimento de penetração cultural e econômica⁵. Seria ao redor do Chile que as nações andinas e indígenas poderiam encontrar seu lugar no novo mundo. Ou, nas palavras de Jorge González Von Marées,

Chile tem, entre os países sul-americanos do Pacífico, uma grande missão a cumprir, que é a de encabeçar um movimento de liberação desses países do jugo dos ianques, com o objetivo de criar um sólido bloco internacional que assegure a autonomia das Nações desse continente. Para levar a cabo essa missão, será necessário produzir uma estreita cooperação comercial com aquelas nações, a ser realizado através da assinatura de acordos de intercâmbio que não fiquem, como até hoje, no papel, mas que sejam o ponto de partida para uma vigorosa, mas honrada, penetração econômica e cultural de nossa parte em direção das Repúblicas do norte (González, 1935, p. 136).

Também em *Trabajo* essa posição é recorrente, como demonstra a seguinte citação:

A América Latina e, em especial, a América do Sul, unida por múltiplos vínculos, está destinada a ser uma grande família. Essa concepção já é muito antiga e já se escreveu e falou muito sobre a construção de um sólido bloco de países sul-americanos para o benefício comum. Tudo, porém, se reduziu a meras aspirações escritas no papel não incrustadas na vontade dos governantes, de forma que fossem colocadas em prática.

5 Para a presença dessa ideologia e desses pressupostos dentro do movimento como um todo, ver Robertson (1986).

Chile nacista será o eixo ao redor do qual girará a América do Sul, se é que algum outro grande vizinho no continente não empreenderá essa grande tarefa antes. A imitação do que é bom, longe de deprimir, significa. É típico de seres inferiores o sofrer pelo bem que o outro adquiriu legitimamente. As Nações, como os indivíduos, necessitam de ajuda mútua e o que sabe menos aprende com aquele que sabe mais ou aprendeu primeiro. Dessa forma progrediu o mundo, com os povos ensinando uns aos outros.

E quando um conjunto de Nações tem mais ou menos a mesma idade e cultura, quando são irmãos de raça, religião e história, pela língua e pela geografia, há ainda mais motivos para a cooperação recíproca e a inveja se torna ainda mais descabida, porque os Estados fascistas latino-americanos, constituídos a partir de fundamentos fascistas, praticarão uma política internacional justa e objetiva (Lo que Chile..., 1933).

Em alguns momentos, a visão do Chile como baluarte contra o imperialismo norte-americano (visto como um polvo que drenava as forças da América Latina e preparava, pela expansão da Doutrina Monroe, a submissão completa do continente) se expandia, com o Chile sendo visto como o grande líder do continente contra essa ameaça⁶. Em linhas gerais, contudo, o papel do Chile é pensado com mais ênfase com relação aos ‘países do norte’, ou seja, Bolívia e Peru. Esse foco pode explicar, talvez, algo intrigante nessas publicações: a relativa ausência de interesse pelo vizinho transandino, ou seja, a Argentina.

Trabajo, especialmente, revelava alguma preocupação com o poder militar argentino (e com a possibilidade de que ele se voltasse contra o Chile) e com a suposta argentinização da Patagônia chilena

6 Ver a nota anterior e também Keller (1937). A mesma proposta de que o Chile lideraria a América Ibérica contra o imperialismo norte-americano, pela força de sua raça e seu espírito, reaparece em um discurso pronunciado por Jorge González no Teatro Carrera, em Santiago no dia 12 de janeiro de 1936 (Pueblo y Estado, 1936).

(Bohoslavsky, 2008). Mas eram críticas bastante genéricas e com mais interesse em atacar a incapacidade dos governos liberais em lidar com o problema do que a Argentina em si. E eram numericamente limitadas, especialmente levando em conta a proximidade dos dois países.

O inverso, contudo, não é verdadeiro. A questão da Patagônia era crucial para os nacionalistas argentinos e parte fundamental dos seus mitos conspiratórios. Para eles, a união de judeus, comunistas e imperialistas britânicos ameaçava o controle argentino da região, e os chilenos eram os verdadeiros ‘testas de ferro’ dessas forças (Bohoslavsky, 2008), sendo criticados com constância e virulência. No período entre julho e dezembro de 1935, aliás, o jornal argentino *Crisol* fez uma campanha praticamente diária contra a infiltração chilena (e, em menor escala, boliviana) na Argentina, denunciando supostos planos chilenos de conquista da Patagônia, o rearmamento chileno etc.

Mesmo assim, a resposta chilena a esses ataques foi bastante moderada, ao menos nos jornais estudados. Há várias explicações de ordem simbólica e histórica para isso (Bohoslavsky, 2008), mas a principal é a de que a direita chilena tinha outra fronteira – a do Peru e da Bolívia – com que se preocupar. Essa era a fronteira mais exposta, mais questionada por outros países e onde estava boa parte das riquezas minerais e do movimento operário chileno.

Essa parece ser realmente a explicação central. Os nacistas e outras forças da direita atacavam o suposto abandono da Patagônia chilena pelos governos liberais e defendiam a necessidade de reforçar os laços das áreas fronteiriças do norte e do sul com Santiago. A fronteira norte era, contudo, a grande fonte das preocupações, e os ataques dos nacionalistas argentinos poderiam ser, assim, ignorados e/ou menosprezados.

Fica a pergunta, de qualquer forma, se esses ataques dos nacionalistas argentinos não levaram os nacistas chilenos, de imediato, a descartá-los como possíveis aliados e ignorá-los. Com efeito, tudo

o que encontramos sobre os nacionalistas argentinos nos periódicos foram duas notícias publicadas em *Trabajo*, e ambas se encaixam mais no padrão geral de demonstrar que o fascismo era a onda do futuro em todo o mundo do que em um interesse particular pelo país.

No primeiro artigo, de junho de 1933, se informava que o Partido Socialista Independiente Argentino se tornaria Partido Nacional-Socialista, sob a liderança de De Tomasso, ministro da Agricultura e grande orador (El nacional-socialismo..., 1933). Logo, esse líder teria seus camisas cáqui nas ruas e colocaria a Argentina no mesmo caminho de renovação em que Hitler havia posto a Alemanha. No segundo texto, de dois meses depois, *Trabajo* informava que já existia um núcleo fascista na Argentina, formado pela Legión Cívica e pela Acción Nacionalista (La gran sorpresa..., 1933). Tal núcleo estaria a ser renovado, agora, pelo novo Partido Nacional-Socialista, mencionado anteriormente. Jornais como *La Fronda* também estariam a difundir a mensagem, preocupando com razão os jornais liberais.

Interessante observar de imediato os vários erros presentes nessas notícias, que iam desde a grafia errada do nome de Antonio de Tomaso até a menção ao jornal *La Fronda*, que havia fechado em 1930. A avaliação do Partido Socialista Independiente Argentino como um companheiro fascista também é estranha, já que esse era, em essência, um partido conservador, ainda que tenha apoiado o golpe de Uriburu em 1930. Isso revela como os chilenos estavam muito distantes da realidade argentina, apesar da proximidade geográfica, tanto que cometiam erros primários de avaliação.

Em outras palavras, o interesse pelos potenciais irmãos de luta na Argentina é extremamente limitado, o que não é recíproco, pois os jornais nacionalistas argentinos davam uma atenção muito maior ao Chile e ao resto do continente⁷. México e Uruguai eram vistos

7 Para as informações que se seguem, baseei-me em pesquisas feitas nos jornais nacionalistas argentinos, disponíveis na Biblioteca Nacional Argentina, nos anos 1930 e, também, em Almeida (2014). Sobre a questão da Patagônia, ver Bohoslavsky (2008, p. 181–208).

com maus olhos, como focos de anticlericalismo e do pensamento de esquerda na América Latina, e os acontecimentos no Chile muitas vezes eram vistos sob essa ótica de combate ao comunismo, especialmente na crítica ao governo de Ibañez. Não há muito interesse pelos nacistas chilenos em si (ao contrário dos integralistas brasileiros, que chamaram, como veremos, alguma atenção), mas o Chile aparece mais na imprensa fascista argentina do que o contrário.

No tocante ao Brasil, destacamos a presença um pouco maior de notícias relacionadas ao integralismo brasileiro nas publicações nacistas. Mesmo com a distância geográfica (ou, provavelmente, por causa dela), Chile e Brasil se viam como potenciais aliados em sentido antiargentino e a chance de conflitos entre eles era muito pequena, já que as áreas de interesse comum na América do Sul eram poucas. Essa proximidade geopolítica e distância geográfica podem ter facilitado a aproximação dos dois movimentos, já que o potencial de conflito nacionalista era diminuto.

O Chile despertava uma curiosidade moderada nos integralistas brasileiros. No jornal *A Offensiva*, um dos principais jornais integralistas, as notícias sobre o Chile são fragmentárias e vagas, sem maiores aprofundamentos⁸. Já no *Acção*, publicado em São Paulo, o interesse foi maior. Em maio de 1937, o jornal chegou a reproduzir, com destaque, uma matéria de *Trabajo* com o programa político do Movimiento Nacional-Socialista Chileno, o qual foi elogiado e comentado por seu diretor, Miguel Reale (Barbosa, 2007). No entanto, em linhas gerais, o interesse integralista pelo Chile foi ocasional, enquanto o integralismo despertou alguma curiosidade nos chilenos.

Em 1933, *Trabajo* informava a criação do integralismo no Brasil e destacava a sua fundação como um marco fundamental na difusão do fascismo pelo mundo e, especialmente, na América do Sul:

8 As poucas menções ao Chile normalmente são genéricas e com o objetivo de demonstrar a difusão do fascismo pelo mundo. Ver Paschoaleto (2012) e outros artigos deste livro.

Na declaração de princípios e no programa do novo grupo, lemos essas palavras: “O integralismo brasileiro aceita e segue os princípios do Fascismo italiano, que marcam a essência do Estado moderno”. Presidente do Integralismo por unanimidade o doutor Plínio Salgado (Em todas..., 1933).

Alguns meses depois, o jornal voltou a comemorar a criação do integralismo, afirmando que sua divisa era ‘Os princípios do fascismo italiano são a base do Estado moderno’ e que seus líderes eram Plínio Salgado e Miguel Reale. Reale chamava especialmente a atenção, com o jornal noticiando que, na reunião responsável pela origem ao integralismo, ele teria afirmado que o liberalismo estava morto por seus defeitos e seu filho, o comunismo, morreria junto. O futuro seria fascista e o integralismo aceitava seus princípios corporativos e de controle do Estado sobre a sociedade.

Alguns anos depois, em 1936, *Acción Chilena* publicou um texto de Plínio Salgado (Salgado, 1936) sobre o ‘último Ocidente’. Nesse texto, Salgado afirmava que os países latino-americanos estavam dominados pelo imperialismo e pelos estrangeiros, fosse na economia ou na cultura. As ‘civilizações do litoral’ teriam se deixado dominar, e os latino-americanos estariam sob a ameaça do materialismo, do liberalismo e de outras pragas que viriam de longe. Como efeito disso, as nações sul-americanas também mal se conheciam entre si.

Estaria, então, morto o sonho de Bolívar? Não, mas adormecido, à espera de ser despertado. Plínio concluía que o integralismo acreditava nesse sonho, e que no Brasil – justamente aquele que foi alheio a Bolívar – teria começado uma obra que continuaria a de Bolívar: afirmar a alma da América Latina e fazer dela uma terra livre. Dessa forma, ainda segundo Plínio Salgado, após a quebra das cadeias que prendiam as antigas colônias às metrópoles, as nações do continente deveriam se unificar em um mesmo espírito. Para isso, seria fundamental destruir a herança importada, criar Estados fortes não liberais e libertar a força telúrica que habitaria os sertões e as montanhas para criar uma nova civilização. Essa civilização não

seria a ocidental europeia, isto é, o ‘penúltimo Ocidente’; esta estaria morta e o Oriente a destruiria. Os latino-americanos seriam o último Ocidente, uma nova e renovada civilização, a quarta humanidade.

Ao fim do texto, *Acción Chilena* se dizia menos pessimista quanto ao futuro do ‘penúltimo Ocidente’ e mais cética quanto às possibilidades de formação de uma cultura realmente própria no continente. No entanto, comemorava o fato de o integralismo brasileiro acreditar que a solidariedade continental se basearia nas nações e não em algo transnacional.

Dentro de uma perspectiva que considerava o Chile não parte de ‘outro Ocidente’, mas do mesmo Ocidente que incluía a Europa e a América do Norte, o comentário da revista faz todo o sentido, indicando novamente como os nacistas chilenos liam e absorviam o que os outros escreviam e não copiavam acriticamente o que lhes chegava em mãos. Do mesmo modo, está presente aqui a releitura, bem menos pessimista, de Carlos Keller sobre a obra de Oswald Spengler e suas teses sobre a ‘decadência do Ocidente’ (Moller, 2000).

A leitura que os nacistas faziam do integralismo também é interessante em outros aspectos. O grande autor antissemita dentro do integralismo, Gustavo Barroso, foi simplesmente ignorado, provavelmente pelo fato de o antisemitismo ser algo de menor importância (o que não significa que fosse inexistente) dentro dos esforços de propaganda do movimento. Do mesmo modo, enquanto os jornais nacionalistas argentinos acompanharam com extremo interesse as negociações entre Getúlio Vargas e o integralismo no Brasil e o golpe getulista de 1937, provavelmente por desejarem que isso se repetisse na Argentina (Almeida, 2014), os chilenos parecem simplesmente não ter se importado com isso.

Isso pode ser explicado tanto por um problema de fontes – pois alguns dos números das duas publicações de 1937 não estavam disponíveis para consulta – como porque o MNS, em rota de colisão direta com o governo de Santiago, não identificava nenhuma chance de que a potencial aliança do governo brasileiro com o fascismo local

pudesse se repetir no Chile. Isso se refletiu em desinteresse de ambas as publicações em discutir os potenciais benefícios ou problemas desse tipo de aliança. O fato de os dois movimentos terminarem do mesmo modo – reprimidos após tentativas frustradas de golpe de Estado em Santiago e no Rio de Janeiro em 1938 – é apenas uma ironia no tocante a esse fato.

As referências ao integralismo são, portanto, poucas, mas se destacam perante a ausência de notícias ou interesse pelo resto do continente, especialmente pela Argentina. O debate com o aprismo peruano e algum interesse pela revolução boliviana de 1936 indicam o foco do interesse nacista pelo continente, ou seja, os países andinos. Dado que essa região sempre foi um dos focos centrais da geopolítica chilena e que o ‘peruano-boliviano índio’ era a construção chave imaginada por eles para criar a contraposição com o ‘chileno ocidental branco’, a opção nacista não é nem de longe ilógica, pelo contrário.

5 Considerações finais

As fortes conexões internacionais dos movimentos fascistas foram fundamentais para a sua existência. E isso não apenas no sentido material, recebendo, em muitos casos, ajuda financeira, artigos e material de propaganda e outros apoios, mas também para dar um senso global a seu movimento. Via jornais, cartas e contatos, os fascistas do mundo eram convencidos de que a sua luta não era algo isolado, mas mundial, o que lhes dava forças para prosseguir, mesmo quando as ideias de atingir o poder localmente pareciam, muitas vezes, um sonho fora da realidade.

O nacismo chileno entra, com certeza, dentro desse padrão geral. Em seus jornais e publicações, os nacistas indicavam a sua conexão com o universo maior do Ocidente e, dessa conexão tiravam forças para demonstrar aos chilenos a grandeza da sua luta. Eles não eram, contudo, cópias carbono de originais europeus. Eles faziam uma leitura daquilo que vinha de fora das fronteiras chilenas e adaptavam e absorviam, dentro do possível, esse referencial global para que fizesse

sentido aos chilenos, à sua cultura e história. Suas questões particulares emergem, assim, quando observamos sua maior inclinação pelo nazismo do que pelo fascismo italiano e, mesmo assim, ignorando ou enfatizando aspectos do primeiro para consumo interno, ou no seu particular debate com o aprismo peruano e seu relativo desprezo pela vizinha Argentina, enquanto davam alguma atenção ao Brasil.

Do mesmo modo, apesar da simpatia pelo nazismo, o movimento não se furtou a criticar o seu nacionalismo dentro do próprio Chile quando lhe foi conveniente, e, quando adeptos da Falange Española residentes no Chile se organizaram para combater do lado franquista durante a Guerra Civil Espanhola, foram apenas espanhóis natos que seguiram para o combate e não chilenos nacistas (Bertonha, 2012). Ou seja, apesar da simpatia pelos nazistas alemães ou pelos insurretos espanhóis, a avaliação e as ações privilegiavam sempre o contexto interno.

Por outro lado, o referencial externo e a rede de ligações com outros movimentos e grupos eram evidentes, e sua existência também trouxe problemas aos vários movimentos fascistas, sendo o caso chileno apenas mais um entre vários. Com efeito, a contradição entre a defesa de um nacionalismo exclusivista, ao mesmo tempo que ficavam claras as ligações externas desse nacionalismo, ajudou a enfraquecer a mensagem nacista dentro do Chile. No caso chileno, aliás, a confusão entre nazismo, na versão alemã, e nacismo, na chilena, foi particularmente danosa à imagem do MNS dentro do Chile, ainda que tenha sido de utilidade no início. Assim, suas conexões internacionais foram fundamentais para retirá-los da obscuridade, mas também contribuíram para que eles voltassem a ela em pouco tempo, sendo o golpe de 1938 apenas o ponto final nesse processo.

Referências

ACCIÓN CHILENA. Santiago: [s. n.], v. 1, n. 5, maio 1934. Número especial sobre Portales.

ACCIÓN CHILENA. Santiago: [s. n.], v. 3, n. 1, p. 11–12, fev. 1935.

ACCIÓN CHILENA. Santiago: [s. n.], v. 5, n. 1, p. 8–16, ago. 1936.

ALMEIDA, D. M. **Similaridades e divergências**: as relações entre a Ação Integralista Brasileira, a Legião Cívica Argentina e outros movimentos nacionalistas na década de 1930. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

BARBOSA, J. R. **Sob a sombra do Eixo**: camisas verdes e o jornal integralista “Acção” (1936–1938). 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

BERTONHA, J. F. Do Canadá para o mundo: as relações entre os fascismos canadenses e o universo fascista mundial entre as duas guerras mundiais.

Interfaces: Brasil/Canadá, v. 11, n. 2, p. 155–181, 2011.

BERTONHA, J. F. **Integralismo**: problemas, perspectivas e questões historiográficas. Maringá: Eduem, 2014.

BERTONHA, J. F. Los fascismos em América Latina: ecos europeos y valores nacionales en una perspectiva comparada. In: BERTONHA, J. F.; SAVARINO, F. **El fascismo en Brasil y América Latina**: ecos europeos y desarrollos autóctonos. Ciudad de México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2013. p. 31–66.

BERTONHA, J. F. Los latinoamericanos de Franco: la “Legión de la Falange Argentina” y otros voluntarios hispanos en el bando sublevado durante la Guerra Civil Española. **Alcores**: Revista de Historia Contemporánea, n. 14, p. 143–167, 2012.

BOHOSLAVSKY, E. **El complot patagónico**: nación, conspiracionismo y violencia en el sur de Argentina y Chile (siglos XIX y XX). Buenos Aires: Prometeo, 2008.

CONVERSE, C. **The rise and fall of Nazi influence among the German Chileans**. Washington: University of Georgetown Press, 1991.

COSTA, J. P. El pangermanismo en América. **Trabajo**, Santiago, 29 mar. 1938.

COX, J. Nacismo, fascismo e hitlerismo: semejanzas y diferencias. **Acción Chilena**, Santiago, v. 4, n. 2, p. 138–141, out. 1935.

DEUTSCH, S. M. **Las derechas**: the extreme right in Argentina, Brazil, and Chile, 1890–1939. Stanford: Stanford University Press, 1999.

EDWARDS BELLO, J. **El nacionalismo continental**. Santiago: Ercilla, 1935.

EL NACIONAL-SOCIALISMO conquista una gran posición en la Argentina. **Trabajo**, Santiago, 15 jun. 1933.

EN TODAS las latitudes. **Trabajo**, Santiago, 10 ago. 1933.

FRICK, W. Legislación racista del Tercer Reich. **Acción Chilena**, Santiago, v. 1, n. 6, p. 203–210, jul. 1934.

GAMBOA, J. Sin voluntad. **Acción Chilena**, Santiago, v. 1, n. 8, p. 317–321, dez. 1934.

GAUDIG, O. **Faschismus in Chile**: die Darstellung der nationalsozialistischen Bewegung im Roman. Berlin: Wissenschaftlicher, 2001.

GAUDIG, O.; VEIT, P. “¡...y mañana el mundo entero!”: antecedentes para la historia del nacionalsocialismo en Chile. **Araucaria de Chile**, n. 4, p. 99–117, 1988.

GONZÁLEZ, J. El porvenir de nuestra América. **Acción Chilena**, Santiago, v. 4, n. 3, p. 145–157, jan. 1936.

GONZÁLEZ, J. La misión de Chile. **Acción Chilena**, Santiago, v. 3, n. 1, p. 136, fev. 1935.

GROSSMAN, R. La América Ibérica y el extranjero. **Acción Chilena**, Santiago, v. 1, n. 1, p. 48–52, abr. 1934.

GRUGEL, J. Nationalistic movements and fascist ideology in Chile. **Bulletin of Latin American Research**, v. 4, n. 2, p. 109–122, 1985.

IDEARIO Nacista. Colección de artículos publicados por el Movimiento Nacional Socialista del diario *El Imparcial*. Santiago de Chile: Imprenta Cónedor, 1932.

KELLER, C. Ideología y programa nacista. **Acción Chilena**, Santiago, v. 4, n. 2, p. 90–106, out. 1935.

KELLER, C. El imperialismo de los Estados Unidos. **Trabajo**, Santiago, 27 ago. 1937a.

KELLER, C. Razas, pueblos y culturas. **Acción Chilena**, Santiago, v. 6, n. 1, p. 1–14, jul. 1937b.

KLEIN, M. **A comparative analysis of fascist movements in Argentina, Brazil and Chile between the Great Depression and the Second World War**. 2000. Tese (Doutorado em História) – University of London, Londres, 2000.

KLEIN, M. Between collaboration and persecution: The fascists and the establishment in Argentina, Brazil and Chile between the Great Depression and the end of the Second World War. **Bicentenario: Revista de Historia de Chile y América**, v. 2, n. 1, p. 109–131, 2003.

KLEIN, M. **Im langen Schatten des Nationalsozialismus**: faschistische bewegungen in Chile zwischen der weltwirtschaftskrise und dem Ende des Zweiten Weltkriegs. Frankfurt am Main: Vervuert, 2004.

KLEIN, M. The making of an unlikely Chilean fascist: reflections on the intellectual development and political work of Carlos Keller Rueff. **Historia**, n. 35, p. 187–209, 2002.

KLEIN, M. White guards, reactionaries, or fascists? A comparison of the Legion Civica Argentina and the Milicia Republicana. **Bicentenario: Revista de Historia de Chile y América**, v. 4, n. 1, p. 5–80, 2005.

LA GRAN SORPRESA para los argentinos. **Trabajo**, Santiago, 24 ago. 1933.

LO QUE CHILE puede ser en Sudamérica. **Trabajo**, Santiago, 16 nov. 1933.

MARQUES, V. R. A. **Solidariedade ou distanciamento**: as relações entre o integralismo e o revisionismo uruguai na década de 1930. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

MARTEL, J. Eugenio Montes nos habla sobre la situación española. **Acción Chilena**, v. 7, n. 1, p. 29–30, 1938.

MOLLER, M. R. **El Movimiento Nacional Socialista chileno (1932–1938)**. 2000. Monografia (Graduação em História) – Pontifícia Universidad Católica de Chile, Santiago, 2000.

MOUNT, G. **Chile and the nazis**: from Hitler to Pinochet. Montreal: Black Rose Books, 2002.

NACISMO chileno y fascismo internacional. **Trabajo**, Santiago, 30 fev. 1938.

NACISMO Y AMERICANISMO. **Acción Chilena**, Santiago, v. 4, n. 2, p. 142–144, out. 1935.

OLIVEIRA SALAZAR no es cristiano social. **Trabajo**, Santiago, 7 fev. 1935.

PASCHOALETO, M. A. **O integralismo e o mundo**: uma análise das percepções internacionais do integralismo a partir do jornal A Ofensiva (1934–1938). 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

PERALTA LARRAIN, J. P. **Fascismo y fracasso**: el Movimiento Nacional Socialista Chileno (1932–1938). 2003. Monografia (Graduação em Historia) – Pontifícia Universidad Católica de Chile, Santiago, 2003.

POTASCHNIK, M. **Nacismo**: National Socialism in Chile, 1932–1938. 1974. Tese (Doutorado) – University of California, Berkeley, 1974.

PUEBLO Y ESTADO. Discurso pronunciado por Jorge González, jefe del Movimiento Nacional-Socialista de Chile, a su salida de la cárcel, el 12

de enero de 1936, en el Teatro Carrera de Santiago. Santiago: Imp. y Lit. Antares, 1936.

ROBERTSON, E. **El nacionismo chileno**. Santiago: Nuestramérica, 1986.

SALGADO, P. El último Occidente. **Acción Chilena**, Santiago, v. 5, n. 1, p. 4–7, 1936.

SAMANIEGO, A. M.; RUIZ RODRÍGUEZ, C. **Mentalidades y políticas wingka: pueblo mapuche, entre golpe y golpe (de Ibáñez a Pinochet)**. Madrid: CSIC, 2007.

SÁNCHEZ V. J. El despertar de América Latina. **Acción Chilena**, Santiago, v. 1, n. 8, p. 322–330, dez. 1934a.

SÁNCHEZ V. J. El nacional socialismo en Austria. **Acción Chilena**, Santiago, v. 1, n. 7, p. 17, ago. 1934b.

SÁNCHEZ V. J. Seudo-fascismo. **Acción Chilena**, Santiago, v. 1, n. 4, p. 97–102, maio 1934c.

SOBRE EL ARTICULO DEL JEFE: El porvenir de nuestra América. A propósito de una réplica del Sr. Luís Alberto Sánchez. **Acción Chilena**, Santiago, v. 5, n. 1, p. 8–16, agosto 1936.

SZNAJDER, M. A case of non-European fascism: Chilean National Socialism in the 1930s. **Journal of Contemporary History**, v. 28, n. 2, p. 269–296, 1993.

SZNAJDER, M. El Movimiento Nacional Socialista: nacionismo a la chilena. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, v. 1, n. 1, p. 41–57, 1990.

SZNAJDER, M. El nacionalsocialismo chileno de los años treinta. **Mapocho**, n. 32, p. 169–193, 1992.

Segunda parte, 1945-1973

Os abacaxis de Evita ou o estranho caso dos peronistas brasileiros (1945–1957)¹

Ernesto Bohoslavsky

Em setembro de 1945, o coronel Juan Domingo Perón, a cargo da Secretaria de Trabalho e Previdência na Argentina, enviou uma carta a Alexandre Marcondes Filho, então ministro do Trabalho, Indústria e Comércio do Brasil, além de promotor do Partido Trabalhista Brasileiro. A nota agradecia as atenções recebidas pelos delegados da secretaria que tinham participado da III Conferência Interamericana de Agricultura, e informava que outros representantes argentinos viajariam para o Rio de Janeiro para estudar o funcionamento do Ministério do Trabalho do Brasil. Perón aproveitou a ocasião para comentar com Marcondes sua impressão positiva sobre a obra levada adiante pelo Estado Novo, salientando que essa era uma de suas aspirações:

A obra do governo que esse grande país tem realizado em procura de um benefício social positivo para seus filhos, sobre a base da dignificação do homem que trabalha e produz, é justamente apreciada em todo seu

1 Tradução de Marcela Cristina Quinteros. O autor agradece a Rodolpho Santos e José Díaz Nieva pelas sugestões bibliográficas e pela cessão de documentos, e a João Fábio Berthonha pelos comentários muito úteis à primeira versão deste artigo.

alcance pelos governantes inspirados no mesmo ideal de bem público e, em particular medida, pelo Governo da República Argentina, o qual honrosamente integral (Perón, c. 1945).

Essa breve nota enviada por Perón a seu par brasileiro dá conta de uma série de intercâmbios e vínculos estabelecidos entre o governo peronista (1946–1955) e alguns homens da política e do jornalismo brasileiros, que manifestaram simpatia e adesão a Perón e à sua ‘terceira posição’, inclusive depois da sua deposição em 1955. Este artigo se centra nessas trocas. Concretamente, buscamos oferecer algumas pistas em torno dos fundamentos e estímulos que facilitaram e mantiveram as relações entre a Casa Rosada e algumas figuras políticas brasileiras ao longo de muitos anos. A diversidade e a duração dessas comunicações levam a supormos a existência de uma rede diplomática e ideológica com epicentro em Buenos Aires, de alcance – pelo menos – sul-americano e vinculada a homens e partidos próximos de Getúlio Vargas. Partimos da ideia de que esses vínculos se baseavam na provisão de generosos recursos materiais pelo regime peronista, que objetivava a obtenção da hegemonia regional, mas também na afinidade ideológica que atravessava fronteiras e se cimentava na aversão aos Estados Unidos, no anticomunismo e na promoção da identidade ibero-americana. Os sócios que o peronismo encontrou (e, até em alguns casos, financiou) no Chile, Uruguai e Paraguai, em geral, situavam-se na direita ou na extrema-direita do espectro político nacional, em um ponto no qual se combinavam nacionalismo, autoritarismo, corporativismo e antiliberalismo.

Quem eram essas pessoas fora da Argentina que se sentiram interpeladas pelo discurso peronista? Por que o fizeram? Esse é um tema muito pouco tratado pela literatura dos países nos quais detectamos a adesão a Perón e à sua doutrina. A capacidade de convocatória e mobilização dos peronistas não argentinos era diferente: no caso do Chile, tratou-se primeiro de figuras marginais, que atuavam promovendo mais conspirações de quartel, do que organizações partidárias de massa, até que se apresentou a candidatura presidencial de Ibañez em 1951, momento no qual a identificação

com o peronismo parece ter atingido forte intensidade. No Uruguai, foram muito poucos os entusiasmados com Perón, entre outras coisas porque o antiperonismo deveio praticamente parte da identidade oriental a meados do século XX. No caso do Brasil, a interlocução peronista se deu com pessoas muito próximas a Vargas, como Hugo Borghi e Geraldo Rocha, algumas delas de grande influência sobre o presidente, mas em um contexto no qual o antiperonismo era parte de um grande consenso entre as elites políticas e diplomáticas do Brasil, muito mais convencidas das vantagens do pan-americanismo alentado por Washington do que da aventura panlatinista orientada por Buenos Aires.

Com este texto esperamos contribuir para uma história transnacional das identidades e das práticas políticas na América do Sul que possa manifestar as relações e conexões existentes entre os atores políticos do subcontinente. Para tal efeito, tomamos em especial consideração o caso de Geraldo Rocha, que atuou como enlace entre Perón e a galáxia varguista nas décadas de 1940 e 1950. Para fins expositivos, este texto divide-se em três seções: a primeira se refere à política exterior argentina entre 1946 e 1955 e à busca de aliados ou sócios na América do Sul; a segunda se concentra na figura de Geraldo Rocha; e a terceira enfoca os laços de Rocha com a primeira linha do peronismo, em um esforço por dilucidar a natureza desses vínculos. Finalmente, nas considerações finais retomamos a discussão sobre as características das alianças internacionais estabelecidas pelo peronismo durante esses anos na América do Sul. Para a reconstrução deste capítulo da história política sul-americana, temos optado por fontes diplomáticas e jornalísticas da Argentina e do Brasil.

1 O peronismo na América do Sul: o trigo, o panlatinismo e a Guerra Fria

O peronismo desenvolveu uma política sumamente ativa em matéria diplomática nos primeiros anos de governo. A alta demanda do trigo argentino no mundo pós-guerra, a possessão de grandes reservas

acumuladas durante o conflito bélico, a fortaleza eleitoral do regime e sua proximidade com a igreja católica e o Vaticano contribuíram para oferecer a Perón condições políticas simbólicas e econômicas que lhe permitiram manter um perfil internacional na segunda metade da década de 1940. Assim, a Argentina diferenciava-se do resto dos países latino-americanos que tinham se mostrado mais sensíveis às pressões de Washington ao longo do conflito. Entre outros aspectos, isso se expressou na promoção de uma civilização ‘latina’, equidistante a respeito das duas que ameaçavam dividir o mundo: a anglo-saxã, capitalista e individualista, e a soviética, ateia e materialista. A latinidade católica seria a via alternativa para a tensão da Guerra Fria: assumir essa ‘terceira via’ internacional era indissociável da aceitação da liderança continental, quando não universal, do próprio Perón. Essa pretensão desmesurada de converter a Argentina na locomotiva do mundo latino entrou diretamente em choque com o modelo pan-americano alentado pelos EUA – e seguido pelo Itamaraty –, que via nele uma desnecessária distração da luta contra o urso soviético.

O governo peronista ofereceu uma ampla gama de recursos econômicos e institucionais para que estudantes, sindicalistas, intelectuais e políticos sul-americanos visitassem Buenos Aires para conhecerem as realizações sociais e econômicas do regime e, desse modo, se converterem em seus propagandistas. Assim, em 1947 e 1948, coincidiram na capital argentina Víctor Paz Estenssoro – quem depois seria presidente da Bolívia – e Guillermo Izquierdo Araya, mais tarde senador no Chile (Robertson; Banoviez, 1984)². Bolsas,

2 Em 1947, Izquierdo Araya recebeu uma bolsa do Ministério de Justiça e Instrução Pública da Argentina (Bohoslavsky, 2006). Sua permanência em Buenos Aires permitiu-lhe ser o correspondente de *El Diario Ilustrado*, de Santiago. Em 1948, deu aulas na Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação da Universidade Nacional de La Plata e na Faculdade de Direito e Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires. Naquele mesmo ano, criou a Ação Chileno-Argentina em Santiago, que provavelmente foi uma organização de vitrine da qual Carlos Keller, líder ideológico e teórico do Movimento Nacional Socialista do Chile entre 1932 e 1938, também era membro (sobre Keller, sugiro o artigo de João Fabio Bertonha presente neste livro). De maneira simultânea, na Argentina

recepções e viagens foram parte da exposição do *soft power* peronista (Nye, 2004) para captar a fidelidade de dirigentes políticos de diversos países. O franquismo não deixou de aproveitar essa oportunidade que se lhe oferecia desde a América do Sul para limpar, na medida do possível, sua imagem pública negativa e abandonar sua condição de pária internacional.

O governo peronista manteve quase todo o tempo um jogo duplo perante seus vizinhos. Por um lado, considerava a questão da soberania nacional um absoluto em termos de teoria política e repudiava qualquer intervenção estrangeira; mas, por outro, deslocava – às vezes de forma sutil e outras de maneira mais aberta e grosseira – aventuras políticas tendentes a modificar os cenários políticos daqueles países. Em função do projeto político internacional, os membros do corpo diplomático argentino foram instruídos e enquadrados para se converterem em propagandistas das virtudes do regime argentino e para que identificassem, em seus respectivos destinos, prováveis parceiros, interessados em escutar e difundir a palavra peronista. Para tal efeito, a criação dos adidos sindicais serviu para se estabelecer nexos entre a Confederação Geral do Trabalho argentina, representantes gremiais e trabalhadores de diversos países. Essas intervenções não teriam sido possíveis sem a colaboração de políticos, sindicalistas, militares e jornalistas do exterior, os quais se sentiram interpelados pelo fenômeno político que tinha como epicentro Perón no sul da América.

A abundante e politicamente explícita atividade dos diplomatas argentinos gerou tensões com os governos dos países em que se desenvolviam suas atividades. A leitura que se sobressaiu enfatizava a necessidade de se resguardar das intromissões abertas ou clandestinas que o regime peronista realizava ou desejava realizar na região. Desde o início do governo peronista houve denúncias de ingerências explícitas

criou-se a Ação Argentina-Chilena. Ambas as organizações usaram o centenário da morte do general San Martín em 1950 para difundir propaganda peronista e lembrar a origem comum da Argentina e do Chile.

e indevidas por parte de seus homens e recursos na vida política e nas Forças Armadas do Chile, Uruguai e Paraguai. Assim, o golpe de Estado na Bolívia, em 1943, foi apontado como uma manobra dos coronéis argentinos no poder; os apoios financeiros para a campanha do herrerismo no Uruguai (1946), de Getúlio Vargas no Brasil (1950) e de Carlos Ibáñez no Chile (1952), também foram atribuídos ao expansionismo peronista (Cavlak, 2008).

Mas também foram denunciados a longa mão do peronismo por trás da agitação sindical no Uruguai, em 1951 (Iglesias, 2010), bem como o seu apoio às candidaturas de parlamentares no Chile, em 1953. Essas reclamações ampliaram-se quando foi comprovado que os fundos do Estado argentino tinham comprado jornais e rádios no Brasil e no Chile. A perspectiva de que a Argentina seguia em mãos do que fora caracterizado, primeiramente, como uma ditadura nazista e, depois de 1946, como uma réplica pseudodemocrática do fascismo alertou muitos governantes e políticos da região, principalmente chilenos e uruguaios. Porém, também alarmou Washington, que não hesitou em exercer pressão através de seus canais diplomáticos para que o regime de junho de 1943 e, mais tarde, o governo peronista tivessem dificuldades em encontrar apoio oficial entre as repúblicas americanas.

O quanto são críveis as versões que o batllismo uruguai lançou em relação à convivência ‘herrero-peronista’? Até onde é possível darmos credibilidade às interpretações da União Democrática Nacional de que a candidatura de Vargas era parte da estratégia peronista para controlar toda a América do Sul? Quanto havia de informação e quanto era suspeito, na denúncia de socialistas, liberais, comunistas e conservadores chilenos, que o Partido Agrário Laborista e o seu candidato presidencial, o velho general Ibáñez del Campo, eram o cavalo de Troia de Perón? A presença do peronismo foi agigantada para gerar um escândalo político fatível de ser utilizado a favor do denunciante. Como mostrou Juan Oddone (2003), um dos propósitos do exagero era captar o interesse dos EUA para que houvesse uma intervenção mais ativa para conter Perón. Algumas acusações tinham

uma base sólida, enquanto outras pertenciam ao campo da fantasia política, da contraespionagem e do jogo diplomático. A questão é como separar uma coisa da outra. Sabemos que houve dinheiro e manobras peronistas sobre os países da região, mas que, com toda a certeza, não foram tão coordenadas, nem financiadas ou orientadas, como seus inimigos (e, inclusive, historiadores atuais) têm apontado.

O peronismo buscou e encontrou diversos sócios políticos em algumas repúblicas sul-americanas. Inicialmente, foram homens provenientes das Forças Armadas os que desenvolveram os contatos e a ‘representação’ do peronismo no exterior, tomando como interlocutores principais seus pares no Chile, no Paraguai e na Bolívia e, em menor medida, no Uruguai e no Brasil³. Após 1946, a iniciativa das projeções externas do peronismo descansou mais na capacidade econômica do país do que na influência de suas Forças Armadas. O trigo, distribuído estrategicamente pelo ministro Miguel Miranda antes do chanceler Juan Atilio Bramuglia (Zanatta, 2013), era o bem utilizado para se estimular amizades oficiais. Sabemos que o peronismo desenvolveu uma rede diplomática e ideológica produzida na Argentina, que se estendia pela América do Sul e incluía diversas figuras e organizações. Tratava-se de uma rede clandestina, que abarcava homens próximos a Vargas e, na verdade, era mais concorrente do que cooperativa com a diplomacia oficial.

Aqueles que no Brasil se identificaram com o peronismo tinham alguma experiência política prévia. Em quase todos os casos, pela natureza das ideias que tinham expressado, bem como pelos partidos e organizações aos quais tinham pertencido, é possível situá-los dentro da família das direitas antiliberais, promotoras de uma forte intervenção econômica do Estado e convencidas da necessidade de uma liderança política pessoal forte. Em todos os casos, eram homens que tinham participado tanto do Estado Novo como *a posteriori*. Hamilton

3 O artigo de Marcela Quinteros e Carlos Suárez Morales, presente neste livro, mostra algumas das denúncias de infiltração do peronismo no Paraguai nos anos 1940 (N. dos O.).

Almeida (2005) tem mostrado, com alguma evidência empírica, quais foram alguns dos vínculos clandestinos que Perón e Vargas tiveram durante a década de 1940, após a deposição do último em 1945. Almeida assinalou que Perón financiou, de maneira subterrânea, a campanha presidencial de Vargas em 1950, sob o acordo de que, uma vez no poder, o novo presidente brasileiro acederia à assinatura de tratados comerciais com a Argentina e à promoção de uma área comercial do Cone Sul. Perón e Vargas nunca se viram pessoalmente, mas diversas figuras políticas e diplomáticas foram responsáveis por manter os laços entre eles, bem como por atuar como tradutores políticos entre as realidades argentina e brasileira. Foi o caso de Juan Cooke, do lado argentino, e de Batista Luzzardo e Geraldo Rocha, do lado brasileiro.

2 Geraldo Rocha: entre a imprensa e a política

A trajetória política e comercial de Geraldo Rocha dá conta de alguns traços comuns das elites brasileiras no século XX: por um lado, o exercício de atividades jornalísticas, literárias e políticas como parte de um todo indiferenciado que correspondia de maneira natural e indelegável às elites; por outro, a circulação entre as esferas estaduais e federal da atividade política conforme soprassem os ventos políticos. Graças ao *Dicionário histórico biográfico brasileiro* (Beloch; Abreu, 1984), podemos saber algo da vida de Antônio Geraldo Rocha Filho. Ele nasceu no estado da Bahia, em 1881, em uma família ligada à política local e nacional⁴. Exerceu a engenharia e a representação comercial de diversas empresas europeias, mas foi, sobretudo, jornalista e empresário jornalístico. Como engenheiro, involucrou-se na construção de ferrovia Madeira-Mamoré (Rondônia) e da rodovia Rio-Petrópolis. Projetou e construiu uma represa hidroelétrica em

4 Seu primo, Francisco Rocha, foi deputado e constituinte pela Bahia nas décadas de 1920 e 1930. Seu sobrinho, Antônio Balbino de Carvalho Filho, foi deputado e senador pelo mesmo estado nos anos 1950 e 1960, chegando a ser governador e a ocupar cargos ministeriais no governo federal.

1928, que abastecia de eletricidade a cidade de Barreiras, onde morou quando criança. Além disso, durante a década de 1930, teve empresas dedicadas à exploração agrícola e frigoríficos, localizadas também em Barreiras.

Rocha participou desse espaço em que a política e o jornalismo se confundiam no Brasil do segundo terço do século XX. Suas empresas jornalísticas participavam (ou se ofereciam) como veículos para campanhas difamatórias ou apologéticas de diversas figuras políticas. Seus serviços eram buscados especialmente durante os tempos prévios às eleições. Em 1925, fundou o jornal *A Noite*, no Rio de Janeiro, cujo prédio de 20 andares foi o edifício mais alto da América do Sul durante muito tempo. Em 1932, apoiou a falida ‘revolução constitucionalista’, liderada por Arthur Bernardes, em São Paulo. Talvez tenha sido por essa derrota que nos primeiros anos dessa década Rocha se concentrou na redação e publicação de distintos livros⁵.

Rocha acercou-se de Vargas durante o Estado Novo, e é dessa época que parece datar seu primeiro vínculo político. Assim, sabemos que em 1937 participou na preparação do autogolpe de Estado. Por meio de seus órgãos de imprensa, como *A Nota*, formulou severas críticas a José Américo de Almeida, um dos candidatos presidenciáveis finalmente frustrados. Em seu jornal, clamava a favor de prolongar o mandato de Getúlio Vargas, iniciado em 1934 com a nova Constituição (A Nota, 1958). Provavelmente por essa participação, permitiu-se, nos dias posteriores à proclamação do Estado Novo, fazer duas coisas: por um lado, transmitia sobre Vargas a ideia de que “[...] é um condutor de povos da estatura de Mussolini, Hitler, Kemal, super-homens

5 Segundo Abreu *et al.* (2001), Rocha foi autor de diversos textos entre 1935 e 1945, como *Fim de uma civilização, comentário sobre a atualidade econômica* (1935); *Uma execução* (1935); *Nacionalismo político e econômico* (1937); *País espoliado, p. subsídios para a história financeira e econômica do Brasil* (1940); e *O rio São Francisco, fator precípua da existência do Brasil* (1940). Neste último livro, propõe a criação de um sistema de represas em diversos rios do país, de maneira a facilitar a navegação e a geração de energia.

que orientam o mundo, no caos em que nos debatemos”; porém, simultaneamente, permitia criticar o ministro da Fazenda, bem como outras figuras, pela falta de compromisso na tarefa de nacionalizar a economia e controlar ou limitar a ação das finanças internacionais no Brasil (Rocha, c. 1937).

Durante o Estado Novo, continuou sendo uma figura relevante na política baiana, que podia incidir na definição dos intervenientes e seus gabinetes através de *A Nota*. Sabemos que, nas eleições de 1948, que consagraram Adhemar Barros como governador de São Paulo, Rocha colocou seu saber e seus recursos jornalísticos a serviço dessa candidatura. Esse compromisso, que tinha uma contraprestação monetária, permitia-lhe cobrar do então governador Barros, que não lhe concedia audiência nem pagava as dívidas acumuladas:

É possível que meu esforço não tenha tido a desejada eficiência, mas diz-me a consciência que fiz tudo quanto estava ao meu alcance para ser a causa que espousei. Em todas as investidas estivemos na estacada e acredo que os nossos golpes foram sensíveis ao adversário. Por várias vezes tive matéria urgente e importante a comunicar e não consegui uma ligação (Rocha, 1948).

No ano seguinte, Rocha cobrou do governador Barros o alto custo pessoal e político que teve que pagar por tê-lo acompanhado na última eleição. E, apesar de ter se envolvido, também não foram honradas as dívidas econômicas contraídas pelo governo paulista por publicar em *O Mundo*:

Na passada pugna o nosso jornal ocupou lugar de destaque na estacada e em defesa do seu Governo e da autonomia de São Paulo; rompemos com Noveli e com elementos da família do meu amigo Presidente Dutra, ariscando-nos a turbar relações que datam de vários lustros. Rompi relações pessoais com Correia e Castro arrestando com as dificuldades inerentes aos que tomam atitudes extremadas. A tudo isto V. Excia correspondem com a mais completa indiferença. Além de se esquecer da cooperação prometida, nem

ao menos mandou regularizar as publicações que encomendou. Desde março de 1948 O Mundo não recebe quaisquer contas devidas pelo Estado de São Paulo, calculadas pela tabela de publicidade normal (Rocha, 1949a)⁶.

Porém, para esses anos, a sociabilidade política e jornalística de Rocha já alcançava escala transnacional, como veremos na continuação.

3 *Los muchachos peronistas (brasileiros)*

Em efeito, em 1948, os vínculos de Geraldo Rocha não se limitavam à política brasileira. Em meados do mesmo ano, o presidente Perón o tinha convidado, por meio de um telegrama pessoal, a visitar a Argentina para os festejos do aniversário da independência e, também, para

[...] ver e estudar pessoalmente o nosso território e as nossas organizações, como assim também observar pessoalmente tudo o que estamos fazendo e queremos fazer para uma maior e mais íntima relação e irmandade com sua grande pátria, o Brasil (Perón, 1948)⁷.

Rocha enviou a Perón um exemplar de seu livro *País espoliado*. Na dedicatória, assinalava que era um tributo ao ‘Grande Pioneiro da Independência Econômica do Continente’, quem ‘concentra as esperanças de uma raça’. Em 1949, Geraldo Rocha escrevia a Perón devido à festa pátria da revolução de 25 de maio de 1810. A partir de então, parece ter se intensificado o vínculo entre eles. Rocha expressava

6 A situação não parece ter ido além desta nota, por exemplo, em uma carta de 17 de junho de 1949, as contas já tinham sido saldadas entre Rocha e Barros, sendo que este último o convidava ao aniversário de sua esposa em sua residência particular.

7 Rocha rejeitou o convite com uma nota de 2 de julho de 1948, alegando outros compromissos.

uma veemente convicção de que Perón estava conduzindo um processo de independência econômica da ‘raça latina’. A ponderação positiva da política econômica do peronismo era indistinguível da apologia pessoal de Perón. Assim, em um telegrama de Rocha a Perón, em virtude do aniversário do último, sustentava que

As gerações latinas incluirão nos dias faustos do seu calendário efeméride natalícia do pioneiro independência econômica raça maior vulto das gerações do momento crucial ora vivemos (Rocha, [1948])⁸.

As cartas parecem ter sido respondidas por Perón, já que Rocha acusou o recebimento delas, o que lhe permitiu confirmar que “[...] a generosidade do gênio de uma raça corre paralela a sua infinita bondade”. O arquivo da Fundação Getúlio Vargas contém numerosas fotografias que testemunham as visitas de Rocha e de sua esposa, Jeanne, à Argentina, entre 1949 e 1952, sendo recebidos por Perón e sua esposa, Eva Duarte. Ali, percorreram a província de San Juan, acompanhados pelo governador Ruperto Godoy, que ‘ciceroneou’ o casal. Hugo Borghi, um dos principais impulsores do queremismo, em 1945 (Ferreira, 2003), também participou dessas redes. Em 1950, visitou Buenos Aires e foi recebido pelo próprio Perón. Segundo informava Borghi a Vargas,

Ouvi do presidente da República irmã as mais calorosas referências a V. Excia, que conta, no país amigo, como no Brasil, com um grande número de admiradores da sua obra governativa. Incumbiu-me o General Peron de entregar a V. Excia., um exemplar de *A Nação Argentina*, trabalho que consubstancia as suas realizações no mais alto posto administrativo da República irmã. Era meu desejo fazer a entrega deste trabalho, pessoalmente a V. Excia (Borghi, 1950).

8 Nem outros telegramas, o chama de ‘grande líder latino’.

Porém, dá a impressão de que nenhum brasileiro teve o nível de proximidade – e até de intimidade – com Perón como teve Geraldo Rocha. O peso de Rocha nas relações argentino-brasileiras parece ter crescido durante a presidência constitucional de Vargas (1951–1954), momento em que realizou numerosas viagens entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires⁹. Os contatos de Rocha não se limitaram a Perón. Existe também uma troca epistolar e de presentes com diversas figuras que habitaram a Casa Rosada durante o regime peronista. Essa rede lhe permitia manter contatos políticos de primeiro nível e acesso direto aos âmbitos de decisão do Poder Executivo argentino. Entre esses vínculos, podemos salientar os seguintes:

- a) Eva Perón. Em março de 1950, a esposa do presidente Perón agradece a Rocha pelo envio de dois chapéus; em junho, pelo presente de aniversário; e, em janeiro de 1952, por ter-lhe enviado uma caixa de abacaxis;
- b) Miguel Miranda, ministro da Economia. Em setembro de 1948, recebeu dois exemplares dos livros de Rocha. Um mês mais tarde, este lhe enviou cinco papagaios, com a indicação de que dois eram para sua esposa pelo fato de que eram ‘muito faladores’, um para o jovem Corominas, outro para o tenente-coronel Juan José Uranga (secretário privado do presidente) e o último para o comodoro Daneri;
- c) Juan Duarte, irmão de Eva Perón. Em nota de 18 setembro de 1948, Rocha também lhe enviava exemplares de seus livros e indicava que estava à espera da concretização de um convite – já combinado – para que os congressistas brasileiros visitassem Buenos Aires. Juan Duarte foi o responsável por confirmar a

9 Em 1951, pouco depois do estalo de um falso atentado antiperonista, Rocha enviou a Perón um telegrama expressando sua felicidade pelo “[...] fracasso da infame conjura dos que tentam perturbar a conquista independência uma raça já com tanto êxito iniciada pelo pioneiro que surgiu por felicidade na grande nação argentina” (Rocha, [1951?]).

recepção privada que Perón lhes ofereceu a meados de junho de 1949;

- d) Héctor Cámpora, presidente da Câmara de Deputados. Com uma nota de 1948, solicitou-lhe a realização da visita de senadores e deputados brasileiros, na espera de que tivesse a posterior contrapartida por parte de parlamentares argentinos no Rio de Janeiro;
- e) Miguel Revestido, ministro das Finanças. Acusou o recebimento de *País espoliado*¹⁰;
- f) Humberto Sosa Molina, o ministro da Defesa¹¹;
- g) tenente-coronel Jorge Balloffet, chefe da Casa Militar. Agradecia os presentes enviados a Rocha e a Hugo Borghi (Balloffet, 1950).

De fato, Rocha atuava como um lobista do peronismo e da Argentina no Brasil. Em 1949, Geraldo Rocha tentou convencer Perón de que deveria enviar a seleção argentina para participar da Copa Sul-Americana de futebol daquele ano, que se realizaria no Brasil. Entendia que aquela era uma “[...] oportunidade de atuar em sentido simpático sobre as massas populares”. Porém, a Associação do Futebol Argentino (AFA) não enviou a delegação, não respondeu aos convites e sequer devolveu a taça que estava no seu poder, razão que deu origem a “[...] um mal-estar a todos nós, difícil de avaliar” (Rocha, 1949b). Parece claro que Rocha queria

10 “Comecei a ler e suas menções sobre a gigantesca obra de Recuperação Nacional em que está envolvido o General Perón, p. são uma verdade e um acerto incontrovertíveis. É evidente que seu espírito nacionalista e seu profundo amor pela pátria que o viu nascer, a qual não quer ver sendo entregue ao capitalismo internacional tal como orientam os nossos preceitos justicialistas na Argentina, tem levado o Senhor a escrever com singular valentia as obras que teve a delicadeza de me obsequiar” (Revestido, 1954).

11 “[...] farei a honra de experimentar tão delicioso produto que o Senhor gentilmente acaba de me enviar, como demonstração cabal do que é capaz a irmã terra brasileira [...]”, fazendo referência a uma caixa de abacaxis (Molina, 1954).

gerar impacto positivo sobre a população e a imprensa carioca, mas o desdém argentino pela competição esportiva tinha resultado em um empecilho que, definitivamente, acabou interferindo nas relações argentino-brasileiras. Nessa nota dirigida a Valentín Irigoyen, Rocha explicava:

[...] combinei com o Presidente Peron, utilizar-me da vinda da delegação argentina para uma eficiente propaganda entre a mocidade esportiva, mas, infelizmente, a A.F.A. prestou um grande serviço aos agentes de Griffiths, fornecendo aos nossos adversários a soldo dos trusts Yankees (Rocha, 1949b).

Rocha produzia diversos artigos sobre a ‘obra peronista’ com a intenção de que aparecessem na imprensa argentina. Porém, esse objetivo parece não ter se concretizado sempre, apesar da vontade do próprio presidente Perón. Assim escrevia a Irigoyen em 1949:

Tenho escrito quase diariamente sobre problemas latino-americanos, independência econômica, obra redentora de grande líder Peron, mas infelizmente sem repercussão na imprensa argentina apesar das ordens do Presidente Peron ao Major Alce. Qual será a razão? O meu amigo está mais bem colocado que eu para aprofundar este mistério (Rocha, 1949c).

Geraldo Rocha atuou como correio de uma diplomacia paralela em um duplo sentido. Primeiro, porque assumia o papel de carteiro privado entre Perón e Vargas. De acordo com o *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930* (Beloch; Abreu, 1984), Rocha foi o responsável de comunicar a Perón que, para Vargas, seria impossível cumprir a promessa de avançar em um acordo de amplo espectro entre os dois países, dada a delicada situação política brasileira. Do mesmo modo, pouco antes, em 1953, Rocha tinha levado uma nota manuscrita de Perón a Vargas, celebrando a possibilidade de que o primeiro mandatário brasileiro visitasse Buenos Aires:

Exmo. Senhor:

Retribuo seu amável comprimento que teve a deferência em me enviar com o nosso grande amigo Dom Geraldo Rocha. É uma grande satisfação saber por meio dele de seus desejos de visitar Buenos Aires. O Senhor sabe que aqui sempre será um grato amigo e que o receberemos com grande prazer. Esta casa é sua! Aproveito a oportunidade para reiterar minha mais alta consideração e afeto (Perón, [1953?]).

Em segundo lugar porque colaborava com as redes de espionagem estabelecidas no Brasil. Em abril de 1949, Rocha informava ao secretário pessoal do presidente argentino que continuava envolvido na tarefa de identificar e desmascarar os inimigos de Perón (os Griffiths) que atuavam no Brasil¹². Em setembro de 1949, Rocha entregou a Irigoyen uma carta escrita por Modesto Sánchez. Nessa missiva secreta, Sánchez brindava informação sobre a próxima chegada ao Rio de Janeiro de Aparicio Suárez (conhecido como Lescano), irmão de um capitão do exército e com laços com os ‘emigrados argentinos’¹³. Embora o sujeito investigado pertencesse à opositora União Cívica Radical, Suárez era vinculado a Américo e Rodolfo Ghioldi, “[...] de quem recebe orientação”. Era conhecido para o informante que “[...] socialistas e comunistas estão com a União Cívica Radical na luta subterrânea contra o General Perón”. Aparicio Suárez teria comprado armas no Paraguai, junto com Idalir Duarte: esse arsenal teria sido deslocado de Encarnación (Paraguai) para Posadas (nordeste de Argentina), para dali pegar o trem até Chajarí, de onde continuaria em caminhão para Gualeguaychú e pelo rio até San Fernando, para finalmente chegar em Buenos Aires. Essa manobra era parte de um levantamento que, se supunha, aconteceria no final daquele ano, com a cumplicidade de oficiais do exército. Pelo fato de que a missão de espionagem parece ter sido, em grande medida, o resultado de

12 “Enfim, estamos na batalha e desejava obter mais detalhes sobre as atividades de Griffiths que repercutem aqui, seu principal campo de ação” (Rocha, 1949c).

13 Rocha foi quem entregou a nota para Irigoyen (Sánchez, 1949).

um ‘freelance’, mais do que obra de um profissional da vigilância, com funções e tarefas burocraticamente definidas, Modesto Suárez terminava sua nota com:

Se alguma coisa posso agradecer, o Sr. Geraldo é o primeiro credor... Conheço bem o coração dos argentinos, se algo mereço espero que se entenda com o Dr. Rocha e, de antemão, me confesso agradecido (Sánchez 1949).

Os vínculos entre Perón e Rocha foram mantidos após a queda do presidente argentino. A documentação disponível permite confirmar que, pelo menos até 1957, Rocha continuava agindo como um lobista do peronismo no Brasil e, ao mesmo tempo, facilitava a tarefa de entrada em território argentino de material propagandístico a favor do presidente deposto. Em março desse mesmo ano, agradecia o envio de artigos destinados a aparecerem em sua revista, *O Mundo Agrário*, e informava sobre a coordenação de atividades entre a Argentina e o Brasil:

O comando continua a trabalhar pela causa com dedicação e critério, apesar dos esforços dos militares que não compreendem seu dever. Com recursos modestos, mas com grande esforço e dedicação, as notícias são divulgadas até as nossas fronteiras, de onde chegam a Argentina levados por patriotas dedicados. A difusão de nossa revista através da fronteira cresce cada dia e por esta razão insisto em publicar sempre a sua palavra orientadora, aguardada como ansiedade em todo o continente (Rocha, 1957a)¹⁴.

No Rio de Janeiro, Rocha ocupava-se por velar pelo estado legal e econômico de diversos peronistas exiliados, dentre os quais estavam figuras do regime, como o secretário pessoal de Perón, Valentín

14 Conforme informava Rocha a Perón, “[...] seus artigos são recebidos com grande satisfação na Argentina, em cujas fronteiras com o Brasil penetram com grande aceitação” (Rocha, 1957c).

Irigoyen, e Armando Méndez San Martín, antigo diretor geral da Fundação Eva Perón e ministro da Educação nos anos 1950 (Rocha, 1957b). Rocha continuava vinculado a Modesto Sánchez, encarregado de operações secretas e de comunicar aos peronistas, de um lado e do outro, da fronteira argentino-brasileira.

Modesto está em São Paulo e o comando se encontra entregue a Lima, um suboficial da aeronáutica dedicado e operoso como bem poucos. Os oficiais que aqui se encontram vivem em seu médio restrito, sem se sujeitarem a quaisquer compromissos (Rocha, 1957c).

Em outras cartas, informava sobre as eleições paulistas, nas quais tinha apoiado (uma vez mais) Adhemar Barros, quem, por sua vez, estava comprometido em apoiar economicamente a campanha pelo retorno de Perón à Argentina.

4 Considerações finais

O governo peronista ensaiou diversas estratégias para consolidar sua influência sul-americana. Para isso, pelo menos nos primeiros anos, aproveitou a alta margem de manobra que lhe brindava a possessão de cereais em um mundo como o do pós-guerra, no qual o desequilíbrio entre a oferta e a demanda de alimentos estava na ordem do dia. A opulência do Estado argentino permitia financiar uma ostentosa política externa, tanto na Europa como na América Latina, em um esforço por manter uma impossível concorrência com os Estados Unidos. Tanto os contemporâneos quanto alguns historiadores têm insistido que o regime conseguiu promotores e representantes no exterior à força de talões de cheques. Assim, é possível mostrarmos que a troca epistolar entre Perón e Rocha no final dos anos 1940 era parte de uma política de sedução e de vantagens que o regime argentino abria sobre distintos políticos, militares, sindicalistas e estudantes do Cone Sul (Zanatta, 2013). Porém, acreditamos que o

processo de identificação com o peronismo era mais complexo do que essa imagem deixa entrever.

As razões de apego ao regime peronista podiam provir de, pelo menos, três fontes (Bohoslavsky, 2014). Há um primeiro grupo de atores que se aproximaram do peronismo pelos desembolsos materiais efetuados pelo regime. Aqui, fazemos referência à ampla, pouco organizada e duradoura rede de apoios que o peronismo construiu na América do Sul graças ao dinheiro enviado de Buenos Aires. Esses fundos permitiram a chegada de publicidade eleitoral de rua em Montevidéu e em Santiago do Chile, financiaram a campanha de Vargas em 1950, a compra de rádios no Chile, a montagem de redes de espionagem dos exilados antiperonistas no Rio de Janeiro e em Montevidéu e a propaganda explícita sobre a felicidade dos trabalhadores na Argentina. Neste grupo, são considerados todos os adjudicatários de bolsas, subsídios, viagens e outros benefícios que estivessem dispostos a difundir as vantagens da ‘Nueva Argentina’. Eram estudantes, sindicalistas, políticos ou jornalistas selecionados pelo corpo diplomático argentino sediado na América do Sul, especialmente os adidos sindicais que atuavam nas embaixadas com o objetivo de captar possíveis interessados em escutar e difundir a palavra do líder. Sobre o carácter ‘mercenário’ desses atores políticos e gremiais, a própria imprensa contemporânea se manifestou em reiteradas oportunidades, insistindo em qualificar essas figuras como lobistas de Perón.

Em segundo lugar, estavam aqueles que se aproximaram do peronismo por razões ideológicas, isto é, os que sentiam afinidade com o conjunto de afirmações e princípios ideológicos e valorativos. Esses atores entendiam que o peronismo representava um modelo de ordem política e econômica, ao mesmo tempo que era católico, anticomunista, industrializante, promotor do bem-estar dos trabalhadores, impugnador de Washington e, também, autoritário – um conjunto de ideias que o fascismo, acabado após o fim da Segunda Guerra Mundial, não poderia continuar representando. Alguns desses atores políticos externos da Argentina que se sentiam interpelados

pelo peronismo compartilhavam esses valores. Por isso, bem como pelos partidos e pelas organizações aos quais pertenciam ou tinham pertencido em algum momento, podemos ver que se tratava de figuras que poderiam ser classificadas dentro da família dos nacionalismos antiliberais, direitas promotoras de uma enérgica intervenção estatal que gerasse autarquia econômica nacional, melhorasse as condições de vida das maiorias e promovesse a constituição de uma ordem política autoritária, católica e personalista, mais do que orientada por partidos. Foi o caso do brasileiro Geraldo Rocha, mas também do mencionado senador chileno Guillermo Izquierdo Araya e da senadora María de la Cruz, que acompanharam Perón e o peronismo, inclusive após sua queda em 1955 (Godoy, 2006; Robertson; Banoviez, 1984).

Um terceiro grupo próximo do peronismo apoiava-se mais em vínculos diplomáticos do que ideológicos. O cálculo e a *realpolitik* parecem ter aqui um papel mais relevante do que a atração por ideias emanadas da Casa Rosada. É o caso da identificação com o peronismo que tiveram aqueles governantes e forças políticas da América do Sul – e da Espanha (Cerrano, 2013; Rein, 1995) – que supunham que se aproximar de Perón podia funcionar como uma ferramenta de pressão ou de chantagem sobre Washington e/ou o Rio de Janeiro. Governantes como Paz Estenssoro, enquanto foi presidente da Bolívia (1952–1956), o General Manuel Odría, no Peru (1948–1956), ou o General Alfredo Stroessner, no Paraguai a partir de 1954, se serviram deste vínculo (ou pelo menos da sua ameaça) com Perón para obter benefícios. Esse ‘peronismo’ era, em consequência, muito mais cosmético do que honesto, e, em todo caso, era expresso e sentido como perfeitamente compatível com outras identidades e projetos geopolíticos alternativos, mais do que como um princípio de ação política intransigente. Tratava-se de uma identificação com o regime peronista que nasceu como resultado das tentadoras ofertas de trigo, influência política e inversões que a Casa Rosada fez durante as décadas de 1940 e 1950 (Zanatta, 2013; Machinandiarena de Devoto, 2005). Isso, para muitas chancelarias, foi vivido como uma tutela fraternal (e sub-imperial) que permitia barganhar melhores condições do que

com a tutela menos fraternal (e mais imperial) da Casa Blanca, em um contexto de crescente preocupação anticomunista.

Referências

A NOTA. [s. l.]: [s. n.], 14 dez. 1958. CPDOC-FGV. Pasta GR Rocha G., PI ROCHA 58.12.14.

ABREU, A. A. de.; BELOCH, I.; LATTMAN-WELTMAN, F.; LAMARÃO, S. T. N. Dicionário histórico biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ALMEIDA, H. **Sob os olhos de Perón**: O Brasil de Vargas e as relações com a Argentina. Rio de Janeiro: Record, 2005.

BALLOFFET, J. **[Correspondência]**. Destinatário: Geraldo Rocha. [s. l.], 4 maio 1950. 1 carta. CPDOC-FGV, Pasta GR 1948.06.30.

BELOCH, I.; ABREU, A. A. de. (coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930–1983**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984. 4 t.

BOHOSLAVSKY, E. Algunos problemas de la historia del peronismo y el antiperonismo como fenómenos sudamericanos (1943–1960). *In: JORNADAS DE HISTORIA POLÍTICA*, Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2014.

BOHOSLAVSKY, E. **Los mitos conspirativos y la Patagonia en Argentina y Chile durante la primera mitad del siglo xx**: orígenes, difusión y supervivencias. Tese (Doutorado em História) – Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2006.

BORGHI, H. **[Correspondência]**. Destinatário: Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 9 mar. 1950. 1 carta. CPDOC-FGV, pasta Getúlio Vargas GV c 1950.03.09/1.

CAVLAK, I. **A política externa brasileira e a Argentina peronista (1946–55)**. São Paulo: Annablume, 2008.

CERRANO, C. Perón, la sublimación del caudillo: La cosmovisión falangista del peronismo 1945–1956. *In: JORNADAS INTERESCUELAS*, Mendoza. Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2013.

FERREIRA, J. L. A democratização de 1945 e o movimento queremista. *In: FERREIRA, J. L.; DELGADO, L. de A. N. (eds.). O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. V. 3, P. 13–45.

GODOY, P. **Perón en Chile, 1953**. Santiago: Nuestramérica, 2006.

IGLESIAS, M. **La excepción y la regla**: Estado, partidos políticos y medidas prontas de seguridad en Uruguay, 1946–1963. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Desarrollo Económico Social, Universidad Nacional de General Sarmiento, Buenos Aires, 2010.

MACHINANDIARENA DE DEVOTO, L. **Las relaciones con Chile durante el peronismo, 1946–1955**. Buenos Aires: Lumière, 2005.

MOLINA, H. S. **[Correspondência]**. Destinatário: Geraldo Rocha. [s. l.], 12 jan. 1954. 1 carta. CPDOC-FGV, pasta GR 1948.06.30.

NYE, J. **Poder blando**: el medio para alcanzar el éxito en la política mundial. Nueva York: Public Affairs, 2004.

ODDONE, J. **Vecinos en discordia**: Argentina, Uruguay y la política hemisférica de los Estados Unidos: Selección de documentos, 1945–1955. Montevideo: Udelar, 2003.

PERÓN, J. D. **[Correspondência]**. Destinatário: Alexandre Marcondes Filho. Buenos Aires, c. 3 set. 1945. 1 carta. Arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), pasta Alexandre Marcondes Filho (AMF) c1945.09.03.

PERÓN, J. D. **[Correspondência]**. Destinatário: Geraldo Rocha. Buenos Aires, 30 jun. 1948. 1 telegrama. CPDOC –FGV, Pasta GR 1948.06.30.

PERÓN, J. D. **[Correspondência]**. Destinatário: Getúlio Vargas. Buenos Aires, [1953?]. 1 carta. CPDOC-FGV, pasta GR.

REIN, R. **La salvación de una dictadura**: La alianza Franco-Perón, 1946-1955. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1995.

REVESTIDO, M. **[Correspondência]**. Destinatário: Geraldo Rocha. [s. l.], 17 fev. 1954. 1 carta. CPDOC-FGV, pasta GR 1948.06.30.

ROBERTSON, E.; BANOVIEZ, P. Guillermo Izquierdo Araya: Testimonio histórico. **Dimensión Histórica de Chile**, n. 1, p. 23-91, 1984.

ROCHA, G. **[Correspondência]**. Destinatário: Adhemar de Barros. [s. l.], 15 set. 1948. 1 carta. CPDOC -FGV, pasta GR 48.09.15.

ROCHA, G. **[Correspondência]**. Destinatário: Adhemar de Barros. [s. l.], 14 mar. 1949a. 1 carta. CPDOC-FGV, pasta GR 48.09.15.

ROCHA, G. **[Correspondência]**. Destinatário: Getúlio Vargas. [s. l.], c. 5 nov. 1937. 1 carta. CPDOC-FGV, pasta GV c 1937.11.00/5.

ROCHA, G. **[Correspondência]**. Destinatário: Juan Domingo Perón. [s. l.], [1948]. 1 telegrama. CPDOC-FGV, pasta GR 1948.06.30.

ROCHA, G. **[Correspondência]**. Destinatário: Juan Domingo Perón. Buenos Aires, [1951?]. 1 telegrama. CPDOC-FGV, pasta GR 1948.06.30.

ROCHA, G. **[Correspondência]**. Destinatário: Juan Domingo Perón. Caracas, 8 mar. 1957a. CPDOC-FGV, pasta GR.

ROCHA, G. **[Correspondência]**. Destinatário: Juan Domingo Perón. Caracas, 30 mar. 1957b. CPDOC-FGV, pasta GR.

ROCHA, G. **[Correspondência]**. Destinatário: Juan Domingo Perón. Caracas, 16 abr. 1957c. CPDOC-FGV, pasta GR.

ROCHA, G. **[Correspondência]**. Destinatário: Valentín Irigoyen. [s. l.], 12 mar. 1949b. 1 carta. CPDOC-FGV, pasta GR 1948.06.30.

ROCHA, G. **[Correspondência]**. Destinatário: Valentín Irigoyen. [s. l.], 1 abr. 1949c. 1 carta. CPDOC-FGV, pasta GR.

SÁNCHEZ, M. **[Correspondência]**. Destinatário: Valentín Irigoyen. Rio de Janeiro, 20 set. 1949. 1 carta. CPDOC-FGV, pasta GR.

ZANATTA, L. **La internacional justicialista**: auge y acaso de los sueños imperiales de Perón. Buenos Aires: Sudamericana, 2013.

Estratégias de luta do antiperonismo latino-americano: Juan Natalicio González e Germán Arciniegas¹

Marcela Cristina Quinteros e Carlos David Suárez Morales

Saiu a edição espanhola de *Entre a liberdade e o medo*. Magnífica como obra literária e como exemplo de valor cívico num mundo amedrontado pelo medo. É uma obra de abnegação que todos devemos agradecer. As portas de mais da metade de nosso hemisfério permanecem fechadas para ela, mas com esse sacrifício, o senhor salva a honra da inteligência americana [...]. Seu livro é todo um sucesso já que não permite dormir aos afetados. É o melhor triunfo a que um escritor possa aspirar (González, 1952b).

A oposição dos intelectuais ao peronismo não se limitou ao território argentino. Pelo contrário, as denúncias e a rejeição ao governo de Juan Domingo Perón (1946–1955) estenderam-se pelo continente. Entre outros, o paraguaio Juan Natalicio González (1897–1966) e o colombiano Germán Arciniegas (1900–1999), em seus respectivos exílios no México e nos Estados Unidos, desenvolveram uma intensa campanha de propaganda contra os governos de seus próprios países, associando suas reclamações a uma crítica frontal ao peronismo.

1 Tradução de Marcela Cristina Quinteros.

Essa crítica era solidária com aquela sustentada por diferentes escritores argentinos, vinculados aos círculos intelectuais do país. A construção de redes transnacionais de colaboração e intercâmbio intelectual, que tinha começado nos anos 1940, adquiriu densidade suficiente para desenvolver empresas de colaboração estável, como as construídas por González e Arciniegas, principalmente em forma de revistas e iniciativas editoriais, e para identificar causas continentais compartilhadas.

Sem dúvida, para tudo isso, contribuíram a crescente mobilização em torno de uma dinâmica de associacionismo de carácter político, além do exercício diplomático tanto em termos de trocas culturais quanto em matéria de política internacional no circuito interamericano. Durante a Segunda Guerra Mundial e nos anos que se seguiram, quando se configurou o cenário da Guerra Fria, a disputa ideológica internacional atravessou os âmbitos intelectuais latino-americanos, provocando transformações significativas que estabeleceram uma dinâmica internacionalista, a qual conduziu à extração das disputas locais de cada país ao continente.

O papel que coube nesse processo aos âmbitos de produção cultural do México e da Argentina como centros articuladores é reconhecível nas trajetórias de Arciniegas e de González, que se conheceram em Buenos Aires nos inícios da década de 1940. González, como exilado, e Arciniegas, como ministro conselheiro na embaixada de seu país, adequaram suas agendas culturais e políticas entre si e a alguns círculos acadêmicos e políticos locais, mantendo essa relação ao longo das décadas posteriores a sua partida da capital argentina. Ambos eram escritores reconhecidos e figuras públicas em seus países de origem quando começaram o vínculo pessoal, que se manteve durante as décadas de 1940 e 1950 por meio do contato epistolar e da colaboração intelectual. Esse vínculo transcendeu o intercâmbio de ideias para a elaboração de ações comuns com o objetivo de libertar a ‘nossa América’ do jugo dos governos que os dois identificavam como autoritários, comunistas, totalitaristas e/ou peronistas.

1 A Argentina nas trajetórias de González e de Arciniegas

González tinha morado em Buenos Aires durante a década de 1920², mas foi nos anos 1940 que entrou em contato com figuras como Gabriel del Mazo, referente da Reforma Universitária de 1918 e filiado à União Cívica Radical (UCR), e com integrantes da Força de Orientação Radical da Jovem Argentina (FORJA) (González y Contreras, 1951). A presença de González em Buenos Aires não era exceção, já que, como ele, muitos dos colorados proscritos pela ditadura de Higinio Morínigo tinham se estabelecido em terras rio-platenses³. No exílio, González dedicou-se a percorrer a Argentina oferecendo palestras sobre o Paraguai e publicando capítulos do que mais tarde seria seu livro *Processo e formação da cultura paraguaia*, na Revista Americana de Buenos Aires. Neste espaço, conheceu quem seria seu primeiro biógrafo, o salvadorenho Gilberto González y Contreras. Ao mesmo tempo, González consolidou seus empreendimentos editoriais pessoais. Em terras argentinas, tanto a revista *Guarania* quanto a editora de mesmo nome, ganharam o aporte de autores argentinos e latino-americanos. Para a época, Higinio Morínigo – que governava o Paraguai desde 1940 e após uma progressiva abertura ao coloradismo – nomeou González como embaixador no Uruguai e mais tarde como ministro da Economia. Em 1948, Morínigo convocou eleições presidenciais. Após uma violenta eleição interna do Partido Colorado⁴, González foi consagrado como o candidato

-
- 2 Os interessados em conhecer algumas facetas da vida intelectual de González podem consultar o capítulo de Eurico da Silva Fernandes, incluído neste volume, que retrata seus vínculos com o lopismo (N. dos O.).
 - 3 Juan Natalicio González pertencia ao Partido Colorado e era defensor do revisionismo histórico paraguaio, que reivindicava a figura do marechal Solano López e apoiava a construção de um nacionalismo orientado ao resgate da autoestima do povo paraguaio, ainda imerso no trauma da derrota na guerra contra a Tríplice Aliança. Essa interpretação do passado responsabilizava o Partido Liberal por imitar modelos importados da Europa, o que, para González, teria levado ao abandono da verdadeira identidade da ‘raça paraguaia’.
 - 4 González foi o candidato presidencial do Partido Colorado, impulsado pelo setor dos Guiones Rojos que, para se impor na convenção partidária, atacaram

do coloradismo e acabou sendo eleito nos comícios. Assumiu como presidente do Paraguai em agosto de 1948 e foi derrocado em janeiro do ano seguinte. Novamente partiu para o exílio, passando por Buenos Aires, Santiago do Chile e Montevidéu. Finalmente, radicou-se no México até seu falecimento, sendo nomeado embaixador por Alfredo Stroessner, entre 1956 e 1965.

Como no caso de González, os primeiros contatos de Germán Arciniegas com o mundo intelectual argentino se deram na década de 1920, quando já tinha construído uma rede de colaboradores argentinos (entre eles, o próprio del Mazo) e de outros países, após se destacar como um dos principais referentes da reforma universitária na Colômbia e diretor da revista *Universidade*. Mas foi somente a partir da década de 1940 que o colombiano afiançou suas relações com os âmbitos letrados portenhos. Arciniegas chegou em Buenos Aires em dezembro de 1939 como ministro conselheiro da embaixada de seu país, permanecendo ali até 1942, quando foi nomeado como ministro da Educação pelo presidente liberal Eduardo Santos, que também era seu amigo pessoal⁵. Durante esses anos, Arciniegas deu palestras e cursos na Universidade de La Plata, na Universidade Popular Alejandro Korn, no Colégio Livre de Estudos Superiores e na Universidade de Buenos Aires; obteve colaborações de argentinos

violentamente os seguidores de Federico Chaves, conhecidos como Democratas, obrigando-os a abandonar a reunião. Por isso, González foi eleito como o candidato colorado com a ausência dos democratas. As diferenças entre Federico Chaves e Natalicio González não eram somente ideológicas, e as práticas golpistas eram comuns a quase todos os setores do coloradismo. Apenas dois meses após assumir a presidência, González sofreu a primeira tentativa de golpe de Estado, da qual participaram Stroessner e Federico Chaves. Como consequência, este último foi expulso do partido (González Delvalle, 2011).

- 5 Ao contrário de González, a fortuna política foi favorável para Arciniegas após 1930, quando o Partido Liberal chegou ao poder. A partir de então, foi secretário do cônsul geral em Londres, representante na Câmara, ministro conselheiro – uma espécie de adido cultural – encarregado de negócios na embaixada sediada em Buenos Aires e, finalmente, ministro da Educação. Nos primeiros meses da presidência de Eduardo Santos, assumiu também a direção de *El Tiempo*, propriedade do novo presidente.
-

e de outros latino-americanos do circuito portenho para a *Revista de Índias*, um órgão oficial que dirigia naquele momento; escreveu para os jornais *La Nación* e *La Prensa*, para as revistas *Sur* e *Nosotros* e, finalmente, deu prioridade às editoras Losada e Sudamericana para a publicação de seus originais.

Durante esses anos, na dupla condição de representante diplomático e escritor, Arciniegas desenvolveu um proselitismo favorável à causa dos aliados como uma extensão da política externa de Eduardo Santos, o que, até certo ponto, poderia ser traduzida como uma intervenção indireta nas disputas livradas na opinião pública local. Isso o aproximava ainda mais dos círculos de escritores aos quais estava relacionado, fortalecidos, por sua vez, pelo vínculo com os republicanos exilados na capital argentina⁶. Os liberais colombianos perderam o poder em 1946 e Arciniegas estabeleceu sua residência nos Estados Unidos a partir de 1949. Na década seguinte, o governo do general Gustavo Rojas Pinilla clausurou o jornal *El Tiempo* e forçou os principais políticos liberais, como Eduardo Santos, a saírem do país. Arciniegas permaneceu em Nova York até 1959, quando um novo governo civil, nas mãos do liberal Alberto Lleras Camargo, o nomeou embaixador na Itália, cargo que desempenhou mais tarde na Romênia, em Israel, no Vaticano e na Venezuela.

Durante a década de 1940, Arciniegas e González aproximaram-se por meio do círculo em torno de Gabriel del Mazo em La Plata. A herança da Reforma Universitária ainda estimulava a formação de círculos de solidariedade intelectual entre personalidades de

6 Arciniegas não apenas simpatizava com os republicanos espanhóis, mas também participou como intermediário, facilitando a migração de alguns deles para a Colômbia, especialmente investigadores aos quais ajudou a se estabelecerem como professores nas universidades locais enquanto permaneciam no país. Também abriu as páginas da *Revista de las Indias*, um órgão de caráter oficial que tinha aparecido em 1938 sob sua direção e que, a partir de 1939, converteu-se no veículo de expressão da Associação de Escritores Europeus e Americanos. Durante sua temporada em Buenos Aires, o escritor colombiano entrou em contato com vários círculos de exilados, em especial com a comunidade vasca residente na capital argentina, articulada na revista *Euzko Deya*.

orientações políticas distintas, como o militante da União Cívica Radical, del Mazo, os socialistas Alfredo Palacio e Arnaldo Orfila Reynal, o dominicano Pedro Henríquez Ureña, o guatemalteco Juan José Arévalo Bermejo, ou mesmo os peruanos apristas, Andrés Townsend e Luis Alberto Sánchez. Esse ambiente promoveu um clima de ideias e de reciprocidades compartilhado por intelectuais e estudantes de diversas origens nacionais que frequentavam a Universidade de La Plata e a Universidade Popular Alejandro Korn, reforçando os ideais latino-americanos do reformismo. As sociabilidades intelectuais de La Plata, por um lado, e o círculo de FORJA, pelo outro, experimentaram uma crescente politização entre os latino-americanos, fenômeno que se estendeu nas décadas seguintes (Myers, 2005; Graciano, 2008; Tcach, 2012).

2 Colaboração intelectual entre Arciniegas e González

A colaboração intelectual entre Arciniegas e González foi fecunda. Em 1941, González publicou o artigo *A instrução pública no Paraguai durante a colônia*, no número 20 da *Revista de las Indias*. Quando Arciniegas retornou para a Colômbia para assumir como ministro da Educação, iniciou-se uma etapa de correspondência entre os dois. Na carta de 3 de julho de 1942, González intermediava para que seu par colombiano publicasse um artigo de um “[...] talentoso escritor brasileiro, Newton Freitas” (Arciniegas, 1942). Em 18 de agosto de 1943, solicitava-lhe um prólogo para o livro de del Mazo, *Participação dos estudantes no governo das universidades*, a ser publicado pela editora Guarania. Na mesma carta, o escritor paraguaio autorizava Arciniegas a traduzir para o inglês o seu livro *Ensaio sobre Solano López*. Entre 1942 e 1943, Arciniegas publicou dois artigos na revista *Guarania*, editada em Buenos Aires: *Colômbia e os problemas da cultura* (n. 7) e *O problema do bacharelato na Colômbia* (n. 8). A revista atingiu sua etapa mais internacionalista não apenas pelos autores que publicava, mas também porque passou a ser distribuída, além do Paraguai, na Argentina, na Venezuela e na Colômbia (neste país, por intermediação de Arciniegas).

Quando González assumiu a presidência de seu país em 15 de agosto de 1948, entre os intelectuais presentes em Assunção estavam os mexicanos Martín Luis Guzmán e Daniel Cosío Villegas, o argentino Gabriel del Mazo, o brasileiro Pedro Calmón, o equatoriano Adalberto Ortiz, o venezuelano José Rafael Pocaterra e, obviamente, Germán Arciniegas (Amaral, 1994). A crônica daqueles dias de excitação para esse grupo de intelectuais latino-americanos foi relatada por Arciniegas em *Estampas do Paraguai*, uma série de artigos publicados em *El Tiempo*, de Bogotá. A admiração professada por González era a expressão de um desejo coletivo: o da concretização da conquista do poder político por parte dos intelectuais. Para Arciniegas, seu amigo paraguaio representava a síntese perfeita do intelectual latino-americano, no seu duplo papel de criador e de político dessa “[...] terra escondida e fabulosa que pedia descobridor” (González y Contreras, 1951, p. 7).

Durante o breve período em que foi presidente, Juan Natalicio González (1948) manteve a correspondência com Arciniegas para agradecer pela publicação de *Estampas do Paraguai* e para convidá-lo a visitar novamente o país guarani. Também lhe informava que a série *Estampas* seria publicada na revista *Guarania*, como de fato aconteceu em seu número 5, de 1948. A troca epistolar passou a ser mais frequente após a queda de González. A partir desse momento, a facilitação de publicações mútuas nas revistas que cada um dirigia foi complementada pela preocupação política pela ‘Nossa América’ diante do avanço daquilo que consideravam governos autoritários. Durante os primeiros meses de 1949, González permaneceu em Buenos Aires, tratando de revitalizar tanto a editora quanto a revista *Guarania*, bem como de resistir ao que ele entendia como um processo difamatório por parte de seus adversários, que, naquele momento, ocupavam o poder no Paraguai. A publicação de *Como se constrói uma nação*, em 1949, é parte dessa luta política no exílio. Depois de percorrer o Chile e o Uruguai – países nos quais procurou apoio de outros intelectuais –, a embaixada do México em Montevidéu lhe outorgou um passaporte para abandonar a América do Sul. Com Arciniegas nos Estados Unidos e González no México, o contato e a continuidade

da colaboração intelectual aconteceram por canais essencialmente epistolares, salpicados de alguns encontros pessoais em congressos.

3 Articulação pela ‘Nossa América’

Tanto González quanto Arciniegas, quando partiram para seus respectivos exílios, desde finais da década de 1940 retomaram sua colaboração intelectual a favor de uma cruzada antiperonista junto com outros escritores latino-americanos, principalmente argentinos e mexicanos. Uma vez derrocado da presidência e após a primeira escala em Buenos Aires, a peregrinação de González terminou na Cidade do México, onde escreveu uma série de textos dedicados tanto a enaltecer sua própria figura e sua curta presidência quanto a denunciar o peronismo e o comunismo como instigadores do golpe que o derrocou do governo. Por sua parte, Arciniegas redigiu um par de artigos e publicou no México um livro dedicado à análise da política latino-americana em seu conjunto (desde a Argentina até o México e o Caribe), como uma defesa do liberalismo na região e contra as ditaduras que se disseminaram nos primeiros anos do pós-guerra. No marco de sua extensa bibliografia, *Entre a liberdade e o medo*, de 1956, destaca-se como o único livro dedicado a uma discussão política enfática, e foi justamente com sua publicação que o ensaísta colombiano se consagrou como intelectual comprometido com a realidade de seu tempo e a evolução política do continente. No livro, a análise sobre o peronismo e suas extensões sul-americanas aparece não somente como o ponto inicial do argumento, mas também como o contraste sempre necessário para se entender a natureza das ditaduras da região.

As ações dos dois escritores poderiam parecer isoladas e apenas coincidentes, mas a história social de suas iniciativas intelectuais assinala justamente o grau de coordenação que existia entre elas. Em 08 de dezembro de 1949, poucos dias antes de deixar Buenos Aires, González lamentava, em uma carta a Arciniegas, a crise política reinante na Colômbia – com a ascensão do Partido Conservador, o

fechamento do Congresso e a onda de violência que crescia nos campos – e sua contextualização como parte de uma crise continental, para a qual sugeria “[...] a união dos homens livres da América em uma ação orgânica”. González já tinha proposto a Arciniegas assumir “[...] uma mesma linha de conduta diante dos problemas da América” (González, 1949b). Recém-chegado ao México, González formulava de modo mais concreto sua proposta:

Insisto na necessidade de mobilizar a inteligência ao serviço da liberdade, mas não uma liberdade puramente verbalista, que permanece nos artigos da lei, e sim uma liberdade viva, atuante, apaixonada, fanática, que tenha a seu serviço à vontade plena do povo [...]. Devemos editar uma revista bimensal e organizar uma editora que publique exclusivamente pequenos manuais sobre os problemas americanos, mas que sejam manuais escritos dentro de uma orientação rígida, sem concessões a nenhuma ideia daninha para a nossa causa. Se o senhor decidir entrar nesta empresa, eu também me submergiria de cabeça do seu lado. O financiamento não constitui problema algum. Acredito que as impressões deveriam ser feitas no México, por razões de economia, mas o centro de nossas ações deveria estar em Nova York (González, 1950).

González propunha a Arciniegas fazer uso da principal arma que ambos tinham para a luta política: a literatura. Para o escritor paraguaio, a batalha – ou a guerra – deveria ser livrada em forma conjunta para a defesa da liberdade e para a restauração das repúblicas latino-americanas que, como o Paraguai, estavam sob influência estalinista. Podiam esperar “[...] um ano, cinco anos, o que fosse: **SABE** que algum dia será reatada a magna política” (González, 1949a, p. 9–10, grifo do autor). Simultaneamente, Arciniegas já estava preparando seu livro e escrevia para o amigo solicitando informação sobre o Paraguai, a que González respondia:

Aceito sua proposta de escrever sobre meu breve governo e o programa que estava desenvolvendo. E ainda enviarei os dados que mencionei para o outro

artigo que o senhor pretende desenvolver. Luis Alberto Sánchez tem escrito um bom livro, *Reportagem ao Paraguai*, sobre Paraguai de hoje e que está destinado a causar algum barulho (González, 1949b).

A coordenação de ações incluía intelectuais de todo o continente, porém González tinha particular interesse em escritores que falassem positivamente do Paraguai durante seu governo, como era o caso do aprista Sánchez, que tinha passado alguns meses asilado naquele país enquanto González era presidente. A ‘reportagem’ do peruano, com quem Arciniegas cultivava uma intensa colaboração desde fins da década de 1930, quando Sánchez era editor da casa chilena Ercilla durante seu exílio em Santiago, acabou sendo um dos poucos textos citados por Arciniegas no capítulo dedicado ao Paraguai no livro *Entre a liberdade e o medo*.

Em meados de maio de 1950, Arciniegas, González e Sánchez encontraram-se em La Habana, em ocasião da I Conferência Interamericana sobre Democracia e Liberdade, da qual surgiu a Associação Americana Pró-Democracia e Liberdade (Vargas Araya, 1990). O encontro também contou com a presença de outros intelectuais que trocaram opiniões e preocupações sobre o ‘drama que vive o mundo de hoje’, entre eles, Daniel Cosío Villegas, que esteve em Assunção quando González assumira a presidência. Cosío Villegas tinha publicado em 1949 seu livro, *Extremos de América*, integrado por ensaios que discutiam a política continental. De volta à Cidade do México, González dedicou-se à organização da coleção Biblioteca Paraguaia, cujos primeiros três volumes – *O drama do Paraguai*, *Natalicio González no desterro* e *História de uma difamação* – constituem o “[...] acervo documental de sua defesa [...]” perante as acusações e juízos de que era objeto no Paraguai e nos quais denunciava o peronismo como o mentor de sua queda (González y Contreras, 1951, p. 399)⁷.

7 González e Arciniegas retomaram o vínculo epistolar em abril de 1951. O primeiro enumerava ao segundo as obras publicadas pela *Guarania*, ao mesmo

A história editorial do livro *Entre a liberdade e o medo* expressa tanto a dimensão transnacional da atividade intelectual de Arciniegas – e, em especial, seus vínculos com o mundo editorial argentino – como as condições em que esta podia se desenvolver após a consolidação do peronismo na Argentina. De fato, entre 1932 e 1952, desde seu primeiro livro até a aparição de *Entre a liberdade e o medo*, o ensaísta colombiano tinha publicado metade de sua produção literária em duas editoras portenhelas, Sudamericana e Losada. Seu vínculo com a Sudamericana se reforçou em 1949, data na qual Arciniegas tinha declarado a Antonio López Llausás, proprietário e diretor da editora, sua preferência por ela como a “[...] minha editora definitiva em língua espanhola”. Dessa maneira, não surpreende que, nesse mesmo ano, Arciniegas oferecesse a López Llausás os manuscritos de seu livro sobre política latino-americana, os quais o editor catalão rejeitou, temendo represálias por parte do governo de Perón. Em 1956, após a proscrição do peronismo, Sudamericana finalmente publicou a quinta edição de *Entre a liberdade e o medo* (Suárez Morales, 2013).

Conhecendo as dificuldades de Arciniegas para publicar em espanhol, González sugeriu que “[...] seu livro relativo à política da nossa América, posso editá-lo aqui [...]”, na Cidade do México (González, 1951). O texto, que tinha aparecido em inglês um ano antes sob o título *The State in Latin America* – publicado pela editora novaiorquina Knopf em 1951 –, finalmente foi publicado no México sob os cuidados da editora Cuadernos, extensão da revista *Cuadernos Americanos*, dirigida por Jesús Silva Herzog. Arciniegas e González eram colaboradores da revista, na qual tinham aparecido vários textos que, inclusive, seriam parte do livro do colombiano⁸.

tempo que lhe solicitava um texto para publicar. O texto cedido foi *Os comuneros*, que praticamente não foi vendido no México, ao contrário da boa acolhida na Argentina (González, 1952a).

8 Os artigos de Arciniegas relacionados com a política americana são: *A ditadura na Colômbia* (1950), *América descadernada* (1952a) e *Brasil, um continente dentro de um continente* (1952b). Na mesma revista, também tinham aparecido vários dos textos incluídos em *Extremos da América*, de Cosío Villegas, diretor

Cuadernos Americanos era também uma tribuna privilegiada para a confrontação com o regime franquista e, entre seus colaboradores, contava com muitos exilados republicanos (Martins, 2012). Por isso, não é estranho que tivessem acolhido um livro que não eludia críticas a certos governos, entre eles, ainda que indiretamente, o espanhol, com o qual os governos conservadores colombianos e o de Rojas Pinilla, assim como o próprio peronismo, mantinham boas relações. A presença de espanhóis antifranquistas exilados não era circunstancial, já que ambos os elementos foram constitutivos também do caráter das editoras argentinas com as quais Arciniegas esteve vinculado desde 1940⁹.

4 O livro *Entre a liberdade e o medo*

Germán Arciniegas dedicou os três primeiros capítulos de seu livro à Argentina. É notável que o espaço dado aos outros países não alcançasse nem metade dessa extensão. No prólogo de 1956, escrevia que o problema que queria enfrentar era o “[...] crescente distanciamento das formas de governo representativo, que vão deixando a Nossa América fora da órbita democrática” (Arciniegas, 1956, p. 1). Arciniegas declarava não albergar nenhum interesse ‘teorizante’ sobre os sistemas políticos latino-americanos, mas fica claro que tanto seus marcos de compreensão como a sua estratégia de denúncia das ditaduras estabeleciam um diálogo permanente com as experiências totalitárias europeias. O contexto era propício para essas comparações após a vitória aliada de 1945. E, além disso, a configuração da Guerra Fria tornava indispensável associar toda luta política contra os autoritarismos regionais à campanha anticomunista liderada pelos Estados Unidos.

do Fondo de Cultura Económica e com quem Arciniegas mantinha vários níveis de cooperação.

9 O livro foi um sucesso comercial, obtendo rapidamente novas edições não apenas no México, mas também no Chile, antes de sua publicação em Buenos Aires.

Ainda que o livro iniciasse com um convite a considerar a realidade política latino-americana em termos próprios, Arciniegas seguia reproduzindo, ao longo de toda obra, a assimilação dos regimes do continente às fórmulas do ‘nazismo, fascismo e comunismo’. É justamente essa assimilação de fenômenos políticos díspares uma das chaves desse livro de combate. A assimilação atua por operações aparentemente incidentais, mas que são mais bem sistemáticas, como quando afirma que a censura à imprensa “[...] hoje é tão ativa quanto o foi nos países europeus durante a invasão nazista [...]”, ou quando se refere ao peronismo como um “[...] regime totalitário, no qual trabalha-se – assim como na Rússia ou na Espanha – sobre a base do partido único”. Para Arciniegas, nas ditaduras latino-americanas assistia-se à “[...] sistemática negação dos direitos civis e nelas, à maneira monárquica absolutista, castiga-se o desacato [...]” ao chefe de Estado. Ou, ainda, ao afirmar a supervivência dos “[...] antigos nazistas que hoje se apropriaram dos governos”. Não obstante, o pragmatismo desses regimes não era alheio a Arciniegas, que denunciava que “[...] as ditaduras latino-americanas, em sua política franquista, apenas procuravam uma justificação doutrinária para a violência que utilizavam contra os movimentos democráticos e as liberdades públicas” (Arciniegas, 1956, p. 17). Já as relações entre as ditaduras latino-americanas e o comunismo eram problematizadas seguindo outras operações. Por um lado, Arciniegas denunciava a criação de situações políticas favoráveis ao comunismo; por outro, denunciava também a conivência direta entre os regimes e os partidos comunistas. Em primeiro lugar, afirmava que, sem liberdades públicas, com grandes partidos de massas expulsos da contenda política

Sem poder se expressar, as vastas maiorias que tem ficado de fora da vida política formam um fundo de instabilidade, uma reserva revolucionária, que fatalmente acabará por desbordar. Em qualquer lugar em que se suprima legalmente um partido democrático, cria-se-rá um ambiente favorável ao comunismo. O comunismo está melhor adaptado à organização secreta e preparado tecnicamente para as soluções radicais. Então, deveria se pôr um tampão no

buraco por onde se infiltra o comunismo (Arciniegas, 1956, p. 19).

No entanto, apesar da lista de ‘analogias’ entre peronismo e fascismo que Arciniegas tomava de um artigo de Herbert Mathews, correspondente do *New York Times* extensamente citado no livro (as marchas das massas organizadas, os discursos teatrais, os hinos, a pretendida equidistância entre capitalismo e comunismo, o domínio sobre os sindicatos), Arciniegas considerava que

A ditadura de Perón, no entanto, não é fascismo. É um novo estilo que tem acabado por ter um ar próprio, *criollo*. Pode ter elementos tanto de um Mussolini quanto de um Rosas para, finalmente, achar suas próprias invenções. Dali surge o **justicialismo** (Arciniegas, 1956, p. 57, grifo do autor).

Apesar dessa afirmação, Arciniegas insistia em salientar as semelhanças e filiações do peronismo com o fascismo e o nazismo, e avançava decididamente anotando sua origem em instituições castrenses que tinham sido desviadas de seu caráter civilista e democrático, próprio do americano, pelas missões prussianas. Com o golpe de 1943, segundo Arciniegas, o processo totalitário adquiriu um contorno muito mais definido pelo fato de que “[...] o governo de Farrell trasladou ao solo argentino a uma organização nazista”. O escritor assinalava que a manifestação do 17 de outubro de 1945 – em que a população saiu às ruas exigindo a libertação de Perón – oferecia “[...] um formidável espetáculo de massas, movidas com toda a teatralidade inventada pelos totalitarismos [...]”, e que Evita era a responsável pelo aparelho, o qual equivalia ao que “[...] na Alemanha de Hitler era o Ministério da Propaganda”. O 17 de outubro teria sido “[...] algo diabolicamente superior à marcha dos camisas negras sobre Roma, tingido com a cor subversiva de certas jornadas da Revolução Francesa” (Arciniegas, 1956, p. 35;38; 52). O perigo que Perón representava, então, era maior do que aquele experimentado pela Europa, já que “As forças que ele desata, na verdade, são maiores que as mobilizadas pelo comunismo, ou pelo fascismo e o nazismo. E

ele as desata, as educa, as organiza para a violência, para a conquista do poder" (Arciniegas, 1956, p. 53).

Para o escritor colombiano, o peronismo de aparência fascista favorecia o comunismo – além de protegê-lo –, que teria “[...] crescido sob a era de Perón” (Arciniegas, 1956, p. 77). Esse argumento vingou entre vários intelectuais latino-americanos, sintetizado na frase do peruano Sánchez “[...] semeia ditaduras e colherás comunismo [...]”, sendo fundamental para sua integração nos circuitos do anticomunismo intelectual internacional durante a Guerra Fria (Jannello, 2014). Mas as opiniões de Arciniegas guardam também profundas semelhanças com os juízos que um setor da intelectualidade argentina emitiu sobre o peronismo na década de 1950. Como bem têm salientado Federico Neiburg (1998) e Beatriz Sarlo (2001), a oposição liberal ao peronismo, entre 1955 e 1957, reduzia-se a considerá-lo uma experiência absolutamente negativa, uma forma nacional do fascismo na qual o apoio popular era resultado da demagogia e o engano, próxima também do rosismo (Arciniegas se estendeu na comparação entre Evita e Encarnação Ezcurra) e cujo ataque aos círculos letreados era uma perseguição à cultura e à liberdade. Segundo Sarlo (2001) e Neiburg (1998), essa posição foi representada por figuras nucleadas em torno da revista *Sur* – da qual Arciniegas era colaborador desde 1940 –, tais como Victoria Ocampo, filiados da UCR como Gabriel del Mazo e Risieri Frondizi e socialistas como Américo Ghioldi ou Nicolás Repetto, cujos textos Arciniegas citou profusamente nos capítulos sobre a Argentina. Os próprios editores do autor colombiano tinham assumido abertamente sua oposição ao peronismo desde finais da década de 1940, e Alberto Gainza Paz, diretor do jornal *La Prensa* – no qual Arciniegas escrevia –, tinha se encarregado de brindar-lhe com materiais para realizar seu estudo (Gainza Paz, 1951).

O interesse desses círculos pelo livro de Arciniegas é compreensível como uma forma de fortalecer as próprias posições no campo local, ‘importando’ um texto que oferecia uma contextualização histórica e regional do peronismo, a partir da perspectiva estrangeira

de um escritor conhecido pelo público argentino e consagrado academicamente como professor da Universidade de Columbia. A importância dada a esse movimento ficou clara quando *La Prensa* concedeu a Arciniegas o prêmio Sarmiento-Alberdi em 1957, após a realização de um ciclo de palestras em Buenos Aires. O gesto guarda uma importante densidade: dois dos três capítulos que o colombiano dedicou à Argentina no seu livro estão encabeçados com epígrafes desses representantes do liberalismo oitocentista.

Mas, se Arciniegas começava seu estudo com o caso argentino, fazia-o para avaliar a influência que essa nova escola poderia ter nas ditaduras do continente, bem como para ver os alcances de suas “[...] ambições imperialistas [...]”, já que era constatável que “[...] a filosofia que Perón e Evita divulgaram pela América se reproduz em outros países e que o peronismo trabalha com febril atividade para encabeçar uma federação das vinte repúblicas” (Arciniegas, 1956, p. 17). Por isso, já em 1956, também afirmava que “a recuperação democrática argentina é hoje a esperança da América” (Arciniegas, 1956, p. 28).

Sob a perspectiva da expansão do peronismo, o caso do Paraguai era paradigmático. E era assim não apenas pelo seu presente – o fato de que, para a edição argentina, o derrocado Perón tivesse se dirigido justamente para Assunção –, mas também pelo século e meio de vida independente dessa nação mediterrânea, cujo principal dilema tinha sido se decidir entre “Buenos Aires ou o inferno verde”¹⁰. Para Arciniegas, o século XIX paraguaio transcorreu entre ditaduras e consolidou uma independência mais contrária à Argentina do que à Espanha (Arciniegas, 1956, p. 144–148). O isolamento paraguaio do oitocentos teria dado origem a “[...] um Paraguai apaixonado e violento [...]”, além de militarizado, onde “[...] todos sabem lutar”.

Já o século XX tinha transcorrido em meio a estados de sítio sob a pressão dos jovens oficiais da Guerra do Chaco, que “[...] tem

10 O artigo de Ernesto Bohoslavsky neste livro trata a questão dos contatos do peronismo com outros países sul-americanos (N. dos O.).

aprendido literatura totalitária como o nazismo e o comunismo” (Arciniegas, 1956, p. 147–149). Um desses governos era o de Federico Chaves, apresentado por Arciniegas como um epígonos de Perón. O autor colombiano observava que Perón “[...] acolhe o recém-chegado como um bispo de seu xadrez”. Para Arciniegas, Federico Chaves sentia-se “[...] mais peronista que o último dos descamisados [...]” e reproduzia parte de seu discurso em que o presidente paraguaio afirmava “[...] poder realizar em meu país algo do que o general Perón e sua Grande Companheira estão realizando aqui”. A influência peronista teria sido ativada com anterioridade, especialmente entre os bastidores da queda de González, cujo governo era apresentado por Arciniegas como um “[...] renascimento democrático” (Arciniegas, 1956, p. 145).

O capítulo sobre o Paraguai foi escrito em torno da figura de Juan Natalicio González e de sua curta presidência. Para o autor do livro, González era “[...] o melhor escritor do Paraguai [...]” e contava com o apoio de seu povo. Exilado em Buenos Aires, teria se aproximado do ditador Morínigo para exigir que “[...] se restaurassem as liberdades políticas”. De diplomata passou a ser ministro e logo presidente, dando início a um “[...] vasto programa de reeducação camponesa [...]” e à recuperação da economia nacional (Arciniegas, 1956, p. 149). Já a oposição a González era retratada de modo similar aos autoritarismos latino-americanos: “Ao renascer democrático que ele oferecia opuseram-se em proporções adequadas três grupos: os comunistas, que passaram a ser o partido de organização perfeita; os colorados do próprio partido de Natalicio, mas de inclinação internacional; e certa loja militar argentina” (Arciniegas, 1956, p. 150).

As conspirações teriam surgido entre agentes argentinos e membros da Força Naval paraguaia, cujos instrutores eram originários do país de Perón. Segundo Arciniegas, Federico Chaves teria se reunido com os comunistas, aos quais entregou a chefia da polícia. Afirmava que, durante seu governo, “[...] os comunistas conservaram suas posições. O doutor Chaves senta-se à mesa com os Perones”. O autor reforçava essa ideia ao dizer que “[...] em 1954, Chaves estava

prestes a fazer em seu pequeno Paraguai uma síntese do paraíso peronista [...]”, avançando em nacionalizações e tratados comerciais com o governo de seu mentor. A interrupção desse governo teria sido um golpe do “[...] também colorado, também peronista”, Alfredo Stroessner (Arciniegas, 1956, p. 151–154). As opiniões do escritor colombiano reproduziam o discurso de González. Entre 1949 e 1966, este reiterou em inúmeras ocasiões os fatos acontecidos após sua abrupta saída de Assunção. Em 17 de setembro de 1951, comentava a Arciniegas que o assassinato de um estudante paraguaio tinha sido responsabilidade da “Polícia comunista atual”. Mais tarde, por meio de seu biógrafo, González reforçava que,

Com Chaves no poder, consolidou-se o influxo dos comunistas, ingressando muitos stalinistas no Partido Colorado [...]. Chaves ampliou a posição que eles já desfrutavam na polícia, entregando-lhes, também, a Gerência do Banco do Paraguai [...]. Havia também agentes de enlace entre a polícia assuncena e as células comunistas de Clorinda e o norte argentino (González y Contreras, 1951, p. 389).

De fato, entre 1949 e 1952, Epifanio Méndez Fleitas foi o chefe da polícia de Assunção e era visto como o ‘homem forte’ do presidente Federico Chaves, além de ter sido designado como presidente do Diretório do Banco Central do Paraguai (Brezzo; Figallo, 1999). Segundo González Delvalle, Juan Natalicio González tinha três obsessões: o Partido Colorado, Federico Chaves e o Partido Comunista, identificando os dois últimos como parte de uma mesma força política no Paraguai (González Delvalle, 2011). No final de sua vida, com Perón exilado há mais de dez anos, González insistia que a perda da presidência tinha sido ‘obra da intervenção estrangeira’, praticamente nos mesmos termos em que tinha formulado Arciniegas em seu livro sobre a América Latina:

Contra meu governo gravitou funestamente a ação do presidente Juan Domingo Perón, que se empenhava em estender o controle argentino sobre os países vizinhos, com propósitos anexionistas. Estes antecedentes

explicam a forte perseguição de que foi vítima, por parte de Perón e do governo títere que logrou se manter no Paraguai [...]. Desterrado da minha pátria, expulso da Argentina, com as broncas vozes da difamação ressonando sobre minha cabeça [...]. Aplicava-se a mim o método peronista da perseguição, fria e científicamente tramada, e não o modo paraguaio de fazer justiça (González, 1982, p. 115-116).

A animadversão entre González e Perón era anterior ao governo do primeiro. Antes da proclamação do candidato do Partido Colorado, o pré-candidato e adversário de Natalicio González, Federico Chaves, comunicou às autoridades argentinas que o “Partido Colorado era a única ideologia que na hora presente realmente simpatiza com o ideário peronista” (Brezzo; Figallo, 1999, p. 392). Porém, perante o triunfo de González, o peronismo não respondeu às expectativas do presidente eleito, que tinha solicitado a presença de uma delegação presidida, pelo menos, pelo ministro argentino das Relações Exteriores, Juan Atilio Bramuglia, para a posse do cargo de presidente. A falta de sintonia entre González e Perón se expressou de diferentes maneiras: por meio do esvaziamento de projetos comuns – como a Missão Naval Argentina que colaborava na formação dos quadros paraguaios – ou por falta de interesse em assinar um convênio de ajuda militar. A situação foi radicalmente invertida com a chegada de Chaves à presidência, em setembro de 1949. A assinatura de acordos migratórios, militares, educativos, jurídicos etc. – além da continuidade dos planos assistencialistas e da atuação da Fundação Eva Perón no território paraguaio – teve seu corolário com a devolução dos troféus da guerra contra a Tríplice Aliança, recebidos mais tarde por Stroessner, em 1954. Certamente, Perón não podia esquecer a identificação de González com a UCR, principal partido de oposição a seu governo, evidente já em 1947 quando, estando em Buenos Aires e sendo ministro da Fazenda, os integrantes da FORJA ofereceram-lhe um banquete (González y Contreras, 1951). Perón também não ignorava a estratégia de González de procurar apoio e ajuda material na embaixada estadunidense e, como bem lembra Arciniegas, também na diplomacia brasileira.

Por outro lado, Arciniegas reproduzia tópicos do revisionismo histórico paraguaio, cultivado por González, tais como a bravura e coragem do povo paraguaio; a importância do Paraguai e sua identidade guarani, que o colocava no coração da América como um povo verdadeiramente autóctone – *cobrizo* em oposição à branca Argentina, que se negava a recuperar seu passado vernáculo –; e o potencial econômico do Paraguai. Os três autores nos quais Arciniegas se apoiou para elaborar o capítulo sobre o Paraguai eram Juan O’Leary, pai do revisionismo histórico paraguaio e mentor intelectual de González, Luis Alberto Sánchez e o próprio Juan Natalicio González.

5 ‘Nossa América’ republicana?

Antes de ser publicada a edição em espanhol de *The State in Latin America*, o escritor paraguaio Osvaldo Chaves escreveu uma *Carta a Germán Arciniegas sobre a teoria e a prática do totalitarismo*, publicada em Nova York, também em 1952. A carta se inscreve na mesma linha de defesa da democracia representativa e do pan-americanismo que anima a obra de Arciniegas, mas é claramente crítica aos argumentos deste último. A respeito das relações do governo paraguaio como o argentino, Osvaldo Chaves foi pouco contundente, limitando-se a minimizar a importância das declarações de ‘confraternidade’ como resultado de uma política geral de ‘boa vizinhança’ entre o Paraguai e os países americanos. Na verdade, ele concentrava sua denúncia na figura de Juan Natalicio González.

Talvez sem ter esse propósito, Arciniegas teria feito o “[...] elogio de um efêmero tirano em virtude da unilateralidade de suas fontes de informação”. Desse modo, não pôde compreender que, longe de ser a figura chave no retorno das liberdades sob o governo de Morínigo, González teria sido “[...] o homem do fascismo *criollo* [...]” nesse gabinete e que já tinha sido, “[...] durante toda a década de 1930, o propagandista mais influente das ideias totalitárias no Paraguai”. Osvaldo Chaves discordava das ideias de González a respeito do ‘Estado autóctone’, defendido desde a revista *Guarania* e no *Novo ideario*

Colorado, redigido por González e rejeitado pelo próprio partido ao perceberem “[...] seu núcleo íntimo totalitário”. Segundo Osvaldo Chaves (1952), González perigosamente chegou à “[...] identificação do Estado e da Nação autóctones”. O *Novo ideario* de González era nada menos que o epicentro do ‘furacão totalitário’ no Paraguai. Por outro lado, Chaves (1952) alegava que Natalicio González tinha feito uso de uma “[...] organização de tipo terrorista [...]”, o Guion Rojo, para combater os elementos democráticos do coloradismo e promover sua candidatura. González, longe de ter o apoio do povo, teria sido o “homem mais resistido no Paraguai”.

Outra das críticas recorrentes a González, por parte de seus adversários políticos e críticos literários, era sua simpatia pelo fascismo, manifestada no número 26 da revista *Guarania*, em dezembro de 1935, quando publicou artigos relacionados com a ‘nova Itália’, como *O fascismo de Benito Mussolini*. A repercussão desse número foi tal que, no seguinte, González incumbiu-se da tarefa de explicar por que tinha dedicado um número completo da revista ao fascismo italiano. Nessa oportunidade, reforçava o apelo de que a importação de modelos políticos europeus não era uma solução viável para os países americanos, muito menos para o Paraguai, que considerava um país privilegiado pela sua identidade autóctone, produto da fusão equilibrada entre o guarani e o conquistador espanhol que dera origem à ‘raça paraguaia’. González insistia na necessidade de se elaborar um modelo de Estado próprio que respeitasse a identidade nacional. Apesar dos esforços para se desfazer do estigma de intelectual fascista, a principal crítica às ideias de González tem permanecido (Rodríguez Alcalá, 1987).

Na breve carta de resposta que Arciniegas dedicou a Osvaldo Chaves, o colombiano acusava certa dificuldade para se informar sobre a política paraguaia, bem como para julgá-la, já que “[...] tem sido tão contraditória a história recente desse país, tem havido tal choque de paixões, que não é fácil acertar fórmulas simples para diagnosticar suas dolências” (Arciniegas, 1952c). Porém, na edição argentina do livro, Arciniegas mantinha González como reconstrutor

da democracia paraguaia. Em 1951, González tinha se referido ao governo de Federico Chaves como um grupo de ascendência soviética. Arciniegas o descreveu como um mandatário cooptado pelo peronismo que, como um marinheiro encantado, foi atraído pelo canto da sereia, que não era outra que Eva Perón (Arciniegas, 1956). No entanto, ao longo do primeiro lustro da década de 1950, as acusações de González contra o governo de Federico Chaves gradualmente foram substituindo a qualificação de ‘comunista’ pela de ‘peronista’, e isso é evidente após a queda de Perón quando, sem temor a represálias, González passou a responsabilizar abertamente o mandatário argentino pela perda da presidência. Às três obsessões de Natalicio, mencionadas por González Delvalle, haveria que agregar uma quarta: Juan Domingo Perón.

6 Considerações finais

Quando os caminhos de Juan Natalicio González e Germán Arciniegas se cruzaram em Buenos Aires, no início da década de 1940, ambos os intelectuais já tinham posições divergentes: enquanto o segundo era um liberal antifascista, o primeiro era antiliberal e simpatizante de Mussolini. Porém, o fato de compartilharem um espaço comum por meio da amizade com Gabriel del Mazo e seus círculos reformistas e latino-americanistas em La Plata, de simpatizarem com os ideais da reforma universitária e de se identificarem com um marcado antiperonismo e um anticomunismo, fez com que deixassem as diferenças em um segundo plano durante quase duas décadas. A respeito de sua relação com o peronismo, cabe mencionar, em primeiro lugar, que o ‘passado forjista’ de González ou a identificação de Arciniegas com os postulados liberais mais ortodoxos de um Gainza Paz (Nállim, 2009) não evitaram suas aproximações com a progressiva definição de Perón e do comunismo como um inimigo, e buscaram a cooperação intelectual e a projeção de ações contra esses adversários. A partir da segunda metade de 1940, e mais ainda na década seguinte, o temor à expansão do ‘perigo vermelho’ na América do Sul delineou as definições sobre

o peronismo inscritas agora no marco da Guerra Fria. Dessa forma, se para os intelectuais antiperonistas argentinos a deslegitimação do peronismo estava associada, muitas vezes, a um dos extremos da fórmula sarmientina – o da ‘barbárie’ em oposição à ‘civilização’ –, para os antiperonistas latino-americanos, a estigmatização de Perón deveria se inscrever essencialmente a partir da dicotomia da Guerra Fria, isto é, ‘totalitarismo vs. democracia’ (Svampa, 1994; Jannello, 2014; Glondys, 2013). Ambos os modos de estigmatização implicavam-se permanentemente, mas a contextualização internacional era prioritária para os antiperonistas não argentinos. Isso era necessário para denunciar não apenas um Perón vinculado com todo tipo de ‘ismos’ (fascismo, nazismo, franquismo, comunismo, totalitarismo), mas também para se explicar a intromissão do mandatário argentino nos assuntos internos de países vizinhos como o Paraguai.

Em segundo lugar, a colaboração entre Arciniegas e González exigiu maior maleabilidade do primeiro: nos capítulos de seu livro dedicado à Argentina, insistia em identificar as raízes fascistas de Perón; já ao tratar sobre o Paraguai, reproduzia o discurso de González ao afirmar que os responsáveis pelo poder (Federico Chaves e Menéndez Fleitas) eram comunistas ligados a Perón, sem mencionar a influência do nazifascismo entre os dirigentes paraguaios como González. A cautela deste último para se referir a Perón chama mais atenção, em parte pela proximidade tangível entre a Argentina e o Paraguai. Enquanto Perón foi o presidente da Argentina, González não o responsabilizou diretamente pelo golpe que o levou ao exílio. A denúncia concreta aparece a partir de 1956 e ele a manteve sistematicamente até sua morte. A possibilidade de que González fosse extraditado da Argentina entre 1949 e 1950 foi real. Ainda assim, estando no México, González limitou-se somente a denunciar o governo de Federico Chaves como estalinista. A possibilidade de represálias das autoridades argentinas contra os exilados paraguaios no norte argentino também era real.

Entretanto, com a queda e o distanciamento de Perón da cena política latino-americana, foram mais evidentes algumas diferenças

ideológicas entre González e Arciniegas. Ao mesmo tempo que Perón perdia o governo, na Colômbia organizava-se a Frente Civil que levaria Rojas Pinilla a deixar o poder e ao restabelecimento de um regime civil do qual Arciniegas foi diplomata durante as duas décadas seguintes. Enquanto isso, González iniciava suas tarefas como embaixador da ditadura de Stroessner, a mais longa na história latino-americana. Visto que a correspondência disponível entre os dois escritores se interrompeu em 1957, não temos declarações públicas ou privadas de rejeição à direção assumida por González. Pelo contrário, é válido enfatizarmos que o proselitismo de Arciniegas não excluía a colaboração do paraguai no marco mais amplo da luta contra o comunismo, um combate que muitos intelectuais latino-americanos buscaram associar ao dos autoritarismos autárquicos do Caribe e da América do Sul. Isso, em grande medida, a partir da plataforma do Congresso pela Liberdade da Cultura a que ambos os escritores estavam vinculados, cujo estudo, todavia, escapa às pretensões deste texto.

Referências

AMARAL, R. **Los presidentes del Paraguay**. Asunción: Universidad Católica, 1994.

ARCINIEGAS, G. A ditadura na Colômbia. **Cuadernos Americanos**, n. 1, p. 7–33, 1950.

ARCINIEGAS, G. América descadernada. **Cuadernos Americanos**, n. 2, p. 30–35, 1952a.

ARCINIEGAS, G. Brasil, um continente dentro de um continente. **Cuadernos Americanos**, n. 4, p. 36–56, 1952b.

ARCINIEGAS, G. **[Correspondência]**. Destinatário: Juan Natalicio González. [s. l.], 3 jul. 1942. 1 carta. Biblioteca Nacional da Colômbia, Fundo Gabriela e Germán Arciniegas (BNC-GGA), caixa 21, pasta 9.

ARCINIEGAS, G. **[Correspondência]**. Destinatário: Osvaldo Chaves. [s. l.], 15 jul. 1952c. 1 carta. Biblioteca Nacional da Colômbia, Fundo Gabriela e Germán Arciniegas (BNC-GGA), caixa 1, pasta 17.

ARCINIEGAS, G. **Entre la libertad y el miedo**. Buenos Aires: Sudamericana, 1956.

BREZZO, L.; FIGALLO, B. **La Argentina y el Paraguay, de la guerra a la integración**: imagen histórica y relaciones internacionales. Rosario: Instituto de Historia de la Pontificia Universidad Católica Argentina, 1999.

CHAVES, O. **Carta a Germán Arciniegas sobre la teoría y la práctica del totalitarismo**. Nueva York: [s. n.], 1952. Disponível em: http://www.portalguaraní.com/382_osvaldo_chaves/20342_carta_a_german_arciniegas_sobre_la_teoria_y_la_practica_del_totalitarismo_por_osvaldo_chaves.html. Acesso em: 17 jul. 2014.

GAINZA PAZ, A. **[Correspondência]**. Destinatário: Germán Arciniegas. [s. l.], 22 abr. 1951. 1 carta. Biblioteca Nacional da Colômbia, Fundo Gabriela e Germán Arciniegas (BNC-GGA), caixa 24, pasta 18.

GLONDYS, O. **La guerra fría cultural y el exilio republicano español**. Madrid: CSIC, 2013. (Cuadernos del Congreso por la Libertad de la Cultura).

GONZÁLEZ, J. N. **Cómo se construye una nación**. Asunción: Guarania, 1949a.

GONZÁLEZ, J. N. **[Correspondência]**. Destinatário: Germán Arciniegas. [s. l.], 3 out. 1948. 1 carta.

GONZÁLEZ, J. N. **[Correspondência]**. Destinatário: Germán Arciniegas. Buenos Aires, 14 maio 1949b. 1 carta. Biblioteca Nacional da Colômbia, Fundo Gabriela e Germán Arciniegas (BNC-GGA), caixa 21, pasta 9.

GONZÁLEZ, J. N. **[Correspondência]**. Destinatário: Germán Arciniegas. Ciudad de México, 26 abr. 1950. 1 carta. Biblioteca Nacional da Colômbia, Fundo Gabriela e Germán Arciniegas (BNC-GGA), caixa 21, pasta 9.

GONZÁLEZ, J. N. **[Correspondência]**. Destinatário: Germán Arciniegas. Ciudad de México, 23 out. 1951. Biblioteca Nacional da Colômbia, Fundo Gabriela e Germán Arciniegas (BNC-GGA), caixa 21, pasta 9.

GONZÁLEZ, J. N. **[Correspondência]**. Destinatário: Germán Arciniegas. [s. l.], 14 maio 1952a. 1 carta. Biblioteca Nacional da Colômbia, Fundo Gabriela e Germán Arciniegas (BNC-GGA), caixa 21, pasta 9.

GONZÁLEZ, J. N. **[Correspondência]**. Destinatário: Germán Arciniegas. Ciudad de México, 14 ago. 1952b. 1 carta.

GONZÁLEZ, J. N. **Vida y pasión de una ideología**. Asunción: Napa, 1982.

GONZÁLEZ DELVALLE, A. **La hegemonía colorada (1947–1954)**. Asunción: El Lector-ABC Color, 2011.

GONZÁLEZ Y CONTRERAS, G. **J. Natalicio González, descubridor del Paraguay**. Asunción: Guarania, 1951.

GRACIANO, O. **Entre la torre de marfil y el compromiso político: intelectuales de izquierda en la Argentina, 1918–1955**. Buenos Aires: Editorial de la Universidad de Quilmes, 2008.

JANNELLO, K. Los intelectuales de la Guerra Fría: una cartografía latinoamericana (1953–1962). **Políticas de la Memoria: Revista de Investigación del CeDInCI**, n. 14, p. 79–101, 2014.

MARTINS, M. A. **A identidade ibero-americana em revista: Cuadernos Americanos e Cuadernos Hispanoamericanos, 1942–1955**. 2012. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MYERS, J. A gênese ateneísta da história cultural latino-americana. **Tempo Social**, v. 17, n. 1, p. 9–54, 2005.

NÁLLIM, J. An unbroken loyalty in turbulent times: la prensa and liberalism in Argentina, 1930–1946. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, v. 20, n. 2, p. 35–62, 2009.

- NEIBURG, F. **Los intelectuales y la invención del peronismo.** Buenos Aires: Alianza, 1998.
- RODRÍGUEZ ALCALÁ, G. **Ideología autoritaria.** Asunción: RP, 1987.
- SÁNCHEZ, L. A. **Reportaje al Paraguay.** Asunción: Guarania, 1949.
- SARLO, B. **La batalla de las ideas (1943–1973).** Buenos Aires: Ariel, 2001. (Biblioteca de Pensamiento Argentino. v. 8).
- SUÁREZ MORALES, C. D. Germán Arciniegas y las editoriales argentinas (1940–1960). **Diálogos**, v. 17, n. 2, p. 415–448, 2013.
- SVAMPA, M. **El dilema argentino:** civilización o barbarie: de Sarmiento al revisionismo peronista. Buenos Aires: El Cielo por Asalto, 1994.
- TCACH, C. Movimiento estudiantil e intelectualidad reformista en Argentina (1918–1946). **Cuadernos de Historia**, n. 37, p. 131–157, 2012.
- VARGAS ARAYA, A. Latinoamericanidad de Figueres. **Revista de COPPPAL**, ano 1, n. 1. 1990. Disponível em: <http://www.elespiritudel48.org/docu/h100.htm>. Acesso em: 3 out. 2014.

A extrema-direita uruguaia e suas redes transnacionais (década de 1960)¹¹

Magdalena Broquetas

A direita antiliberal surgiu no Uruguai no final dos anos 1920 e teve sua máxima expressão na década seguinte, coincidindo com o apogeu dos fascismos europeus e a consolidação de uma ditadura no plano interno que instaurou um governo de signo conservador¹².

Essa tendência foi representada por meio de algumas organizações autóctones numericamente pouco significativas, assim como pelos coletivos diretamente vinculados aos fascismos da Europa, como as filiais da Falange, os fascistas locais e a seção uruguaia do Partido Nacional-Socialista alemão. Embora não se tratasse de movimentos políticos de massa, encontraram ampla receptividade social, e algumas de suas ideias foram compartilhadas por parte dos envolvidos com a ditadura encabeçada por Gabriel Terra e pelas hierarquias eclesiásticas católicas (Caetano, 1987; Jacob, 1984; Camou, 1988; Alpini, 1999,

11 Tradução de Victor Raoni de Assis Marques.

12 Retomo neste artigo as principais linhas de análise sobre a extrema-direita uruguaia e seus vínculos transnacionais no primeiro quinquênio da década de 1960, abordadas em *A trama autoritária: direitas e violência no Uruguai, 1958–1966* (Broquetas, 2014).

2002; Aldrighi *et al.*, 2000; Zubillaga, 2007, 2009; Rodríguez Ayçaguer, 2009)¹³.

Durante o transcurso da Segunda Guerra Mundial, a influência do pan-americanismo liderado pelos Estados Unidos provocou mudanças substanciais na política interna uruguaiã e contribuiu de maneira definitiva para a reconfiguração do campo social das direitas que, desde o início da Guerra Fria e em consonância com seus pares do Ocidente, se caracterizou pela rejeição aos totalitarismos de qualquer signo e pela valorização praticamente unânime de ideias e projetos ‘democratas’ (Oddone, 1990). Ante a perda de um contexto favorável, fundamentalmente depois da aprovação da Lei de Associações Ilícitas, em junho de 1940, e da posterior derrota dos fascismos na Europa, as agrupações de extrema-direita, assim como as demonstrações de simpatia de líderes partidários e hierarquias eclesiásticas, foram perdendo peso e desaparecendo do espaço público.

Só duas décadas mais tarde essa tendência voltou a adquirir impulso no bojo de um contexto europeu favorável ao surgimento de movimentos neofascistas e no início de uma conjuntura de crise interna similar à experimentada por outros países latino-americanos, que começavam a sentir com maior intensidade os efeitos da Guerra Fria. Neste artigo, se descrevem as bases ideológicas desses movimentos na década de 1960, seu projeto político e seus traços identitários. Não obstante, o foco principal está na análise de sua emergência, no marco de um espaço geopolítico mais amplo, que permite situar o acionamento das organizações de extrema-direita em um cenário regional por meio dos vínculos estabelecidos com movimentos semelhantes aos da vizinha Argentina e de toda a América espanhola e, também, do mundo, à medida que responderam ao reaparecimento dos movimentos neofascistas na Europa. Por outro lado, apresentam-se os motivos pelos quais as organizações de

13 Os interessados em conhecer mais sobre o revisionismo, uma das organizações da extrema-direita uruguaiã nos anos 1930, podem consultar o artigo de Victor Raoni de Assis Marques incluído neste volume (N. dos O.).

extrema-direita estreitaram vínculos novos com atores transnacionais, como a Liga de Estados Árabes, impulsionadora do movimento antissionista em escala mundial, ou formularam acordos com alguns inimigos tradicionais, como eram os representantes diplomáticos do governo estadunidense.

1 O retorno dos cruzados

No início da década de 1960, surgiram organizações com fortes pontos de contato com os movimentos autoritários e antiliberais dos anos 1930. Tratava-se de grupos que reeditavam uma ideologia nacionalista, reivindicadora das raízes culturais católicas e hispânicas e saudosistas da unidade americana anterior à formação dos Estados liberais. Por sua vez, se opunham – pelo menos no plano discursivo – às posturas ‘democratas’ da direita conservadora, a qual associavam à defesa de um sistema capitalista injusto, dominado pelo imperialismo estadunidense que consideravam tão nocivo como o soviético. Porém, seu contexto imediato não era o de entreguerras, mas de radicalização dos conflitos da Guerra Fria no continente latino-americano. Nesse sentido, pode se dizer que o ressurgimento de organizações de extrema-direita no Uruguai, no início dos anos 1960, respondiam tanto a circunstâncias internas como a fatores de índole transnacional.

No Uruguai, esses movimentos emergiam como resultado da crise que atravessava o país desde meados da década anterior, de índole fundamentalmente econômica, embora não isenta de uma quebra do universo de valores e do imaginário hegemônico que vinha desde começos do século XX. Reproduzindo-se sua leitura da realidade, em termos mais gerais, assistia-se à fratura de um modelo de país moldado pelo batllismo (movimento político reformista e impulsionador de uma identidade cosmopolita) desde o imediato pós-guerra e, em definitivo, à iminente derrubada da ordem burguesa que este representava. Tratou-se, igualmente, de organizações que reagiram ao que perceberam como um avanço do ‘marxismo’, identificado na proliferação de sindicatos classistas, na conformação

de organizações sindicais de esquerda nos ensinos médio e superior e no alargamento dos marcos de alianças das esquerdas partidárias.

Porém, o aparecimento desses movimentos também deve ser interpretado como epifenômeno de um fato global, como o foi a propagação de grupos neofascistas surgidos no continente europeu e emulados com variantes em outras partes do mundo. Distanciadas da polaridade instaurada pela Guerra Fria, as organizações de extrema-direita formularam programas políticos – antipartidários, antiparlamentares, xenófobos, racistas e antissionistas – e espalharam métodos de ação violentos que atraíram os extremistas de direita latino-americanos, contribuindo para ratificar suas velhas certezas decadentistas e reforçar seu rol de vanguarda (re)fundadora de uma ordem nova. Simultaneamente, com a intensificação da crise econômica e social, muitas de suas ideias e de seus canais e modos de ação foram permeando setores das Forças Armadas e outros atores políticos que, como eles, transitavam um tempo de incerteza no qual se superpunham apostas e temores derivados da realidade uruguai e de projeções em escala regional e mundial.

Entre os grupos e movimentos de extrema-direita ativos nesse período, pode estabelecer-se uma separação entre aqueles que deram publicidade à sua doutrina por meio de publicações próprias e diversas ações proselitistas, e os que mantiveram seus planos estritamente encobertos e desenvolveram ações clandestinas em diferentes níveis. Entre os primeiros – cujo repertório de ações também incluiu atividades clandestinas de tipo conspirativo –, sobressaíram-se as seguintes organizações: Movimiento Progresista del Uruguay, Frente Estudiantil de Acción Nacionalista (FEDAN), Movimiento Nacionalista Montonera, Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR) e Cruzada Patriótica Revolucionaria (CPR). Catalogados pelas fontes policiais como ‘direitistas’ ou ‘extremistas’, em alusão aos seus métodos violentos e ao radicalismo de seu projeto de mudança social, ou qualificados por seus opositores sob o mote de ‘bandos fascistas’, esses movimentos se autoqualificavam como ‘nacionalistas’, identificando-se, por cima da dicotomia esquerda/

direita, como representantes de uma terceira posição. No contexto polarizado da Guerra Fria, dominado pela bipolaridade ‘comunismo’ versus ‘anti-totalitarismo’, esse conglomerado de agrupações se apresentava como uma opção restauradora de uma identidade nacional que se considerava avassalada – ‘Nem ianques, nem vermelhos, mas orientais’, reivindicava um de seus slogans.

Embora com matizes e algumas divergências, essa pluralidade de movimentos compartilhou tanto um diagnóstico sobre sua contemporaneidade como modalidades de ação e um projeto para recriar uma nova ordem social, econômica e política¹⁴. É possível identificar coincidências em suas autoimagens e referências internas e externas, o que explica os vínculos sociais estabelecidos tanto dentro como fora das fronteiras. Assim, essa vertente de movimentos nacionalistas de extrema-direita impugnou majoritariamente a democracia representativa e repudiou a política partidária, identificando políticos e governantes como corruptos e responsáveis principais da crise e da suposta decadência moral em que estava imerso o país.

Em contraposição a esse estado de decadência e corrupção, o FEDAN, por exemplo, se apresentava em sua publicação *Centinela* como um “[...] núcleo de idealistas que lutam e acreditam [...] em seus princípios cristãos, anticomunistas e anti-imperialistas [...]”, uma “[...] jovem brigada ideológica destinada a transformar o decrépito e cansado Uruguai de hoje”. Para esse ‘novo Uruguai’ se projetava uma democracia orgânica, no marco de um Estado totalitário no qual não haveria lugar para liberais nem marxistas, e se implementaria uma verdadeira ‘justiça social’ por meio da instauração de uma ordem corporativa que organizaria a sociedade em função de

14 Convém, não obstante, precisar que não todos os movimentos tiveram uma mesma composição social, nem o mesmo grau de elaboração teórica em seus postulados. Assim, embora seja indubitável seu rechaço à política partidária, nem todos necessariamente coincidiram na negação dos partidos.

‘sindicatos nacionais’, os quais respeitariam uma suposta hierarquia natural (A manera..., 1961; Conferencia..., 1962).

Assim como suas bases ideológicas, sua percepção econômica e política também estava intimamente aparentada com o falangismo ou o nacional-sindicalismo, e essa era também a principal fonte de inspiração para a modalidade organizativa e os distintivos identitários desses movimentos. Entre as práticas rituais e símbolos de identidade tomados do falangismo, sobressaem o tipo de vestimenta, o uso de braceletes com a cruz de Malta, o trato interpessoal de ‘camaradas’ e o texto reproduzido nos atos de juramento dos filiados. Em agosto de 1964, Mario Baccino – ex-dirigente do FEDAN e nesse momento membro de Montonera – recomendava a um novo simpatizante do movimento preparar-se teoricamente por meio da leitura das “[...] obras completas de José Antonio [...]”, de onde tiraria um “[...] conjunto de conceitos e definições cujo manejo lhe seria muito útil por sua permanente atualidade e aplicabilidade à realidade nacional” (Baccino, 1964). Por sua vez, era usual que as publicações desses grupos incluíssem lembranças e homenagens a José Antonio Primo de Rivera, fundador e líder da Falange Española. Geralmente essas ocasiões eram aproveitadas para se comemorar a continuidade de um projeto e elogiar as conquistas da Espanha franquista – ‘Mãe-Pátria’ exemplar – como um espelho desejado¹⁵.

2 O espelho europeu

Como havia ocorrido em outras conjunturas, embora reforçado pela intensidade dos enfrentamentos globais da Guerra Fria, a Europa apresentava um espelho que refletia realidades, resultados e soluções possíveis para as direitas do Uruguai e a região. Desde finais da década de 1950, uma nova onda antissemita tinha começado na Alemanha, repercutindo em vários países europeus nos quais a crise econômica e as tensões políticas geraram um terreno propício para

15 Ver, por exemplo, Antonio (1961) e Revolución Nacional (1964).

seu florescimento. Pinturas de suásticas, atentados e intimidações a estudantes judeus eram parte dessa campanha impulsionada por grupos nacionalistas de extrema-direita (Senkman, 1986)¹⁶.

Em 1960, criou-se na Bélgica a organização Jovem Europa, estreitamente vinculada com a extrema-direita francesa nucleada em torno da Organização do Exército Secreto (OAS), surgida em 1961 em resposta à independência da Argélia, cujos membros adotaram modalidades de ação clandestinas e violentas. Ante o descontentamento reinante em amplos setores sociais em razão da perda das propriedades coloniais na África e da constatação de que a metade do território europeu estava sob domínio soviético, a Jovem Europa se pronunciou a favor de um novo nacionalismo pan-europeu, que postulava uma superioridade cultural e se opunha a qualquer imperialismo, tanto de esquerda como de direita. Esse enfoque encontrou adeptos entre grupos neofascistas de todo o continente, e parece haver se tornado um modelo para seus contemporâneos americanos que, como se verá, extrapolaram e adaptaram alguns de seus principais postulados, como a ideia de um continente unido sob paradigmas econômicos comunitários e a oposição ante os dois impérios hegemônicos da Guerra Fria (Rodríguez Jiménez, 1994). Nos Estados Unidos, desde início dos anos 1970, proliferaram comandos racistas e antiesquerdistas, também inspirados nos métodos da OAS, como os da John Birch Society, profundamente antisemita e anticomunista (Robin, 2005).

3 O mandato do passado e a América hispânica como espaço de projeção

Assim como a Europa representava um espelho que refletia formas novas de nacionalismo, os movimentos de extrema-direita uruguaios projetavam no continente hispano-americano o espaço

16 O semanário *Marcha* analisou este fenômeno no Uruguai em *El nuevo brote terrorista* (1960).

ideal para suas alianças políticas. Isso respondia, em primeiro lugar, à sua interpretação do passado histórico, que diferia substancialmente do relato hegemônico encomiástico do desmembramento do Império Espanhol na América e da criação, em meados do século XIX, de Estados independentes governados por democracias liberais. Em sua leitura do passado histórico, a extrema-direita uruguaya bebeu de fontes locais, como o nacionalismo conservador formulado por Luis Alberto de Herrera ou a tendência representada pelo sindicalismo rural conservador das classes médias desde meados do século XX (Reali, 2005; Rilla, 2008; Jacob, 1981)¹⁷.

A partir da mistura de ambas as vertentes, os nacionalistas refutaram uma ideia fortemente arraigada na historiografia oficial e no imaginário social dominante, que atribuía a formação da nação uruguaya aos dois grandes partidos tradicionais – Blanco e Colorado –, surgidos ao mesmo tempo que a formação de um Estado independente. A partir dessa outra perspectiva, a consolidação da nacionalidade afundava suas raízes nas origens católicas e hispânicas de uma comunidade que transcendia o espaço geopolítico obtido finalmente pela República Oriental do Uruguai, para se estender ao que havia sido o Vice-Reino do Rio da Prata e, em projeções mais amplas, ao Império Espanhol na América.

Por sua vez, no que diz respeito à justificação de seus vínculos supranacionais, os representantes da extrema-direita aderiram ao revisionismo histórico, um movimento desenvolvido em ambas as margens do rio da Prata, inclinado à desestruturação da historiografia nacionalista de cunho liberal e à recuperação dos caudilhos federais, injustamente difamados, mal interpretados ou esquecidos por um relato que, segundo se acreditava, levava implícita uma leitura classista, apologética do legado ‘doutoral’ e era tributário de uma

17 Os interessados em conhecer mais sobre as leituras de Herrera sobre o passado nacional e americano considerarão de utilidade o artigo de Olga Echeverría e María Laura Reali incluído nesta compilação. Ainda, o artigo de Valeria Galván permite apreciar como foi o processo de criação e difusão do conceito de América Hispânica nos anos 1960 entre nacionalistas argentinos (N. dos O.).

visão distorcida e humilhante das massas rurais (Caudillismo..., [1964]). Isso explica que um dos tópicos recorrentes nos artigos históricos inclusos em suas publicações fosse a essencial comunhão de interesses entre argentinos e orientais; nas palavras de José María Rosa – um dos líderes desta corrente historiográfica –, ‘a mesma coisa’ até a intervenção dos ingleses na Convenção Preliminar de Paz de 1828 (La historia..., 1965). Nesse caminho, os nacionalistas de direita de ambos os países se somaram aos esforços para derrubar a suposta lenda negra levantada em torno de figuras como Manuel Oribe ou Juan Manuel de Rosas e seus respectivos adjuntos provinciais, reivindicados como opositores do projeto de criação de um Estado centralista portenho e autênticos representantes populares (Oribe..., 1961). Nessa mesma linha, depuraram-se o ideário e a trajetória política de José Artigas, recuperado como precursor da unidade americana e injustamente vilipendiado pelos “[...] selvagens unitários como Mitre ou Sarmiento [...]” que os fizeram “[...] aparecer em seus libelos como um segregador”. Ao mesmo tempo, enalteceu-se a base social do exército artiguista, “[...] gaúcho e mонтонero” (18 de mayo, 1964; Artigas..., 1965).

O sentimento de pertença a um passado ‘hispânico’ e as solidariedades ‘rio-platenses’ estruturaram a identidade histórica dessa corrente e serviram de base para sua projeção política regional. Assim, nessa chave, a postulada ‘reversão dos povos ao seu destino’ consistia na restauração dessa suposta ordem original e ‘natural’, fundada sobre os pilares do hispanismo, cristianismo e autoritarismo, que havia se visto erroneamente truncado. Sobre essa base se projetaram vínculos políticos em diferentes escalas: enquanto a outrora América hispânica representava a unidade política maior assentada sobre uma comum adoção da doutrina nacional sindicalista e sobre o anti-imperialismo tanto soviético como estadunidense, o espaço rio-platense figurava ainda como âmbito de ação conjunta para movimentos que se consideravam irmanados em sua história mais imediata.

4 A aposta em uma comunidade transnacional e restauradora

Um exemplo do tipo de laço estabelecido no primeiro nível dessa rede política e intelectual foi a participação de organizações de extrema-direita nacionalista no movimento neofascista Joven América, filial ibero-americana da Joven Europa. Nesse contexto, entre 1963 e 1964, Montonera e o MNR formaram parte do movimento Jovem América, cuja coordenação funcionava em Buenos Aires. Um documento informativo datado de 1963 e dirigido aos membros do movimento comemorava o avanço ‘[...] a passos agigantados’ da ideia de ‘Jovem América’ e comunicava a adesão da ‘[...] juventude nacionalista do irmão Uruguai’. Noticiavam-se a recente incorporação dos camaradas mexicanos da Frente Patriótica e o incremento na atividade da delegação colombiana representada pelo movimento nacional-americanista Colombia Joven. No tocante à atividade militante da frente mexicana, era constante a publicação de um folheto que tratava em todos os seus capítulos da América dividida e humilhada pelos imperialismos e pela ação do colonialismo ianque, aprovando revolucionariamente a liberação de Cuba (Comunicación..., 1963).

A Jovem América mantinha vínculos com a organização de exilados cubanos nos Estados Unidos, agrupados no Movimiento Nacionalista Cristiano, que lutava pelo derrocamento do governo revolucionário cubano. O *Boletim Informativo* dava conta da preparação de um ‘[...] congresso de organizações nacionalistas na América Latina [...]’, por parte dos ‘[...] camaradas da Asociación Nacionalista Cubana’. Por sua parte, a delegação argentina, que tinha adotado o nome de Movimiento Joven América, também mantinha intensa atividade e realizava ‘[...] uma grande campanha de difusão para a constituição de grupos municipais e provinciais em todas as regiões de seu território’. Igualmente assentada na cidade de Buenos Aires, a Organización Nacional Anticomunista, sob a chefia de F. Varga, havia se constituído em Joven Argentina, adotando como distintivo a cruz celta, ‘[...] símbolo de todos os movimentos emergentes [sic] que lutam pela UNIDADE AMERICANA [...]’. Essa ‘[...] comunicação

de enlace [...]” se fechava com a esperança de ter prontas notícias do Movimiento Nacionalista de Costa Rica, do qual haviam chegado novidades alentadoras e alusivas a seu “[...] extraordinário temperamento combativo [...]”, aconselhando a leitura do periódico chileno *Solidaridad*, “[...] fiel reflexo do pensamento de nossa organização”. Segundo se detalhava, essa “[...] valente e clara folha jornalística [...]” proclamava:

[...] necessária a unidade de nossas dispersas repúblicas, e advoga pela Revolução americana que faça de nosso Continente – maior que a América do Norte e Europa juntos – uma forte e poderosa nação desde a Terra do Fogo até o rio Bravo, onde impere a justiça social, sem submissão a Washington e Moscou (Comunicación..., 1963).

Por meio do movimento continental Joven América, fortaleceram-se os vínculos entre as juventudes nacionalistas uruguaias e seus camaradas americanos, potenciando não só a rede de identidades e solidariedades políticas compartilhadas, como também a circulação de publicações periódicas, textos teóricos e experiências em comum. O conteúdo de uma carta em poder de Mario Baccino, em que Manuel de la Isla Paulín, membro do Servicio Exterior del Frente Patriota de México, se dirigia ao camarada Basilio García Corominas do Movimiento Nacionalista Montonera (provável pseudônimo utilizado pelo primeiro para evitar a intercepção policial do intercâmbio epistolar, como tinha acontecido na Argentina), é eloquente acerca do tipo de informação compartilhada e do alcance do vínculo. Junto com a carta se enviaram publicações dessas organizações culturais e estudantis, folhetos, o manifesto da organização e um exemplar do periódico *Renovación* (Isla Paulín, [1964]).

Após realizar o contato com Montonera, o representante da frente mexicana informava que anteriormente haviam tido contato superficial com “[...] a Juventud Nacionalista del Uruguay que parece ter mudado há pouco tempo seu nome pelo de Movimiento Nacionalista Revolucionario, que edita o periódico El Federal”, e agradecia o envio

de referências em torno de sua orientação política. Advertia que, “[...] a julgar por seu periódico esta[vam] bem orientados [...]”, porém queriam saber mais em relação à “[...] quando foi fundado, como funciona, que influência tem entre a juventude uruguaia, que direção política segue, etc.”. O intercâmbio epistolar funcionava, por sua vez, como carta de apresentação do movimento mexicano:

Nossa doutrina é o Nacional Corporativismo, e pelos folhetos que vos envio vos podereis ilustrar melhor acerca de nossa doutrina revolucionária.

[...]

Nosso Movimento é ainda jovem, foi fundado no ano passado e temos, portanto, pouco mais de doze meses de trabalho, porém, temos conseguido estabelecer centros na maioria das províncias (estados) do México.

Nossa tática de luta política é à base de organizações segundo o modelo do Partido Comunista: temos organizados grupos culturais, estudantis e agrupações de escotismo exploração, dependentes todas elas de um núcleo central que é o aparato político diretriz, a FRENTE propriamente dita. [...] Nosso trabalho atual está encaminhado em criar entre a juventude mexicana uma consciência hispano-americana.

Esse interesse recíproco entre organizações com pontos ideológicos e programas em comum comprova o lugar de privilégio que ocupava o Uruguai com a sua tradição de liberdade política e de expressão, desde a perspectiva de distintos representantes das direitas nacionalistas latino-americanas. Essas organizações extremistas desfraldavam sua ação sob a órbita de governos relativamente permissivos ante suas manifestações. No mês de julho de 1964, Mario Baccino, líder de Montonera, tomou conhecimento e foi consultado sobre o projeto ideado pelos nacionalistas argentinos, Alberto Baldrich e Atilio García Mellid, de constituir uma “Comissão Provisória deste Terceiro Mundo [...] com sede em Montevidéu onde estar[ia] a Central [...]”. Baldrich escrevia desde Buenos Aires a García Mellid, que estava exilado em Montevidéu desde 1955, estreitamente vinculado com os

movimentos nacionalistas de ambas as margens do Prata, indicando-lhe que

Esta Comissão convidará a Argentina (a seu Centro de Estudos dos Problemas Argentinos), a Paraguai (a quem vc. designe) e a Julio Izaca Tejerino (endereço: Câmara dos Deputados, Manágua) a que se aderiram, designem representantes ante essa Comissão e enviem seus respectivos manifestos. A tal efeito, convém que Vcs. acompanhem o de Vcs. Eu já escrevi para Icaza e ele organizará toda a América Central.

A proposta incluía a realização de um primeiro ato em Montevidéu com data, representação e oradores a se confirmar, para o qual se sugeriam os seguintes temas: ‘História política atual’, ‘Economia’ e ‘Social Sindical’, deixando aberta a dúvida acerca de se, “[...] além disso, faremos falar a mulher e ao estudante” (Baldrich, 1964).

5 Vínculos e conexões no espaço rio-platense

Entre os movimentos de extrema-direita do Uruguai e da Argentina, o vínculo foi ainda mais estreito, a ponto de que é plausível se pensar no funcionamento de organizações nucleares comuns com ‘braços’ locais nos respectivos países. As similitudes entre as organizações de ambas as margens do Prata compreenderam tanto referentes e bases ideológicas (nacional-sindicalismo, antisemitismo, anti-esquerdismo, defesa da violência como tática de ação política) como ritos (conteúdo do juramento dos filiados a ambas as organizações, o costume da saudação romana e o trato interpessoal em termos de ‘camaradas’) e simbologia identitária (o uso de braceletes com a cruz celta e o vestuário com camisas cinza). Do mesmo jeito que seus pares americanos, os integrantes desses movimentos na Argentina e Uruguai concebiam a si mesmos como novos ‘cruzados’, dispostos a dar a vida pela revolução e pelo povo explorado. Não obstante, nesse caso se evidenciam também numerosas similitudes entre as ações planificadas e executadas pelas organizações de ambos os países.

Desde 1961 foram notórios os nexos identitários e as similitudes nas ações do FEDAN e do Movimiento Nacionalista Tacuara (MNT), embora as semelhanças se fizeram ainda mais explícitas a partir da fundação de Montonera em 1964. O MNT tinha surgido em finais de 1957 por iniciativa de um grupo de ex-militantes da Unión Nacionalista de Estudiantes Secundarios (seção estudantil da Alianza Libertadora Nacionalista), embora suas origens remontassem às formulações do nacionalismo antidemocrático dos anos 1920 e os fascismos europeus da década seguinte (Gutman, 2003; Lvovich, 2006).

A partir de 1960, o movimento sofreu várias excisões tanto à direita como à esquerda, pelo que cabe precisar a identificação das agrupações nacionalistas uruguaias com a rama original do MNT, liderada por Alberto Ezcurra Uriburu e influenciada pelo falangismo espanhol impulsor do nacional-sindicalismo, e a Guardia Restauradora Nacionalista, de cunho conservador e nostálgico da velha ordem, fundada em setembro de 1960 a instâncias do religioso e furibundo antisemita Julio Meinville, contrário às ideias do sociólogo fascista Jacques Marie de Mahieu sobre o ‘Estado comunitário’ que cativaram alguns líderes tacuaristas (Galván, 2008). Desde 1964, o Movimiento Nacionalista Revolucionário também apresentou muitas coincidências com os grupos tacuaristas de direita, com os que ainda compartilhou alguns de seus filiados. Finalmente, quando em 1965 se produziu a fusão entre o MNR e Montonera, a resultante Cruzada Patriótica Revolucionaria se transformou em herdeira daquele vínculo.

Além do substrato comum resultante de sua leitura e filosofia da história e da construção de uma identidade política compartilhada, essas organizações coincidiam na interpretação de sua contemporaneidade e, em termos muito gerais, em um projeto político em curto prazo. Ante o diagnóstico de crise multifatorial, postularam um ‘banho de sangue purificador’ e foram muito explícitas, enquanto os únicos membros do corpo social que permaneciam ‘puros, nobres e decentes’ eram as Forças Armadas. Consequentes com essa definição, desde começos da década de 1960, as agrupações de extrema-direita abonaram uma campanha golpista – na qual intervieram muitas outras vozes – e se

empenharam a favor da instauração de um governo conduzido pelas Forças Armadas e por técnicos, que excluísse por completo a figura do político como representante partidário (Temperatura..., [1964]; Única..., 1965; Golpe..., 1965).

Como advertido acima, um olhar à atividade realizada por esses movimentos no Uruguai e na Argentina lança indícios contundentes para se afirmar que compartilhavam um plano de ações conjuntas. Um dos exemplos mais representativos a propósito dessas conexões fica em evidência a partir do acompanhamento atento das repercussões do divulgado ‘caso Eichmann’ entre 1960 e 1962. Em 11 de maio de 1960, um comando dos serviços de inteligência israelenses sequestrou, em Buenos Aires, Adolf Eichmann, responsável direto pela deportação de judeus aos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial, desde 1950 radicado sob uma identidade falsa na Argentina. Depois de alguns dias de cativeiro, Eichmann foi trasladado clandestinamente a Jerusalém, onde foi submetido a um longo e midiático julgamento que se estendeu durante os dois anos seguintes e em que finalmente foi considerado culpado por ter cometido crimes contra a humanidade. Na noite de 31 de maio de 1962, o ex-nazista foi executado na prisão de Ramalah. Sua morte suscitou reações em todo o mundo, e no Rio da Prata, tanto o sequestro de maio de 1960 como a execução de 1962 levaram a novas ondas de antisemitismo violento nas quais se aprofundou o já tradicional assédio aos membros da comunidade judaica por parte de movimentos nacionalistas de direita (Avni, 1995; Rein, 2001; Bohoslavsky, 2010).

Em ambos os países, desde os primeiros meses de 1960 se sucederam atentados antisemitas, embora no Uruguai a ação de maior envergadura tenha acontecido em 13 de junho, dois dias depois do sequestro de Eichmann. Essa noite estourou uma bomba de elaboração caseira na porta da sinagoga localizada na Cidade Velha, sede da comunidade sefardita em Montevidéu, e outras duas foram encontradas, antes de sua detonação, nas sedes da Nova Congregação Israelita de Montevidéu e na Sociedade de Língua Húngara (Broquetas, 2010). Uma forte explosão ocorrida nos fundos de uma

moradia familiar de um bairro central delatou os três jovens que tinham fabricado as bombas, deixando como saldo um deles falecido e os outros dois feridos gravemente. Estes confessaram à polícia que os explosivos confeccionados por eles mesmos estavam “[...] destinados a sociedades e congregações da coletividade israelita, assim como à Embaixada de Israel [...].” Também revelaram que se tratava de um comando que recebia instruções de um movimento nacionalista da Argentina.

Nos meses de junho e julho de 1962, imediatamente depois da execução de Eichmann, novamente tiveram lugar episódios violentos que os vincularam aos movimentos de extrema-direita de ambos os países. Na Argentina, produziu-se um notório recrudescimento da campanha antisemita impulsionada pelo Movimiento Nacionalista Tacuara e a Guardia Restauradora Nacionalista (Rein, 2001). Entre os numerosos atos de violência contra instituições, domicílios e pessoas de origem judaica, destacou-se, por sua gravidade e repercussão, o sequestro da jovem estudante Graciela Sirota, raptada na rua nos últimos dias de junho e agredida por três jovens, entre os quais reconheceu provocadores antisemitas presentes em um ato realizado poucos dias antes na Faculdade de Medicina. Além de ter sofrido golpes e queimaduras de cigarro em diversas partes do corpo, a jovem foi selvagemente tatuada com uma cruz gamada no peito (Unâime..., 1962; Vandalismo..., 1962).

Duas semanas depois do atentado contra Graciela Sirota em Montevidéu, foi sequestrada e agredida, de forma muito similar, a jovem paraguaia Soledad Barrett, que, da mesma forma que vários membros de sua família, integrava a Frente Unido de Liberación Nacional (FULNA), uma frente opositora à ditadura de Stroessner que atuava no exterior. Obrigada a recitar consignas filonazis e antiesquerdistas, Soledad Barrett foi golpeada e marcada em suas coxas com duas grandes cruzes suásticas. Segundo o relatório policial, seus captores exigiram que ela gritasse “Viva Hitler. Viva a OAS. Abaixo o governo comunista de Fidel Castro” (SIE 1962) . No transcurso da investigação, o Servicio de Inteligencia y Enlace recebeu

informação que envolvia Pedro Andrade Arregui (pseudônimo Carlos Rojo), um uruguai que tinha liderado vários esforços de aproximação entre os movimentos da extrema-direita latino-americana e, em particular, argentinos. Em fins de 1961, estava radicado em Buenos Aires, integrava o Movimiento Progresista de Uruguay e presidia a comissão organizadora do Congreso de la Juventudes Nacionalistas Revolucionarias (SIE 1962). Além da similitude verificável com o caso Sirota, as implicâncias de Tacuara nos atentados ocorridos em julho no Uruguai ficaram evidentes com a presença em Montevidéu de vários integrantes dessa organização (SIE, 1962).

6 Filo-arabismo e anticomunismo em um marco de alianças que se alarga

Tanto a exaltação da violência no discurso e na prática política como o antisemitismo e o anticomunismo em sentido amplo eram ideias que haviam estado presentes nas primeiras formulações das organizações de extrema-direita no século XX e que podiam se reconhecer nas manifestações dos movimentos dessa tendência em começos da década de 1960. Porém, a nova ordem mundial depois da Segunda Guerra e a radicalização dos conflitos da Guerra Fria no continente americano, outorgaram uma dimensão particular a essas tendências e justificaram o traçado de vínculos conjunturais com atores transnacionais que perseguiam objetivos diversos.

Em primeiro lugar, cabe se destacar que o antisemitismo das organizações de extrema-direita de ambos os países foi reflexo e ao mesmo tempo se nutriu do revigorado movimento antissionista que atuou em nível mundial depois da criação do Estado de Israel em 1948. Isso explica o filo-arabismo desenvolvido por esses movimentos no primeiro lustro da década de 1960 (Bohoslavsky, 2010) e a natureza de suas conexões com os representantes da Liga Árabe na Argentina e Uruguai. Em outubro de 1962, a chegada à Argentina do diplomata e ativista da Tunísia Hussein Triki beneficiou movimentos como Tacuara e a Guardia Restauradora, que receberam subsídios para

suas estruturas organizativas e conseguiram saltos qualitativos em sua campanha antissemita.

No Uruguai, as publicações da extrema-direita nacionalista aderiam à ideia da conspiração mundial judaico-maçônica e, almejando denunciar os ‘poderes ocultos’ dessa aliança, costumavam reproduzir artigos de *Nación Árabe*, a revista mensal da Liga (Las circunstancias..., 1964). Desde a tribuna jornalística se denunciavam as vexações sofridas pelos cristãos em território israelense e se aderia a campanhas montadas com a finalidade de demonstrar que as perseguições antisemitas (entre elas, o holocausto) não eram mais que uma mentira forjada pelos judeus e estimulada pelo Estado de Israel, que buscava explorar a situação com fins políticos (Senkman, 1986)¹⁸.

Em 1965, as ressonâncias do assassinato de Heberts Cukurs no Uruguai revelaram vínculos clandestinos entre membros do corpo diplomático árabe e as organizações nacionalistas do rio da Prata. O achado do cadáver de Cukurs – aviador implicado no extermínio nazi de judeus na Letônia – desatou uma nova onda de ações antisemitas no Uruguai que envolveu integrantes de organizações de extrema-direita de ambas as margens, os quais contavam com o apoio econômico do secretário da embaixada árabe nesse país (SIE, 1965).

Nem todas as ações violentas realizadas pelos movimentos de extrema-direita devem se inscrever em sua campanha antisemita. Insertos em um clima dominado pelas perspectivas do fim da Guerra Fria, os representantes dos movimentos extremistas percebiam a iminência da derrubada da ordem vigente e, embora suas definições os distanciassem por igual de conservadores e esquerdistas, na prática estabeleceram alianças com os primeiros para aprofundarem sua militância anticomunista com ações violentas. Assim, no combate ao flanco esquerdista, se envolveram com governantes e hierarcas militares e policiais que lhes proporcionaram proteção ou vínculos

18 Sobre a negação do Holocausto ver, por exemplo, Juicio..., o parodia (Centinela, 13/11/1961).

em diversos âmbitos do Estado, mas também aceitaram a colaboração encoberta que podia lhes emprestar a diplomacia estadunidense sob a forma de ajuda econômica. Nesse sentido, deve-se ter presente que os interesses estadunidenses globais coincidiam com os dos governantes, tanto do Uruguai como da Argentina, para os quais, o ‘inimigo’ infiltrado estava encarnado, em primeiro lugar, pelos trabalhadores organizados e pelas esquerdas em suas diversas modalidades (Broquetas, 2014).

7 Considerações finais

O impulso e a projeção que cobrou o movimento nacionalista de extrema-direita no Uruguai no início dos anos 1960 do século XX foram, sem dúvidas, resultado da crise econômica e da fratura que atravessavam o imaginário social hegemônico na esfera local. Herdeiras da bagagem intelectual e do projeto sociopolítico frustrado das agrupações antiliberais dos anos 1930, as distintas organizações que integraram o movimento neofascista dos anos 1960 personificaram seus ‘inimigos’ na esquerda sindical e partidária e nos movimentos sindicais dos ensinos médio e terciário, ao mesmo tempo que se manifestaram contra um modelo de país que também estava sendo criticado por fileiras ideológicas muito diversas.

Não obstante, a observação de seus discursos e práticas em diferentes escalas outorga a esse fenômeno dimensões que se estendem além das fronteiras nacionais. Em primeiro lugar, ficou exposto que as definições e projeções dos grupos de extrema-direita estavam condicionadas pelo cenário da Guerra Fria e sua atmosfera alarmista. A polarização entre os blocos capitalista e comunista não fez mais que ratificar suas antigas certezas decadentistas e alimentar a esperança de uma substituição da ordem estabelecida, desejada como ponto de partida para a restauração da tradição cultural hispânica e a reorganização do Estado, da economia e da sociedade sobre a base do autoritarismo e formas de representação corporativa.

O espelho europeu lançava, mais uma vez, um caminho pelo qual transitar – e uma primeira camada na rede de ligação –, em um contexto no qual se reeditavam velhos problemas sob novas realidades. Não obstante, na visão de mundo das organizações de extrema-direita, a América Latina constituía o cenário de uma nova cruzada restauradora e contrarrevolucionária. De acordo com a sua leitura da história – e os usos políticos que dela faziam –, a comunidade de interesses e os planos políticos prospectivos eram interpretados como parte de uma ordem ‘natural’ e essencial, truncada por mais de um século. Em um plano mais imediato, a existência de um enclave marxista-leninista no continente americano, assim como a emergência de uma nova esquerda e o alargamento do marco de alianças das velhas esquerdas partidárias, constituíam fatores de união e disparadores para a ação nos distintos países americanos de organizações com perfis ideológicos similares.

Finalmente, após se esmiuçar parte de seus vínculos encobertos, fica também exposto que, embora publicamente se localizassem nas antípodas de muitas de suas definições, as organizações de extrema-direita aproveitaram a colaboração econômica e as conexões que lhes ofereciam representantes de poderosos governos estrangeiros que compartilhavam uma parte de seu espectro de ‘inimigos’. Em meados da década de 1960, essas organizações contavam com várias publicações em seu haver, tinham levado adiante numerosas ações violentas e afiançado vínculos com políticos, militares, governantes e representantes de importantes grupos de pressão e, ainda, entabulado projetos continentais conjuntos.

Embora este artigo tenha se centrado no momento de revitalização do movimento de extrema-direita no Uruguai e na região, cabe assinalar que a ação dessas organizações se estendeu até os prolegômenos dos golpes de Estado que tiveram lugar nos anos 1960 e 1970 em todo o Cone Sul e outros países americanos, propiciando a instauração de ditaduras com estreitas conexões supranacionais e tributárias de boa parte das propostas que figuravam nos programas da extrema-direita tempos atrás. Nesse sentido, é fundamental aprofundar o

conhecimento dos itinerários dessas organizações, a transformação de muitas delas em forças paramilitares e o prolongamento e eventual aprofundamento dos vínculos estabelecidos com os seus pares nas esferas regional e global.

Referências

- 18 DE MAYO. **Revolución Nacional**, [s. l.], n. 2, 2 jun. 1964.
- A MANERA de saludo. **Centinela**, [s. l.], 13 nov. 1961.
- ALDRIGHI, C.; CAMOU, M. M.; FELDMAN, M.; ABEND, G. **Antisemitismo en Uruguay**: raíces, discursos, imágenes. Montevideo: Trilce, 2000.
- ALPINI, A. Uruguay en la era del fascismo. **Relaciones**, n. 184, 1999.
- ALPINI, A. Uruguay: la revolución conservadora (1930–1940). **Relaciones**, n. 221, 2002.
- ANTONIO, J. Centinela de España e de Europa. **Centinela**, [s. l.], 13 nov. 1961.
- ARTIGAS, el integracionista. **Patria Libre**, [s. l.], n. 2, set. 1965.
- AVNI, H. Jewish leadership in times of crisis: Argentina during the Eichmann affair (1960–1962). In: MEDDING, P. (org.). **Values, interest and identity**: jews and politics in a changing world. Oxford: Oxford University Press, 1995. p. 117–135. (Studies in Contemporary Jewry, 11).
- BACCINO, M. **[Correspondência]**. Destinatário: Omar Pérez. [s. l.], 19 ago. 1964. 1 carta. Serviço de Inteligência e Enlace (SIE), carpeta n. 1840B, DNII.
- BALDRICH, A. **[Correspondência]**. Destinatário: Atilio García Mellid. Buenos Aires, 21 jul. 1964. 1 carta. p. SIE, carpeta n. 1840b, DNII.
- BALDRICH, A. **[Correspondência]**. Destinatário: Mario Baccino. [s. l.], [1964]. 1 carta. p. SIE, carpeta n. 1840b, DNII.

BOHOSLAVSKY, E. Invención y circulación del Plan Andinia (Argentina y Chile, 1960–1976). In: BOHOSLAVSKY, E.; FRANCO, M.; IGLESIAS, M.; LVOVICH, D. (comp.). **Problemas de historia reciente del Cono Sur**. Buenos Aires: Prometeo, 2010. p. 177–200. v. 2.

BROQUETAS, M. A propósito de las repercusiones del ‘caso Eichmann’: antisemitismo y anticomunismo en Uruguay (1960–1962). **Encuentros Uruguayos**, n. 3, p. 47–63, 2010.

BROQUETAS, M. **La trama autoritaria: derechas y violencia en Uruguay (1958–1966)**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2014.

CAETANO, G. Las resonancias del primer fascismo en el Uruguay (1922–1929/30). **Revista de la Biblioteca Nacional**, n. 25, p. 103–137, 1987.

CAMOU, M. M. **Resonancia del nacional-socialismo en el Uruguay**. Montevideo: FHCE-UDELAR, 1988.

CAUDILLISMO y doctorismo en nuestra historia. **Revolución Nacional**, [s. l.], n. 1, [1964].

COMUNICACIÓN de enlace. **Joven América**, año 1, n. 1, 1963, carpeta n. 1840a, DNII.

CONFERENCIA en el FEDAN. **La Escoba**, [s. l.], 11 jul. 1962.

EL NUEVO brote terrorista. **Marcha**, [s. l.], 17 jun. 1960.

GALVÁN, M. V. **El Movimiento Nacionalista Tacuara y sus agrupaciones derivadas**: una aproximación desde la historia cultural. 2008. Dissertação (Mestre em Sociología de la Cultura) – Universidad Nacional de San Martín, Buenos Aires, 2008.

GOLPE y revolución. **Patria Libre**, [s. l.], n. 2, set. 1965.

GUTMAN, D. **Tacuara**: historia de la primera guerrilla urbana argentina. Buenos Aires: Vergara, 2003.

ISLA PAULÍN, M. de la. **[Correspondência]**. Destinatário: Basilio García Corominas. [s. l.], [1964]. 1 carta. p. SIE, carpeta n. 1840b, DNII.

JACOB, R. **Benito Nardone**: el ruralismo hacia el poder (1945–1958). Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1981.

JACOB, R. **El Uruguay de Terra, 1931–1938**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1984.

JUICIO o parodia. **Centinela**, [s. l.], 13 nov. 1961.

LA HISTORIA que nos ocultaron. **Patria Libre**, [s. l.], n. 2, set. 1965.

LAS CIRCUNSTANCIAS de la infamia y prisioneros cristianos. **El Federal**, [s. l.], 27 maio 1964.

LVOVICH, D. **El nacionalismo de derecha**: desde sus orígenes a Tacuara. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006.

ODDONE, J. **Uruguay entre la depresión y la guerra**. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1990.

ORIBE e revisionismo histórico. **Centinela**, [s. l.], 13 nov. 1961.

REALI, M. L. Usos políticos del pasado: dos discursos históricos para un proyecto político en Uruguay, en la primera mitad del siglo XX.

In: GUTIÉRREZ ESCUDERO, A.; LAVIANA CUETOS, M. L. (org.).

Estudios sobre América: siglos XVI–XX. Sevilla: AEA, 2005. p. 1675–1692.

REIN, R. **Argentina, Israel y los judíos**: encuentros y desencuentros, mitos y realidades. Buenos Aires: Lumière, 2001.

REVOLUCIÓN NACIONAL. [s. l.]: [s. n.], 2 jun. 1964.

RILLA, J. **La actualidad del pasado**: usos de la historia en la política de partidos del Uruguay, 1942–1972. Montevideo: Debate, 2008.

ROBIN, M. M. **Escuadrones de la muerte**: la escuela francesa. Buenos Aires: Sudamericana, 2005.

RODRÍGUEZ AYÇAGUER, A. M. **Un pequeño lugar bajo el sol**: Mussolini, la conquista de Etiopía y la diplomacia uruguaya, 1935–1938. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2009.

RODRÍGUEZ JIMÉNEZ, J. L. **Reaccionarios y golpistas**: la extrema derecha en España: del tardofranquismo a la consolidación de la democracia (1967–1982). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1994.

SENKMAN, L. **El antisemitismo en la Argentina**. Buenos Aires: Cedral, 1986.

SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA E ENLACE – SIE. **Memoria Anual**. Departamento de Inteligencia y Enlace. Año 1965. Montevideo, 1965. Anexo n. 7, arquivo n. 28.

SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA E ENLACE – SIE “Memorandum que informan “sobre el atentado perpetrado en la persona de la señorita SOLEDAD BARRET”, Montevideo, 17 de julio de 1962. Pasta 862.

TEMPERATURA del país. **Revolución Nacional**, [s. l.], n. 1, [1964].

UNÂNIME repúdio argentino ao vandálico atentado antijudeu. Acusam ao sinistro grupo Tacuara. **Acción**, [s. l.], 26 jun. 1962.

ÚNICA esperanza p. el Ejército. **Patria Libre**, [s. l.], n. 1, jul. 1965.

VANDALISMO nazi en la universidad argentina e el brote maldito. ¡Todavía Eichmann! **El Plata**, [s. l.], 25-27 jun. 1962.

ZUBILLAGA, C. Inmigración gallega y proselitismo franquista en Uruguay (1936–1956). **Anuario del Centro de Estudios Gallegos**, p. 85–112, 2007.

ZUBILLAGA, C. **La política exterior del franquismo y el catolicismo ‘maritainiano’: un escollo en Uruguay (1936–1953)**. Montevideo: FHCE-UDELAR, 2009.

A construção de uma ‘pátria ampliada’ no discurso nacionalista argentino dos anos 1960¹

Valeria Galván

1 Introdução

O nacionalismo argentino sofreu uma série de transformações na década de 1960. Herdeiro do nacionalismo tradicionalista das décadas de 1920 e 1930, viu-se confrontado com outros atores políticos contemporâneos – pelas variáveis locais e internacionais, produto do contexto pós-peronista e da Guerra Fria. Nesse sentido, ainda quando certos elementos do nacionalismo da primeira metade do século continuaram vigentes, o nacionalismo dos anos 1960 experimentou uma profunda mudança de identidade. Assim, muitas de suas concepções mais conservadoras deram vez às posturas revolucionárias, próximas à esquerda nacional e aos setores progressistas. Do mesmo modo, acentuaram-se traços corporativistas e da classe trabalhadora, o que, eventualmente, provocou o estreitamento dos vínculos entre nacionalistas e peronistas. Em conjunto, as mudanças que diferenciam o nacionalismo do começo do século XX do nacionalismo pós-peronista dão conta de uma profunda renovação da política nacionalista.

¹ Tradução de Murilo Antônio Paschoaleto.

No referido processo, muitos dos pilares conceituais do imaginário político nacionalista persistiram como tais, mas, sem esquecermos a influência do cenário local, foi particularmente no marco internacional que se reescreveram seus significados tradicionais. Efetivamente, o contexto definido pela Guerra Fria se caracterizou não somente por conflitos bélicos, mas também pela configuração do debate e pela ressignificação dos sentidos habituais de diversos conceitos, como ‘paz’, ‘cultura’, ‘liberdade’ etc. Recuperando as palavras de Raymond Williams,

Os problemas mais ativos de significado estão sempre primordialmente inseridos em relações reais. [...] tanto os significados como as relações são caracteristicamente diversos e variáveis dentro das estruturas de ordens sociais específicas e os processos de mudanças social e histórico (Williams, 2003, p. 25).

Assim, o processo denominado pela historiografia como ‘Guerra Fria cultural’ emoldurou a disputa pelo sentido e valores ideológicos de uma longa lista de conceitos que receberam diferentes significados e usos segundo a agenda política dos dois blocos de poder (Jannello, 2012; Stonor Saunders, 2001; Petra, 2013). De forma equivalente aos outros atores políticos, os nacionalistas não puderam escapar aos golpes dos rearranjos conceituais próprios dessa conjuntura. Nesse sentido, muitos de seus típicos pilares conceituais, como anticomunismo, trabalhismo, militarismo, antidemocracia, anti-imperialismo, federalismo e até mesmo o nacionalismo, se viram afetados pelo contexto da Guerra Fria em seus significados e usos pelo discurso nacionalista dos anos 1960. Como parte desse processo de transformação, um dos bastiões conceituais do ideário nacionalista que se transformou nesse referido marco foi o hispanismo². Efetivamente, a ligação entre os nacionalistas argentinos dos anos

2 Magdalena Broquetas aborda em seu artigo o processo pelo qual várias organizações uruguaias de direita também desenvolveram uma comunidade imaginada de alcance hispano-americano na década de 1960. Já o artigo de Martín Vicente nos permite apreciar as múltiplas ideias associadas ao conceito

1960 e a velha e valorizada ideia de Hispano-América se viu atravessada pelas disputas em torno do seu significado no contexto posterior à Revolução Cubana e no que implicava a sua defesa. Concretamente, as transformações do conceito de Hispano-América repercutiram no projeto político nacionalista que expandiu seus limites do local para o regional.

Por esses motivos, no presente trabalho, tentaremos realizar uma aproximação dos fundamentos da ampliação espacial do projeto político nacionalista. Nesse sentido, em primeiro lugar, apresentaremos brevemente os antecedentes imediatos do hispanismo nacionalista, cuja reatualização serviu como pano de fundo da regionalização de seus novos objetivos políticos. Em segundo lugar, abordaremos como se considerou a Hispano-América na época em questão e as implicações da nova maneira de concebê-la. Por fim, delinearemos como a mudança do significado de Hispano-América no ideário nacionalista dos anos 1960 repercutiu na imagem que predominou acerca dos outros países da região.

2 A ideia nacionalista de ‘América Espanhola’ na primeira metade do século XX

A história do conceito de ‘América Espanhola’, estreitamente ligada ao conceito de hispanidade, tal como foi apropriada pelos nacionalistas argentinos, remete no mínimo à transição entre os séculos XIX e XX. Na década de 1920, a ideia de hispanidade funcionou como link cultural e intelectual de todos os povos de fala castelhana, mas, com a ditadura de Primo de Rivera na Espanha e, sobretudo, durante o franquismo, ressurgiu com um conteúdo político mais concreto, de forma a nuclear a intelectualidade ibero-americana católica e de direita que compartilhava os princípios ideológicos tradicionais (fé católica, reivindicação do vínculo espiritual entre América e Espanha

de ‘América Latina’ entre os diferentes intelectuais argentinos afiliados ao conservadorismo liberal (N. dos O).

conquistadora, antiliberalismo, corporativismo etc.), em que se baseava esse hispanismo cultural e político (Gonçalves, 2013).

A adesão a esses pilares em comum estava relacionada, por sua vez, com o modelo teórico de origem maurrasiano, ‘país real vs. país legal’, que regia a lógica nacionalista. Efetivamente, para Charles Maurras, o *pays légal* representava as falsas aparências das instituições políticas republicanas e de uma elite que incluía judeus, maçons e estrangeiros, os quais conspiravam contra o *pays réel*, que não era nada mais do que a França real e verdadeira. Este último, no plano das instituições políticas, era equivalente à monarquia absoluta e, nos níveis biológico e cultural, à França tradicional, formada por grupos e raças de ‘verdadeiros franceses’. Assim, enquanto o ‘país legal’ também era, para os nacionalistas argentinos, algo fictício, um discurso teórico desligado do que acontecia na realidade concreta, o ‘país real’ era o povo, a nação argentina, ou seja, sua cultura, história, idiossincrasia. Nesse sentido, por exemplo, na década de 1920, os intelectuais nacionalistas centrados em torno do jornal *A Nova República* se opunham ao governo de Yrigoyen defendendo a vida republicana, consagrada pela constituição política e histórica da Argentina; em outras palavras, as formas republicanas formavam parte do país real.

Do mesmo modo, no contexto do triunfo franquista na península, os nacionalistas argentinos empreenderam uma campanha para enaltecer o vínculo entre a América e a Espanha tradicional, católica e conservadora, com a finalidade de construir uma identidade hispano-americana. Nesse programa hispanista, é visível a influência das experiências pessoais de alguns desses intelectuais que haviam viajado à Espanha durante a guerra. Nesse sentido, por exemplo, Marcelo Sánchez Sorondo, que havia sido correspondente entre os nacionais na Espanha em 1937, recordava sua vivência militar com muito romanticismo e manifestando grande admiração pelos chefes militares e soldados do lado dos ‘nacionalistas’:

Fiquei quase três semanas na frente, e para mim a impressão, melhor dizendo, a lição mais duradoura

recebida foi observar a naturalidade desses soldados com a morte. Tinham um estoicismo ancestral que os faziam suportar toda a tragédia da guerra com uma enorme capacidade de resistência (Sánchez Sorondo, 2001, p. 40).

Esse foi um dos inúmeros momentos em que Sánchez Sorondo exaltou as proezas do combatente espanhol; sua experiência na guerra foi sintetizada no rol do soldado convertido em herói, o que, como ele mesmo esclarecia, o havia permitido ver pela primeira vez o verdadeiro valor do heroísmo, tão vilipendiado pela tradição liberal argentina:

Para mim, foi muito importante porque eu vinha de um país de hábitos pacíficos que havia esquecido as façanhas e a **praga do heroísmo**, abominada por Alberdi, e que, por conseguinte, carecia em absoluto de experiência de guerra; de modo que esta estadia na Espanha me aproximou existencialmente ao dramatismo bélico (Sánchez Sorondo, 2001, p. 45-46, grifo do autor).

Imediatamente após o retorno ao país, Sánchez Sorondo foi convocado para relatar sua experiência recente na Espanha e, como resultado desse convite, escreveu, em 1938, *Dialéctica del Imperio*, um ensaio que foi finalmente publicado na primeira edição da revista cultural *Sol y Luna*, dirigida por Juan Carlos Goyeneche. Nesse ensaio, que não é mais do que um elogio à Espanha tradicional, herdeira do Império Católico, destaca o papel salvador da Guerra Civil para o ser nacional espanhol. Assim, ele sustentou que “[...] essa guerra na Espanha, essa íntima contrarrevolução, marca o retorno da inteligência a procura da coisa” (Sánchez Sorondo, 1938, p. 115). No mesmo sentido, o intelectual nacionalista não deixava de admirar os jovens que lutavam pela causa ‘nacionalista’, pois eles representavam o aspecto dinâmico do império que lutava para quebrar a estagnação e decadência em que havia caído. De fato, Sánchez Sorondo (1938, p. 116) entendia que essa “[...] contrarrevolução é a dinâmica imperial que faz mover a estagnação imperial”. A partir dessas impressões, o heroísmo no campo de batalha (e seu profundo significado) ficaria

marcado a fogo na pregação política do jovem nacionalista argentino, que teve a oportunidade ver, em primeira mão, os desdobramentos do ‘retorno à essência nacional’ espanhola. Efetivamente, a hispanofilia que envolve as primeiras palavras públicas de Sánchez Sorondo se associa não apenas à Guerra Civil Espanhola, mas também às concepções sobre a hispanidade que predominavam em seu círculo naquela época, por influência do livro *Defensa de la hispanidad*, de Ramiro de Maeztu, de 1934. Maeztu, que havia sido o embaixador espanhol em Buenos Aires na década de 1920, manteve por anos sua ascendência no nacionalismo argentino (Finchelstein, 2010).

No entanto, apesar do tom paternalista da obra de Maeztu, como afirma Nicolás Iannini em seu trabalho sobre *Sol y Luna* (2014), a admiração dos nacionalistas argentinos pela Espanha antiliberal, católica e tradicional que ressurgiu com a vitória de Franco, não supunha reconhecer a superioridade espanhola sobre a americana no universo hispânico. Pelo contrário, a América hispânica era vista como a região geográfica mais ampla que completava a hispanidade; esta última era considerada um triângulo, cujos três vértices eram o México, a Espanha e a Argentina. Assim, para os nacionalistas de *Sol y Luna*, a América espanhola era um conjunto de nações balcanizadas que, além de suas fronteiras nacionais, se reconheciam como parte de uma unidade supranacional, a qual contemplava, por sua vez, cada um dos nacionalismos regionais. Nesse sentido, se a identidade nacional argentina se definia como “[...] nossa maneira particular de sermos espanhóis [...]”, em muitos aspectos nossa identidade nacional era mais fiel a essa imagem da Espanha pré-Bourbon do que à própria Espanha moderna³. Por esse motivo, os nacionalistas argentinos se reconheciam não como ‘hispanófilos’, mas como ‘hispanofiliados’. Neste último conceito, estava implícito que, muito além das divisões políticas, a América estava unida em um plano espiritual, permeado pela fé católica. Em suma, como um todo, a América espanhola era

3 O artigo de Olga Echeverría e María Laura Reali desenvolve mais detalhadamente algumas das leituras de direita sobre o passado nacional da Argentina e do Uruguai nas primeiras décadas do século XX (N. dos O.).

um estágio no processo de formação de uma confederação política (Iannini, 2014).

Anos mais tarde, com o início da Segunda Guerra Mundial, essa identidade hispanista supranacional, de raízes puramente espirituais mas com um grande futuro político em potencial, se foi definindo em oposição ao imperialismo dos Estados Unidos, que começou a ter mais ímpeto para a região. Assim, o hispanismo dos nacionalistas tornou-se sinônimo de anti-imperialismo. Nesse sentido, com relação ao papel da hispanidade na queda europeia, Goyeneche afirmou em 1944:

Agora, neste último estágio de um ciclo de desgaste, o mundo Ocidental, para salvar-se, deve encontrar uma fórmula superior que o ligue e o conecte com forças elementares que obedecem às unidades primárias ou, pelo contrário, deixe-o cair irremediavelmente no caos. É neste exato momento – de oportunidades históricas análogas às que produziram a grandeza da Espanha e a origem da América – que surge uma palavra ampla e ambiciosa para designar a presença de algo mais do que a simples realidade de alguns povos unidos por uma língua e cultura idênticas (Goyeneche, 1976, p. 50–51).

O reordenamento das nações que impunha o fim da Segunda Guerra era, para os nacionalistas argentinos, a conjuntura propícia para que a América espanhola se erguesse como alternativa às potências e, dessa maneira, reconquistasse o Ocidente para a cristandade.

3 O hispanismo nacionalista depois da Revolução Cubana

O hispanismo era uma parte importante da política externa de Franco na Espanha na década de 1940, de forma a combater a crescente influência americana no continente e, principalmente, como elemento de pressão para que o regime franquista fosse reconhecido no rol de potências internacionais. Contudo, assim que

uma janela de oportunidade se abriu para provar seu valor diante bloco ocidental, Franco não hesitou em se juntar à campanha anticomunista dos Estados Unidos na América Latina. Como parte desse processo, a defesa da hispanidade que ele tentara liderar na região tornou-se abstrata e difusa e se concentrou em defender o ‘Ocidente cristão’ (Zanatta, 2008). Como afirmado por Zanatta, “A Guerra Fria contra a qual Perón dirigiu suas maldições, por considerá-la o hall de entrada do domínio absoluto dos Estados Unidos na América Latina, era para Franco um maná caído do céu que lhe abriu as portas da comunidade internacional” (Zanatta, 2008, p. 70).

Essa ligação entre hispanidade e o Ocidente, feita por Franco no final da década de 1940, não passou despercebida entre os jovens nacionalistas argentinos. Então, gradualmente, a ideia de hispanidade, isto é, a afiliação a uma América Latina de profundas raízes espirituais, ficou mais tênue e começou a ressurgir de uma nova forma com o desencadeamento da primeira ‘Revolução Nacional’ no continente. A ‘Revolução Nacional’ corporativista, católica e federal, baseada na independência econômica, na justiça social e liderada por uma elite militar – um dos pilares programáticos comuns a várias gerações nacionalistas (Galván, 2013) – foi definida na segunda metade da década de 1960 como

O movimento que, produzindo mudanças estruturais na organização social, econômica e política, tem por finalidade expressa sustentar o poder sobre a nação considerada um círculo político perfeito. Se a revolução busca mudanças estruturais, mas baseada em elementos extranacionais, não é mais uma revolução nacional (Azul y Blanco, 1967g).

Assim, às antigas definições herdadas, acrescentava-se um considerável distanciamento das revoluções marxistas então em voga. De fato, a Revolução Nacionalista deveria consistir na ‘restauração cultural de valores essenciais’ provenientes da tradição e da história, sobre as quais se projetaria o desenvolvimento das virtudes da comunidade, em seu estilo particular. Em outras palavras, a Revolução

Nacional não era apenas um programa político, mas um verdadeiro ‘estado espiritual’ (Azul y Blanco, 1967c). Dessa forma, considerando o contexto que forçou os revolucionários a adotarem identidades opositivas claras, associar a revolução à ideia de ‘país real’ levou à aplicação deste último conceito a outros países latino-americanos que se viam ameaçados por programas revolucionários marxistas.

Nesse sentido, a nova era que abriu a Revolução Cubana permitiu a expansão do uso do conceito de ‘país real’. Embora ele tenha representado no discurso nacionalista argentino até aquele momento a ‘verdadeira essência’ do país, passou, então, a ser usado em referência a toda América espanhola, visando enfatizar uma essência que superava as individualidades e que uniria toda a América hispânica. Assim, os nacionalistas da década de 1960 fizeram explícita a importância do ‘país real’ e cada vez mais definiam seu significado no semanário político *Azul y Blanco* que os agrupava. De fato, *Azul y Blanco* foi o principal semanário nacionalista dos anos 1960. Dirigido por Marcelo Sánchez Sorondo, alcançou certa popularidade além de seu círculo e, assim, espalhou ideias e projetos políticos nacionalistas pela sociedade, além de ser um importante centro unificador de ideias, de intelectuais e de políticos dessa tendência (Galván, 2013). Desde a sua inauguração durante a segunda presidência da ‘Revolução Libertadora’ até seu fechamento definitivo no governo Onganía, o jornal focalizou a política interna, marcada pela proscrição do peronismo e suas consequências institucionais, políticas e sociais.

No entanto, a ambição intelectual do grupo editorial levou o semanário a se aventurar nos embates entre o bloco soviético e os Estados Unidos no âmbito da Guerra Fria. Assim, a partir de uma perspectiva eminentemente nacionalista, tanto diretor quanto editores e correspondentes se dedicaram a noticiar os conflitos da Guerra Fria a partir de um ‘nós’ geograficamente mais abrangente (ao papel dos correspondentes estrangeiros, voltaremos mais adiante). Dessa forma, o ‘nós’ ampliado a que se referia *Azul y Blanco* teve que ser contextualizado, primeiro no esquema ‘país legal vs. país real’ maurrasiano, mencionado acima. Nesse sentido, em contraposição

ao primeiro polo da metáfora que representava os políticos tradicionais, o segundo polo correspondia ao ‘povo’: os trabalhadores e a pequena burguesia nacional. Ou seja, ‘país real’ fazia referência, principalmente, aos setores de trabalhadores politizados, juntamente com todos aqueles que defendiam seus interesses (como os próprios políticos nacionalistas), porque eram as forças reais e dinâmicas da essência nacional capazes de impulsionar, como nenhum outro elemento, a mudança revolucionária (Galván, 2013).

Contudo, quando o correspondente de *Azul y Blanco* na Cuba revolucionária iniciou suas crônicas nos primeiros meses da revolução, começou a aparecer em relação a elas a ideia de ‘país real ampliado’ (*Azul y Blanco*, 1960a, 1960c). Nessas notas, na seção internacional do jornal, recorria-se ao conceito para enfatizar a urgência da questão cubana. Especificamente, as notas consistiam em alertar sobre o perigo de ser cooptada, pela União Soviética, aquela que em princípio parecia ser a primeira e única Revolução Nacional de sucesso no continente. A ilha havia chegado a esse ponto em razão do isolamento a que os Estados Unidos haviam submetido o novo regime antiamericano, o qual, por sua vez, havia sido abandonado ao seu destino pelos demais países da região. Assim, a advertência dos principais intelectuais nacionalistas daquele momento contra a eminentemente sovietização cubana estava presente nos relatos do correspondente da revista semanal na ilha: Rodolfo Walsh, colaborador da *Azul y Blanco* desde o início e responsável pelas crônicas sobre a revolução publicadas pelo jornal nacionalista. O interesse do semanário pela situação da ilha havia se manifestado desde o início desse espaço cedido à correspondência de Walsh, na qual ele elogiava o nacionalismo do novo regime cubano (*Azul y Blanco*, 1960a, 1960b, 1960e). Nesse contexto, quando Walsh enviou uma carta de Cuba na qual anunciou a aproximação inevitável do regime insular à União Soviética, a liderança do semanário se afastou das posições de seu correspondente. Efetivamente, Marcelo Sánchez Sorondo não pôde deixar de marcar suas divergências com o jornalista que defendia a posição do governo cubano e sua medida estratégica.

Em outras palavras, no contexto de mudanças no cenário principal da Guerra Fria para a região, Walsh entendia que a única opção que restava à ilha diante da pressão dos Estados Unidos era a aproximação da União Soviética. Nesse contexto, Walsh concordou com as afirmações do diretor do semanário sobre como a situação na ilha afetava o “maior país real” (Azul y Blanco, 1960b). De fato, a análise do quadro mais amplo do que vinha publicando *Azul y Blanco* sobre a Revolução Cubana, cujo triunfo foi celebrado ao mesmo tempo que se advertia sobre os perigos do isolamento ao qual a ilha foi submetida pelo imperialismo norte-americano, contemplou os efeitos dessas vicissitudes sobre a massa trabalhadora latino-americana. Assim, no semanário foi interpretado que a sovietização da Revolução Cubana era o resultado dos movimentos de resistência do ‘país real’ hispano-americano diante das condições ‘antinacionais’ a que este tinha sido submetido pelos líderes que respondiam aos interesses estrangeiros, ficando em uma situação de vulnerabilidade perigosa diante do comunismo (Galván, 2013).

A nota de Walsh anunciando a sovietização da ilha foi acompanhada de um aviso do diretor. Nele, Sánchez Sorondo condenou a passagem do regime cubano à órbita soviética por meio de uma estratégia retórica que envolvia a comparação com outra causa nacional, afogada pelas tormentas da Guerra Fria. Assim, ele lembrou as notas publicadas por *Azul y Blanco* sobre a revolta húngara de 1956 (Azul y Blanco, 1956)⁴, nas quais o imperialismo soviético foi denunciado por ser corrosivo e perverso – como o dos Estados Unidos – para o pleno desenvolvimento do ‘país real’.

4 Em outubro de 1956, acompanhando a iniciativa do comunismo nacional polonês de Władysław Gomułka, estudantes húngaros haviam liderado uma revolta armada contra o regime soviético. Alguns dias depois, o governo local de Imre Nagy anunciou sua saída do Pacto de Varsóvia. O incidente terminou com a ocupação militar pelas forças soviéticas e, antes do final daquele ano, a resistência foi finalmente esmagada e Nagy foi substituído por János Kádár (Powaski, 2011).

De fato, por ocasião da revolta húngara, o semanário nacionalista argentino já havia manifestado grande admiração pela diversidade social dos manifestantes húngaros, demonstrando a existência de um ‘país real’ maior que estava sendo afogado pelo imperialismo soviético⁵. Da mesma forma, no caso cubano, os nacionalistas argentinos acreditavam que a revolução havia revelado um “[...] país real muito mais vasto [...]”, que incluía o povo de toda a América espanhola (Azul y Blanco, 1960a). Essa análise da revista foi aparentemente aprovada pela mídia cubana, que – como se preocupou o editor da *Azul y Blanco* em destacar em edições posteriores – ecoou o diagnóstico sobre o “[...] país real expandido [...]” do semanário “[...] nacionalista e católico argentino” (Azul y Blanco, 1960c).

Para os nacionalistas, o que estava em jogo era a própria essência da América espanhola que parecia ter começado a desapegar-se verdadeiramente das restrições externas com a Revolução Cubana. Contudo, essa emancipação tão esperada parou abruptamente, como entendiam esses intelectuais, quando a causa cubana foi engolida pela complexidade da Guerra Fria. Cuba teria ficado desamparada diante do abandono e da abstenção do resto dos países da região em sua luta:

Não vamos sublinhar as características embaraçosas dos Estados Unidos agora. Nesse caso, é honesto reconhecer o direito de legítima defesa e a salvaguarda de sua segurança. Na medida em que essa autodefesa dos Estados Unidos afeta a autodeterminação dos países do Caribe, revela-se, é claro, a fragilidade do pan-americanismo monroísta e a necessidade de estabelecê-lo em bases mais sólidas. Se a Argentina

5 Nesse sentido, o editor da *Azul y Blanco* declarou: “[...] não apenas um trabalhador, não apenas um estudante, mas eles são verdadeiros patriotas unidos por objetivos comuns [...]. A Hungria nos ensina sem frases vazias que a verdadeira liberdade está no espírito viril [...] que parece tão distante do nosso país, o que realmente não é verdade. Da cátedra universitária, do governo, de todos os lados, eles nos cansam com o eterno refrão libertário; e é bom lembrar que a liberdade – em última análise – nada mais é do que a capacidade de heroísmo, e que a justiça está sujeita à Verdade e não aos interesses das repúblicas socialistas, da dialética marxista ou das revoluções libertadoras” (Azul y Blanco, 1956).

fosse o que deveria ser, não testemunharia hoje o desvio marxista do fidelismo em Cuba. Não seria um problema da atualidade esse desvio comunista da revolução ibero-americana (Azul y Blanco, 1960d).

Assim, os nacionalistas do pós-peronismo interpretaram que o programa cubano original coincidia com o de uma primeira revolução nacionalista na América hispânica. A amplitude do termo ‘nacionalista’ nesse contexto discursivo tornava possível se formular um programa político difuso, cuja única nota claramente definida era seu anti-imperialismo. Precisamente por isso, o vício da revolução foi criticado com uma ênfase particular, pois havia se aproximado do outro polo imperialista. Nesse sentido, a partir das considerações em torno do caso cubano, podemos deduzir que a América espanhola era, para os nacionalistas dos anos 1960, esse ‘país real ampliado’, cujo principal inimigo eram os dois imperialismos que dominavam o cenário global do momento. O anti-imperialismo dos nacionalistas, contudo, que contemplava a rejeição dos dois blocos, nem sempre implicou um desprezo equivalente por ambos.

Logo após a ‘sovietização’ do regime revolucionário cubano, recuperou preponderância no imaginário nacionalista – também influenciado pela proscrição do peronismo e pela subsequente ‘vulnerabilidade’ dos trabalhadores politizados – o anticomunismo. Este último, em razão da influência direta de uma mudança na política externa norte-americana após seu frustrado desembarque na Baía dos Porcos, foi carregado com certas noções e preconceitos específicos ao contexto da Guerra Fria e tornou-se fator central e aglutinador de diversas expressões das direitas latino-americanas (Broquetas, 2014).

Assim, no caso do nacionalismo argentino, à preocupação com a possível influência que o comunismo poderia exercer sobre os trabalhadores locais que haviam sido despojados de seu líder foram acrescentadas as representações que os nacionalistas fizeram sobre o fortalecimento dos laços entre a ilha e a União Soviética, somando tudo isso, por sua vez, ao senso comum anticomunista que emanava dos Estados Unidos. Foi assim que em 1962, quando o regime de Fidel

Castro se alinhou oficialmente à União Soviética, o anticomunismo dos nacionalistas, atualizado para o novo marco internacional, tornou-se mais explícito, tingindo o discurso sobre Cuba com um tom de desilusão e sensação de fracasso. Em resumo, a insistente denúncia de *Azul y Blanco* contra o imperialismo comunista na América espanhola e o apelo ao seu combate selaram uma das mais importantes transformações do conceito nesse período: após a Revolução Cubana, o hispanismo e o anticomunismo se tornaram dois elementos inseparáveis no ideário nacionalista argentino. Assim, de acordo com a estratégia exterior de Franco, mencionada no início desta seção, o anticomunismo parecia englobar os significados mais espiritualistas da ideia de comunidade hispânica, defendida na primeira parte do século XX, e a luta contra o comunismo hegemonizou o discurso sobre a América espanhola.

Na segunda metade dos anos 1960, o semanário *Azul y Blanco* reabriu suas portas, depois de fechado durante a presidência de Guido (Galván, 2013). Na sua versão rejuvenescida e modernizada, começou a ser publicada uma coluna internacional que acompanhava de perto os países do bloco comunista em geral, a Guerra do Vietnã, a política exterior americana no sudeste da Ásia, os governos dos países da região, a situação chinesa, as tensões no Oriente Médio, mas principalmente a questão alemã e a *Mitteleuropa* (Galván, 2013). Em geral, essas notas mantinham um estilo objetivista de reportagem jornalística, e os esforços para sustentar essa retórica rude e sem floreios literários destacaram-se em seções sobre a situação política nacional, as cartas dos leitores e os editoriais. Não obstante essa pretensão geral de objetividade, algumas conotações ideológicas marcantes, impossíveis de ignorarmos, vazaram nas entrelinhas, entre elas, a preferência pelo bloco ocidental.

Dessa maneira, insistia-se em falar de um plano discursivo que estendesse o ‘nós’ não apenas para a América espanhola, mas para o mundo ocidental como um todo. Dessa maneira, apesar da mencionada relutância dos nacionalistas em conspirar com um dos dois ‘eixos imperialistas’, os reconhecidos representantes do

nacionalismo na época se dedicaram a alertar contra o ‘plano soviético’ de impor seus valores ao mundo ocidental. Assim, por exemplo, Juan Carlos Goyeneche, em uma conferência que deu na Europa em 1967, denunciou que

O mundo soviético nos fala de paz, democracia, liberdade, moralidade e nação. São as mesmas palavras com as quais no Ocidente designamos todo um sistema de valores. Mas, logo após abordarmos a fonte da doutrina na qual o comunismo se baseia, notamos – a menos que sejamos cegos – que essas palavras se referem a realidades bem diferentes daquelas que queremos dizer com as mesmas palavras. E assim podemos descobrir que o comunismo, a fim de ganhar terreno no campo adversário, geralmente expressa todo o seu pensamento com palavras não comunistas (Goyeneche, 1976, p. 215).

Da mesma forma, o anticomunismo da coluna internacional do semanário *Azul y Blanco* prevaleceu sobre sua oposição ao imperialismo dos EUA e às potências da Europa ocidental. Prova disso é, por exemplo, um artigo comemorativo da construção do muro de Berlim que ocupou duas páginas inteiras e foi ilustrado com nove fotos da construção. Ali se recordava:

O Ocidente tem uma dívida com Berlim. O Ocidente tem uma dívida consigo mesmo, porque Berlim é a porta de entrada para o Hemisfério Ocidental. O Portão de Brandemburgo é muito mais que um monumento, é simplesmente um símbolo. E assim como Viena, durante muitos anos, constituiu o posto avançado do cristianismo contra os infiéis, Berlim é a fronteira dos dois mundos em disputa. O Ocidente há muito deixou de ser do cristianismo. Mas o Ocidente incorpora valores dignos de serem defendidos e esses valores em cuja defesa o *Azul y Blanco* estão comprometidos (Azul y Blanco, 1966e).

Nesse sentido, a defesa dos valores ocidentais (em seu sentido amplo) pagou pelo anticomunismo renovado, colocando entre

parênteses seu anti-imperialismo, porque embarcar na defesa do Ocidente implicava na premissa de necessariamente optar por um dos dois blocos. Em outras palavras, com essa posição, os nacionalistas não apenas demonstraram solidariedade com os países ‘vítimas’ do imperialismo soviético, mas também simpatizaram com os países da Europa central, nos quais viram um espelho que refletia a possibilidade de perda dos valores tradicionais que definiram sua própria identidade nacional.

Nesse esquema argumentativo, o papel desempenhado pelos correspondentes não deve ser subestimado. Embora muitas das crônicas da política internacional tenham sido assumidas pelos mesmos *azulblanquistas* que escreveram no restante do jornal, a porcentagem dessas notas deixadas a cargo de jornalistas e intelectuais estrangeiros não foi menor. Assim, o relacionamento do grupo *Azul y Blanco* com seus colaboradores internacionais respondeu a uma complexa rede de sociabilidade cuja história remontava às visitas que os próprios nacionalistas vinham realizando ao Velho Continente desde a época da Guerra Civil Espanhola. Nesse contexto, os laços de afetividade estabelecidos durante a excursão nacionalista à Europa não só duraram até o final da década de 1960, como se multiplicaram.

Assim, a seção internacional se baseava em grande parte em colaborações europeias, inclusive no caso das crônicas sobre os países da região⁶. Nesse sentido, por exemplo, o semanário refletia sua visão do Paraguai contemporâneo por meio das lentes de Ernesto Giménez Caballero, embaixador espanhol naquele país. Giménez Caballero era amigo pessoal de Sánchez Sorondo, desde o momento que este serviu como correspondente do jornal *La Nación* na frente nacionalista na

6 Nesse período, apenas poucas exceções podem ser contadas entre os correspondentes que escreviam sobre a região, em geral constituída por correspondentes europeus ou argentinos. Entre os casos de colaboradores latino-americanos, podemos citar as colaborações especiais de Eduardo Flores, Jules Petit e do colorado Eduardo Pedoja Riet, no Uruguai; do fundador do movimento nacionalista Acción Peruana, Humberto Pérez Falcón, no Peru; e do conservador Carlos Lacerda, no Brasil.

Guerra Civil Espanhola, e o reconhecimento e admiração do argentino pelo renomado intelectual fascista haviam motivado o convite para participar da publicação (Azul y Blanco, 1966h).

Da mesma forma, no entremeado de redes que contribuiu para abrir a janela do jornal nacionalista para o exterior, dois ex-refugiados nazistas no país tiveram papel preponderante. O belga André Delbaerre, condenado em 1945 pelo Conselho de Guerra de Anvers a 15 anos de prisão, conseguiu escapar para a Argentina em 1948 e se associou ao colaborador francês Jean-Henri Azéma, que entrou clandestinamente no país (Quattrocchi-Woissen, 1998; Klich, 2002). Juntos, eles formaram uma dupla que, sob o pseudônimo Erizo, assinou as caricaturas políticas que começaram a aparecer em *Azul y Blanco* a partir de 1959 e cujo estilo iconográfico alertou sobre suas proveniências ideológicas e sua longa militância no nacionalismo e no fascismo europeus (Galván, 2013). No decorrer dos anos 1960, Azéma e Delbaerre permaneceram ligados ao círculo *Azul y Blanco*, embora mantendo um perfil mais baixo. Com laços profundos com a primeira geração de ‘azulblanquistas’, Azéma continuou participando anonimamente na redação do semanário. Especificamente, sua principal tarefa no novo projeto era obter colaborações de correspondentes nacionalistas estrangeiros, contatados por meio das publicações francesas (Galván, 2012). Foi dessa forma, por exemplo, que o nacionalista alemão Wilfred von Oven chegou a *Azul y Blanco*⁷. Sua colaboração era assídua e se concentrou principalmente no cenário europeu. Assim, ele descreveu a política externa da União Soviética na

7 Jornalista de origem aristocrática alemão, nascido na Bolívia, colaborou em *Azul y Blanco* com o pseudônimo de ‘Willie Oehm’ e havia sido correspondente na Guerra Civil Espanhola, mas ganhou fama como assistente pessoal de Joseph Goebbels durante a Segunda Guerra Mundial, por quem foi nomeado adido da equipe de imprensa em 1943, depois de ter se destacado lutando na frente oriental. No final da guerra, ele conseguiu escapar para Gênova e de lá cruzou o Atlântico até o porto de Buenos Aires, onde desembarcou em 1952. Na Argentina, trabalhou como jornalista em várias mídias nacionalistas da comunidade alemã e publicou vários livros (La Nación, 2001; Schule, 2010; Süddeutsche Zeitung, 2008).

Europa Oriental como a ameaça feroz do avanço do comunismo sobre os valores do Ocidente, questionou o tratamento dado aos líderes do nazismo e promoveu o ‘novo’ nacionalismo alemão (Goebel, 2011; Azul y Blanco, 1966g, 1966h, 1966j, 1966k, 1966l, 1967b, 1968a, 1969f, 1969g).

Com relação a este último, é importante destacarmos o valor que os ‘azulblanquistas’ atribuíram às novas expressões nacionalistas em todo o mundo. Nesse sentido, eles também estabeleceram contatos com o que denominavam de ‘nova direita norte-americana’. O processo havia sido facilitado pelo liberal argentino César Augusto Gigena Lamas, responsável por várias notas sobre o movimento da direita no país do norte concentrado em torno do jornal *National Review*, que era dirigido pelo conservador William Buckley (Azul y Blanco, 1966b, 1966d, 1966f). Assim, *Azul y Blanco* estabeleceu um relacionamento sólido, entre outros, com Kenneth Paul Shorey, que se incorporou como correspondente do semanário argentino e contribuiu com notas sobre a política externa americana. A aparente admiração de Shorey pela cultura e pelos valores hispânicos justificava, do ponto de vista dessa revista, sua inclusão na equipe fixa do periódico.

De fato, sua perspectiva sobre o desenvolvimento da Guerra Fria coincidiu com o grau de preocupação pela defesa dos valores ocidentais mais tradicionais (Azul y Blanco, 1966c, 1966e, 1966g). Dessa maneira, o jornalista americano compartilhou com os nacionalistas argentinos não apenas a alta estima depositada nos valores do ‘mundo livre’, mas também a perspectiva de que a luta global contra o comunismo era um imperativo moral e que a escolha entre um estilo de vida conhecido e ‘espiritualmente correto’ e seu oposto dependia de sua resolução. Nesse sentido, a partir desse ponto comum, os nacionalistas argentinos estabeleceram uma relação estável com o neoconservadorismo americano da época. Assim, a diáde anticomunista – a defesa do Ocidente – tornou-se a porta de entrada para outras direitas no círculo dos nacionalistas argentinos (Azul y Blanco, 1966i).

Concretamente, o risco que estes últimos corriam à espreita naquele amplo ‘nós’ ocidental não era outra coisa senão o fantasma do comunismo que havia ressurgido no imaginário das direitas da região. Assim, a defesa do Ocidente cristão, empreendida por Franco uma década atrás, substituindo seu projeto hispânico, também viu sua correlação no discurso nacionalista argentino da década de 1960, em que a afiliação a essa comunidade unida por laços espirituais foi substituída por uma cruzada em defesa dos valores ocidentais, ameaçados pelo comunismo.

4 A Revolução Nacionalista e a ‘pátria ampliada’

A coincidência entre o projeto cultural franquista e o novo modo de pensar a região latino-americana por parte dos nacionalistas argentinos não implicou necessariamente uma influência direta do primeiro sobre os segundos. Na realidade, embora o programa franquista tenha ajudado a legitimar um clima da época nas direitas, esse novo modo de pensar a região foi influenciado principalmente pela variedade ideológica das redes de sociabilidade da nova geração, que variavam desde líderes sindicais de esquerda e militantes católicos progressistas até ex-colaboradores nazistas e outros representantes do nacionalismo da direita europeia, do conservadorismo norte-americano e antigos nacionalistas argentinos (Galván, 2013). Em outras palavras, esse ecletismo ideológico no qual se diluíram os jovens nacionalistas não só produziu nas relações internacionais um estreitamento com outras direitas, mas também as aproximou de outros setores progressistas.

Tomada em conjunto, essa soma de influências determinou sua preocupação com a concretização de uma Revolução Nacional, bem diferenciada da Revolução Socialista e materializada mais ou menos em conjunto na esfera regional, a fim de se alcançar justiça social e independência econômica e cultural. Essas definições levaram o semanário a acompanhar a situação política do resto da América Latina cada vez mais de perto. Nesse sentido, as ‘indicações’ de que

as notícias políticas de outros países contribuíram para sua causa não foram ignoradas. Assim, um caso paradigmático que lembra o discurso esperançoso da primeira geração de *Azul y Blanco* sobre a Revolução Cubana foi o apoio fervoroso ao golpe de Juan Francisco Velasco Alvarado, em 1968, no Peru. Esse caso foi tomado pelo jornal semanal como prova de que a Revolução Nacional era viável e de que era dever dos movimentos nacionais latino-americanos – que no caso peruano era extremamente promissor – a solução permanente para os problemas de desigualdade e sujeição aos imperialismos no continente (Azul y Blanco, 1968c, 1968d, 1969e, 1969h, 1967a).

Com esse tom, o semanário não escondeu a preocupação com o rumo que a ‘revolução’ de 1964 estava tomando no Brasil. De fato, a comparação com o caso argentino foi inevitável. Assim, eles argumentaram que “[...] a analogia a ser estabelecida – mesmo em eventuais desvios – entre o caso do Brasil e o nosso caso [...]” era evidente (Azul y Blanco, 1966a); portanto, era imperativo acompanhar de perto o desenvolvimento da situação brasileira, a fim de se proteger a Revolução Nacional argentina e evitar frustrações, como aconteceu em Cuba e como parecia estar acontecendo no Brasil. Da mesma forma, o fantasma da revolução frustrada forçou os ‘azulblanquistas’ a não perderem de vista os governos vizinhos do Paraguai e Uruguai, porque, acima de tudo, estavam convencidos de que uma Revolução Nacional só seria viável em um contexto igualmente revolucionário. A tendência para esse tipo de ‘latino-americanismo’ como opção política reconhece influências dos preceitos da encíclica *Populorum Progressio* (Galván, 2013), mas se deveu principalmente à convicção de que a Revolução Nacional não poderia obter sucesso de forma isolada:

Nenhum país por si só é isolado dos demais países da América Latina pode enfrentar com eficiência duradoura as tarefas de desenvolvimento no sentido que nós, trabalhadores, queremos. É por isso que um dos requisitos fundamentais no processo revolucionário de nossos povos é a UNIDADE LATINA-AMERICANA no plano econômico, social, político e cultural (Azul y Blanco, 1968b).

Assim, o apelo para se formar uma unidade latino-americana em busca da luta política anti-imperialista foi, nesse sentido, a face pragmática que apresentou a nova maneira de se pensar a região. De fato, os intelectuais nacionalistas consideravam que os valores ocidentais estavam sendo seriamente ameaçados e que a única defesa contra o avanço do comunismo (sem subestimar o liberalismo profundamente arraigado, sempre vulnerável em si) era reforçar os valores cristãos, princípios básicos do denominado ‘mundo livre’ e eixo fundamental da unidade hispano-americana, para reconstituir a já agonizante ordem cristã (Goyeneche, 1976). Essa hipótese de resolução de conflitos em que se via envolvido o mundo ocidental baseava-se na ideia de que a América Latina era o “[...] resguardo do mundo livre” (Goyeneche, 1976, p. 224). Nesse sentido, também Goyeneche, como representante do nacionalismo argentino, declarou na Europa em 1967 que

A América Espanhola será salva ou perdida em bloco. Existe entre os povos da América Espanhola uma tendência natural à unidade que os leva, desde sua origem comum, a igualar cada vez mais seus movimentos em uma performance histórica idêntica (Goyeneche, 1976, p. 221).

Assim, a preferência por um dos dois blocos da Guerra Fria e a predominância discursiva do ‘Ocidente cristão’ marcaram o programa político dos jovens nacionalistas. Em relação a essa ‘cruzada’ em defesa do Ocidente, a América Latina ‘em bloco’ teria a missão de liderar o caminho em razão da sua posição estratégica entre os dois blocos de poder. Nesse sentido, foi mantida a importância de se “[...] criar uma política internacional claramente beligerante em relação ao comunismo, mas também servir nossos próprios ideais, nosso antigo *ethos* de um povo moldado pela catolicidade” (Azul y Blanco, 1967d).

E ainda mais. Além dos programas abstratos, movimentos políticos triunfantes em todo o continente pareciam apoiar essa hipótese. Nesse sentido, Goyeneche, por exemplo, não poupou elogios ao

nacionalismo e à catolicidade da coalizão triunfante no Uruguai em 1958, que, de fato, aos seus olhos, parecia inaugurar uma nova era:

Novos tempos! Don Juan Idiarte Borda, o último presidente a participar oficialmente de um *Te Deum*, foi assassinado em 25 de agosto de 1897 na saída do templo. Desde então, com mais ou menos virulência, governará o Uruguai o sectarismo maçônico que está desaparecendo agora (Goyeneche, 1976, p. 121).

Da mesma forma, quando, no final da década de 1960, *Azul y Blanco* comemorava o golpe de 1964 no Brasil, os editorialistas postularam que o novo governo brasileiro representava uma maneira interessante de ter uma política anticomunista internacional, mas respeitando nosso espírito particular (*Azul y Blanco*, 1961). Isso significa, que, no final dos anos 1960, o anticomunismo predominante reafirmava a ideia da região como uma comunidade que precisava encontrar seu próprio modo de combater o imperialismo soviético, partindo de nossas tradições e história. A partir desse ponto de vista, também foi criticado o anticomunismo explícito do governo local de Onganía, porque, na perspectiva dos nacionalistas, a repressão direta ao comunismo era contraproducente.

Já no final da década, a evolução da autodenominada Revolução Argentina havia demonstrado ao ‘azulblanquistas’ que esse, como um todo, era apenas mais um caso de uma revolução nacional fracassada, abortada antes de chegar a ser. Nesse contexto, as políticas errôneas que o ‘Onganiato’ implementou contra o comunismo (tanto externa quanto internamente) eram apenas mais um sinal de seu naufrágio iminente. Mais especificamente, os nacionalistas acreditavam que a melhor maneira de se combater o comunismo era com a bandeira da Revolução Nacional. Ao se implementar as mudanças políticas e sociais mencionadas em seu programa, a demanda marxista por transformação social não teria sentido e os focos comunistas se extinguiriam (*Azul y Blanco*, 1963, 1967e, 1967f, 1967h). Daí a importância da unidade latino-americana para o sucesso da Revolução

Nacional, que parecia ser completamente ignorado pelo governo argentino. Assim, desde o semanário consideravam

Risíveis, se não grotescas, as tentativas de se projetar como nação sem saber o que é intimamente a Ibero América, como uma esfera de espírito unitário que se esforça para alcançar sua plenitude no meio de uma geografia e economia dominadas pelo colonialismo [...]. Nossa América – socialmente explosiva –, como cento e cinquenta anos atrás, precisa de uma liderança exemplar que levará adiante a todos, sob o signo das tradições da fé, língua e sangue, a mais completa Revolução Nacional (Azul y Blanco, 1967g).

Em suma, no final da década, a velha ideia da América espanhola, atravessada pelo anticomunismo típico da Guerra Fria, se uniu ao discurso nacionalista em um programa revolucionário que englobava esse conjunto de nações, as quais seriam unidas pelas tradições católica e hispânica, pela história e por um novo inimigo comum.

5 Considerações finais

A soma das transformações vivenciadas pelo nacionalismo argentino na década de 1960 não pode ser entendida sem levarmos em conta a estrutura internacional marcada pela Guerra Fria. Assim, um dos pilares fundamentais da ideologia nacionalista, o hispanismo, passou por consideráveis mudanças em razão dos altos e baixos da agenda política internacional e da abertura de suas redes de sociabilidade em nível global. Nesse sentido, se para os nacionalistas da primeira metade do século XX a América Latina era uma unidade espiritual e histórica que representava a promessa da recristianização do Ocidente, após a Revolução Cubana e a consequente transferência do cenário principal da Guerra Fria para a região, a maneira de se pensar aquela unidade espiritual mudou. A nova maneira dos nacionalistas encararem o hispanismo tinha mais a ver com um projeto político para proteger os valores ocidentais e cristãos de um iminente avanço do

imperialismo soviético. Esse projeto foi catalogado como a Revolução Nacional e se esperava que atingisse toda a América hispânica.

Dessa maneira, o hispanismo estava intimamente ligado ao anticomunismo norte-americano e, como consequência, o aspecto anti-imperialista da ideia de América Latina no imaginário nacionalista se tornou difuso. O que importava era proteger o Ocidente cristão do comunismo. Este último só poderia ser alcançado após o triunfo geral da Revolução Nacional em todos os países da região, o que implicava restaurar valores católicos e nacionalistas, típicos da essência hispano-americana.

Referências

- AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 31 out. 1956.
- AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 12 jul. 1960a.
- AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 20 jul. 1960b.
- AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 26 jul. 1960c.
- AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 23 nov. 1960d.
- AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 18 ago. 1960e.
- AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 1 ago. 1961.
- AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 24 abr. 1963.
- AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], n. 1, 7 jul. 1966a.
- AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 21 jul. 1966b.
- AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 28 jul. 1966c.
- AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 4 ago. 1966d.
- AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 11 ago. 1966e.

AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 18 ago. 1966f.

AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 1 set. 1966g.

AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 22 set. 1966h.

AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 29 set. 1966i.

AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 6 out. 1966j.

AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 1 dez. 1966k.

AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 8 dez. 1966l.

AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 27 maio 1967a.

AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 12 jun. 1967b.

AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 17 jul. 1967c.

AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 14 ago. 1967d.

AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 21 ago. 1967e.

AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 28 ago. 1967f.

AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 11 set. 1967g.

AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 18 set. 1967h.

AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 14 maio 1968a.

AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], n. 65, 18 jun. 1968b.

AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 29 out. 1968c.

AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 5 nov. 1968d.

AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 11 fev. 1969e.

AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 25 fev. 1969f.

AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 18 mar. 1969g.

AZUL Y BLANCO. [S. l.: s. n.], 6 maio 1969h.

BROQUETAS, M. **La trama autoritária**: derechas y violencia em Uruguay (1958–1966). Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2014.

FINCHELSTEIN, F. **Fascismo transatlántico**: ideología, violencia y sacralidad en Argentina y en Italia, 1919–1945. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

GALVÁN, V. **El nacionalismo de derecha en la Argentina posperonista**: el semanario Azul y Blanco (1956–1959). Rosario: Prohistoria, 2013.

GALVÁN, V. [Entrevista cedida a] Juan Manuel Abal Medina. Buenos Aires, 17 jan. 2012.

GOEBEL, M. **Argentina's partisan past**: nationalism and the politics of History. Liverpool: Liverpool University Press, 2011.

GONÇALVES, M. Hispanidade e historiografia: redes intelectuais América-Espanha na revista Estudios Americanos (Sevilla, anos 1950). In: CONGRESO INTERNACIONAL NUEVOS HORIZONTES DE IBEROAMÉRICA, Mendoza. Mendoza: UNCuyo, 2013.

GOYENECHE, J. C. **Ensayos, artículos, discursos**. Buenos Aires: Dictio, 1976.

IANNINI, N. Sol y Luna, una definición hispanista de la nacionalidad argentina. In: CRISTÓFORIS; N. A.; TATO, M. I. (ed.). **Las grandes guerras del siglo XX y la comunidad española de Buenos Aires**. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2014.

JANNELLO, K. El Congreso por la Libertad y la Cultura: el caso chileno y la disputa por las ‘ideas fuerza’ de la Guerra Fría. **Izquierdas**, n. 14, p. 14–52, 2012.

KLICH, I. A cuatro décadas de la captura de un austríaco de Linz en la Argentina: reflejos del caso Eichmann en memorias, testimonios,

periodismo y otros. *In: KLICH, I. Sobre nazis y nazismo en la cultura argentina*. Buenos Aires: Hyspamérica, 2002.

LA NACIÓN. Buenos Aires: [s. n.], 15 jul. 2001.

PETRA, A. Cultura comunista y Guerra Fría: los intelectuales y el movimiento por la paz en la Argentina. **Cuadernos de Historia**, n. 38, p. 99–130, 2013.

POWASKI, R. E. **The Cold War**: The United States and the Soviet Union, 1917–1991. Oxford: Oxford University Press, 1997.

QUATTROCCHI-WOISSON, D. **Los males de la memoria**: historia y política en la Argentina. Buenos Aires: Emecé, 1998.

SÁNCHEZ SORONDO, M. Dialéctica del imperio. **Sol y Luna**, n. 1, 1938.

SÁNCHEZ SORONDO, M. **Memorias**: conversaciones con Carlos Payá. Buenos Aires: Sudamericana, 2001.

SCHULE, J. Der Tod des Nazis. **Süddeutsche Zeitung**, 17 maio 2010. Disponível em: <https://www.sueddeutsche.de/politik/ns-wilfried-von-oven-der-tod-des-nazis-1.530025>. Acesso em: 22 nov. 2022.

STONOR SAUNDERS, F. **La CIA y la Guerra Fría cultural**. Madrid: Debate, 2001.

SÜDDEUTSCHE ZEITUNG. München: [s. n.], 7 jul. 2008.

WILLIAMS, R. **Palabras clave**: un vocabulario de la cultura y la sociedad. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

ZANATTA, L. De faro de la Hispanidad a centinela de Occidente: la España de Franco en América Latina entre la Segunda Guerra Mundial y la Guerra Fría. **Anuario IEHS**, n. 23, p. 47–73, 2008.

A América Latina segundo o liberal-conservadorismo argentino: entre a modernização, o pan-americanismo e a Doutrina de Segurança Nacional (1959–1973)¹

Martín Vicente

Para o liberal-conservadorismo argentino, ‘América Latina’ era tanto uma imagem capaz de conter uma série heterogênea de interpretações como um conceito, a partir do qual se procurava entender a política imediata e construir relações político-intelectuais sob um olhar ocidentalista². Distantes do arielismo que marcou as primeiras décadas do século e reformulando a pergunta a respeito da posição continental da América surgida na década prévia, os posicionamentos liberal-conservadores adquiriram novos tons nos

¹ Traduzido por Daniela Moraes de Almeida.

² O conceito de liberal-conservadorismo teve diversas aproximações desde a historiografia à sociologia e às ciências políticas, servindo basicamente para definir a inflexão conservadora da matriz liberal ou para marcar uma imbricação entre ambas as tradições. Podem-se encontrar uma revisão da questão e sua aplicação ao caso argentino em Vicente (2014).

anos do ciclo 1959–1973³. Esses novos tons, ao mesmo tempo que introduziam quebras e novidades com os anos prévios, mantinham continuidades peculiares. O período, marcado em seus extremos pela Revolução Cubana e pelo golpe de Estado que derrocou o governo de Salvador Allende no Chile como chaves latino-americanas, foi também o da impossibilidade da desperonização popular no país, do debate da modernização nos anos dourados do capitalismo internacional e da recepção dos fantasmas da Guerra Fria. Essas questões articularam os modos pelos quais a inquietude pela América Latina apareceu no espaço liberal-conservador e definiram uma série de redes e circulações político-intelectuais.

Entendida como imbricação das interpretações da Argentina e do mundo, a América Latina foi uma chave de leitura que vinculava pan-americanismo e ocidentalismo. O primeiro, fortemente presente no pensamento liberal argentino como base para interpretar a realidade internacional, apareceu no liberal-conservadorismo como um modelo para formular a base ocidentalista sob um eixo que unia a liderança dos Estados Unidos na região com o pretendido papel argentino como potência no subcontinente.

Assim, a proposta da Aliança para o Progresso, promovida pela administração democrata de John Fitzgerald Kennedy nos Estados Unidos, foi tanto uma interpretação do mundo sob a clivagem bipolar como um modo de discutir as possibilidades do sempre evasivo desenvolvimento regional. Essa leitura própria da Guerra Fria entendeu o alinhamento continental a partir da chave ocidentalista que enfrentava o ‘mundo livre’ com a ‘ameaça comunista’, ao mesmo tempo que a América Latina foi lida em contradição permanente entre suas potencialidades e às sombras de um tempo político complexo. No liberal-conservadorismo argentino, porém, se destacou um eixo

3 O artigo de Valeria Galván incluso nesta compilação permite apreciar como foi o processo de criação da pertença hispano-americana por parte de um conjunto de ‘nacionalistas’ argentinos na década de 1960, de forma contemporânea ao processo que se analisa na sequência (N. dos O.).

que atravessou todo o período: a ideia de que o ocidental era a chave identitária do subcontinente, no qual toda interpretação e intervenção no momento histórico vivido estavam marcadas pelas pautas de relação entre América Latina e o Ocidente, tanto conceitualmente como pela articulação de redes e circulações.

No presente artigo, analisamos uma série de atores intelectuais, culturais e políticos com o objetivo de reconstruirmos as grandes linhas interpretativas que as intervenções liberal-conservadoras traçaram nesses anos sobre uma problemática que, como em um jogo de anéis, abarcava o nacional, o subcontinente e o mundo. Esse ciclo esteve marcado por duas grandes interpretações: o embasamento antifascista do liberalismo argentino, construído desde a década de 1930, e a posterior imbricação com o anticomunismo. Sobre esta segunda linha, expressou-se um conjunto de circulações e redes político-intelectuais que operaram como chaves da transformação. Exporemos nossa análise por meio de quatro eixos: em primeiro lugar, realizaremos um breve *racconto* das posições liberal-conservadoras anteriores ao ciclo sobre o qual fazemos foco; em segundo, nos deteremos, também de modo breve, nas relações entre ocidentalismo e modernização que enquadram as interpretações liberal-conservadoras daquele momento; em terceiro, abordaremos os modos peculiares pelos quais o liberal-conservadorismo apresentou uma leitura pan-americanista que buscava, no diálogo da América Latina com os Estados Unidos, tanto uma estratégia de desenvolvimento quanto um modelo de unidade ante a ‘ameaça comunista’, com eixo nos primeiros anos da década de 1960, quer dizer, uma vez que a Revolução Cubana forçou o repositionamento de leituras prévias; em quarto lugar, abordaremos o ciclo de construção de uma leitura ocidentalista progressivamente radical que sobreponha diversas posições direitistas, com eixo na segunda metade da década e o início dos anos 1970.

A década de 1960, coração cronológico deste trabalho, foi marcada, entre outras características, pelo aparecimento de uma série de novas interpretações sobre o lugar latino-americano da Argentina, onde os ecos da Guerra Fria e a Revolução Cubana conformaram o marco

para uma profunda série de reflexões a respeito do subcontinente (Gilman, 2003; Calandra; Franco, 2013). Em efeito, assim como o liberal-conservadorismo argentino havia se identificado com os Aliados durante e depois da Segunda Guerra Mundial e interpretado o fenômeno peronista sob lentes conceituais europeias – adaptando o conflito fascismo-antifascismo e apelando continuamente ao modelo estadunidense como resumo das democracias ocidentais –, na hora de pensar a Argentina, suas leituras sobre a região, porém, foram totalmente particulares. Dita peculiaridade se expressou em um triplo plano: o da tradição liberal, o contexto intelectual do momento e o plano imediato no interior das diversas direitas. Se o caminho começou na reformulação do prévio antifascismo que enfrentava o liberal-conservadorismo com os nacionalismos, nos finais do ciclo uma reconfiguração de posições, surgida em grande parte do vínculo entre conceitualizações e redes, levou a uma imbricação com critérios próprios de outras vertentes direitistas.

1 Do antifascismo ao anticomunismo: a transformação liberal-conservadora

O advento da Revolução Cubana transformou o mapa latino-americano. Após o final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos começaram a redesenhar sua influência na região, desenvolvendo, desde então até a revolução na ilha, um ciclo marcado pelas consequências da Ata de Segurança Nacional de 1947, a qual se desdobrou em uma versão sul-americana após a virada socialista do governo revolucionário. Baseada na concepção bipolar da geopolítica e na leitura estadunidense da problemática da instabilidade da América Latina, essa renovação da Doutrina de Segurança Nacional marcou muitas das interpretações das direitas subcontinentais. Nesse marco, o liberal-conservadorismo argentino encontrou em tais posições esquemas com os quais se imbricar, as quais foram renovando e radicalizando muitas de suas concepções.

Como tem destacado Carlos Altamirano, depois da Primeira Guerra Mundial e em especial desde os anos 1920, forjou-se uma ‘intercomunicação’ continental em que “América Latina quase funcionou como uma só arena cultural e política” (Altamirano, 2010, p. 12). A unidade de temas, a circulação de obras e autores, a criação de redes, a institucionalização de organizações formaram no subcontinente uma trama político-cultural dinâmica e sulcada por vasos comunicantes de diversas densidades, que, no caso do amplo espaço liberal, se expressaria centralmente desde os anos 1930 como espaços de circulação antifascista. Ali, o avanço dos nacionalismos radicais e os movimentos fascistas levaram o liberalismo argentino a colocar no centro de suas indagações a problemática da oposição entre a democracia e seus outros, no qual se colocava também o stalinismo como leitura reformulada dos temores que a Revolução Russa tinha aberto entre esses setores.

Nesse sentido, o liberalismo fez parte da ampla, heterogênea e por momentos contraditória frente antifascista argentina, cujas redes com políticos, intelectuais e instituições do continente e da Europa foram uma de suas marcas centrais. Durante as décadas de 1930 e 1940, o liberalismo pareceu para uma multiplicidade de atores como uma posição móvel a partir da qual se podia fazer frente a uma série de fenômenos que entendiam como negativos, desde o autoritarismo até o populismo. Naquele momento, o liberalismo foi tanto uma configuração doutrinária expressa pela renovação conservadora desse ideário que se implantou desde a etapa de crise ideológica aberta na década de 1930 e se aprofundou durante o decênio peronista, como uma série de posições dinâmicas diante de diversas realidades do momento histórico.

Desde grupos de intelectuais de católicos democráticos, como os nucleados em volta da revista *Orden Cristiano*, o conjunto de escritores e ensaístas de *Sur*, passando por espaços de jovens liberal-conservadores como *Demos*, os grupos intelectuais e as revistas político-culturais identificadas com as posições antifascistas fizeram da circulação de ideais e atores e da criação de redes intelectuais

uma das chaves de sua atuação. Como uma série de estudos tem indicado, forjou-se nesses anos um momento identitário antifascista, fortemente marcado pela centralidade do liberalismo (Bisso, 2005; García Sebastiani, 2006; Nállim, 2014). Ali, a criação de redes político-intelectuais e a circulação de conceitos e atores, tanto em níveis institucionais como de modos mais informais, foram fatores chave na transformação das posições liberais em direção a posturas cada vez mais duras⁴.

A aparição dos fenômenos populistas sul-americanos colocou o liberal-conservadorismo argentino diante de um temor antecipado: as versões locais dos fascismos europeus sob os formatos dos movimentos de massas, que posteriormente foram relidos sob as coordenadas da ‘ameaça comunista’. A imbricação entre nacionalismo, fascismo, comunismo e populismo marcaria um momento interpretativo chave, à medida que envolvia a construção conceitual e política de um outro múltiplo e ameaçador (Vicente, 2014). Esses fenômenos apareciam não só como o inverso da democracia, mas como ameaças ao imperativo da modernização. Articulada com essas pautas, a concepção ocidentalista conectou-se com uma série de posicionamentos plausíveis de se imbricarem sob diversas chaves de leitura e de operarem como eixos na construção de redes e circulações político-intelectuais.

2 Os arcanos da modernização: a hora argentina no contexto regional

O derrocamento do peronismo em 1955 tinha aberto no espaço liberal-conservador argentino uma ampla expectativa modernizadora, na qual se imbricavam a esperança na desperonização popular, o desenvolvimento do suposto potencial nacional que reinserisse o país no concerto internacional – como em uma versão remoçada

4 O texto de Marcela Quinteros e David Suárez Morales oferece algumas pistas acerca do funcionamento desse espaço intelectual liberal e antiperonista de alcance americano (N. dos E.).

do espelho de 1880 –, a confirmação da ansiada liderança regional e a construção de um novo modelo democrático. A página editorial de *La Nación* identificava, no início da década de 1960, a perda de centralidade do país na região como parte de uma etapa que deveria ser superada, destacando a influência cultural no subcontinente e “[...] os conceitos que temos merecido de estadistas e de intelectuais dos Estados Unidos”. Interessado no olhar internacional, o periódico destacava que, se os estrangeiros perguntassem o motivo dessa decadência nacional, “[...] [lhes] podemos explicar que tudo isto é consequência de ter vivido longamente sob uma ditadura que tem perturbado tudo [...]” (La Argentina..., 1962). O passado imediato peronista aparecia como explicação da situação deplorável e como a chave de leitura de um endêmico “mal nacional” a superar, que se entroncaria com as leituras decadentistas de outras direitas.

Nesse momento, o governo de Arturo Frondizi, da Unión Cívica Radical Independiente, apesar de sua прédica modernizadora, era visto de forma negativa pelo liberal-conservadorismo, tanto pelos fatores de origem (as raízes de Frondizi no populismo radical, sua relação com a intelectualidade de esquerda, seu pacto com o exilado Perón) como por seu desempenho. O desenvolvimentismo do governo era avaliado em termos negativos, os quais diferiam substancialmente dos olhares que o liberal-conservadorismo dedicou nesses anos ao desenvolvimentismo do Brasil e que perdurariam na década seguinte. Longe das hipóteses de conflito brandidas por outras expressões das direitas argentinas, as leituras deste setor expressavam clara admiração pelo projeto modernizador do país vizinho que, no entanto, não impedia que eles mantivessem o objetivo de uma liderança regional argentina.

Organizações como a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) foram vistas com certa expectativa dentro de setores do liberal-conservadorismo, como aqueles representados pelos grandes jornais ou por intelectuais como Mariano Grondona, e, de fato, existiu uma série de redes entre esta instituição e o espaço liberal-conservador. Por outro lado, espaços político-intelectuais

como os nucleados em torno dos economistas Alberto Benegas Lynch e Álvaro Alsogaray (que tinha feito parte do gabinete de Frondizi por imposição militar), receptores e difusores do neoliberalismo e organizadores de diversos núcleos político-intelectuais, se mostraram muito mais críticos das propostas do organismo, ao que colocavam o mote de ‘Central de Planejamento para América Latina’.

A abertura de um momento de esperança na CEPAL, não por isso sem críticas pontuais, foi apresentada, por certos atores, como uma nova maneira de se entender a região e seus vínculos. Um meio de comunicação tão doutrinário como *La Prensa* considerava o organismo um esforço da América Latina ‘para realizar-se em liberdade’, e ponderava sobre a avaliação cepalina da conjuntura: era uma mostra de que as expectativas de modernização aconteciam em um marco muito distinto ao aberto em setembro de 1955. A publicação de notas do secretário executivo da entidade, o economista argentino Raúl Prebisch, nos meios liberal-conservadores (relutantes em geral a abrir suas páginas a questões alheias ao liberalismo), marcava a vontade de um diálogo pela direita com certas expressões do desenvolvimentismo. Essa posição atravessou o mandato presidencial interino de José María Guido, o governo constitucional de Arturo Illia e a primeira parte do governo surgido do golpe de Estado de 1966, proclamado como ‘Revolução Argentina’, como uma maneira de gerar vínculos sobre a ideia modernizadora.

O vocabulário da modernização, assim, permitia traçar, a partir do liberal-conservadorismo, uma série de linhas que atingiam a setores mais amplos que os implicados nos diálogos mantidos por esse grupo nos anos prévios, ao ponto de que o momento de fechamento e radicalização que os setores liberal-conservadores expressariam desde finais da década fariam especial eco das consequências negativas da expectativa modernizadora. Se efetivamente pouco ligava as leituras desenvolvimentistas *stricto sensu* com as inquiétudes pelo desenvolvimento próprias dos atores liberal-conservadores, também eram escassas as similitudes que suas ideias de integração podiam ter com o pensamento dependentista ou cepalino, mas o arco de

possibilidades aberto pela questão do desenvolvimento apareceu como um configurador das inquietudes do momento. A questão da modernização no interior do liberal-conservadorismo, assim, articulou uma série de equilíbrios: equilíbrio entre o rol dos Estados Unidos no continente e da Argentina na América Latina; equilíbrio de leituras modernizantes entre o liberal-conservadorismo e a asa direita do desenvolvimentismo. O final da década de 1960 começou a marcar, contrariamente, que esses equilíbrios se desgastavam e que, além do desenvolvimento possível, a leitura bipolar do mundo e a posição ocidentalista abandonavam as perguntas abertas no trânsito da década de 1950 à de 1960. Como assinalava *La Nación*, “Os inimigos da democracia costumam operar sinuosamente” (En guardia..., 1962). A história da leitura regional do liberal-conservadorismo argentino, assim, pareceu marcar os anos seguintes nos diversos modos de examinar dita sinuosidade.

3 Pan-americanismo e anticomunismo: a sombra cubana no Ocidente latino-americano

O matutino *La Nación*, que avalizava fortemente as políticas da Aliança para o Progresso, detinha-se, em 1961, a avaliar um discurso de Kennedy sobre a Organização dos Estados Americanos (OEA). O periódico partia das palavras do presidente dos Estados Unidos para entender o momento histórico como “[...] chave para o hemisfério ocidental [...]” e ver na tradição “[...] de respeito às leis [...]” (na consideração do diário, a herança liberal) a chave sobre a qual deveria ordenar-se o continente: “É inconcebível que possam existir na esfera americana sistemas ou regimes que atentem contra estes princípios exemplares [...]”, determinava em sua página doutrinária (El programa..., 1961). O pan-americanismo, tinha defendido o jornal anteriormente, também desde seu editorial, “[...] enaltece [...] as instituições representativas da liberdade e da ordem [...]”, ou seja, os dois grandes conceitos estruturantes do ideário liberal-conservador (Día..., 1961). O outro decano dos grandes jornais liberal-conservadores argentinos, *La Prensa*, notoriamente mais doutrinário

que *La Nación* (cujas posições abraçavam muitas vezes a *realpolitik* e o possibilismo declaradamente), se mostrava também posicionado a favor das políticas pan-americanistas dos Estados Unidos. Em dito contexto, as redes tendidas para figuras político-culturais do liberalismo latino-americano expressavam um diálogo regional chave, distinto dos articulados nas décadas prévias, e alentado pelas vozes destacadas do liberal-conservadorismo argentino.

Começou a batalha da liberdade em Cuba era a drástica manchete com a qual *La Prensa* publicava uma intervenção do jornalista cubano Guillermo Martínez Márquez no início da invasão à Baía dos Porcos: *O 'Dia L' – L de libertação – tem começado em Cuba*, assinalava o colunista, que cobria a atualidade da ilha com notas que compreendiam pequenos ensaios políticos marcados pela linguagem altissonante e a posição anticastrista. O autor, que em sua juventude foi membro do Grupo Minorista, influído pelas concepções reformistas e anti-imperialistas de autores como José Martí ou o ítalo-argentino José Ingenieros, era uma caneta chave nas análises sobre a América Latina que publicava o matutino. Martínez Márquez, posteriormente à etapa minorista, foi um dos fundadores da Sociedade Interamericana de Imprensa e nome chave do jornalismo cubano no exílio em Miami. Nesse momento se expressava drasticamente:

Esta é a segunda guerra de independência de Cuba. Cuba foi a última república americana que se libertou da Espanha, e será a primeira em romper a escravidão do comunismo russo (*La Prensa*, 1961)⁵.

5 A receptividade da Revolução Cubana e o lugar dos intelectuais cubanos durante a Revolução, em especial após os debates suscitados pelo ‘caso Padilla’, têm sido objeto de diversos trabalhos, como de Gilman (2003). A condenação de Padilla não suscitou no liberal-conservadorismo as mesmas reações que entre o progressismo e a esquerda, enquanto as posições sobre Cuba já estavam ali definidas desde, no mais tardar, os processos de nacionalização. O ‘tema Cuba’, porém, não foi considerado sempre da mesma maneira em todo o espaço liberal-conservador: por exemplo, *La Nación* apoiou plenamente o derrocamento de Batista, em termos que lembravam os utilizados após o golpe de Estado contra Perón.

A presença de autores latino-americanos que escreviam sobre a região foram uma constante na grande imprensa liberal-conservadora. Eudocio Ravines, político e jornalista peruano, que militou na Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA), chegou a presidir o Partido Comunista de seu país e converteu-se ao liberalismo após uma viagem à URSS, foi um dos mais notáveis. Tornou-se mais tarde um crítico feroz do gigante soviético (como indicado em seu livro mais famoso, *La gran estafa*, que publicou originalmente em 1951 como exilado nos Estados Unidos) e de experiências como a cubana.

O trânsito de Martínez Márquez, e mais ainda o de Ravines, comparável às ‘viradas políticas’ da intelectualidade *neocons* estadunidense na década seguinte – enquanto passagens graduais em direção à nova direita (Bunzel, 1990; Nash, 1987) –, será chave para colocá-los como figuras do intercâmbio com o liberal-conservadorismo argentino e marcar um traço que se repetiria entre a intelectualidade regional, como foi a passagem para a direita após o desencanto com a esquerda. Em outro sentido, um ator como o venezuelano Arturo Uslar Pietri, autor de uma prolífica obra no terreno da narrativa, da poesia e do ensaio, era outra voz que circulava no espaço liberal-conservador sob outra construção de perfil intelectual, em especial por meio de seus artigos publicados por *La Prensa*. A trajetória política do autor de *Las lanzas doradas*, fundador do Partido Democrático Venezolano e exilado em 1945 depois do golpe de Estado da Revolução de Outubro e ali novamente lançado à carreira política, o colocava como um claro exemplo do que entendia o liberal-conservadorismo nesse ciclo como um lutador pelos valores da liberdade perante os autoritarismos de diversos tipos. Nessas figuras se encontravam chaves da construção de redes e circulação político-intelectual em prol da militância libertária e ocidentalista, vinculada estreitamente ao surgimento de uma nova direita internacional.

Que no marco da invasão estadunidense à ilha o governo de Castro recebesse o apoio de figuras como o ex-presidente mexicano Lázaro Cárdenas ou a influência de uma imbricação entre socialismo e peronismo como a proposta por setores intelectuais e militantes na

Argentina, eram fatos que não podiam ser entendidos nesse setor a não ser como outra mostra das perigosas relações entre comunismo e populismo, identificados como alteridades da democracia. Alertas como essas circulavam permanentemente nas reportagens internacionais, ensaiando-se a construção de uma resistência libertária diante do que entendiam como os diversos extremismos. O momento era, então, delicado: as vozes liberal-conservadoras interpretavam que o contexto regional estava à beira de uma guerra estendida continentalmente. As interpretações da conjunção populista-fascista-comunista haviam começado no espaço liberal-conservador já em anos prévios, durante o início do governo de Arturo Frondizi e o fracasso da desperonização popular, em que havia apostado este setor, como já vimos.

Em dito contexto, o Informe Oficial sobre Atividades Comunistas, preparado pelo governo de Frondizi, foi para esses setores uma decepção e uma confirmação das ambiguidades do desenvolvimentismo local. *La Prensa* expressou uma dura leitura da hora: o panorama continental mostrava “[...] as duas caras do castrismo [...]”, uma explícita e outra soterrada (*Las dos caras...*, 1962). Nessa linha, o que se entendia como a indefinição frondizista marcava quão longe das posições anticomunistas estava o governo, uma interpretação que se faria comum no liberal-conservadorismo argentino.

O olhar no espelho do passado também se convertia em sinal de construção de uma identidade regional transnacional ante a deplorável realidade. Assim ocorreu, por exemplo, com a circulação de figuras políticas e intelectuais regionais identificadas com o liberalismo para se comemorar o centenário da presidência de Bartolomé Mitre. *La Nación*, jornal fundado pelo próprio Mitre e dirigido por seus descendentes, reiterava a necessidade de se unificar o continente sob a democracia ante a ameaça comunista, enquanto retomava o modelo mitrista para se pensar o momento. A relação entre a Argentina e o Brasil, entendidos como as potências regionais, foi chave na interpretação de tal legado. Diversas figuras e instituições brasileiras levaram a cabo homenagens a Mitre, entre elas, a embaixada brasileira em Buenos Aires e um conjunto de políticos e intelectuais. Entre

outros, o advogado e jornalista Joaquín Lima Netto se referiu ao exemplo continental mitrista e destacou a importância da unidade do continente (Tributose..., 1962). O político, jurista e historiador brasileiro Pedro Calmón Moniz de Bittencourt, por sua parte, assinalava que Mitre tinha aberto o caminho da amizade centenária entre ambos os países, a qual entendia como chave no presente, destacando que “[...] a voz do Brasil não podia estar ausente nesta homenagem” (El historiador..., 1962). A chave regional era um eixo da problematização do status ocidental da região, em sintonia com a construção de outro ponto central das direitas internacionais.

Sobre a dita problemática, outro ponto chave naquele início de década foram as reuniões do PEN Club na Argentina, também em outubro de 1962, que comportaram uma discussão na qual o liberal-conservadorismo abordou a identidade ocidental do continente (por momentos, com uma ênfase superior à dada por muitos dos conferencistas). Estavam presentes autores consagrados como John Dos Passos, Aldoux Huxley e Jean Cassou, jovens prestigiosos como Alain Robbe-Grillet ou ensaístas como Arnold Toynbee (que tinha traduzido o liberal-conservador Jaime Perriaux, um dinâmico forjador de redes político-intelectuais entre várias direitas de distinto signo). Nessas reuniões, o representante mexicano, Francisco Monteverde, apareceu como uma figura central dentro dos autores latino-americanos, a ponto de estabelecer relações com a Argentina que levaram a Academia Argentina de Letras a fazê-lo membro alguns meses mais tarde. Em declarações à imprensa, o poeta e ensaísta, formador de escritores no Centro Mexicano de Escritores junto com figuras como Juan Rulfo desde a década prévia, considerava a Aliança para o Progresso ‘um belo ideal’ e atribuía a instabilidade latino-americana à debilidade da democracia, em consonância com o diagnóstico estadunidense e as preocupações do liberalismo local (Con el dr. Francisco..., 1962). Sobre o Centro Mexicano de Escritores pesam suspeitas de ter sido financiado pela CIA como parte das políticas do Congresso pela Liberdade da Cultura (CLC), que era um animador central desse tipo de encontros internacionais.

Criado em Munique em 1950, o CLC, em efeito, foi chave para se estabelecer tanto pautas conceituais ocidentalistas e libertárias como lógicas de criação de redes, instituições e linhas de circulação internacionais. Surpreendentemente, a grande imprensa liberal-conservadora argentina, sumamente atenta aos eventos desse tipo, às lógicas e aos atores presentes neles, não se ocupou das instâncias internacionais do congresso durante os anos aqui considerados. Dentro da lógica do CLC, a Asociación Argentina por la Libertad de la Cultura (AALC) tinha sido fundada no final de 1955 e, como tem destacado Jorge Nállim (2009), nos processos em que a intelectualidade antifascista, antiperonista e anticomunista que organizou a instituição atuou, podem se ver distintas alternativas da história latino-americana na Guerra Fria. A AALC foi criada por instâncias de dois políticos: o socialista Juan Solari e o democatólico Manuel Ordóñez, e contou, entre seus membros, com intelectuais da revista *Sur*, como sua diretora, Victoria Ocampo, e os referentes Jorge Luis Borges e Eduardo Mallea; autores como o filósofo Francisco Romero e seu irmão, o historiador José Luis, reitor da Universidade de Buenos Aires (UBA); e cientistas como Bernardo Houssay (Jannello, 2014). Ou seja, uma pléiade de políticos e intelectuais de renome, marcados centralmente pela pauta liberal.

Ao mesmo tempo, as redes internacionais desses atores colocaram em lugares destacados intelectuais e ativistas europeus como os espanhóis Pedro de Basaldúa (factótum de *Orden Cristiano* nos anos 1940) e José Rovira Armengol, o italiano Curio Chiaraviglio e os franceses Albert Guerin e René Sidarsky (estes três últimos protagonistas do movimento de europeísmo). O escritor peruano Luis Alberto Sánchez e o espanhol Julián Gorkin, dois intelectuais de posições muito distintas (democrata iniciado no aprismo o primeiro; anticomunista proveniente da esquerda revolucionária o segundo) foram ativos conferencistas nas jornadas de constituição da AALC, circulando por diversos espaços vinculados com o liberalismo nacional como a Faculdade de Direito da UBA, o Colégio Livre ou organizações militantes. Como podemos ver, os espaços de vinculação

eram diversos e a pauta liberal era um sinal central também no plano das relações entre figuras locais e estrangeiras.

Durante os encontros do PEN Club, a AALC homenageou alguns dos autores por seu caráter de membros do CLC, o qual foi destacado pela própria imprensa liberal-conservadora. Nesse sentido, a pertença a redes libertárias era um insumo chave na construção de figuras intelectuais dentro do espaço liberal-conservador. A marca liberal da AALC parecia repetir, em outro contexto e ante outra nêmese, a articulação antifascista dos anos 1940: no trânsito de uma à outra lógica, o liberal-conservadorismo não só deslocava o eixo de suas preocupações, mas estabelecia novos interlocutores. Grupos como os nucleados em torno da AALC, fortemente visíveis devido à legitimidade dos intelectuais que os formavam e pelo seu pertencimento a redes internacionais, eram um dos rostos dessas redes.

Por outro lado, formações nacionais como o Club de la Libertad e experiências menos visíveis como a Federación Argentina de Entidades Democráticas Anticomunistas (FAEDA), ou organizações como Rearme Moral, orientada pelo pastor luterano suíço Frank Buchman, que surgiu na América Latina durante a década de 1950 (embora não tenha tido o mesmo nome em todos os países), mostram a ampla variedade de formas que podia adquirir a institucionalização dos compromissos anticomunistas, assim como a centralidade do liberalismo para eles. Essa peculiar rede política anticomunista e ocidentalista era elogiada na página editorial de *La Nación*: “Suas ideias são as velhas ideias mãe que nutrem o espírito de Ocidente”, as quais o periódico, em concordância com os chefes da organização, entendia como universais (El rearme..., 1961).

Como em um sistema radial, o liberal-conservadorismo argentino se imbricava sobre o núcleo liberal desse novo anticomunismo, mas ao mesmo tempo expandia suas relações com outras expressões direitistas, o que se faria patente na mudança de posições que marcariam o final desse ciclo. Que um autor como o antifranquista espanhol De Basaldúa, membro nuclear de *Orden Cristiano* e

representante republicano na década de 1940, editara, com prólogo do democrata-cristão Manuel Ordóñez, *La garra comunista en América Latina* nesse momento chave que foi 1962 – quando a Guerra Fria teve um ponto crítico na região devido à crise dos mísseis em Cuba –, parece ser um símbolo perfeito de como as lógicas liberal-conservadoras envolveram um universo liberal mais amplo que o liberal-conservador, no mesmo jogo de palavras comum a outras forças direitistas desde a segunda metade da década. O liberalismo argentino tinha passado do antifascismo ao anticomunismo, e o eixo liberal-conservador tinha ali a chave para uma virada ainda mais drástica sobre o ocidentalismo. Nesse trânsito, como vimos, as redes político-intelectuais e as sociabilidades e circulações foram elementos centrais da dinâmica.

4 Ocidente e a exceção argentina: a radicalização

No início da década, o filósofo espanhol Julián Marías, discípulo de José Ortega y Gasset, notoriamente difundido nos meios liberal-conservadores e vinculado a ensaístas e articuladores de redes político-intelectuais dessa linha, como Jaime Perriaux e o espaço orteguiano argentino, constante ator ele mesmo dos núcleos de circulação dessa tendência, assinalava em uma matéria para *La Prensa*: “Ocidente é algo mais que uma noção geográfica ou histórica, é um programa, um futuro... Ocidente supõe a vida como liberdade” (Acerca de Occidente..., 1962).

A definição do autor bem podia expressar, de modo minimalista, as diversas interpretações (história, conceitos, presente) que circulavam no liberal-conservadorismo. Essa concepção libertária de Ocidente de princípios dos anos 1960 teria conceitualizações mais escuras na segunda metade da década. Em 1967, em *La Argentina en su tiempo y en el mundo*, uma das mais representativas obras liberal-conservadoras do período, Mariano Grondona assinalava que “[...] toda nação encontra ou erra sua vocação através da realização de uma função concreta no âmbito universal [...]”, e entendia que o mal argentino se mostrava

evidente à medida que “[...] temos sido **jogados** à América Latina” (Grondona, 1967, p. 209, grifo no original). Fortemente marcado pela impressão que a rede orteguiana tinha tecido na Argentina, Grondona havia realizado estudos de pós-graduação na Espanha e era um atento leitor da realidade regional. Com pesar e usando uma linguagem contemporaneamente existencialista, indicava que a Argentina estava no Terceiro Mundo, mas era ao mesmo tempo uma *rara avis* no relativo às particularidades do país:

Tradição não cristã, recente acesso à independência, raças de cor: estes caracteres não econômicos do **Terceiro Mundo** jogam as primeiras dúvidas sobre a localização de América Latina. Porque estamos no coração da tradição cristã. Porque nossa independência tem um século e meio de vida. Porque, finalmente, a raça branca tem deixado entre nós sua marca com graus variáveis de intensidade (Grondona, 1967, p. 215, grifo no original).

Nessa leitura, encontrava-se uma série de chaves para o espaço liberal-conservador: a Argentina tinha ‘caído’ no Terceiro Mundo por efeito de sua estendida crise que o autor datava entre a lei Sáenz Peña e a ruptura golpista de 1930 (ou seja, origem e fechamento da primeira experiência da democracia de massas), porém o país era entendido como um conjunto cultural e ético-político diferente daquele das nações subdesenvolvidas. Assim, a tensão deveria necessariamente resolver-se por meio de uma total aceitação dos modos ocidentais e pela ruptura com os fatores não ocidentais que predominavam no resto da América Latina. “A missão da Argentina é, então, reinserir-se no mundo através da América Latina. Deve converter-se no fermento e na levedura para elevação da América Latina ao nível do resto do Ocidente” (Grondona, 1967, p. 223). Semelhante olhar para o futuro era o resultado que se esperava de uma concepção geopolítica, em que os traços que destacavam a Argentina do resto do subcontinente faziam dela propícia para liderar o ingresso pleno da região na vida ocidental. Como Grondona se encarregava de destacar, a cabal compreensão desses postulados deveria articular-se com o modo

correto de se interpretar o Ocidente, de se apreender a essência que fazia plenamente ocidental a Argentina.

Em tal sentido, resulta de especial relevância a leitura de Álvaro Alsogaray acerca do papel exemplar que poderia desempenhar a Argentina para o resto do subcontinente, no livro *Política y economía en Latinoamérica: principales problemas e ideas que se debaten* (Alsogaray, 1969). Este foi fruto de conferências ministradas em viagens pela região, o que marca a importância das circulações internacionais. Ali, ele se posicionava a favor da Aliança para o Progresso e propunha enquadrar a análise regional sob o crivo do capitalismo e comunismo a partir de uma chave de interpretações desse coletivo ideológico: “[...] não há terceiras posições” (Alsogaray, 1969, p. 63).

A reminiscência da fórmula terceirista própria do justicialismo era um posicionamento claro de Alsogaray, novamente como modo de se reunir em um mesmo sítio político as posições entendidas como nêmeses do liberal-conservadorismo que, em momentos da Guerra Fria, se construíam como o reforço de uma posição que se entendia ‘natural’ para a Argentina. Se Grondona era um dos mais destacados analistas políticos do liberal-conservadorismo e expressava especial atenção por uma leitura geopolítica da região, Alsogaray era um de seus mais ativos intelectuais na criação de vínculos internacionais. Ligado à economia social de mercado europeia de grupos como os de Jack Rueff, na França, e Ludwig Erhard, na Alemanha, e conferencista habitual em diversos países do continente e da Europa, entendia que um dos problemas do subcontinente estava nas interpretações incorretas sobre o que significava o liberalismo, as quais impediam que a região seguisse o caminho correto: assim, seus giros latino-americanos eram tanto um modo de consolidar redes político-intelectuais como uma maneira de divulgar o seu diagnóstico sobre a região.

A consolidação de leituras sobre o excepcionalismo argentino nesses anos se enquadrou em uma trama analítica de longa data. Apartir da década de 1920, foi o nacionalismo de direita que concentrou a tese da exceção nacional, mas esta tinha uma base muito desenvolvida nas

concepções liberais, o que permite explicarmos como as análises aqui estudadas ingressavam nessa lógica explicativa como parte de uma genealogia maior, já que se tratavam de duas concepções separadas, porém convergentes: por um lado, o excepcionalismo próprio dos nacionalistas de décadas prévias, caracterizado por posições que identificavam a Argentina como superior ao resto do subcontinente (Finchelstein, 2010); por outro lado, estava o excepcionalismo ligado às concepções liberais em torno do lugar do país no contexto latino-americano, típico da matriz civilizatória do liberalismo argentino que chegou a se ramificar, inclusive, nas vertentes liberais da esquerda, como tem destacado Ricardo Pasolini (2013).

A ruptura do modelo matricial da excepcionalidade levou tanto às pautas marcadas pela decepção dos autores liberais nas primeiras décadas do século XX, como para uma plataforma para as interpretações autoritárias em torno do tema da degradação nacional nesses mesmos anos (Kozel, 2008; Echeverría, 2009). Naturalizar a excepcionalidade argentina foi parte de uma gramática compartilhada por diversas direitas argentinas, mesmo que com perguntas e respostas distintas. A ideia central do liberal-conservadorismo era consolidar uma integração latino-americana em que a Argentina, por sua condição excepcional, poderia cumprir o papel de elevação do subcontinente à plena órbita ocidental, como já indicado. Além desses matizes, tal integração deveria ser entendida mediante a construção de um núcleo claramente ocidental.

Esse eixo implicava uma adesão ao pan-americanismo da potência do Norte, dentro da qual a Argentina deveria desenvolver uma estratégia particular, mas sempre tendo como embasamento o Ocidente enquanto construção cultural. A integração no liberal-conservadorismo deveria se dar por meio de um conjunto de ações que permitissem entender que a Argentina e a América Latina pertenciam ao Ocidente, mas que o caso argentino era particular. A pertença ao Ocidente, como expressava Alsogaray, devia ser por meio de uma relação de “[...] cooperação e não de paternalismo [...]” com os Estados Unidos (Alsogaray, 1969, p. 191). A particularidade do caso

argentino era a chave para entender não só o país, mas o futuro da região, à medida que a Argentina era ‘qualitativamente’ diferente do resto do subcontinente, e na sua sorte se jogava o destino da América Latina. As leituras de nossos autores propunham, então, a definitiva suposição, por parte da Argentina, de seu caráter ocidental como modo de superar a crise nacional e, ao mesmo tempo, como exemplo espetacular para o resto da América Latina.

Relevar a sucessão de fracassos desde o tempo do peronismo novamente era a chave: tanto o projeto de redenção nacional como as propostas de momento, porém, eram parte do marco interpretativo ‘da Argentina como desilusão’ (Kozel, 2008). Naquele momento, foi central pensar a Argentina no plano da América Latina como uma cunha ocidental ante a postulação da inexistência de terceiras posições na luta bipolar. Ali, e à medida que se ia da década de 1960 para a seguinte, o tema da violência se tornou cada vez mais central, sem abandonar os marcos interpretativos da Guerra Fria (Gaddis, 2012). A passagem da década de 1960 para a de 1970 na Argentina era, em efeito, sumamente complexa, com a irrupção de fatos que marcavam a radicalização social e a influência de novas formas de protesto e contestação, acoplados ao crescimento da violência política.

Nesse marco e enquanto a ditadura da Revolução Argentina mudava a presidência *de facto* do general Onganía para os também generais Marcelo Levingston (só por nove meses) e Alejandro Lanusse, o liberal-conservadorismo argentino, mais próximo teoricamente a uma figura como Lanusse, interpretava a hora sob critérios fortemente negativos. A abertura de um diálogo político com as forças político-partidárias, que incluiu até o então proscrito peronismo, e o desenvolvimento de medidas tendentes ao socialismo do governo de Salvador Allende no vizinho Chile articulavam, para a leitura liberal-conservadora, uma soma de todos os medos expressados previamente⁶. Nesse sentido,

6 O artigo de Gabriela Gomes, incluído nesse livro, oferece uma análise de como a imprensa de extrema-direita do Chile entendia o governo de Salvador Allende (N. dos E.).

a vitória do líder trasandino, caracterizado como “[...] ateu, maçom e marxista [...]” e “[...] amigo de Castro [...]”, pela *La Prensa*, em termos que lembravam as direitas ultramontanas, acendeu um alarme no liberal-conservadorismo local similar ao engendrado pela virada socialista de Cuba (El candidato..., 1970).

Ravines, no caso, colocava o governo da Costa Rica como o exemplo a seguir diante do que entendia como os perigos não só do castrismo como das estratégias das democracias cristãs do Chile e Venezuela ou do militarismo do Peru e Bolívia, ante um cenário marcado “[...] pela renúncia de Washington” (Ravines, 1970). Essa preocupação pelo papel dos partidos democatólicos, expressada por Ravines, era compartilhada pelo espaço liberal-conservador que, nas décadas prévias, tinha organizado diversas redes político-intelectuais em nível internacional com os democatólicos e enxergava essas posições (como muitas posteriores ao Concilio Vaticano II) como uma traição. Ao mesmo tempo, o liberal-conservadorismo sentia ‘decepção’ pela forma com que os Estados Unidos olhavam a região, tanto no plano político, o que chegava ao limite com o triunfo de Allende, como no plano econômico após o declive da Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC), criada por Kennedy dez anos antes.

O próprio Marías, de fato, entendia a Argentina como um espaço diferente na região e destacava o notável desalento argentino ante o curso de sua história: a leitura de uma Argentina em crise, porém passível de salvação, era uma chave analítica fundamental (Marías, 1970). Por isso, compreendemos como, ante o contexto regional, a Academia de Ciencias Morales y Políticas, hegemonizada pela intelectualidade liberal-conservadora, convocava o ‘Simpósio sobre a Liberdade’ no final de 1970 ou que abundava os paralelismos sobre a decadência do comunismo na Europa e o marco regional. São todas evidências de como operava a circulação, tanto de atores como de conceitos, ante visões que punham em xeque o destino do Ocidente na região e entendiam a Argentina como caso central.

A revista *El Burgués*, lançada em 1971, apareceu no final dessa etapa como uma das vertentes mais radicais do liberal-conservadorismo. A

posição dessa publicação seguia a iniciada no final dos anos 1950 em *Ideas sobre la libertad*, fundada por Alberto Benegas Lynch: defesa dos princípios liberal-conservadores, apelo à tradição liberal, promoção do neoliberalismo, circulação de textos e autores internacionalmente, criação de redes institucionais e intelectuais. Organizada por um conjunto de intelectuais e analistas que reivindicavam a doutrina liberal a partir de posições muitas vezes inclusas no liberal-conservadorismo local (como a defesa do conservadorismo da década de 1930 ou o ataque ao catolicismo renovador), ao mesmo tempo mantinha a leitura elogiosa do desenvolvimento brasileiro e as críticas ao desenvolvimentismo local. Entendia que, por uma “[...] conspiração de silêncio [...]”, os trabalhos da renovação liberal “[...] só circulam nos simpósios de especialistas [...]” e auspiciava promover “[...] as ideias responsáveis que se vertem em todo o mundo” (El Burgués, 1971a).

A publicação foi permeada pelas redes internacionais da nova direita, o que se expressava nos artigos que publicava: de Jacques Ellul a Milton Friedman, de William Buckley a Raymond Aron, de Arthur Koestler a Jean Dutourd. Para a publicação, o processo de abertura argentino daquela hora, que ela qualificava como ‘democracia masoquista’, estava marcado por um ‘esquerdismo’ básico (Democracia..., 1971). O jornal chileno, portanto, escevia também do seu país: “O maçom Allende constrói um novo modelo de socialismo – que já apoiam os escribas da fruixidão internacional – capaz de eclipsar a Fidel Castro e de converter-se em bandeira para meio mundo na América Latina” (El Burgués, 1971b).

Pouco depois, advertia sobre as consequências na Argentina das transformações da esquerda: “A esquerda – tradicionalmente democrática no país –, toma caminhos absurdos, violentos, sofisticados: os mesmos que repudiou desde 1917, quando se pronunciara contra a tirania bolchevique” (El Burgués, 1971c). A revista clamava pela união de todos os liberais (como o fazia efetivamente em suas redes), em uma tentativa de reconstruir as diretrizes do momento antifascista, enquanto o decorrer da década de 1970 começou a mostrar, de modo

cada vez mais claro, como o liberal-conservadorismo se amalgamava com outras expressões de direita em defesa de concepções comuns, com as pautas próprias da Doutrina de Segurança Nacional como eixo.

O retorno do peronismo ao poder em 1973, precedido de um processo de radicalização da juventude militante e do crescimento da violência política, mostrava para o liberal-conservadorismo que a temida imbricação entre populismo e esquerda abria um novo capítulo na ordem política nacional, muito diferente de toda a etapa prévia, uma espécie de consumação de diversos medos expressados durante o ciclo estudado. Porém, o processo que desembocou na eleição da fórmula Héctor Cámpora-Vicente Solano Lima e depois de Juan Domingo Perón-María Estela Martínez de Perón não foi analisado de maneira unívoca por todo o espaço liberal-conservador. Enquanto meios como *La Nación* e intelectuais como Grondona entenderam que o líder justicialista podia representar uma figura da ordem ante uma sociedade lida como mergulhada no extremismo, outros atores como *La Prensa*, *El Burgués* e analistas como César Gigena Lamas se colocavam em oposição radical ao retorno do peronismo.

O modo como se lia a situação regional era uma chave para as interpretações discordantes. Esse hiato aberto no espaço liberal-conservador, porém, se fechou sobre as posições mais duras, uma vez terminado o ciclo analisado (Heredia, 2001). Nesse contexto, a ideia de libertação que Martínez Márquez publicava em *La Prensa* ante a invasão da Baía dos Porcos aparecia retomada, no mesmo matutino, quando, após a derrubada do governo de Allende, publicava o editorial *A efectiva libertação do Chile*. Ali, destacava “[...] a tradição do século XIX de respeito pela ordem institucional [...]” das Forças Armadas do país trasandino, que não deveria ser entendida como contraditória com o golpe de setembro: pelo contrário, enfatizava o periódico, estas tinham desmontado “[...] a obra enlouquecedora [...]” do governo “[...] marxista” (La efectiva..., 1973).

Como um fechamento circular, essa concepção ordenancista dos golpes de Estado, expressada em diversas ocasiões pelo liberal-conservadorismo argentino como maneira de se opor a um governo

totalitário ou uma experiência democrática de distorção da ordem republicana, começava a se reconfigurar no contexto do último ciclo de ditaduras latino-americanas. Naquele momento, um processo de construção de uma linguagem comum a outras expressões direitistas deu paulatina centralidade à articulação com a Doutrina da Segurança Nacional.

5 Considerações finais

O liberal-conservadorismo argentino se caracterizou pela combinação de diversas posições em torno da construção negativa de uma série de alteridades da democracia: o fascismo, o populismo e o comunismo. O caminho desde a década de 1940 aos tempos da Revolução Cubana expôs uma caminhada do antifascismo ao antipopulismo e depois ao anticomunismo. O antifascismo, que formou redes político-culturais, foi se transformando assim em anticomunismo e amalgamando em sua crítica diversas expressões massivas, inclusive as democráticas mas não republicanas, como o populismo e o desenvolvimentismo, dentro de um mesmo esquema de defesa do ‘mundo livre’. A primeira parte da década de 1960, marcada pela agitação da revolução em Cuba, viu a construção de um anticomunismo de novo tipo, sob as normas próprias da Guerra Fria. A modernização e o desenvolvimento, verdadeiros faros orientadores das inquietudes da década, se entrelaçaram ao diagnóstico anticomunista tanto como à concepção pan-americana, buscando o esquivo projeto da “Argentina potência”. À medida que esse horizonte se mostrava cada vez mais distante e a situação local aparecia como mais complexa, a ideia ocidentalista apareceu como um ordenador muito mais firme das leituras liberal-conservadoras, como parte da imbricação com outras expressões direitistas.

O momento do retorno do peronismo, potencializado pela leitura em paralelo do fenômeno socialista chileno, parece indicar um momento limite que marcou uma pauta configuradora do trajeto histórico desse ideário em direção aos anos mais escuros do século

XX argentino. A construção de redes político-intelectuais foi um recurso chave para a dita dinâmica, como tinha sido para a construção do antifascismo, embora na passagem de uma à outra lógica se evidenciasse uma articulação que privilegiou as demais direitas como atores de contato: nesse trânsito, uma série de redes, circulações e sociabilidades político-intelectuais operou como fator chave no desenvolvimento das posições ideológicas do liberal-conservadorismo nacional.

Referências

ACERCA DE OCCIDENTE habló Julián Marías. **La Prensa**, p. 6, 5 set. 1962.

ALSOGARAY, Á. **Política y economía en Latinoamérica**: principales problemas e ideas que se debaten. Buenos Aires: Atlántida, 1969.

ALTAMIRANO, C. Élites culturales en el siglo XX latinoamericano. In: ALTAMIRANO, C. **Historia de los intelectuales en América Latina**. Buenos Aires: Katz, 2012. p. 9–28.

BISSO, A. **Acción argentina**: un antifascismo nacional en tiempos de guerra mundial. Buenos Aires: Prometeo, 2005.

BUNZEL, J. (org.). **Virajes políticos**: los intelectuales norteamericanos y las ideologías (1968–1988). Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990.

CALANDRA, B.; FRANCO, M. (org.). **La Guerra Fría cultural en América Latina**: desafíos y límites para una nueva mirada de las relaciones interamericanas. Buenos Aires: Biblos, 2013.

CON EL DR. FRANCISCO Monteverde. **La Prensa**, p. 8, 8 out. 1962.

DEMOCRACIA masoquista. **El Burgués**, 28 abr. 1971.

DÍA de las Américas. **La Nación**, p. 6, 14 abr. 1961.

ECHEVERRÍA, O. **Las voces del miedo**: los intelectuales autoritarios argentinos en las primeras décadas del siglo XX. Rosario: Prohistoria, 2009.

EL BURGUÉS. [S. l.: s. n.], 12 maio 1971a.

EL BURGUÉS. [S. l.: s. n.], 4 ago. 1971b.

EL BURGUÉS. [S. l.: s. n.], 13 out. 1971c.

EL CANDIDATO ateo, masón y marxista. **La Prensa**, 6 set. 1970.

EN GUARDIA democrática. **La Nación**, p. 2, 1 set. 1962.

EL HISTORIADOR Calmón se asoma al Brasil de ahora. **La Nación**, p. 6, 11 out. 1962.

EL PROGRAMA de Kennedy. **La Nación**, p. 19, 2 abr. 1961.

EL REARME moral. **La Nación**, 1 abr. 1961.

FINCHELSTEIN, F. **Fascismo trasatlántico**: ideología, violencia y sacralidad en Argentina y en Italia, 1919–1945. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

GADDIS, J. L. **Nueva historia de la Guerra Fría**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2012.

GARCÍA SEBASTIANI, M. **Fascismo y antifascismo, peronismo y antiperonismo**: conflictos políticos e ideológicos en la Argentina (1930–1955). Madrid: Iberoamericana, 2006.

GILMAN, C. **Entre la pluma y el fusil**: debates y dilemas del escritor revolucionario en Latinoamérica. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

GRONDONA, M. **La Argentina en su tiempo y en el mundo**. Buenos Aires: Sudamericana, 1967.

HEREDIA, M. La identificación del enemigo: la ideología liberal-conservadora frente a los conflictos sociales y políticos en los años sesenta. **Sociohistórica**, n. 8, p. 83–120, 2001.

JANNELLO, K. Redes intelectuales y Guerra Fría: la agenda argentina del Congreso por la Libertad de la Cultura. **Revista de la Red Intercátedras de Historia de América Latina Contemporánea**, n. 1, p. 60–85, 2014.

KOZEL, A. **La Argentina como decepción**: contribución a la historia de la idea del fracaso argentino (1890–1955). Cidade de México: Nostromo, 2008.

LA ARGENTINA en el continente. **La Nación**, 25 set. 1962.

LA EFECTIVA liberación de Chile. **La Prensa**, p. 6, 15 set. 1973.

LA PRENSA. Buenos Aires: [s. n.], 14 abr. 1961.

LAS DOS CARAS del castrismo. **La Prensa**, p. 4, 3 set. 1962.

MARIAS, J. Por qué me gusta la Argentina. **La Nación**, 10 nov. 1970.

NÁLLIM, J. An unbroken loyalty in turbulent times: La Prensa and liberalism in Argentina, 1930–1946. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, v. 20, n. 2, p. 35–62, 2009.

NÁLLIM, J. **Transformación y crisis del liberalismo**: su desarrollo en la Argentina en el período 1930–1955. Buenos Aires: Gedisa, 2014.

NASH, J. **La rebelión conservadora en los Estados Unidos**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1987.

PASOLINI, R. **Los marxistas liberales**: antifascismo y cultura comunista en la Argentina del siglo XX. Buenos Aires: Sudamericana, 2013.

RAVINES, E. José Figueres asume el papel de abanderado contra el castrismo. **La Prensa**, 5 set. 1970.

TRIBUTOSE un homenaje brasileño a Mitre. **La Nación**, p. 6, 21 out. 1962.

VICENTE, M. **Una opción, en lugar de un eco**: los intelectuales liberal-conservadores en la Argentina, 1955–1983. Tese (Doutorado em Ciencias Sociais) – Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2014.

As revistas da extrema-direita chilena: entre o antiallendismo e o antiperonismo (1969–1974)¹

Gabriela Gomes

A sintaxe da revista rende um tributo ao momento presente justamente porque sua vontade é intervir para modificá-lo. E os acertos ou erros dessa aposta saltam literalmente a vista em uma primeira folheada: os índices da revista (como os catálogos de uma editora) são testemunhos diante dos quais o historiador deve se precaver do prazer do anacronismo.

Razões afins das que privam as revistas de sua aura, as convertem em testemunhos perfeitos para a periodização. Surgida na conjuntura, a sintaxe de uma revista informa, de um modo que jamais poderão fazê-lo seus textos considerados individualmente, da problemática que definiu aquele presente (Sarlo, 1992, p. 10).

Com o triunfo eleitoral da Unidade Popular em 1970, a revista *Portada*, primeiro, e logo o semanário *Qué Pasa (QP)* se constituíram em órgãos de expressão da direita chilena que apostaram em uma saída autoritária e aplaínaram o caminho que culminou no golpe de Estado

1 Traduzido por Eurico da Silva Fernandes.

de 11 de setembro de 1973. Seguindo a perspectiva de Girbal-Blacha e Quattrocchi-Woissen (1999), consideramos ditas revistas atores políticos, já que, como formadoras de opinião, operaram na expectativa pública como interlocutores da nova direita política caracterizada pela mistura do neoliberalismo da Escola de Chicago com o pensamento católico tradicional e corporativista presente no Partido Nacional e no movimento gremialista (Zárate, 2008). O anticomunismo operou como principal articulador dessas famílias ideológicas (Bohoslavsky, 2012), centradas em desacreditar e desestabilizar o governo de Allende.

O objetivo deste artigo é analisar como *Portada* e *QP* se posicionaram diante dos acontecimentos na Argentina no período que vai do fim da autodenominada ‘Revolução Argentina’ até o regresso de Juan Domingo Perón ao governo (1969–1974). Para isso, privilegiaremos a análise do conteúdo dessas revistas se atentando, principalmente, à seção ‘Semana Internacional’, em que os acontecimentos argentinos eram seguidos com atenção. Nossa hipótese aponta para o fato de que a estratégia discursiva antiperonista de *Portada* e *QP* contribuiu para desacreditar o governo de Allende e desestimular sua influência no Cone Sul. Nesse sentido, sob o contexto da Guerra Fria, ambos os meios legitimaram a ‘Revolução Argentina’ ao considerarem que os militares haviam ‘resgatado’ o país do ‘ditador’, em clara alusão a Perón. Isso confirma as simpatias do semanário aos governos autoritários destinados a conter a mobilização popular e a economia ‘populista’ da região. De tal sorte que os ‘usos’ do antiperonismo, preconizados por ambas as revistas, não apenas aludiam ao clima de ‘caos’ social que se vivia no Chile desde o triunfo da Unidade Popular, mas também retroalimentavam o discurso antiallendista.

O presente artigo se divide em três partes. Na primeira, apresentamos uma caracterização das revistas e abordamos sua posição em relação ao governo de Allende. Depois, analisamos suas percepções sobre a ‘Revolução Argentina’ e, por último, revisamos seu pronunciamento diante do regresso de Perón.

As revistas políticas e culturais de ampla difusão oferecem um interessante cenário para a análise dos processos sócio-históricos. Esses tipos de publicações foram denominados ‘de debate e combate’ (Girbal-Blacha; Quattrocchi-Woissen, 1999) por atuarem no terreno político, especialmente nos tempos de crise. Assim, as revistas se constituem como porta-vozes dos ideais de uma geração e tornam ‘públicos’ os atos e decisões de um grupo de interesses, já que, geralmente, aparecem como geradores e transmissores de mudanças significativas na esfera pública, assumindo a importância dessa perspectiva ‘como história’ e ‘como texto’ (King, 1989). Assimilam a realidade do público a que se dirigem e com o qual se identificam e operam diretamente sobre tal realidade à medida que produzem determinados valores, crenças e ideologias (Muraro, 2000). Ainda assim,

Entre as modalidades de intervenção cultural, as revistas dão relevância ao público, imaginado como espaço de alinhamento e conflito. Seu tempo é, por isso, o presente. Ainda que logo a história possa desmenti-las, as revistas não desejam alcançar o reconhecimento futuro, senão a escuta contemporânea (Sarlo, 1992, p. 9).

Seguindo Van Dijk (1980), assumimos que os textos – neste caso os das revistas – expressam instâncias possíveis da ideologia de seus habitantes/redatores. Se prestarmos atenção ao conteúdo, uma análise semântica do discurso teria que produzir algo como uma ‘ideologia subjacente’. Contudo, como assinala o autor, o assunto é mais complexo, já que a análise semântica é incapaz de diferenciar os conteúdos ideológicos e os não ideológicos de um texto – se é que é possível realizarmos essa distinção. Ainda que o texto ‘mostre’ discursivamente a ideologia, são os indivíduos quem ‘tem’ ideologias. Nesse caso, resulta necessário considerarmos a importância do contexto social, já que este determina os aspectos da produção do discurso e sua compreensão (Van Dijk, 2005).

1 As revistas da direita no Chile: respostas à modernização e radicalização (1964–1973)

O avanço do reformismo no Chile na década de 1960 alentou a mobilização social nas bases, interpretadas pela direita como a ‘porta de entrada ao comunismo’. Como reação a esse processo, na Universidade Católica (UC) surgiu, em 1966, o Movimento Gremialista, fundado por Jaime Guzmán². Nos círculos acadêmicos e estudantis desse movimento houve notável influência de três importantes referenciais do corporativismo católico, vinculados ideologicamente ao franquismo: os filósofos Osvaldo Lira e Julio Philippi e o historiador Jaime Eyzaguirre. O gremialismo se opunha à ‘politização democrata cristã’ da Igreja Católica e da UC. Sob o discurso do apoliticismo buscava o reestabelecimento da ordem democrática por alguém autoritário e corporativista de inspiração no primeiro franquismo. Em 1973, o gremialismo foi se inclinando para a noção de ‘democracia protegida’ e para a reivindicação de um capitalismo livre e um corporativismo antiestatal.

Em 1962, estudantes da UC fundaram a revista *Fiducia* e, em 1967, formaram a Sociedade de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). *Fiducia* acusou os setores progressistas da igreja, especialmente os centros dirigidos por jesuítas, de estarem vinculados aos comunistas. Em 1968, surgiu a revista *Polémica Económica-Social* por iniciativa de um grupo de economistas da UC, entre os quais se

2 Jaime Guzmán foi partidário do conservadorismo, crítico da democracia liberal, opositor ao Partido Demócrata Cristão (PDC) e membro da TFP. Sua atividade política se iniciou na UC como estudante de Direito e logo a exerceu como professor de direito constitucional. Foi membro do conselho editorial das revistas *Qué Pasa*, *Ercilla* e *Realidad*, colunista dos diários *El Mercurio*, *La Tercera*, *La Segunda*, membro do Diretório da Corporação de Televisão da Universidade Católica. Foi o principal assessor do regime militar, primeiro da Junta de Governo, depois do Estado Maior Presidencial e, por fim, da Secretaria Geral de Governo. Encarregava-se das tarefas de propaganda política, redação dos discursos de Pinochet e foi dirigente da Comissão de Estudos que estudava as bases institucionais para a Constituição de 1980 (Correa Sutil, 1985; Jara Hinojosa, 2008).

destacavam Pablo Baraona, Paul Aldunate, Sergio de Castro e Emilio Sanfuentes. Logo todos ocupariam cargos governamentais na pasta de economia durante a ditadura. As páginas dessa revista foram destinadas aos temas econômicos com viés monetarista. Em 1958, foi criada *Tizona*, editada apenas esse ano, mas no ano seguinte ela foi publicada com maior regularidade. Foi uma publicação porta-voz da Armada e de grupos empresariais católicos integristas que criticavam a reforma agrária de Eduardo Frei e futuramente promoveriam a interrupção da ordem democrática. Em 1969, foi criada a revista *Portada*, cujos editores eram partidários do nacionalismo e estavam vinculados ao hispanismo e a Opus Dei.

Portada foi a publicação que melhor demonstrou a confluência entre corporativismo, nacionalismo e neoliberalismo. Em suas páginas, aparecia a influência tanto de Eyzaguirre como de Jorge Prat e da revista *Estanquero*. Afirmava que os corpos intermediários – como a família, os grêmios e sindicatos, as universidades, as Forças Armadas, a igreja e os municípios – deveriam ascender para a representação política, até então monopolizada pelos partidos. Defendia uma ordem político-social fundada em postulados corporativistas sob o desígnio neoliberal na economia. Essa fusão foi possível porque, para *Portada*, o nacionalismo não era sinônimo de estatismo: pelo contrário, a intervenção do Estado nos campos econômico e social era entendida como um signo totalitário. Nacionalismo significava o respeito à propriedade privada, à livre empresa, à garantia da unidade nacional e ao rechaço das ideias estrangeiras. Tudo isso levou a revista a considerar necessário substituir o sistema democrático por uma ordem autoritária (Ruiz, 1992).

As aparições de *QP* e *Portada* devem ser compreendidas no marco de um conjunto de publicações que emergiram durante os anos 1960, depois do triunfo da ‘Revolução em Liberdade’, de Eduardo Frei Montalva, que implicou na perda do controle do aparato estatal por parte da direita tradicional (Correa Sutil, 2005). *QP* foi herdeira do grupo intelectual neoliberal que integrou a revista *Portada* e começou a circular em abril de 1971, momento em que assumiu a luta contra

o marxismo³. Na gestão empresarial da revista colaboraram Emilio Sanfuentes e Hernán Cubillos, empresários vinculados ao *El Mercurio* (Ruiz, 1983). *QP* seguiu as pautas do ‘novo jornalismo’, com um estilo comparável ao das revistas argentinas *Primera Planta*, *Panorama* e *Confirmad*⁴. A equipe de *QP* era dirigida pelo advogado e historiador Gonzalo Vial Correa, também dirigente de *Portada*. Este foi um discípulo de Jaime Eyzaguirre e de Mario Góngora e desempenhou a função de ministro da Educação durante a ditadura (1978–1979).

No comitê fundador estavam o historiador Jaime Martínez, decano da Faculdade de Letras da UC (1975–1979) e discípulo de Eyzaguirre; Joaquín Villarino, que depois do golpe foi diretor de *Ercilla*; Jaime Guzmán; Cristian Zegers, subdiretor de *El Mercurio* de Santiago e diretor de *La Segunda* (ambos do mesmo consórcio jornalístico); Fernando Silva, historiador e discípulo de Eyzaguirre; Arturo Fontaine, subdiretor de *El Mercurio* antes do golpe e diretor até 1982. Entre os colaboradores habituais estiveram Víctor Manuel Muñoz, Silvia Pinto (deputada pelo Partido Nacional e diretora do diário oficialista *El Cronista* depois do golpe) e Mario Arnello, também deputado do Partido Nacional e antigo membro do Partido Acción Nacional, liderado por Jorge Prat⁵. A equipe econômica de *QP* estava integrada pelos economistas da Escola de Chicago como Sergio de Castro, Emilio Sanfuentes, Hermógenes Péres de Arce (colaborador do *El Mercurio*) e por Orlando Sáenz (presidente da Sociedade de Fomento Fabril). Entre os colaboradores dessa área, estavam Pablo Baraona, Álvaro Bardón e Jorge Cauas (Ruiz, 1983).

3 *QP* foi publicada pela editora *Portada* até março de 1973 e depois pela editora Lord Cochrane, do grupo Edwards, em convênio com Ediciones Portada (Qué Pasa, 1973e).

4 Sobre a influência do ‘novo jornalismo’ dessas revistas argentinas, ver Taroncher Padilla (2004).

5 O Partido Nacional se formou em 1965, produto da fusão do Partido Liberal, do Partido Conservador e da Acción Chilena, atrás do baixo desempenho da direita nas eleições parlamentares daquele ano. Apesar de seus membros terem aderido à ‘democracia orgânica’, defendiam instituições liberais e reivindicavam o capitalismo.

Em suas páginas escreviam jornalistas, intelectuais católicos e integristas, economistas da Escola de Chicago e militantes do gremialismo que se formaram na UC e que já haviam participado da *Portada*. Esse grupo estava dotado de grande unidade de pensamento e opções políticas. *QP* buscava difundir a alternativa gremialista, criticar o desempenho econômico do governo da Unidade Popular, promover o rol subsidiário do Estado sob o credo do livre mercado e favorecer um programa antidemocrático. Até 1973, *QP* reproduziu o esquema doutrinário de *Portada*, já que apareciam em ambas as mesmas figuras emblemáticas: Prat e Eyzaguirre, aos quais se somava o general Franco. *QP* simpatizava com o catolicismo integrista, o neoliberalismo e com “[...] os regimes que aplica[vam] suas políticas na América Latina: Brasil e Argentina” (Ruiz, 1992, p. 112).

QP se definiu como uma revista cultural, já que cobria uma grande pluralidade de temas: arte, história do Chile, literatura e filosofia. Contou com críticos especializados em teatro, música, cinema, esporte, televisão etc. Suas publicações eram regulares, e, inclusive, logo após o golpe foi uma das poucas ‘vozes’ autorizadas a difundir informações e continua vigente na atualidade⁶. *QP* contou com ampla difusão e apontou seu interesse para leitores de classes média e alta, conservando seu caráter elitista. Dava um espaço significativo às notícias que se referiam aos grandes empresários, aos políticos e militares e também ao entretenimento. Este último operava como ‘culto’ à diferença, ao privilégio, legitimado por meio do êxito e da fama. Quando se referia aos partidos de esquerda, tratava-os com o desqualificativo de ‘extremismo’, enquanto o sindicalismo e os problemas sociais que afetavam a população não chamavam a atenção de *QP* (Ruiz, 1983). A revista atendia aos problemas ‘típicos’ da juventude, a liberdade sexual, o consumo de drogas, álcool e o uso ‘indiscriminado’ da pílula anticoncepcional. As denúncias juvenis contra os movimentos antidemocráticos eram, para a revista, os indícios da crise de valores morais de uma juventude ‘degradada’.

6 <https://www.quepasa.cl/>

Entre 1970 e 1973, os principais temas de informação apontaram o fracasso internacional do marxismo, a necessidade da ordem interna, a violência esquerdistas – em menor medida a exercida pelo grupo paramilitar da Frente Nacionalista Pátria e Liberdade –, os ‘ataques’ à democracia por parte da Unidade Popular e sua incompetência no governo. O neoliberalismo era difundido a partir das críticas ao socialismo e ao estatismo da Unidade Popular. Da mesma forma que *Portada*, *QP* criticou a igreja em razão de sua intervenção política, do seu juízo sobre os problemas sociais e das conexões entre cristãos marxistas.

Em sua filosofia, *QP* decidiu fundamentar-se na ‘unidade nacional’ dos chilenos:

[...] quando destacamos a história da pátria, as glórias do exército, as belezas de nossos campos, de nosso povo, de nossa arte antiga e moderna, os êxitos de nossos artistas, dos ofícios humildes ou exaltados dos compatriotas, em verdade repetimos a mesma mensagem: que todos os chilenos (e não só aquela metade que extermina a outra) podem viver em paz no Chile, em progresso, em justiça e em dignidade [...] nossas páginas tem recolhido crônicas sobre todas as tendências nacionais, desde o MIR até o Pátria e Liberdade. Por isso, semana a semana, dos políticos opositores e dos governos, respondem uma mesma pergunta da seção *Cara a la opinión* (Qué Pasa, 1973b).

Segundo sua autodefinição, *QP* foi um órgão de expressão livre e independente, que garantia a seriedade, a imparcialidade, a pluralidade e um jornalismo crítico e comprometido com a busca da verdade.

2 A ‘Revolução Argentina’, segundo perspectivas vindas do Chile: receios e admiração

Portada e *QP* seguiram uma estratégia discursiva na qual combinaram a crítica e a admiração em relação ao governo militar

argentino. Os temas que suscitaram maior atenção foram os conflitos limítrofes, o controle do espaço patagônico e a conjuntura política de ambos os países. Se mostravam simpatia aos governos autoritários, o Chile aparecia como ‘vítima ‘dos planos ‘expansionistas’ dos militares argentinos. Enquanto assinalavam a inoperância da ‘Revolução em Liberdade’, para impor freio ao ‘avanço’ militar argentino, o aumento da presença militar e o desenvolvimento de infraestrutura na Patagônia foram percebidos como uma conspiração de Juan Carlos Onganía para ‘apoderar-se’ da região austral.

Durante o ‘onganiato’ se promoveu uma extensa tarefa de planificação e desenvolvimento da segurança. Para tal, criou-se o Sistema Nacional de Planejamento e Ação para o Desenvolvimento, que estabeleceu um processo de regionalização cujo propósito era garantir a expansão econômica e a adequada utilização dos recursos naturais. O território nacional foi dividido em oito regiões na seguinte ordem de prioridade: Patagônia, Comahue, Cuyo, Centro, Noroeste, Nordeste, Pampa e Área Metropolitana (Argentina, 1967). Em comparação com as demais, a Patagônia se converteu na ‘menina mimada’ dos militares desenvolvimentistas, tanto por sua rica dotação de recursos naturais como por sua localização estratégica, que a converteu no cenário privilegiado dos objetivos estatais de planificação regional e de investimentos públicos e privados orientados à infraestrutura⁷.

7 Esta obsessão territorial pelos espaços patagônicos não era nova. Foi difundida por grupos nacionalistas a partir dos anos 1920, que os viam como depósitos inesgotáveis de recursos e potencialidades que permitiriam à Argentina alcançar o desenvolvimento que merecia. Com os anos 1930 “[...] cresceu uma visão nacionalista do sul que começou a difundir a ideia da Patagônia como uma fonte rica de energia, exigindo a decisiva participação do Estado na atividade econômica e na promoção do patriotismo” (Bohoslavsky, 2009, p. 51). A Patagônia era a região mais importante do país, a que requeria mais vigilância e a que estava mais exposta ao risco. Ampliou-se o investimento público de diversas maneiras, pela criação de monumentos, pela consolidação de meios de transportes aéreos, ferroviários e dos caminhos, empresas públicas de produção de energia (gás, carbono, petróleo, hidrelétrica), pela instalação de quartéis militares e pela criação da Gendarmería Nacional, em 1938, e da Governación Militar de Comodoro Rivadavia, em 1944. Torres petrolíferas, represas hidrelétricas e minas de carvão

Em termos geopolíticos, o vazio populacional, a carência de infraestrutura, o desenvolvimento não harmônico e a falta de integração das regiões da Patagônia e Comahue com o resto do país alertavam os militares nacionalistas sobre o processo de ‘chilenização’ crescente desses espaços. Resultava preocupante sua ‘penetração clandestina’: segundo o general Villegas (1969, p. 254), “[...] cálculos estimavam um total de 30% de chilenos sobre uma população apreciada em 700.000 habitantes ao sul do rio Colorado”⁸. Um dos indícios da ‘falta’ de argentinidade na região austral era a ausência de festividades patrióticas:

O dia em que o 25 de maio e o 9 de julho não sejam meramente festas administrativas, senão que superem o brilho e a adesão popular ao 12 de fevereiro e ao 18 de setembro, festas chilenas, esse dia poderemos estar seguros de que a Patagônia e em especial a zona fronteira nela contida, estarão efetivamente nacionalizados e integrados ao resto da Nação Argentina” (Villegas, 1969, p. 256).

Para os militares nacionalistas, a coletividade chilena foi percebida como um inimigo interno que servia ao interesse do Estado Maior chileno (Bohoslavsky, 2009). Em consequência, os militares propuseram aumentar a vigilância militar na fronteira para evitar o ‘avanço’ chileno e apostaram na integração do espaço austral com os grandes centros urbanos, fomentando o aumento demográfico, “[...] a fim de dotar o país de uma população mais numerosa, estável e regionalmente equilibrada [...]”; além de impulsionar a “[...]

cobriram a Patagônia, deslocando (não substituindo) a primazia da orientação pecuarista da região até meados dos anos 1980 (Bohoslavsky, 2009).

8 Os chilenos eram considerados portadores de enfermidades infectocontagiosas, cujo “[...] deficiente estado geral de saúde [...]” incidia para que o pessoal e os meios destinados à atenção sanitária dos argentinos fossem dirigidos a estrangeiros: “[...] a capacidade assistencial na Patagônia está ocupada em 80% por chilenos e 20% por argentinos” (Villegas, 1969, p. 263).

migração com caráter seletivo, procurando manter a atual composição étnica da população" (Argentina, 1970)⁹.

Tais asseverações e linhas de ação política aconteceram em um contexto no qual se intensificavam os conflitos limítrofes entre Argentina e Chile. Em dezembro de 1966, a Coroa britânica emitiu sua consideração sobre o litígio entre os dois países pela posse da zona do rio Encuentro, o que favoreceu a Argentina. Em agosto de 1967 ocorreram novos incidentes pelo canal Beagle e, em dezembro desse ano, o Chile recorreu unilateralmente ao árbitro britânico em virtude do artigo 5º do Tratado Geral de Arbitragem Chileno-Argentino, subscrito em 1902. Apesar dos conflitos, em janeiro de 1970 Onganía visitou o país transandino para inaugurar de forma conjunta a estrada provincial pavimentada que unia Mendoza com Valparaíso. De qualquer modo, Onganía empreendia uma sucessão de visitas às regiões patagônicas, já que o seu governo avançava na instalação da empresa de alumínio argentina, fundada em junho de 1970, e também na instalação da Central Hidroelétrica Futaleufú em Chubut, que começou a ser construída em 1971.

Essas visitas despertaram a exaltação nacionalista da revista *Portada* que considerou que se tratava de uma 'conspiração' do governo militar argentino para controlar toda a região austral. *Portada* promoveu o 'estado de alerta', afirmando que a presença de Onganía colocava em 'perigo' a integridade do território nacional. Também acusou o governo de Eduardo Frei Montalva de 'inoperante' por não impulsionar o decolar econômico das províncias de Chiloé, Aisén e

9 No marco da Doutrina de Segurança Nacional, entre 1960 e 1970, produziram-se novas interpretações políticas e historiográficas sobre a 'Patagônia trágica' dos tempos de Yrigoyen. Bohoslavsky (2009) assinala que os fatos passaram a ser caracterizados como assassinatos ordenados pela 'classe dominante' e o Partido Radical, sob instrução chilena no território argentino e até com o início da atividade guerrilheira. Inclusive a interpretação conspirativa que defendeu a corporação castrense em 1970 falou de carabineiros chilenos disfarçados de revolucionários. Tratava-se de mostrar que as greves na região sul foram produto de manobras do governo do Chile para se apropriar do território argentino (Bohoslavsky, 2009).

Magallanes, só as tendo em conta nos seus cálculos eleitorais. A falta de obras públicas, de infraestrutura e de uma adequada estratégia de desenvolvimento da região forçava a mão de obra da ilha de Chiloé a migrar em massa para a Argentina, em vez de o fazer para suas vizinhas Aisén ou Magallanes, já que estas não ofereciam oportunidades de trabalho. Denunciou, ainda, a fata de aproveitamento dos rios Vodadagüe, Riñihue, Yelcho, Palena, Cisnes, Aisén, Baker, Bravo e Pascua, que constituíam a reserva energética mais importante do país: “[...] ainda a reboque da iniciativa de Onganía, seria oportuno que uma pequena parte da imaginação oficial tivesse a audácia da tarefa do desenvolvimento austral” (Portada, 1969).

Portada criticou o governo democrata cristão porque este se ocupava de formar comissões para discutir soluções estratégicas para o desenvolvimento, enquanto os militares argentinos avançavam no ‘controle’ patagônico: “[...] mais que nos alarmar pelo que faz o vizinho a fim de desenvolver seu próprio solo, a viagem e os planos de Onganía – a utilização das águas do rio Futaleufú para a construção de uma planta de alumínio, por exemplo – deveriam ser bandeiras cravadas no governo para animá-lo a encarar nossos problemas na parte chilena” (Portada, 1969, p. 19).

Segundo *Portada*, Frei Montalva havia gasto mal o tempo, dinheiro e energia em obras para o centro do país, em vez de priorizar os investimentos na região austral. Ante a inoperância do governo do Chile em financiar a presença estatal região austral, *Portada* defendia o fomento da iniciativa privada para impor freio ao avanço militar argentino: “[...] não podemos, pois, continuar olhando ao próprio umbigo do país, que é a zona central, e mitigar certos escrúpulos com jornais arrebatados de fervor patriótico quando suspeitamos que a Argentina objetiva cercar nosso tão mal guardado e pior aproveitado tesouro austral” (Portada, 1969, p. 20). As simpatias de *Portada* pelo autoritarismo e o nacionalismo o levaram a destacar positivamente o ‘impulso’ de desenvolvimento mediante políticas de livre mercado e a capacidade ‘criadora’ do governo de Onganía.

Os ditadores argentinos (primeiro, Roberto Levingston e depois Alejandro Lanusse) conquistaram um bom entendimento com Allende, apesar da resistência nacionalista que ambos os países colocavam em razão dos conflitos limítrofes. Em meados de 1971, iniciaram-se as tratativas entre Allende e Lanusse com o objetivo de encontrar uma solução dos problemas de fronteira. Basicamente, ambos os mandatários necessitavam de apoio de aliados externos para ganharem prestígio diante dos nacionalistas locais e para combaterem o ‘expansionismo’ brasileiro (Cisneros; Escudé, 2000). *QP* apresentava a questão de limites como um desafio para Allende, já que ‘permitirá’ confirmar se é capaz de manter o país dentro do marco jurídico tradicional das relações estrangeiras, sem isolamento nem rupturas precipitadas. Para Lanusse, a aproximação com Allende lhe “[...] permitiria somar simpatias de certos setores da esquerda peronista e não peronista” (Qué Pasa, 1971b).

Lanusse colocou em marcha o ‘tempo político’ mediante o Grande Acordo Nacional (GAN). Sua preocupação era conquistar uma estratégia para a transição negociada para a democracia, na qual os militares poderiam oferecer uma alternativa ao retorno de Perón. Tendo em conta o crescimento das forças de esquerda no Cone Sul (o MIR e o triunfo de Allende no Chile, a emergência de Tupamaros no Uruguai e a Aliança de Libertação Nacional no Brasil), o objetivo de Lanusse era sustentar a estabilidade social. Ainda assim, o GAN representou a estratégia do setor ‘mais político’ das Forças Armadas, que buscava redefinir a relação entre o sistema de dominação social, a forma de representação política e o poder estatal.

QP valorizou positivamente a aposta de GAN, contudo o criticou por ceder às pressões dos peronistas e pelo rápido retorno dos militares aos quartéis. *QP* considerava ainda que Lanusse havia errado ao declarar uma anistia política ampla que incluía não apenas os peronistas mas também os comunistas. Segundo a revista, as querelas das frações e ambições políticas individuais que predominavam no arco político opositor ao regime favoreciam o ‘ex-ditador’ Perón. *QP* observava

com expectativa o oficial Francisco Manrique – ex-ministro do Bem-Estar Social durante a gestão de Levingston –, que foi presidente pela Aliança Popular Federalista junto com Martínez Raymonda, contudo o considerava ‘carente’ de carisma, o que complicaria sua chegada aos corações das ‘massas’ (Qué Pasa, 1971a).

QP difundiu a ideia de que o triunfo da Unidade Popular conduziria a sociedade chilena a um ‘beco sem saída’, e que a ‘fragilidade’ do sistema político não poderia postergar o ‘avanço’ do marxismo. Em contrapartida, na Argentina, foram os militares os que não conseguiram ‘proteger’ a sociedade do retorno do ‘ditador’. Para *QP*, o debacle da ‘Revolução Argentina’ obedeceu ao extremo personalismo que exercia Onganía e também ao fato de seu sucessor, Levingston, carecer de prestígio e apoio militar, terminando por deslizar-se em uma ‘revolução pendente’. O desencanto de *QP* com o fenômeno transandino se deveu ao fato de os militares não levarem adiante uma “[...] verdadeira revolução, permanente e duradoura [...]”, fazendo-a degenerar em um mero governo de fato que, além de “[...] algumas obras públicas ou empresas espetaculares [...]”, não concretizou, porém, mudanças transcendentais.

A ineficiência militar provocou contração econômica, desabastecimento de alimentos e descontentamento social, portanto, não gerou “[...] contrapartidas [...]” que compensassem “[...] o preço do avassalamento da constituição, o cancelamento dos partidos políticos e a suspensão do congresso” (Qué Pasa, 1971a). Assim como a ‘ofensiva peronista’ e as pressões do ‘caudilho’ a partir do exílio consumiram a ‘autoridade’ dos militares, a Unidade Popular se via ‘superada’ pela mobilização popular que havia incitado. Parecia que a ‘crise de autoridade’ transcendia a cordilheira. Segundo *QP*, tanto a Unidade Popular como ‘o ditador’ transandino – que desde o exílio incitava o acionar radical esquerdizante – eram os culpados da violência e da corrupção moral dos jovens.

3 ‘Cámpora ao governo, Perón ao poder’

Em novembro de 1972, Perón regressou à Argentina para selar um acordo de governabilidade com os principais partidos, com a Confederación General del Trabajo (CGT) e com a incorporação dos empresários ‘nacionais’ a Confederación General de la Empresa (CGE). *QP* manifestou o seguinte: “Perón vem [...] para dizer que volta” (Qué Pasa, 1972c). Para a revista, o regresso do ‘ex-ditador’ implicava um golpe de morte para os grupos que ‘roubavam’ aderentes do peronismo sem Perón: Nova Força, do ex-ministro da Economia, Álvaro Alsogaray da direita ‘fundamentada’, partidário da liberdade de mercado na economia, e a candidatura presidencial de Francisco Manrique (Qué Pasa, 1972e). Entre os ‘danificados’, porém vivos, *QP* assinalou os defensores do ‘modelo chileno’, isto é, a esquerda do peronismo. Mesmo assim, o regresso de Perón implicava a ‘clausura’ do programa de reabilitação democrática traçado por Lanusse (Qué Pasa, 1972d).

A leitura sobre Perón se inseria em uma perspectiva histórica de sua figura, sobre a qual representaria uma ‘ameaça’ para o Chile havia muito tempo. No n. 84, *QP* recordava que, em janeiro de 1936, Perón havia sido agregado militar na embaixada argentina no Chile, para desde lá obter clandestinamente informações sobre os planos expansionistas chilenos no sul do país. À época houve a denúncia de espionagem por parte do governo chileno. Por outro lado, Perón foi acusado de corrupto e de manter uma boa vida às custas “da massa fiel e esperançosa” que aguardava a chegada do seu ‘líder’: “Perón se muda para a **luxuosa residência** adquirida para ele e seus partidários no bairro tranquilo de Vicente López (93.000 dólares), a dez quadras da **casa-habitação** de Lanusse” (Qué Pasa, 1972e, grifo no original).

Van Dijk sugere que a informação implícita de um texto não serve unicamente para definir sua coerência global ou local, mas também pode estar assinalada no mesmo texto por meio de títulos, sumários, orações temáticas etc. Os significados subjacentes implícitos ou explícitos do texto podem estar anotados em estruturas superficiais,

como os recursos expressivos gráficos, comuns nos desenhos jornalísticos. Na capa de *QP* de 1972 se intitulou *O MIR volta ao fuzil?*, e logo se trouxe o subtítulo *O retorno de Perón* (Qué Pasa, 1972e, p. 1). Posteriormente, *QP* publicou: “Perón ameaça com a guerra civil para o caso de ser-lhe desconhecida sua hipótese de vitória” (Qué Pasa, 1973a); “Perón aglutina setores burgueses junto a bandeiras que fazem terrorismo sob a mesma bandeira” (Qué Pasa, 1973b). Segundo as regras discursivas, tanto se a informação foi expressa previamente no texto ou se é ‘dada por suposta’ não importa, faz parte do sistema de crenças do falante (Van Dijk, 1980). *QP* construiu um paralelismo entre o ‘retorno armado’ do MIR à esfera pública, a volta de Perón na Argentina e a violência armada.

As eleições de 11 de março de 1973 deram como resultado a vitória de Héctor Cámpora pela Frente Justicialista de Liberación, com aproximadamente 50% dos votos. Já quanto aos partidos que aspiravam tornar-se sucessores da ‘Revolução Argentina’, o brigadeiro Ezequiel Martínez (Aliança Republicana Federal) obteve meros 2,5% dos votos, enquanto o capitão Francisco Manrique (Aliança Popular Federalista) conseguiu 14,1%. Ainda que Lanusse sustentasse que as Forças Armadas seriam legalistas e respeitariam os resultados das urnas – triunfando ou não o peronismo –, ao mesmo tempo alertava a civilidade acerca do perigo do seu triunfo:

Nas eleições se podem ganhar definitivamente a existência de uma autêntica democracia, em liberdade, com paz, com justiça social e dignidade humana. Porém o sufrágio também pode resultar que a república perda e se afunde na anarquia, na falta de resistência, na delação, na corrupção, no engano, no messianismo, na degradação das instituições, no cerceamento das liberdades, na implantação do terror e da tirania ou a subordinação da vontade sem limites do homem (Qué Pasa, 1973b, p. 37).

Para *QP*, o fracasso de Lanusse na condução da ‘Revolução Argentina’ se deu porque “[...] atrás dele não havia uma equipe coordenada ao estilo gaullista capaz de oferecer uma alternativa

solvente ao marxismo” (Qué Pasa, 1973b, p. 37). Não houve uma cabeça visível para erigir-se depositária do anseio legítimo de uma “[...] democracia em liberdade com justiça social”. Segundo *QP*, a nova vitória peronista obedeceu, por um lado, ao colapso da administração castrense em razão do descontentamento popular e, por outro, à juventude ‘anárquica’, que foi incapaz de criar um sistema que pudesse substituir o justicialismo. Com a vitória peronista, na edição n. 102, *QP* se propôs a revelar o ‘passado obsessivo’ de Perón, destacando que em 1950 este havia se convertido no ‘precursor’ do desenvolvimento dos povos do Terceiro Mundo:

Como militar nacionalista **não alinhado**, anti-imperialista y campeão da justiça social, Perón foi precursor direto de Nasser e, na América Latina, dos militares peruanos. E ninguém, nem ainda seus **inimigos**, poderá por outra parte negar-lhe seu melhor êxito: o intenso sentido de dignidade, de solidariedade e de poder que deu a seus descamisados (Qué Pasa, 1973c, p. 37-38, grifo no original).

Contudo, para desacreditar o seu governo, a revista sustentou que Perón provocou a “[...] completa degradação da imprensa e do rádio [...]” e que o “[...] desperdício [...]”, a “[...] corrupção [...]” e a “[...] má condução [...]” da economia provocaram o colapso do país em setembro de 1955, afirmando, com ironia, que “[...] desta vez os descamisados não saíram as ruas. Talvez lhes tenha faltado Evita. Talvez tenha sobrado a inflação”.

Com incrível desperdício de recursos fiscais e de divisas (que canalizava para a gigantesca **fundaçao** de Evita), somada a outra parte importante que se dilapidava em burocracia, em projetos insensatos (como a **bomba atômica argentina**) ou em roubos lisos e planos. Isso nos leva a **corrupção** que foi desenfreada na Argentina de Perón [...] surgiram sujeitos obscuros que se faziam milionários, como o **mago** Miranda, o ex-enfermeiro Jorge Antonio, Juan Duarte (irmão de Evita) e muitos outros (Qué Pasa, 1973c, p. 37-38, grifo no original).

QP acusou Perón de ter acumulado fortuna no estrangeiro. Seria “[...] um dos primeiros acionistas da Mercedes-Benz [...]”, fundo que ‘supostamente’ teria utilizado para sustentar seu movimento e para ‘subornar’ os militares em julho de 1955 com um banquete oferecido em sua honra: “[...] sob o prato de cada assistente havia uma ordem de um automóvel Lincoln (de importação proibida), último modelo”. *QP* elevava o tom acusatório dizendo ainda que, logo após a morte de Evita, Perón caiu em “[...] excessos lamentáveis com meninas adolescentes [...]” arranjadas por “[...] seu ministro da educação Méndez San Martín”. Com elas, Perón “[...] passeava em motonetas [...] e as entretinha de forma não tão esportiva no seu refúgio blindado” (*Qué Pasa*, 1973c, p. 37–38).

O triunfo camporista consagrou o setor mais radical do peronismo, cuja hegemonia se dava por Montoneros que assumiram cargos no governo, nos ministérios e universidades. Contudo, o êxito eleitoral não se traduziu em êxito político, já que o clima de mobilização teve como consequência derivada as ‘tomas’: “[...] entre os dias 4 e 15 de julho existiram quase 500 tomas de distintos tipos em todo país e se calcula umas 2000 [...]” para o período camporista (Svampa, 2003, p. 400). Nesse clima de caos social e radicalização, Cámpora havia significado um ‘presente do céu’ para a esquerda radical, já que ela “[...] obteve a libertação de todos os terroristas presos em Villa Devoto, na mesma noite da ascensão do ‘Tio’ à presidência (25 de maio); coube a Universidade (reitor Puiggrós) se apoderar dos ministérios do Interior e das Relações” (*Qué Pasa*, 1973d). *QP* afirmou que, apesar dos esforços dos militares argentinos para erradicar seu recorde e sua influência, o peronismo havia obtido um novo triunfo. Contudo, a revista vislumbrava um novo golpe militar:

O extremo peronismo matou Aramburu, porém Rojas segue vivo... e não parou em barras (uma revolta militar peronista foi sufocada por ele e por Aramburu em 1956) [...]. Manterá o heterogêneo governo uma coalizão justicialista, na qual há antigos partidários do nacionalismo, da terceira posição e da justiça social, até marxistas que desejam **usar** Perón, passando por terroristas como os **Montoneros** ou o ERP? Estará

Cámpora, **obediente servidor** à altura de sua missão?
(Qué Pasa, 1973c, p. 37–38, grifo no original).

A respeito das relações internacionais, *QP* publicou uma seção especial intitulada *Política internacional: o peronismo tira líneas*, na qual manifestou sua preocupação pelo futuro chanceler argentino. *QP* sustentou o ‘rumor’ de que Perón seria o chanceler de Cámpora e que, uma vez que o peronismo empunhasse o timão, a Argentina tomaria uma atitude menos amistosa com o Brasil, em razão do desprezo que os militares deste país o trataram ao deportá-lo do Rio de Janeiro a Madri, quando da primeira tentativa de Perón de retornar ao seu país. Suas relações com URSS e Cuba seriam com menor deferência do que ‘imaginavam alguns esquerdistas’. Sequer se aproximaria de Allende, já que o próprio Perón ‘desconfiava’ das relações de Lanusse com o presidente transandino, a quem qualificou como ‘marxistas burguês’.

O giro do ‘caudilho justicialista’ confirmava sua opção por uma terceira via: “[...] sua terceira posição tinha muito de oposição aos Estados Unidos, contudo tampouco apoiava o comunismo” (Qué Pasa, 1973c). Segundo *QP*, as inclinações políticas de Perón eram perceptíveis em função dos lugares que o ‘ex-ditador’ visitara durante o final do seu exílio:

[...] fez entrevista com o presidente Velasco e tornou público seu elogio a revolução peruana – que ao velho estilo nasserista procurou obter dividendos de ambas as superpotências – tornando clara que havia mais afinidade com elas do que com a cubana ou qualquer outra. Posteriormente, na Europa, viajou a Romênia – cujos desplantes irritam os soviéticos – e a sede do Mercado Comum Europeu em Bruxelas. Informou sobre seus desejos de ir até Pequim, sem qualquer menção a Moscou (Qué Pasa, 1973c).

Uma vez derrotado o governo Allende, evidenciou-se uma mudança nos termos com os quais a revista se referia a Perón. Por exemplo, houve o abandono do conceito de ‘ditador’, que até 1973 foi de uso comum, substituído pelo ‘o macho’, ‘o líder’ ou simplesmente

‘Perón’. A aposta de *QP* era mostrar um Perón ‘velho, cansado e esgotado’, ‘incapaz’ de garantir a paz social e controlar a juventude radicalizada. Por exemplo, o assassinato do dirigente sindical José Rucci nas mãos de Montoneros, em princípios de 1973, alimentou esse tipo de declaração. A partir de 12 de outubro de 1973, quando Perón assumiu a presidência, *QP* passou a resenhar os acontecimentos que confirmavam a ‘debilidade do caudilho’ diante dos setores ‘ultra extremistas’ da Tendência Revolucionária (Montoneros e Forças Armadas Peronistas). Apesar da influência que ainda conservava a esquerda peronista no governo, para *QP*, a designação de José Gelbard como ministro garantia que ‘a condução econômica seria capitalista’.

Segundo *QP*, a ‘guerra interna do peronismo’ se dava entre dois agrupamentos. Um estava composto pela CGT (‘a CUT argentina’), 62 organizações e a Confederação Geral Econômica, sendo esta integrada por empresários afinados com o governo que haviam reconhecido um ‘pacto social’ denominado Ata de Compromisso Nacional. O seu objetivo era fixar uma política de redistribuição das contribuições fiscais, uma política de preços, também de ocupação, de habitação, de gastos públicos etc. O segundo agrupamento seria o da ‘ultraesquerda terrorista’, posta como a responsável por essa guerra interna e que havia cooptado múltiplos espaços estratégicos. A respeito desse agrupamento, *QP* destacou publicações como *Ya*, *El Descamisado*, *Militancia*, *El Combatiente*, *Estrella Roja* etc. Nelas, sustentou que a ‘ultraesquerda’, também conhecida como ‘peronismo de base’, havia formados células territoriais, ‘penetrando’ na universidade por meio da Juventude Universitária Peronista (JUP), da Juventude Peronista (JP), dos estudantes secundaristas da União de Estudantes Secundários (UES) e dos sindicalistas jovens da Juventude Trabalhadora Peronista (JTP), sem falarmos do Agrupamento Evita Perón, que seria “[...] um dos mais combativos expoentes desse peronismo de base, com o seu setor feminino” (Qué Pasa, 1973d). Diante dessas duas alas peronistas, *QP* perguntava qual o fundamento da ‘guerra’ da Tendência Revolucionária contra os seus adversários internos:

Simplesmente que aquela pensa que a única solução é a revolução socialista e marxista-leninista-integral, sem paliativos nem etapas intermediárias. É a mesma postura do MIR chileno (cujos contatos com essa tendência são indiscutíveis) e que não concordam EGE, a CGT, as '62', o Conselho Superior [...] e eventualmente até mesmo Perón. São 'revisionistas', tal como para o MIR o era o Partido Comunista Chileno. O comunismo argentino se põe em postura idêntica ao de seu colega chileno, porém do outro lado do Andes os comunistas são (ao menos em aparência) uma minoria sem importância política. É por isso [...] que a 'experiência chilena' é um fator vital da luta interna argentina. Cada bando atira ao outro a culpa do fracasso de Allende: a Tendência contribui para a debilidade revisionista da Unidad Popular; os inimigos daquela, o 'aventureirismo' e 'infantilismo da esquerda' do MIR (Qué Pasa, 1973d, p. 46).

Segundo *QP*, a Tendência iniciou a onda de violência que derivou em uma 'guerra' contra a sociedade: "[...] a cada momento caía assassinado, por razões políticas, algum trabalhador, dirigente sindical, jornalista ou militar" (Qué Pasa, 1973d). Além dos assassinatos políticos, havia "os raptos de burgueses, em especial de executivos de empresas estrangeiras, para pedir por eles resgates milionários. Ambos se tornaram diáários". *QP* destacou especialmente os sequestros do diretor da Swissair para a América Latina, Kurt Schmidt, e o de David Wilkie, presidente e gerente geral da Amoco Argentina Oil Company, subsidiária da Standard Oil Company. Com eles, *QP* ironizou Perón dizendo que "[...] ficou chateado o macho. Assassinatos e sequestros encheram as paciências do líder [...]", buscando enfatizar que Perón estava decidido a endurecer com os "[...] ultras esquerdistas" (Qué Pasa, 1973d, p. 45). Nesse contexto, *QP* reproduzia palavras pronunciadas do novo presidente Lastiri, utilizando como fonte o jornal *Clarín*: "A violência, seja de onde venha, se responderá com a mesma violência". Começava a campanha para a 'depuração dos infiltrados marxistas', que alcançaria diversos chefes provinciais, entre eles, Martínez Baca, de Mendoza e o próprio Oscar Bidegain, de Buenos Aires, acusados de terem

afinidades com a Tendência. Foi anotado que as províncias com mais conflitos eram Salta, La Rioja, Tucumán e Córdoba. Apesar disso, Perón estava decidido a dar lugar aos exilados chilenos, só que “na província de Misiones com 40°C [...] sou socialista [explicou], porém não tresloucado” (Qué Pasa, 1973d, p. 47).

Por outro lado, *QP* apontava as ‘incoerências’ da gestão peronista. Por exemplo, apontava que, enquanto Perón apostava no “[...] desmonte das posições marxistas [...]” nos governos, “[...] no plano externo acentuava sua abertura para a área marxista [...]” como a cubana, “[...] que não só seria um balão de oxigênio para a asfixiada econômica castrista, senão que volta a colocar em xeque o bloqueio da ilha” (Qué Pasa, 1974a). Em primeiro de maio de 1974, na praça de Maio, os Montoneros romperam sua relação com Perón logo depois dele os chamar de ‘imberbes’ e ‘estúpidos’ (Svampa, 2003). A esse respeito, *QP* sustentou que a identificação dos setores jovens com a “ultraesquerda extremista” desprestigiava a autoridade de Perón e colocava em jogo seu prestígio pessoal (Qué Pasa, 1974b).

Ainda assim, *QP* afirmou que os ‘ultras argentinos’ distorciam a realidade dos acontecimentos transandinos, difamando os militares e desconhecendo o ‘intenso trabalho’ que estavam desenvolvendo para ganhar a ‘guerra’ contra o marxismo¹⁰.

4 Considerações finais

Os grupos de extrema-direita da Argentina e do Chile se caracterizaram por promover discursos antidemocráticos, denúncias conspirativas e decadentistas que devem ser compreendidas mais como autoimagens do que como a descrição do inimigo: “[...] quem lança estes discursos acusa terceiros de cometer o que são seus

10 No n. 133, na seção de *Cartas de leitores*, *QP* publicou declarações do conhecido músico chileno Miguel Letelier, que durante sua estadia em Buenos Aires mencionou os rumores sobre a ‘falsa’ situação que se vivia no Chile no 11 de setembro (Qué Pasa, 1973d).

próprios pecados" (Bohoslavsky, 2009, p. 240). Nesse sentido, quando a revista *Portada* denunciava os planos expansionistas dos militares argentinos, preocupados com a ameaça da soberania na Patagônia, na realidade refletia o desejo de que fosse o governo chileno que aumentasse sua aposta no controle patagônico. O expansionismo que caracterizava Onganía era o que se desejava de Frei Montalva. Do mesmo modo, quando *QP* perguntava se Cámpora terminaria seu mandato e sublinhava 'rumores' golpista, descrevia, na verdade, o desejo desta revista em relação a Allende. Isso também ocorria quando questionava se a heterogênea coalizão justicialista que permitiu a vitória camporista poderia se sustentar no governo, se estava antecipando o destino da Unidade Popular. Logo após o golpe no Chile, *QP* difundiu a imagem 'desgastada' de Perón, um líder político débil, cujo governo estava colapsado pela 'ultraesquerda marxista-leninista' e pelo caos econômico. A revista buscava difundir a ideia de que na Argentina os 'ultras' estavam iniciando uma 'guerra' contra a sociedade argentina, tanto como os 'ultras chilenos' faziam contra sua própria, legitimando, desse modo, o 11 de setembro de 1973.

Ao longo deste capítulo, vimos que o dramatismo foi um componente central do discurso das revistas de extrema-direita para se referirem aos acontecimentos socioeconômicos da Argentina e do Chile. *QP* e *Portada* legitimaram a 'Revolução Argentina' porque esta salvaria o país do 'caos', enquanto a 'Revolução em Liberdade' abria as portas para o comunismo. Suas simpatias pelo governo de Onganía e sua aposta em um projeto modernizador por vias autoritárias representava o modelo que deveria 'replicar-se' no Chile. É possível afirmarmos que a atenção que *QP* dedicou ao colapso da 'Revolução Argentina' apontava a debilidade repressiva dos militares em 'aplantar' o justicialismo. Tamanha foi a radicalização popular que foram incapazes de sustentar uma revolução 'permanente e duradoura', lição que deveriam 'aprender' seus pares transandinos para 'derrotar' o marxismo. O discurso antiperonista de *Portada* e *QP* serviu para desacreditar a Unidade Popular chilena. Ambas acusaram os governos 'populistas' de Allende e Perón de haverem sido 'devorados' pela mobilização.

Como anotamos antes, *QP* e *Portada* promoveram abertamente o golpe de Estado no Chile. Reivindicaram as Forças Armadas, outorgando-lhes um caráter fundamental para ‘restaurar’ a legalidade ‘quebrada’ pela Unidade Popular. Imediatamente, legitimaram a intervenção militar nas universidades, a proscrição dos partidos políticos e, inclusive, negaram a violação dos direitos humanos. Converteram os militares do Chile em verdadeiros ‘heróis nacionais’ que teriam ‘salvo o país das garras do marxismo’ e não descansavam na ‘luta’ para derrotar o ‘inimigo’ comunista. Em fins de 1973, ambas as publicações mostravam como os militares estavam conseguindo ‘melhorar’ os índices macroeconômicos. Enquanto a Argentina estava imersa no caos social pelo avanço ‘extremista’, no Natal do Chile se vivia de maneira ‘distinta’.

Para finalizarmos, cabe tratarmos de uma última questão: por que *Portada* e *QP* seguiram com interesse os rumos dos militares argentinos e não tanto dos brasileiros? Acreditamos que uma resposta possível obedece ao impacto da Doutrina de Segurança Nacional e das teorias antirrevolucionárias dos anos 1960 e 1970, que alimentaram o estigma do vizinho como um ‘inimigo interno’ caracterizado por sua ‘voracidade territorial’.

A questão fronteiriça foi a cortina de fundo da preocupação de ambas as revistas, impulsionando-as a seguirem de perto a conjuntura da política argentina. Como a própria corporação castrense, elas recuperaram com força a ideia de que o Chile foi ‘vítima’ de uma subtração territorial sistemática desde os fins do século XIX. A Argentina e o Peru seriam os ‘vizinhos inimigos’ cujos passos era necessário se seguir de perto, porque o que estava em ‘perigo’ era a ‘seguridade nacional’. Como anotou Bohoslavsky, desde meados do século XIX a questão patagônica se constituía no coração das relações argentino-chilenas, que estiveram marcadas por enfrentamentos diplomáticos e aprontes bélicos, alternados por décadas de convivência pacífica (Bohoslavsky, 2009). Foi nesse sentido que, em 1960, retornaram fortemente as disputas historiográficas e políticas

da questão fronteiriça¹¹. Foram elaboradas e rebatidas “[...] invenções históricas que procuraram justificar o alarmismo, acelerar a corridas armamentista, legitimar a intervenção política das Forças Armadas e fomentar em cada população nacional a ideia de viver em um território ameaçado pelo país transandino” (Bohoslavsky, 2009, p. 148).

Referências

ARGENTINA. **Decreto nº 46, de 29 de junho de 1970.** Boletim Oficial da Repúlica Argenta, Buenos Aires, 29 jun. 1970.

ARGENTINA. **Decreto nº 1907, de 4 de abril de 1967.** Regulamentação da Lei nº 16.964. Boletim Oficial da Repúlica Argenta, Buenos Aires, 4 abr. 1967.

BOHOSLAVSKY, E. **El complot patagónico:** nación, conspiracionismo y violencia en el sur de Argentina y Chile (siglos XIX y XX). Buenos Aires: Prometeo, 2009.

BOHOSLAVSKY, E. ¿Qué es lo nuevo de la nueva derecha en Chile? Anticomunismo, corporativismo y neoliberalismo, 1964–1973. **História Unisinos**, v. 16, n. 1, p. 5–14, 2012.

CISNEROS, A.; ESCUDÉ, C. **Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina.** Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2000.

CORREA SUTIL, S. Algunos antecedentes históricos del proyecto neoliberal en Chile (1955–1958). **Opciones**, n. 6, p. 106–146, 1985.

CORREA SUTIL, S. **Con las riendas del poder:** la derecha chilena en el siglo XX. Santiago: Sudamericana, 2005.

11 Estas reivindicações apareceram em 1930 com a obra de José Miguel Yrarrázaval Larraín, *La Patagonia, errores geográficos y diplomáticos*, reeditada em 1966. Nela, denunciava a subtração argentina do território, já que o tratado de 1881 era nulo pois havia sido assinado sob pressão, e que o Chile, muito ‘generosamente’, cedeu a extensão em questão (Bohoslavsky, 2009).

GIRBAL-BLACHA, N.; QUATTROCCHI WOISSON, D. (comp.).

Cuando opinar es actuar: revistas argentinas del siglo XX. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1999.

JARA HINOJOSA, I. La ideología franquista en la legitimación de la dictadura militar chilena. **Revista Complutense de Historia de América**, v. 34, p. 233–253, 2008.

KING, J. **Estudio de la revista argentina y de su papel en el desarrollo de una cultura 1931–1970**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

MURARO, H. **Políticos, periodistas y ciudadanos**. São Paulo: Fondo de Cultura Económica, 2000.

PURTADA. [S. l.: s. n.], n. 4, 1969.

QUÉ PASA. [S. l.: s. n.], 16 jun. 1971a.

QUÉ PASA. [S. l.: s. n.], 22 jul. 1971b.

QUÉ PASA. [S. l.: s. n.], 5 nov. 1972c.

QUÉ PASA. [S. l.: s. n.], 15 nov. 1972d.

QUÉ PASA. [S. l.: s. n.], 23 nov. 1972e.

QUÉ PASA. [S. l.: s. n.], 8 mar. 1973a.

QUÉ PASA. [S. l.: s. n.], 15 mar. 1973b.

QUÉ PASA. [S. l.: s. n.], n. 102, 23 mar. 1973c.

QUÉ PASA. [S. l.: s. n.], 8 nov. 1973d.

QUÉ PASA. [S. l.: s. n.], n. 139, 21 dez. 1973e.

QUÉ PASA. [S. l.: s. n.], 8 mar. 1974a.

QUÉ PASA. [S. l.: s. n.], 10 maio 1974b.

RUIZ, C. **Transformaciones en el discurso de la prensa**: un estudio de caso: la revista Qué pasa (1971–1982). Santiago: Ceneca, 1983.

RUIZ, C. El conservantismo como ideología: corporativismo y neoliberalismo en las revistas teóricas de derecha. In: CRISTI, R.; RUIZ, C. (ed.). **El pensamiento conservador en Chile**: seis ensayos. Santiago: Editorial Universitaria, 1992. P. 103–123.

SARLO, B. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. In: FELL, C. et al. (ed.). **Le discours culturel dans les revues latino-américaines (1940–1970)**. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 1992. p. 9–16.

SVAMPA, M. El populismo imposible y sus actores, 1973–1976. In: JAMES, D. J. (ed.). **Violencia, proscripción y autoritarismo (1955–1976)**. Buenos Aires: Sudamericana, 2003. p. 381–438.

TARONCHER PADILLA, M. A. **Periodistas y prensa semanal en el golpe de estado del 28 de junio de 1966**: la caída de Illia y la Revolución Argentina. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidad de Valencia, Valencia, 2004.

VILLEGRAS, O. **Políticas y estrategias para el desarrollo y la seguridad nacional**: Enfoques y temas. Buenos Aires: Pleamar, 1969.

VAN DIJK, T. Algunas notas sobre la ideología y la teoría del discurso. **Semiosis**, n. 5, p. 37–53, 1980.

VAN DIJK, T. Política, ideología y discurso. **Quórum Académico**, v. 2, n. 2, p. 15–45, 2005.

ZÁRATE, V. V. O. **Nacionales y gremialistas**: el “parto” de la nueva derecha política chilena, 1964–1973. Santiago: LOM, 2008.

Sobre os autores

Daniela Moraes de Almeida. Graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), no Paraná, é especializada em História e Humanidades pelo Núcleo de Educação a Distância (NEAD/UEM) e mestre em História Política e Movimentos Sociais pela mesma instituição. Atualmente integra o quadro de professores da Secretaria da Educação e do Esporte do Paraná. Tem experiência de pesquisa na área de História Política contemporânea, principalmente em integralismo, fascismo, nacionalismo e extrema-direita. (almeida.daniela@escola.pr.gov.br)

João Fábio Bertonha. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com pós-doutorados pela Università di Roma, Universidade de São Paulo (USP), European University Institute de Firenze e Universidad Carlos III de Madrid. Livre docente em História pela USP e especialista em política de defesa e assuntos estratégicos internacionais pelo Perry Center for Hemispheric Defense Studies (National Defense University), em Washington. Foi *visiting fellow* em inúmeras instituições na América do Norte, da Europa e da América Latina e é autor de 40 livros e centenas de artigos publicados no Brasil, na Europa e nas Américas. (fabiobertonha@gmail.com)

Ernesto Bohoslavsky. Doutor em América Latina Contemporânea pela Universidad Complutense de Madrid. Atualmente ministra aulas de História da América Latina na Universidad Nacional de General Sarmiento (UNGS), na Argentina, e é pesquisador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet). Especialista em história comparada e conectada das direitas da Argentina, Brasil e Chile no século XX. Coordenou entre 2016 e 2022, o grupo de trabalho Direitas Latino-Americanas: Ditaduras e Democracias, do Conselho Latino-Americano de Ciências

Sociais (CLACSO). Organiza, desde 2010, junto com Olga Echeverría, os workshops anuais Las Derechas en el Cono Sur, Siglo XX www.ungs.edu.ar/derechas. Sua última publicação como coautor é *Las derechas ibero-americanas: desde el final de la Primera Guerra hasta la Gran Depresión* (2019), junto com Clara Lida e David Jorge. (ebohosla@campus.ungs.edu.ar)

Magdalena Broquetas San Martín. Doutora em História pela Universidad Nacional de La Plata (UNLP), na Argentina. Integra o nível II do Sistema Nacional de Investigadores do Uruguai, da Agencia Nacional de Investigación e Innovación (ANII). Pesquisadora e professora na Universidad de la República (Udelar), agregada ao Departamento de História del Uruguay, da Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, em regime de dedicação exclusiva. Suas linhas de pesquisa estão voltadas às direitas uruguaias no século XX, com ênfase em suas redes regionais e globais e na história da fotografia no Uruguai. Entre suas publicações, se destacam *La trama autoritária: derechas y violencia en Uruguay (1958–1966)* (2014) e dois volumes de *Fotografía en Uruguay: historia y usos sociales* (2011, 2018), livros dos quais foi coordenadora e coautora. (magdalena.broquetas@gmail.com)

Olga Echeverría. Doutora em História, com especialização no estudo dos intelectuais de direita, das subjetividades e das práticas políticas, sociais e culturais da direita e das ditaduras do século XX. Pesquisadora independente do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet), atuando no Instituto de Estudios Histórico-Sociales (IEHS) e no Instituto de Geografía, Historia y Ciencias Sociales (IGEHCS) da Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNCPBA). Professora titular do Departamento de História da UNCPBA. Diretora do projeto Historia y Memoria: Políticas, Represión y Transición Democrática (1975–1986) e coordenadora acadêmica do Centro de Documentación de Geografía, Historia y Ciencias Sociales. Em agosto de 2017, tornou-se editora do *Anuario IEHS*. Apresentou trabalhos em congressos nacionais e internacionais, publicou numerosos artigos em revistas especializadas e teve capítulos de livros publicados na Argentina e no exterior. Autora de *Las voces del miedo: los intelectuales autoritarios argentinos, primera mitad del siglo XX* (2009). (olgaecheverria23@gmail.com)

María Valeria Galván. Licenciada em Sociología pela Universidad de Buenos Aires (UBA), mestre em Sociología de la Cultura y Análisis Cultural pelo Instituto de Altos Estudios Sociales de la Universidad de San Martín (IDAES/UNSAM) e doutora em História pela Universidad Nacional de La Plata (UNLP). Pesquisadora assistente do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet), trabalha no Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani, da UBA. Membro do Grupo de Estudios Históricos sobre la Guerra (GEHiGue/UBA) e da equipe editorial de *PolHis: Revista del Programa Interuniversitario de Historia Política*. Tem várias publicações sobre história cultural e intelectual do nacionalismo no marco da Guerra Fria cultural e do pós-peronismo. Autora de *El nacionalismo de derecha en la Argentina posperonista: el semanario Azul y Blanco, 1956–1969* (2013) e coeditora, junto com Florencia Osuna, de *Política y cultura durante el “onganiato”: nuevas perspectivas para la investigación de la presidencia de Juan Carlos Onganía, 1966–1970* (2014). (galvan.valeria@gmail.com)

Gabriela Gomes. Professora de História na Universidad de Buenos Aires (UBA) e na Universidad Nacional de General Sarmiento (UNGS). Doutora em História pela Faculdade de Filosofia e Letras da UBA e mestre em Estudos Latino-Americanos pela Universidad Nacional de San Martín (UNSAM). Pesquisadora do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet) da Argentina. (gabrielandianagomes@gmail.com)

Daniel Lvovich. Doutor em História pela Universidad Nacional de La Plata (UNLP). Atualmente, é professor da Universidad Nacional de General Sarmiento (UNSAM) e pesquisador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet). Foi professor convidado em uma dezena de programas de pós-graduação da Argentina, Brasil, Espanha e França. Seu foco de pesquisa é a história social e política do século XX. É autor, entre outras obras, de *Nacionalismo y antisemitismo en la Argentina* (2003), *El nacionalismo de derecha en la Argentina: desde sus orígenes hasta Tacuara* (2006) e coautor de *La cambiante memoria de la dictadura militar desde 1984: discursos públicos, movimientos sociales y legitimidad democrática* (2008). (dlvovich@ungs.edu.ar)

Victor Raoni de Assis Marques. Graduado em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), é especialista em História e Humanidades pelo

Núcleo de Educação a Distância (NEAD/UEM) e mestre em História Política e Movimentos Sociais pela mesma instituição. Atualmente integra o quadro de professores da Secretaria da Educação e do Esporte do Paraná, ocupando a função de diretor geral do Colégio Estadual Vinicius de Moraes, em Campo Mourão, no Paraná. Tem experiência de pesquisa na área de História Política Contemporânea, principalmente em integralismo, fascismo, nacionalismo, revisionismo uruguai e extrema-direita. (raoni65@hotmail.com)

Murilo Antonio Paschoaleto. Graduado e mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Tem como principal interesse o estudo do integralismo e suas conexões práticas e simbólicas com movimentos internacionais da extrema-direita, tendo publicado artigos e capítulos de livros sobre o tema. ([muriolopaschoaleto@yahoo.com.br](mailto:murilopaschoaleto@yahoo.com.br))

Marcela Cristina Quinteros. Licenciada em História pela Universidad Nacional de Córdoba (UNC) e mestre e doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP). Dedica-se ao estudo da história latino-americana do século XX. Autora de *Os olhos da nação: as imagens construídas sobre o estrangeiro nas políticas imigratórias argentinas (1930–1955)* (2008) e *As relações internacionais da América Latina* (2010), junto com Luiz Felipe Viel Moreira e André Luis Reis da Silva. (marcelacristinaquinteros@gmail.com)

María Laura Reali. Professora na Universidade Paris 7 (França). Mestre e doutora em História, École des hautes études en sciences sociales (EHESS). Sua pesquisa aborda a produção, circulação e recepção de discursos e práticas políticas e de representações sobre o passado, a conformação de redes intelectuais e a construção de relatos identitários no Cone Sul da América Latina, a partir de uma perspectiva transnacional. Tem-se interessado, particularmente, pelo revisionismo histórico rioplatense. Atualmente desenvolve um projeto de pesquisa centrado na relação política, guerra e exílio nos levantamentos armados do rio da Prata (Argentina e Uruguai), entre 1890 e 1905. Entre suas obras recentes, destacam-se: *Herrera: la revolución del orden. Discursos y prácticas políticas, 1897–1929* (2016); *Combatir con la pluma en la mano. Dos intelectuales en la Guerra del Chaco: Juan E. O’Leary y Luis Alberto de Herrera*, com coautoria de Liliana Brezzo (2017); *Guerras civiles: un enfoque para entender la política en Iberoamérica (1830–1935)*, organizado com Ariadna Islas. (mlreali@eila.univ-paris-diderot.fr)

Eurico da Silva Fernandes. Licenciado e mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor do ensino público no estado do Paraná. (efsilva@gmail.com)

Carlos David Suárez Morales. Graduado em História pela Universidad Nacional de Colombia (UNAL). Mestre e doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisou sobre a evolução do Partido Liberal Colombiano durante a década de 1920 e as relações entre o escritor Germán Arciniegas e o mundo intelectual argentino. (cdsuarezm@gmail.com)

Martín Vicente. Graduado em Comunicação Social pela Universidad del Salvador (USAL). Mestre em Ciéncia Política pela Universidad Nacional de San Martín (UNSAM) e doutor em Ciéncias Sociais pela Universidad de Buenos Aires (UBA). Pesquisador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet) na área de Ciéncia Política desde 2017, baseado no Instituto de Estudios Histórico-Sociales (IEHS) e no Instituto de Geografía, Historia y Ciencias Sociales (IGEHCS) da Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNCBA). Professor da Facultad de Humanidades da Universidad Nacional de Mar del Plata (FH/UNMDP). Ministrou cursos de graduação e pós-graduação em várias universidades argentinas. O tema de seu trabalho é a história político-intelectual das direitas argentinas, centrada na tradição liberal-conservadora. Editou o livro *De la refundación al ocaso: los intelectuales liberal-conservadores ante la última dictadura* (2015) e publicou diversos artigos em revistas argentinas e internacionais. Em breve serão publicados dois livros sobre esses temas dos quais é cocoordenador. (vicentemartin28@gmail.com)

Publicado originalmente na Argentina, esse livro sistematiza o trabalho de inúmeros acadêmicos brasileiros, argentinos, uruguaios e de outros países a respeito das redes transnacionais que mantinham em contato os vários movimentos de direita da América do Sul no século XX. O caráter transnacional dos fascismos e das direitas como um todo é um dos eixos da nova produção historiográfica mundial a respeito desses temas clássicos e os vários artigos que compõem o livro estão perfeitamente integrados a esse novo filão de pesquisa.

Um diferencial importante desse livro é que ele aprofunda o estudo das redes de comunicação e contato entre vários movimentos, grupos e pessoas da América do Sul com a Europa e o complementa dissecando a rede interna ao subcontinente, especialmente dentro do Cone Sul, mas também no Chile e na Colômbia. Uma abordagem Sul-Sul que amplifica e complementa as tradicionais, mais focadas no diálogo Norte-Sul.

ISBN 978-65-86383-10-2



9 786586 383102

